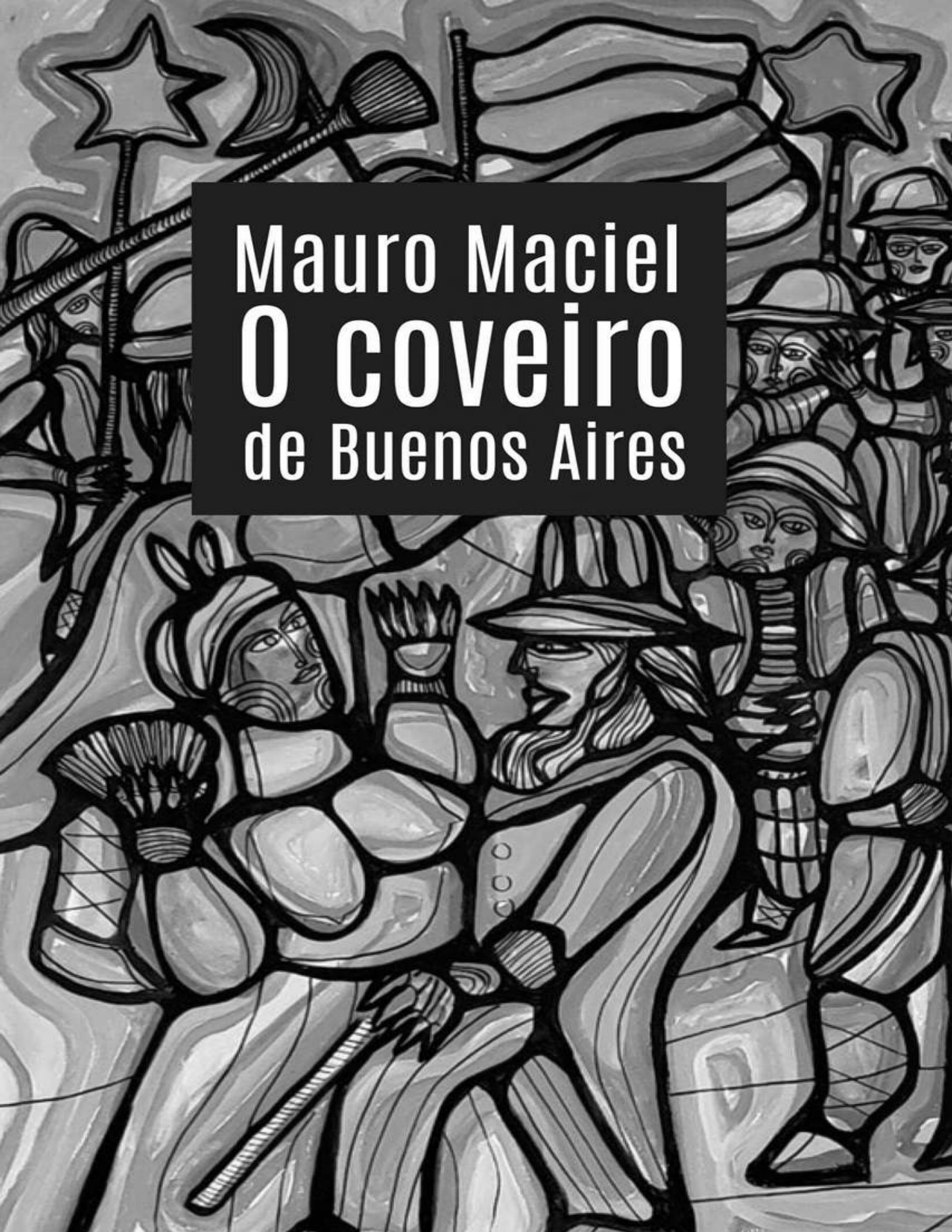


A stylized, high-contrast black and white illustration of firefighters. The central figure is a firefighter in profile, wearing a helmet and a jacket with a large pocket, holding a hose. To his left, another firefighter is shown from the chest up, holding a fan. In the background, several other firefighters are visible, some wearing helmets and others with their faces partially obscured. The style is graphic and expressive, with bold lines and a limited color palette of black, white, and grey.

Mauro Maciel

O coveiro

de Buenos Aires



O coveiro de Buenos Aires

Mauro Maciel

COPYRIGHT

Written by Mauro Vieira Maciel

Copyright by © 2019 Mauro Maciel

Todos os direitos reservados. A propriedade intelectual desta obra literária de ficção está assegurada ao autor pela Lei Federal nº 9.610/1998. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada, comercializada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma e meio, seja o eletrônico, a fotocópia, a gravação, etc., sem a expressa autorização do autor, titular dos respectivos direitos autorais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD. Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

M152c Maciel, Mauro.

O coveiro de Buenos Aires / Mauro Maciel. – Porto Alegre: Class, 2019.

320 p. ; 14cm x 21cm.

ISBN: 978-85-94187-49-9

1. Literatura brasileira. 2. Romance. I. Título.

CDD 869.89923

CDU 869.134.3(81)-31

Índice

INFÂMIAS

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

APONTAMENTO HISTÓRICO

APONTAMENTO HISTÓRICO

LIVRO I

O NOME DO NEGRO

PRIMEIRA PARTE

A FUGA DO CATIVEIRO PELOS CAMPOS DO SENHOR.

PELOTAS, EXTREMO SUL DO IMPÉRIO DO BRASIL.

JANEIRO DE 1866, SEGUNDO ANO DA GUERRA DO PARAGUAI.

CAPÍTULO 01

CAPÍTULO 02

CAPÍTULO 03

CAPÍTULO 04

CAPÍTULO 05

CAPÍTULO 06

CAPÍTULO 07

CAPÍTULO 08

CAPÍTULO 09

SEGUNDA PARTE

O PASSO DOS LIVRES PELO RIO URUGUAI.

FRONTEIRA DO IMPÉRIO COM A REPÚBLICA, FEVEREIRO DE 1866.

CAPÍTULO 10

CAPÍTULO 11

TERCEIRA PARTE

A GRANDE GUERRA DEVORADORA DE HOMENS.

TERRAS AO SUL DE HUMAITÁ, PARAGUAI, ENTRE 1866 E 1868.

CAPÍTULO 12

CAPÍTULO 13

QUARTA PARTE

TERTÚLIAS DE TUIUTI.

ACAMPAMENTO DO BREJO BRANCO, PRIMAVERA DE 1867.

CAPÍTULO 14

CAPÍTULO 15

CAPÍTULO 16

CAPÍTULO 17

QUINTA PARTE

A PESTE CHEGA AO BAIRRO SANTO DO TAMBOR.

QUILOMBO DE BUENOS AIRES.

ÚLTIMOS DIAS DO VERÃO DE 1871.

CAPÍTULO 18

CAPÍTULO 19

CAPÍTULO 20

CAPÍTULO 21

CAPÍTULO 22

CAPÍTULO 23

CAPÍTULO 24

CAPÍTULO 25

CAPÍTULO 26

CAPÍTULO 27

CAPÍTULO 28

CAPÍTULO 29

CAPÍTULO 30

CAPÍTULO 31

CAPÍTULO 32

LIVRO II

LE FRIGORIFIQUE

PRIMEIRA PARTE

O DIA EM QUE O CAVALEIRO DO APOCALIPSE CHEGOU.

BUENOS AIRES, 25 DE DEZEMBRO DE 1876.

CAPÍTULO 33

CAPÍTULO 34

CAPÍTULO 35

CAPÍTULO 36

CAPÍTULO 37

CAPÍTULO 38

CAPÍTULO 39

SEGUNDA PARTE

O BANQUETE QUE INAUGUROU A BELLE ÉPOQUE.

BUENOS AIRES, 28 DE DEZEMBRO DE 1876.

CAPÍTULO 40

CAPÍTULO 41

CAPÍTULO 42

CAPÍTULO 43

TERCEIRA PARTE

O ENCONTRO DE MUNDOS DISTINTOS.

CALABOUÇO DE BUENOS AIRES, 02 DE JANEIRO DE 1877.

CAPÍTULO 44

LIVRO III

OS BRANCOS, A REPÚBLICA E O NEGRO.

PRIMEIRA PARTE

O JULGAMENTO FINAL.

BUENOS AIRES, 02 DE MAIO DE 1877.

CAPÍTULO 45

CAPÍTULO 46

CAPÍTULO 47

CAPÍTULO 48

SEGUNDA PARTE

O RETORNO AO CATIVEIRO NOS CAMPOS DO SENHOR.

PELOTAS, SUL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1877.

CAPÍTULO 49

CAPÍTULO 50

APONTAMENTO HISTÓRICO

APONTAMENTO HISTÓRICO

APONTAMENTO HISTÓRICO

APONTAMENTO HISTÓRICO

SOBRE O AUTOR

OUTRAS OBRAS DO AUTOR

Infâmias

Um romance sobre escravos. Um livro sobre negros divididos entre o medo e a liberdade, a fuga e a sobrevida. Uma história que começa em Pelotas, no sul do Brasil, e avança pelo universo platino. Um mundo de violência, desespero e crueldade reconstruído detalhadamente para dar vida aos que viveram e morreram sonhando e lutando pela liberdade. Pode existir algo mais infame do que a escravidão? Pode se compreender essa ideia: um homem ser proprietário de outros homens e deles dispor como ferramentas para tudo? Uma loucura vivida na época da Guerra do Paraguai. Um passado feito de horrores, padecimentos, correntes, açoites e ideias de liberdade jamais sufocadas apesar dos castigos, das mortes e das perseguições implacáveis.

Depois da proibição do tráfico em 1850, segunda norma legal para interromper a entrada de escravos, o Brasil foi marcado pelo comércio interprovincial de negros. Para onde fugir? Para o Uruguai. Para a Argentina. A Constituição de 1830 da República Oriental do Uruguai já estabelecia que “ninguém nascerá escravo”; ficava “proibido para sempre seu tráfico e introdução” no país. Mas nem tudo na história acontece com a linearidade das normas escritas e das intenções colocadas nos códigos.

Um livro baseado em documentos, que se ampara nos rastros e vestígios da história vivida para fazer ecoar a dor dos que não puderam registrar a própria história com letras de sangue em papel branco e de brancos para mostrar de dentro o horror experimentado no dia a dia. Um livro para conhecer e imaginar parte do passado com a fluência do romance e o peso das verdades que a narrativa ficcional revela com mais virulência e menos espaço para a falácia. Uma obra que desde a primeira linha desperta a indignação de quem não aceita o conforto fácil do relativismo para justificar a infâmia com o argumento de que eram os valores da época. Os escravos sempre souberam o quanto era odioso o cativeiro. Os escravizados sentiam a cada segundo a ignominia da escravidão. O resto é racionalização, sofisma, canalhice, perversidade e insensibilidade histórica.

Eis um livro que merece ser lido pelo que conta, como conta,

para que conta. Um conto macabro. A infâmia não tem fronteiras nem pudores. Fugir para ser livre e ser capturado como mercadoria a ser vendida no país de onde se escapou? Fugir para ser livre na prisão da guerra suja? Fugir para ser livre apenas na ideia de liberdade. Um tratado de extradição para devolver escravos de territórios de liberdade aos seus donos num país na contramão da história? O inverossímil pode ser a mais pura verdade. Mauro Maciel assina um livro a ser mantido sempre ao alcance da mão para caso do esquecimento.

Juremir Machado da Silva

Dedicatória

Este livro é dedicado à memória dos escravos que, em busca da liberdade, fugiram do Império do Brasil para as Repúblicas do Prata. Muitos deles foram capturados, no Uruguai e na Argentina, e devolvidos aos cativeiros do império, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O autor

Agradecimentos

Esta obra de ficção sobre a liberdade humana não teria sido escrita sem que diversos documentos legais, livros antigos, fotografias de época e mapas históricos estivessem disponíveis de forma gratuita na internet. O material que serviu como fonte de pesquisa encontra-se nos sítios eletrônicos de importantes instituições públicas brasileiras e estrangeiras, entre as quais menciono a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Nacional da França e a Chancelaria da Argentina.

Ao publicar esse romance, quero expressar meu agradecimento a essas instituições por disponibilizarem valiosos conteúdos para consulta na rede mundial de computadores. Os breves apontamentos históricos que faço, com destaque, ao longo dessa obra literária, foram extraídos desses materiais de consulta. Eles serviram de molduras para a minha imaginação. Creio que os apontamentos enriquecem ainda mais a compreensão que os leitores farão desse romance.

Por fim, agradeço à direção do Museo Taller de Casapueblo por, gentilmente, autorizar o uso da imagem da obra “Tamborilero”, de autoria do artista plástico uruguaio Carlos Páez Vilaró, na capa deste romance.

Mauro Maciel

Por que vamos falar do passado, se ele já não mais existe? Para ouvir o que os mortos têm para nos contar.

Apontamento histórico

“Na Nação Argentina não há escravos: os poucos que hoje existem ficam livres desde o juramento desta Constituição; e uma lei especial regulará as indenizações a que dê lugar esta declaração. Todo contrato de compra e venda de pessoas é um crime de que serão responsáveis os que o celebrem, e o escrivão ou funcionário que o autorize. E os escravos que de qualquer modo se introduzam, ficam livres pelo fato de pisar o território da República”.

Artigo 15 da Constituição Argentina de 1853, reformada em 1860.

Apontamento histórico

“No território do Estado, ninguém nascerá escravo; fica proibido para sempre seu tráfico e introdução na República. Os homens são iguais ante a lei: não se reconhecendo outra distinção entre eles senão pelos talentos ou pelas virtudes”.

Artigos 130 e 131 da Constituição do Estado Oriental do Uruguai, 1830.

LIVRO I

O nome do negro

Primeira Parte

A fuga do cativoiro pelos campos do Senhor.

Pelotas, extremo sul do Império do Brasil.

Janeiro de 1866, segundo ano da Guerra do Paraguai.

Capítulo 01

“A guerra o libertará. Creia”.

Essas foram as primeiras palavras que José Cândido do Pantaleão pensou ter ouvido, ao despertar sobre o leito rústico da enfermaria, destinada, exclusivamente, aos escravos das charqueadas, na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, no extremo sul do Império do Brasil, nos primeiros dias do ano de 1866.

Passado o breve instante em que despertara, o negro enfermo teve a nítida sensação de que uma voz desconhecida sussurrara em seu ouvido aquelas palavras soltas e desconexas. Eram expressões vazias de significado imediato para ele, que ficou imaginando, por longos minutos, quem ousaria cochichar aquelas frases que não carregavam o menor sentido. Eram termos imprecisos e que não guardavam qualquer vínculo com a realidade vivida pelo miserável acamado.

O escravo José Cândido, por certo, nada sabia sobre o andamento da guerra. Para ele, a longínqua cidade de Pelotas e as charqueadas não estavam sitiadas pelos inimigos. O cheiro da pólvora não pairava sobre o povoado. Não ecoavam, pelas ruas, o estampido dos disparos dos canhões nem a marcha dos infantess. Não. Definitivamente, não havia nada disso. A charqueada na qual vivia confinado estava cercada tão somente pelos varais em que se colocavam para secar as mantas de carne salgada. Não havia indícios da guerra por perto. Prova disso é que os sabiás, pica-paus, pardais, canários, joões-de-barro, andorinhas, garças, quero-queros, cambacicas e sanhaços voavam e revoavam pelos campos, vindo pousar nas copas das árvores a cada fim de tarde.

Um pressentimento estranho tomou conta do cativo. Ao

procurar atribuir um significado ao que pensara, pareceu-lhe que aquelas palavras não encontravam qualquer respaldo em sua vida. Em um piscar de olhos, porém, José Cândido passou a suspeitar que os vocábulos e a voz, juntos, teriam restado de um sonho enigmático, cujas imagens, misteriosamente, não lhe ocorriam no pensamento. Os vocábulos soavam soltos e esparsos pelos ouvidos, como se tivessem sido jogados em uma folha de papel branca e vazia. Apenas a cor da tinta negra tinha a possibilidade de dar-lhes algum significado e sentido. “A grande guerra o libertará”, dizia-lhe uma voz desconhecida como se ainda estivesse num devaneio.

É necessário dizer que o escravo José Cândido não era afeito aos sonhos. Recordava-se apenas de um que tivera numa noite remota, no galpão dos cativos. Nele, viu a si mesmo diante de uma casa de paredes caiadas, onde cânticos africanos eram entoados ao som do repicar dos tambores. A moradia parecia convidá-lo a entrar. Ele aproximou-se, vagorosamente. Era noite escura e havia uma luz tênue, amarelada, saindo pelas frestas das janelas. Quando chegou à porta, observou uma grande sala de chão batido e o teto de palha, rebaixado. O sonhador parou e ficou encostado no umbral. Esperou ser chamado para entrar. Quatro tamborileiros cantavam e tocavam sem pausar. Todos estavam juntos, próximos a uma parede do lado esquerdo. De repente, um homem velho, com vestes muito brancas de algodão, acompanhado de duas mulheres de pele negra, saiu de um quarto e veio para a sala. O negro velho parecia estar em transe. Conversava sem parar e gesticulava coisas inaudíveis. Apontava o dedo para o recém-chegado. O visitante — ou o homem sonhado, e que por sinal era o próprio José Cândido sonhador — mal podia escutá-lo, porque o som dos cânticos e dos tambores era cada vez mais intenso. As imagens daquele rápido devaneio terminavam no instante em que as duas mulheres levavam o velho de volta ao quarto.

O escravo do Pantaleão nunca conseguiu decifrar aquela fantasia do inconsciente, mas não desejava perdê-la para sempre, porque uma sensação de pertencimento o invadia. Isso o alegrava e confortava. Este era seu único sonho. Não havia outro para ser rememorado. Por isso, o espanto provocado por aquela meia dúzia de palavras que ecoavam pelo pensamento, desacompanhadas de imagens.

No momento em que aquelas primeiras palavras vieram à consciência de José Cândido, o timbre de uma voz desconhecida o perturbou sobremaneira. As frases, que o despertaram, voltavam a todo momento como lampejos de luz nos olhos de uma pessoa peticega. Não havia nada que pudesse fazer para controlá-las. Guerra e liberdade haviam colonizado o pensamento do cativo enfermo.

Naqueles dias de repouso compulsório, o escravo do Pantaleão não sabia que o Império do Brasil estava mergulhado em um conflito bélico de gigantescas proporções. Não tinha ideia de que a beligerância voltara às planícies do oeste distante da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, vinte anos após o término da Revolução Farroupilha. Uma guerra sucedia a outra. Um conflito sangrento seguia a outro sangrento conflito.

José Cândido e outras centenas de escravos ignoravam os fatos que ocorriam além das cercas de pedra das charqueadas. Eram negros que viviam isolados. Confinados em um mundo, no qual a melhor novidade era a chegada das vacas e do sal, insumos para a produção do charque. Nada mais penetrava naquele universo, com a exceção dos corpos negros que chegavam para repor os corpos de outros cativos que haviam deixado de existir.

Os escravos do sul do império não recebiam as notícias da guerra. Desde o início dos combates, no ano de 1865, e nas primeiras semanas de 1866, a beligerância transcorria como um assunto restrito aos homens livres, que na condição de voluntários, ou de convocados, preparavam-se para deixar os lugares mais remotos do Brasil, imaginando que o conflito seria breve e piedoso. Estavam enganados.

O maior de todos os confrontos militares da América do Sul estava no oeste da Província de São Pedro, e os negros do Pantaleão nada sabiam a respeito disso. O mesmo podia-se dizer da liberdade. Palavra proibida naquele universo claustrofóbico que era a charqueada. Os seres escravizados só podiam ouvir o mugido das vacas, tocar o sangue frio dos bois e praguejar contra as mantas de carne salgada, expostas ao sol para secar. A liberdade era um pensamento interdito, e José Cândido do Pantaleão ignorava que ela pudesse existir em dois lugares: no sul próximo e no oeste distante.

A única oportunidade em que ouviu os escravos mais velhos falarem a respeito do livramento foi no galpão dos criados, numa noite fria e chuvosa do rigoroso inverno pampiano. Os trovões e o vento abafavam os comentários. Os mais idosos falavam com brevidade. Sussurravam a palavra proibida. Não podiam fazer brotar, ali, um projeto audacioso de insurreição para conquistar a liberdade por meio da força ou por meio de um plano de fuga. As leis do império mandavam aplicar a pena de morte àqueles que encabeçavam o crime de insurreição. Os que se limitavam a participar da reunião, emprestando somente os ouvidos, podiam, mesmo assim, ser enviados às galés perpétuas ou receber dezenas de açoites.

Naquela distante noite de inverno — ainda viva na memória de José Cândido —, a conversa cochichada não se estendeu por muito tempo. Poucos tinham ido além do porto de Pelotas. Ninguém lembrava do que estava do outro lado da Lagoa dos Patos. Não imaginavam o que havia além da Lagoa Mirim. Nenhum deles sabia a que distância ficava a Banda Oriental, nem se ela realmente existia. O território uruguaio poderia ser uma ilusão, uma fantasia. Tampouco tinham condições de afirmar que, nas terras da república vizinha, a escravidão havia sido abolida há mais de 30 anos.

— Esqueçam essa conversa. Temos tudo de que precisamos aqui. O abrigo sobre o chão duro, a comida e a roupa. Deus sabe o que espera pelo homem fugitivo além das cercas de pedra. Vocês não sabem o que é passar uma noite em meio às trevas. Fora da charqueada, o fugitivo só encontrará o frio, a fome e a vida ao relento — advertiu o mais velho dos escravos, deixando no ar uma conotação de apego às pequenas coisas.

O diálogo, segredo, terminou, justamente, quando lembraram dos escravos que tinham participado da Revolução Farroupilha. Homens que acreditaram na promessa da liberdade republicana — os lanceiros negros — não tinham voltado a Pelotas e, provavelmente, estavam todos mortos. Não havia liberdade nos campos do Senhor. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era um imenso cativeiro após o fracasso da República Rio-Grandense, em 1845.

No leito da enfermaria, o cativo do Pantaleão queria saber, curioso, quem havia plantado aquelas palavras proibidas em sua cabeça: guerra e liberdade. Ele nunca as pronunciara. E antes de começar a recordar

os motivos que o levaram a estar sobre aquela cama, desejava saber de onde havia retirado aquelas frases.

José Cândido havia passado os últimos cinco dias, em estado febril, sob os cuidados de um casal de africanos livres, que se dividia entre as tarefas de enfermagem, de limpeza e de cozinha, na enfermaria dos cativos. Do casal de congoleses, nunca guardou os nomes. Também nunca soube como eles haviam deixado o Reino do Congo, cruzado o Atlântico e chegado à América do Sul como pessoas livres.

No princípio, cogitou que um dos africanos incutira aquelas ideias proibitivas, mas percebeu que o casal nunca lhe dirigira o olhar, quanto mais uma palavra. Por fim, percebeu que o casal era mudo e necessário, porque os brancos não tocariam e nem tratariam as feridas de milhares de negros enfermos onde quer que fosse.

No momento em que despertou, o estado de saúde estava melhor. Estava livre da infecção graças ao repouso e às compressas de água quente com erva santa que o casal de congoleses aplicava em seu corpo a cada duas horas. As compressas eram substituídas com frequência e aliviaram a febre. Esse foi o único tratamento disponível que recebeu. Nada além de repouso, panos quentes e alguma comida.

Livre dos delírios febris e das dores nos pulmões, o negro do Pantaleão estava faminto. A voz desconhecida, porém, era o que mais lhe incomodava naquele instante. O enfermo suspeitou que as frases poderiam ser produto do devaneio febril. Não conseguia imaginar quem teria a coragem de sussurrar em seu ouvido aquelas impronunciáveis palavras, associadas à insurreição: a guerra contra os homens brancos pela liberdade.

Agora que estava novamente lúcido, era preciso ter cuidado para não dizer bobagens ao andar pelos campos. No sul do Império do Brasil, um escravo não podia falar abertamente a respeito do livre arbítrio e da autodeterminação. Havia ouvidos brancos por todos os lados e em todos os cantos. Se um deles o escutasse mencionar o que era proibido, diriam que escondia um plano de fuga na cabeça. O feitor o castigaria tão somente por cogitar e tentaria extrair da sua boca o que não existia. Receberia dez ou vinte açoites, amarrado ao tronco, porque, aos olhos dos senhores de escravos, a

mera cogitação do livramento era merecedora de um castigo exemplar. Isso acontecia com frequência no território da província.

Vinte anos após o melancólico fim da República Rio-Grandense, nada ou ninguém poderia violar o sagrado direito de propriedade que um homem branco detinha sobre outro ser de pele negra. Qualquer cativo do império, como José Cândido, nascia, crescia e morria acompanhado por um inevitável dilema. Se fugisse, violava a propriedade do senhor e seria perseguido. Se ficasse no cativeiro, infringia o direito universal de buscar a própria liberdade e seria atormentado pela consciência. Dois crimes pendiam sobre a cabeça do escravo tão somente por existir. Não importava o que fizesse. Mesmo parado, cometia um crime contra si mesmo. Se agisse, cometeria um crime contra o amo.

Para não enfrentar esse dilema, José Cândido silenciou. Castrou o próprio pensamento. Não deixou que aquela ideia interdita sobrevivesse em sua cabeça. Tomou cuidado para que aqueles termos jamais fossem pronunciados por sua voz. Para sufocar o dilema que o acompanhava, procurou lembrar de outras coisas e de outros acontecimentos. Desejou saber como fora parar naquela enfermaria.

O despertar aconteceu na manhã de 21 de janeiro de 1866. Pouco depois, o casal de africanos livres entrou no quarto. Os três ficaram calados e não trocaram palavras entre si. O homem do casal, um negro velho, alto e magro, de mãos compridas, trazia uma bacia com água quente. A mulher, também velha e de corpo delgado, o seguia, trazendo dois panos de algodão limpos. Ela embebeu os tecidos na água quente e torceu, deixando-os úmidos. Em seguida, colocou-os sobre o peito do paciente que acompanhava todos os movimentos com o olhar. O casal fez o que tinha de fazer e retirou-se. O enfermo teve tempo de dizer apenas uma frase, antes de vê-los irem embora.

— Tenho fome.

A porta do quarto fechou-se.

José Cândido ficou em companhia daquela voz desconhecida que agitava seu pensamento desde que abrisse os olhos. Por um longo tempo, ouviu, repetidamente, aquelas palavras sem saber de onde tinham brotado. “A

guerra o libertará”, dizia-lhe a voz.

Capítulo 02

O despertar de um escravo, na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, não era um acontecimento espantoso ou digno de nota por si só. Muitos dos escravos do sul do império já haviam passado por aquele leito rústico, tratando-se de alguma enfermidade. José Cândido não era um privilegiado, mas uma exceção. E das excepcionalidades há que se falar, sempre.

O fato excepcional é que, embora muitos negros tivessem passado pelo mesmo leito, nenhum outro cativo havia despertado, antes, com aquelas palavras no pensamento. Para bem compreender o que se passou com José Cândido e o motivo pelo qual foi acordar naquela cama de enfermaria, no dia 21 de janeiro de 1866, é preciso voltar a história alguns dias e recuperar a decisiva conversa que o senhor de escravos mantivera com o feitor, sem prejuízo de que se apresente a tempo quem era um e quem era o outro, delimitando as devidas responsabilidades.

O charqueador Pantaleão Manuel Miguel João Barbosa Mourão de Albuquerque tinha o nome comprido, assim como o defensor perpétuo do Brasil, Pedro II — que se chamava Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon. A extensão dos nomes era apenas uma das evidências de que os costumes aristocráticos do império tinham voltado a predominar na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, após o fim da sanha republicana, em 1845.

Pantaleão tinha tantos nomes e sobrenomes que mal conseguia usá-los ao mesmo tempo. Toda vez que se apresentava, fazia uso de uma forma contraída. De pronto, eliminava o Barbosa e o Mourão por considerá-

los demasiado toscos e por não derivarem de nenhuma grande estirpe colonial portuguesa. Mourão era sobrenome que, lá, se dava aos mouros portugueses que fugiam das perseguições católicas na Andaluzia. Eliminava também o Miguel e o João por considerá-los fracos, angelicais e apostólicos. Um homem que não perdoava os erros alheios não podia expor aqueles nomes bíblicos. Gostava, portanto, apenas da ascendência dos Albuquerque. Ademais, ao fazer isso, negava qualquer vínculo de sangue com os não europeus.

O charqueador Pantaleão Manuel de Albuquerque — como gostava de ser chamado — era proprietário de uma imensa charqueada, situada à beira do riacho Pelotas, próximo à Lagoa dos Patos. Senhor de escravos. Amo de 127 homens e de 24 mulheres de apelidos, antenomes e alcunhas ignorados. Eram tantos criados que ele mal os conhecia pelos nomes. O todo poderoso da charqueada costumava reconhecer seus cativos pela procedência ou pelos dotes físicos. O enfermo, para ele, era o baiano e nada mais. Tratava-o desse jeito porque lembrava-se do lugar de origem do criado.

O feitor chamava-se Chico Bastos. Dele, não havia muito o que ser dito, apenas que era filho bastardo de homem branco ignorado com mulher escrava violentada. Havia quem enxergasse, nele, os traços do proprietário da charqueada, mas isso não passava de mera especulação sobre a paternidade desconhecida do mulato leal. Pantaleão nunca o tratou como membro de sua prole. Chico Bastos não reclamava. Para ele, que era mulato, não havia fortuna maior na vida do que ser feitor. Como encarregado de controlar os cativos da charqueada, ele considerava que estava uma casta acima dos escravos e, eternamente, a serviço do todo poderoso senhor daquele pequeno universo.

Para a sorte de Chico Bastos, Pantaleão nunca lhe imputou a culpa pelo que ocorreu com José Cândido, na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. A lealdade do feitor nunca esteve à prova. No entanto, e apenas para esclarecer como se deu o início dos acontecimentos, é preciso dizer que a ideia de levar o cativo para a enfermaria surgiu de uma conversa que Chico Bastos provocara com o charqueador nos primeiros dias do ano de 1866. A história toda não teria chegado onde chegou, se o mulato feitor não tivesse

levado a notícia da doença de José Cândido ao todo poderoso da charqueada da seguinte forma:

— Senhor, o baiano não saiu do galpão dos criados para trabalhar hoje.

— Pois faça-o sair sob o relho — retrucou Pantaleão.

— Ele está muito doente. Tem febre.

— Doente? Como pôde adoecer? Janeiro não é época de doença. Estamos no início do verão — enfatizou o charqueador, admirado.

— O criado vem mal desde dezembro, quando a gripe o pegou — respondeu o feitor. — Agora, ele mal consegue respirar de tanta dor que sente no pulmão. Não para nem em pé. Apliquei-lhe dois açoites, achando que estava manhoso, mas não reagiu. Acho que erva caseira não o fará melhorar — explicou.

— Será que pode morrer? — perguntou Pantaleão.

— Não entendo nada de doença, mas pode ser a varíola, senhor. Com ela não se brinca — advertiu o feitor.

— Deus nos livre da varíola. Se um dos meus negros contrair essa doença, será o fim da charqueada. Fazer o quê? Tem um médico inglês na cidade e que está atendendo na Santa Casa. Leva-o para ver o que está acontecendo. Não posso perder um negro tão jovem para uma gripe mal curada — disse Pantaleão.

Como pode-se perceber, quem ordenou a internação de José Cândido não foi o feitor, mas o próprio charqueador, ao ser informado de que não haveria outro recurso para evitar a perda do seu patrimônio.

No ano de 1866, um escravo a menos na charqueada significava prejuízo e a reposição de corpos era um tremendo problema. Pantaleão Manuel de Albuquerque sabia disso e não titubeou em enviar o doente para a enfermaria, às pressas. Se havia algo nesse mundo que o incomodava era a escassez de corpos negros no vasto Império do Brasil.

Nos anos que se seguiram a 1850 e à aprovação da Lei Eusébio

de Queiroz, os produtores de charque do sul do país tiveram de conviver com a proibição do tráfico de escravos pelo Atlântico. Um charqueador, que dependia da mão escrava para produzir a carne-seca em grande escala, não podia se dar ao luxo de perder um negro para uma doença passível de ser tratada. A reposição dos corpos era extremamente difícil e onerosa. Por isso, no dia em que autorizou o envio do baiano para a enfermaria, Pantaleão Manuel de Albuquerque voltou a reclamar dos entraves criados pela Lei Eusébio de Queiroz.

— Época difícil, essa que estamos vivendo na província — comentou ao feitor. — Ouço que estão cobrando um ágio de 30% por um africano novo, no Rio de Janeiro. É a escassez de corpos, provocada pela lei — reclamou. — E com essa guerra contra o Paraguai só nos falta ver o que o imperador vai aprontar. Tomara que não resolva mexer com o estatuto dos escravos — disse, demonstrando preocupação.

— Não se preocupe. A guerra está distante de nós e os escravos nada sabem a respeito disso. A sua benevolência com os negros é que me espanta. Mandar um deles para a enfermaria da Santa Casa é sempre um risco — comentou o feitor.

— Engano seu, Chico Bastos. Não sou nada benevolente. O que me importa é não perder patrimônio. Pergunta ao Gonçalves, quanto me custaria trazer três novilhas da Banda Oriental? É o valor que vou pagar pelo tratamento do escravo. Como é mesmo o nome do negro?

— José Cândido, senhor.

— São tantos criados que até me esqueço do nome de cada um deles. Bom, não importa. Ouça, quando ver o Gonçalves, pergunta: quanto custaria trazer um africano jovem do Rio de Janeiro? No mínimo, dois contos de réis. Então, é mais barato tratar os que já tenho do que comprar um novo. Se não faço essas concessões, não me sobrá um cativo para tocar a charqueada — justificou Pantaleão, desatando os nós de seu raciocínio para o feitor.

De fato, a contabilidade da charqueada estava acima de qualquer outro interesse. A internação de José Cândido não expressava um sentimento humanitário que o escravagista de Pelotas pudesse nutrir por

homens que não eram da sua cor. A humanidade era um valor sepultado naquelas terras, junto com a antiga República Rio-Grandense.

Aos olhos do todo poderoso Pantaleão Manuel de Albuquerque, a única justificativa para o tratamento médico era a contábil. Como qualquer outro proprietário de escravos do Império do Brasil, Pantaleão vivia às turras com a escassa oferta de corpos. A escassez impedia-o de ampliar a produção da charqueada. Ela o obrigava a cuidar dos enfermos para evitar perdas patrimoniais. Por isso, um escravocrata de 1866 não podia descuidar da saúde dos criados. Bastava uma única morte para aparecer um buraco no livro-caixa. Um desfalque de um conto e oitocentos mil réis, ou dois quilos de ouro, para ser preciso.

Por certo, havia mais vantagens do que riscos no tratamento dos escravos enfermos. Sabedor disso, o todo poderoso da charqueada não titubeava com os casos graves, mesmo relutando em gastar com internações que julgava perigosas e desnecessárias. Pantaleão escolhia a dedo qual dos seus 127 cativos merecia ser submetido aos cuidados de um médico. Para minorar o risco de fugas, costumava manter os adoentados mais ousados na própria senzala, recorrendo a algum manual prático de medicina popular da época. Ele só ordenava conduzir o cativo para a enfermaria em duas circunstâncias: quando julgava que, pelo estado de saúde do escravo, não haveria nenhuma chance de fuga; e quando os remédios caseiros à base de ervas medicinais já não conseguiam recuperá-lo. Somente nesses casos é que considerava válido investir no tratamento.

— Você é um negro de muita sorte, baiano. Se fosse um preto velho qualquer, o senhor Pantaleão o teria deixado no galpão, definhando, confortado apenas pelos unguentos — disse o feitor, no momento em que levou o enfermo para fora da senzala.

Aos 28 anos, aquela era a primeira vez que José Cândido seguia para uma enfermaria. A gripe, que o havia acometido nas últimas semanas de dezembro de 1865, agravara-se no decorrer dos primeiros dias de janeiro de 1866. Ele parecia ter contraído uma pneumonia, por isso fora conduzido no piso de uma carroça, quase inconsciente. Para a sorte do escravo, a cidade recebia a visita de um velho médico inglês, acostumado a lidar com doenças pulmonares. Voluntariamente, o terapeuta atendia os

enfermos, na Santa Casa de Misericórdia.

Então, no dia em que o feitor Chico Bastos partiu para Pelotas, transpondo as cercas de pedra do universo da charqueada, Pantaleão Manuel de Albuquerque ficou na porta da casa grande e acenou. Despediu-se e avisou que queria o baiano recuperado o mais breve possível para não prejudicar o andamento da produção do charque, que estava a pleno desde novembro. A safra seguiria até maio, quando a entrada do outono derrubaria as temperaturas, e o gado começaria a emagrecer devido ao empobrecimento das pastagens.

José Cândido mal conseguia respirar, ao deixar aquele local para trás. No caminho, o feitor repetia as recomendações. Horas depois, Chico Bastos entregou o enfermo ao casal de africanos livres que cuidava da enfermaria dos escravos doentes. O médico voluntário foi chamado para ver o que se passava com o cativo febril. Ele notou que, ao tossir, o enfermo expelia grossas secreções de cor esverdeada dos pulmões.

O diagnóstico era conclusivo: pneumonia. Ainda na enfermaria, Chico Bastos ouviu o médico dizer que a doença não era tão severa. Recomendava-se o repouso absoluto, com uma internação por um período mínimo de 15 dias. O feitor antecipou metade do pagamento pelo tratamento e voltou para a charqueada, confiando que o escravo não iria fugir.

— Impossível, nesse estado. Mal consegue ficar em pé. Não iria muito longe se escapasse daqui — comentou o médico inglês.

Esses foram, portanto, os acontecimentos que levaram à internação de José Cândido na enfermaria dos escravos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Internado, ele passou a receber, imediatamente, o único tratamento disponível: uma alimentação melhor e o repouso absoluto. O paciente foi isolado em um quarto para poder descansar por três semanas. Por estar enfraquecido demais, mal pôde ver as ruas da cidade de Pelotas e as pessoas que o cuidaram. No leito rústico, ele, simplesmente, fechou os olhos e dormiu até despertar com aquelas palavras no pensamento. A vida de José Cândido começaria a ganhar outros contornos a partir daquele 21 de janeiro de 1866.

Capítulo 03

José Cândido passou sozinho boa parte da manhã, envolto pelo silêncio do quarto. Pela janela, guarnecida por barras de ferro para impedir a fuga, penetrava a luz da rua. Ele estava intrigado com tudo o que passou por sua cabeça desde o momento em que despertara.

— Que guerra é essa de que fala a voz desconhecida? — perguntava-se, em voz baixa.

Sem ter o que fazer, lembrava-se a todo instante, e com mais exatidão, de outras frases perturbadoras que também pareciam ter sido sussurradas em seu ouvido pela voz desconhecida.

— Crê em mim, negro. A guerra é uma oportunidade para ser livre — dizia-lhe a voz misteriosa que invadia o pensamento.

Deitado, ele recordou o modo como veio parar naquele universo da charqueada. José Cândido era um sem pai nem mãe naquela altura da vida. Um homem separado dos antepassados por ser tratado como parte de um rebanho de seres. Chegara em Pelotas, no rigoroso inverno de 1852, sete anos após o fim da Revolução Farroupilha, depois de ser vendido para o charqueador e mandado para longe da terra natal. Na época, ele contemporizou a violenta separação. Imaginou que estava livrando-se de um casamento secular com a cana-de-açúcar. No entanto, ao pôr os pés na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, compreendeu, assustado, que o seu matrimônio perpétuo seria com o charque.

No dia em desembarcou naquelas terras frias e úmidas do extremo sul do Império do Brasil, agrilhado, José Cândido pensou que estivesse sendo punido, porque o clima fazia todos os seus ossos

estremecerem. Nada o aquecia. Nem mesmo o poncho de lã que lhe deram para vestir o abrigava do frio. Pelotas em nada se parecia com a Bahia. A cidade não tinha canaviais, palmeiras, nem o calor. Havia apenas campos, banhados e uma imensa lagoa.

Já naquela época, o recém-chegado jovem negro não encontrou nenhum sinal dos valores republicanos que tinham florescido pela cidade duas décadas antes. Os ideais iluministas de liberdade, igualdade e humanidade haviam sucumbido com a República Rio-Grandense, em 1845. Numa Pelotas novamente subjugada pelo atraso da aristocracia imperial, apenas os homens brancos, herdeiros daquelas terras meridionais do império, podiam considerar-se livres e iguais.

Deitado, sobre o leito rústico da enfermaria, José Cândido nada podia fazer além de recordar os 14 anos de trabalho servil que entregara aos senhores dos campos úmidos do sul do império. Eles nunca permitiram que construísse algo para si. Nem mesmo a própria liberdade podia adquirir.

Sozinho, o escravo enfermo tentava descobrir quem teria sussurrado aquela ideia de autodeterminação, de livre arbítrio, durante o período em que estivera mergulhado em um sono febril, lutando para vencer os germes que infestavam seus pulmões. Teria sido o preto velho que o assombrava em um novo sonho? Será que, finalmente, conseguia ouvir as palavras que o velho tentava dizer naquele único devaneio?

O cativo não encontrava uma resposta. Os pensamentos proibidos amordaçavam seu espírito cada vez mais. Para afastá-los de si, começou a imaginar que, em breve, teria de voltar à charqueada, novamente agrilhado, sobre o piso da carroça, conduzida pelo feitor Chico Bastos. Pensou nas jornadas exaustivas de trabalho servil que o esperavam. O corpo teria de aguentar o sacrifício até a chegada do próximo inverno.

Ele estava a pensar nessas coisas do universo claustrofóbico em que estava metido, quando a porta do quarto foi aberta pela segunda vez, naquela manhã. Por ela, ingressou um homem branco de compridos cabelos grisalhos da cor do algodão. O desconhecido trazia uma pequena cumbuca de barro na mão esquerda. Dentro dela, havia um caldo fumegante com pedaços de carne. O homem branco avançou pelo quarto e ofereceu a cumbuca para o

doente.

— Você deve estar faminto. Coma — disse. — Volto daqui a pouco para saber como estão seus pulmões.

A porta do quarto novamente foi fechada. José Cândido não teve tempo de manifestar-se, porque aquele homem, que surgira de uma forma inesperada e rápida, sumira da sua frente como se fosse uma aparição fantasmagórica.

Capítulo 04

O homem da pele clara e dos cabelos grisalhos da cor do algodão, que levou o caldo quente para o escravo enfermo, chamava-se Jones White. O sobrenome, talvez, fizesse justiça à cor dos seus cabelos. *Mister* Jones era o médico voluntário inglês de quem tanto comentara o senhor de escravos, proprietário do enfermo.

A respeito de seu nome e de sua passagem por Pelotas nenhum registro ficaria nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia. Aliás, dele soube-se muito pouco. Apenas que era um homem velho e amigo dos doutores Miguel e João Batista, que o teriam convidado a cuidar de alguns pacientes negros, por causa de seu elevado espírito humanitário. E, como todo inglês, Jones White era um sujeito admirável.

Os motivos da visita do médico inglês ao sul do Império do Brasil nunca foram completamente esclarecidos. À época, imaginava-se que estaria viajando pela América do Sul com o propósito de ajudar a consolidar as novas repúblicas que surgiam na região do Prata. Mas isso não era dado como certo, porque o súdito de uma monarquia não andaria à solta pelo mundo, provocando rebeliões libertárias nos quintais dos outros. Um republicano coerente lutaria por estabelecê-la no próprio quintal, que, no caso de Jones White, era a Inglaterra.

O fato é que o médico inglês voltava à Província de São Pedro pela segunda vez. *Mister* Jones White havia acompanhado os últimos anos da República Rio-Grandense, entre 1843 e 1845, quando esteve nas planícies do Alegrete. Depois do fracasso da “república das carretas”, transferiu-se para Montevideo, onde viveu por alguns anos. Do Uruguai, seguiu viagem pelas demais Províncias Unidas do Prata. Ouviu-se dizer que, certa vez, *mister*

Jones mantivera sob seus cuidados o libertador José Gervásio de Artigas numa de suas andanças por Corrientes ou pelo Paraguai. E, pelo muito que se comentou, naquele início de 1866, o doutor estava de passagem por Pelotas por causa de uma mulher negra que o enfeitiçara de amor, antes de continuar a viagem de regresso para Manchester.

Enfim, sabia-se muito pouco do tal Jones White. Entre boatos e fofocas que mantinham acesas as lamparinas das casas até mais tarde, o certo é que o médico inglês aproveitava sua estada para prestar serviços terapêuticos e angariar recursos para custear a viagem de retorno à Europa. Sem perder a oportunidade, revia antigos amigos e companheiros farroupilhas, em Pelotas.

Não era novidade para os amigos mais íntimos que *mister* Jones era um convicto defensor das causas iluministas. Abaixo do paralelo 32º Sul, todos sabiam disso. Mas o que ninguém sabia acima do referido paralelo, é que o senhor Jones também era um retórico antiescravagista e incentivador da criação dos primeiros clubes abolicionistas. Alguém o ouviu comentar durante um sarau, em Pelotas, enquanto bebia um cálice de licor francês:

— O fim da escravidão não pode ser uma tarefa lenta e gradual como propõem os emancipacionistas brasileiros. As nações iluminadas e virtuosas já erradicaram a escravidão. Só os povos bárbaros é que a mantêm. A liberdade é um direito natural que não admite graduações. Ou se tem por inteiro, ou não se tem. A escravidão tem de ser erradicada de uma vez por todas — declarou a uma audiência de senhores de escravos gordos e empanturrados.

De fato, *mister* Jones White era um corajoso propagador das causas abolicionistas. Em círculos íntimos de amizade, dava ressonância às abolições ocorridas no Uruguai e na Argentina. Postulava que, assim como as nações da América estavam livres dos reis da Europa, os escravos também deveriam ser libertos do cativoiro. No pensamento do inglês, a América deveria ser o continente da liberdade por completo. Faltava o Império do Brasil libertar seus escravos.

Por essas e por outras é que, na enfermaria da Santa Casa de

Misericórdia de Pelotas, quem plantou a semente da liberdade no espírito do cativo enfermo foi o próprio médico inglês. Ele aproveitou todos os momentos em que auscultava os pulmões do paciente para instigá-lo a fugir. Sussurrava ao ouvido aquelas palavras. Naquela mesma manhã, ao retornar para o quarto, Jones fez o que nenhum brasileiro de pele clara teria a coragem de fazer: incentivar, explicitamente, a fuga de um escravo.

— Como se sente? — perguntou.

O escravo enfermo colocou a cumbuca sobre a cama e disse que se sentia melhor. Acrescentou que estava sem energia para caminhar.

— A força voltará com o passar dos dias — explicou o médico.
— Você não está completamente curado. Teve sorte em não ter contraído varíola. Seu caso é apenas uma infecção pulmonar que requer vários dias de repouso.

— Já me sinto melhor.

— Deixe-me auscultar os pulmões. Levanta da cama — ordenou.

O enfermo levantou-se vagarosamente. Ficou em pé. Jones aproximou-se com um cone auricular. Enquanto auscultava os pulmões, mencionou umas palavras estranhas. Algo como *Sis libertas, para bellum. Sis libertas, para bellum*.

— O que disse, doutor? — perguntou o paciente.

— Ah! Costumo repetir adágios em latim. Assim, ninguém sabe o que digo. No entanto, para você vou traduzir. Mencionei um muito famoso que significa: se deseja a liberdade, então, prepare-se para a guerra. Foi o que sussurrei.

José Cândido surpreendeu-se ao ouvir aquilo.

— Não pare de respirar. Preciso auscultar os pulmões — pediu o médico.

— É a sua voz, então, que perturba meu pensamento a todo momento? Acordei com as palavras guerra e liberdade na cabeça — disse.

Jones não prestou atenção ao que o paciente falara. Estava preocupado em ouvir a circulação do ar que entrava e saía pelos brônquios.

— O chiado desapareceu. Você teve a sorte de não ter agravado a pneumonia. Os pulmões estão limpos. Mais dois dias de repouso e poderá sair correndo daqui.

— O que quis dizer com aquilo, senhor?

— Com o quê? — perguntou Jones.

— Se quer a liberdade, prepare-se para a guerra.

— Ah, sim. *Sis libertas, para bellum.*

— Isso.

— Quero dizer que a guerra traz oportunidades para quem deseja ser livre. A guerra sempre foi uma oportunidade para o escravo — respondeu o inglês.

O negro enfermo ouvia-o com atenção. Jones voltou a auscultar o peito do paciente para ganhar um pouco mais de tempo.

— Do que está falando, doutor? Há uma guerra contra os homens brancos e donos de escravos? Não sabemos nada do que acontece além da charqueada.

Jones White passou a auscultar os batimentos do coração.

— Ora, meu caro, não falo de uma guerra contra os homens brancos. O Brasil está em guerra contra o Paraguai — explicou.

O negro cativo não compreendia o médico.

— Não entendo, senhor. Onde está essa guerra?

— Há uma guerra no oeste da província contra invasores do império. O conflito armado sempre traz grandes oportunidades para os escravos — declarou Jones, quase sussurrando.

O paciente negro permanecia em pé e olhava com espanto para o médico que o examinava.

— Por que eu deveria ir para a guerra?

— Porque é certo que a charqueada vai matá-lo mais cedo ou mais tarde. Na guerra, poderá sobreviver. E o mais importante de tudo é que, ao sair do império, será um homem livre. O exército imperial está na Argentina e não fica longe daqui. Ah, e não posso esquecer de mencionar: você é um escravo de muita sorte.

— Sorte? — indagou o enfermo.

— Sorte, sim. Veio a calhar que um soldado imperial está à beira da morte na enfermaria dos brancos.

— Onde está a sorte nisso? — perguntou o cativo, novamente.

— O soldado tem a mesma estatura. A mesma compleição física que você. Isso significa que o uniforme servirá.

— Não sou um soldado. Não irei para a guerra.

— Se quiser ser homem livre, terá que ir. E, para estar nos campos de batalha, terá que vestir a farda do exército imperial. O uniforme está no final do corredor, em bom estado, e é do seu tamanho. Isso é o que chamo de sorte.

— Não posso andar pelos campos, vestindo roupas militares. Os escravos não podem seguir desse jeito para a guerra — disse o cativo enfermo, atônito.

— Calma, meu caro. Você deve estar assustado. Ouça com atenção. Nenhum exército pode se dar ao luxo de dispensar o recrutamento dos escravos. Isso é assim desde a Roma Antiga — comentou.

José Cândido ficou intrigado com o que *mister* Jones dizia. Pensou que o médico tentava aborrecê-lo com aquelas histórias de guerra por brincadeira. O inglês prosseguiu com a instigação:

— Não vamos olhar para um passado tão distante. A história demonstra que os negros participaram das lutas pela independência das províncias do Prata e, aqui, na Revolução Farroupilha também. Há um conflito bélico em andamento contra o Paraguai. A sua oportunidade está à

espera na enfermaria dos brancos. Aquele uniforme é um disfarce perfeito para a fuga — insistiu o médico inglês.

O escravo permaneceu calado. Poderia ser açoitado por falar com um homem branco a respeito de um plano de fuga. Jones, no entanto, continuou. Tentava convencê-lo a vestir o uniforme imperial.

— Você tem que escolher. Ou vai para a guerra, ou morre como escravo na charqueada — enfatizou. — Eu não pensaria duas vezes. A liberdade está acima de tudo.

— O doutor sabe como são os castigos para um escravo que planeja fugir? — perguntou.

— Não sei e não me interessa saber. O plano é perfeito. Você vai fugir sob a proteção da farda imperial.

— Os mais velhos dizem que um escravo não pode confiar em um homem branco — esbravejou o enfermo.

José Cândido tinha razão em não confiar no médico inglês, porque Jones era, de fato, um iluminista controvertido. Em sua breve passagem por Pelotas, *mister White* fora visto brindando com as pessoas mais destacadas daquela sociedade escravocrata durante os saraus de fim de tarde. À noite, na surdina, o mesmo Jones White virava a sua casaca para comparecer às reuniões secretas que mantinha com um pequeno grupo de jovens abolicionistas — homens que vinham de outras cidades da província para articular as ações de incentivo à abolição.

Naquela década de 1860, muito por influência das novas repúblicas do Prata, alguns clubes abolicionistas já começavam a se formar em vilas distantes da Província de São Pedro, como em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Entretanto, pairava sobre a cabeça dos jovens abolicionistas e emancipacionistas rio-grandenses uma incerteza. Eles estavam divididos entre lutar pela libertação gradual ou pelo livramento total e imediato dos escravos.

Nos encontros secretos, o pregador iluminista inglês ensinava-lhes que, guiado pela razão suprema, todo ser humano decente deveria contribuir com o próprio esforço para colocar um fim completo e imediato ao

comércio imoral de carne humana em todos os países do planeta, inclusive no Império do Brasil. Desse modo, aos sussurros, fazia circular suas ideias por uma cidade que abrigava o maior polo concentrador de escravos da província de São Pedro, no sul do Império do Brasil.

Na enfermaria da Santa Casa, *mister* Jones procurou acalmar o enfermo, contando-lhe um fato esplêndido que testemunhara na Província de São Pedro, no último ano da Revolução Farroupilha.

— Eu vi o êxodo negro. Em 1845, enquanto os brancos digladiavam em escaramuças para manter viva a República Rio-Grandense, caravanas de negros fugiam do Império do Brasil com destino às terras da Banda Oriental. Escravos como você escaparam para o Sul, onde a escravidão foi abolida há muitos anos. Além do Rio Jaguarão, não existem cativeiros. Vi o êxodo acontecer com meus próprios olhos — declarou o médico.

O cativo enfermo ouviu e não pronunciou uma palavra. Entretanto, aquele testemunho fê-lo lembrar de já ter ouvido a respeito da misteriosa Banda Oriental. Ela estava presente naquela história de fuga que ouvira os negros velhos da charqueada comentar no galpão. O enfermo interessou-se pelo assunto e dirigiu o olhar para o homem branco dos cabelos grisalhos da cor do algodão, cujas roupas exalavam um forte aroma de tabaco.

— A Banda Oriental existe mesmo? Não é uma lenda? — questionou.

— Existe e não está longe daqui — falou o médico, pausadamente.

José Cândido gostou de saber que escravos como ele haviam conseguido fugir dos escravagistas rio-grandenses, seguindo para um lugar onde não havia mais escravidão.

Jones White pediu para o paciente sentar na cama. O inglês notou o interesse e continuou a instigá-lo.

— Na Banda Oriental, encontrei centenas de escravos fugidos do império. Sinceramente, não sei por quantos anos ainda a escravidão será

mantida no Brasil. O movimento abolicionista ainda não vingou nessas terras atrasadas. O império é um corpo estranho em toda a América. Talvez nunca acabe a servidão humana nas terras de Pedro II.

O negro permaneceu pensativo.

— Seus pulmões estão melhores. O catarro está praticamente seco. A infecção pulmonar já cedeu. É hora de começar a pensar sobre a guerra. Há um uniforme do exército imperial pronto para ser usado. Pense, mas não se demore. Não posso ficar falando sobre esse assunto. Você terá que acreditar em mim. A oportunidade está na sua frente. Pense. Volto amanhã para vê-lo — despediu-se o inglês, finalizando o atendimento.

Naquele dia, o negro da charqueada permaneceu deitado e calado. As palavras de *mister* Jones, porém, fizeram seu desejo pelo livramento despertar. Ele não alimentava a remota esperança de ser alforriado. A verdade nua e crua era que, mesmo se ficasse incapacitado para o trabalho servil, ainda assim o charqueador preferiria vendê-lo para algum outro senhor que estivesse disposto a lucrar com um escravo de ganho, a ter de conceder-lhe a alforria.

Sem conseguir vislumbrar um horizonte de liberdade naquelas terras meridionais do Império do Brasil, o escravo se mostrou exaurido pelo trabalho na charqueada. Ele não encontrou motivos para ficar em Pelotas. Os companheiros de cativeiro fariam falta, porém o trabalho se tornaria cada vez mais difícil com o passar dos anos, ainda mais agora que tinha os pulmões enfraquecidos.

Solitário, lembrou das jornadas de trabalho que começavam durante a madrugada. Pensou nos bois que precisavam ser mortos e carneados sob a luz da lua. Lembrou da safra do charque, que começava em novembro e terminava em maio. Recordou as várias horas em que permanecia agachado e banhado pelo sangue dos animais que matava. Um serviço brutal que se repetia dia após dia. Madrugada após madrugada. Aquela rotina árdua e cansativa estava à espera. Ele recusava imaginar-se despertando muito cedo para entregar-se de corpo e alma numa tarefa que lhe trazia pesadelos à noite.

José Cândido estava há mais de uma década imerso naquela

rotina. Estava cansado do casamento com o charque. A charqueada dava-lhe o abrigo, a roupa e o alimento. Nada além disso. Em seus pensamentos já não havia qualquer outra esperança. À noite, os pesadelos o visitavam, trazendo as imagens dos bois que matava. O último olhar das vacas, abatidas. Olhos esbugalhados por um golpe de marreta no alto da cabeça dos animais. Um golpe certo que colocava a *res* a seus pés. O animal esperneava e contorcia-se em desespero. No meio da noite, o último olhar do boi, em sangria, aparecia para perturbá-lo. Não restava mais nada na vida de José Cândido, além da carne e do sangue das vacas. Todos os dias, despertava com a sensação de que não queria mais pertencer àquele universo. Então, descobria que não adiantava pedir a Deus para estar em outro lugar, porque quem decidiria onde ele deveria estar chamava-se Pantaleão Manuel de Albuquerque.

O enfermo percebeu que a charqueada estava à espera do seu corpo. Os abates e os banhos de sangue continuariam todos os dias até o fim da sua vida. Se voltasse para aquele universo, jamais saberia como era o mundo além do arroio Pelotas. Jamais encontraria a Banda Oriental. Foi com o pensamento nesses dilemas que o cativo começou a pensar em não voltar para aquele universo fechado, sangrento e brutal que era charqueada.

Capítulo 05

No dia seguinte àquela breve conversa com o médico inglês, José Cândido aguardou ansioso pelo retorno do homem que tinha a pele clara e os cabelos da cor do algodão. *Mister Jones White* não apareceu. O doutor havia sido chamado para prestar atendimento em uma fazenda não muito distante de Pelotas. Desse modo, o médico somente reapareceu na enfermaria do hospital no outro dia, pela manhã.

O escravo José Cândido estava inquieto, impaciente. Queria revê-lo o mais rápido possível. As dúvidas borbulhavam em seu pensamento. As ideias estavam em estado de ebulição. Assim que Jones White retornou e entrou naquele quarto isolado de janelas gradeadas, o enfermo questionou-o de forma abrupta:

— Como sabe que não existe escravidão fora do império? Nós, da charqueada, achamos que tudo é uma lenda, uma fantasia.

O médico percebeu a ansiedade do cativo pela forma como foi interpelado. Ele procurou acalmar o espírito agitado do acamado, temendo que o escravo pudesse perder o juízo e pôr tudo a perder com gritarias desesperadas.

— Acalme-se. Vamos, primeiro, saber como amanhecera os pulmões hoje. Doente, você não terá chance de chegar a lugar nenhum.

Jones pediu para auscultar o peito novamente. Depois de examiná-lo, informou o estado de saúde.

— Estão bem melhores. Isso é ótimo. O repouso fez um bom efeito. Diria até que está pronto para partir para a guerra.

— Como posso fugir se não sei nada a respeito do que existe lá

fora? Não sei para que lado devo correr. Mal sei onde fica a Banda Oriental — resmungou o enfermo.

— Acalme-se, meu caro. Todos os homens brancos dessa cidade sabem que não há escravidão na Banda Oriental. Desde 1830, os rio-grandenses brigam com os orientais por causa disso. As rotas de fuga existem e são poucas. Há muita vigilância ao longo das lagoas Mirim e Mangueira. Uma fuga é o que os senhores de escravos mais temem nessas terras meridionais do Império do Brasil. Em toda a linha de fronteira, de Pelotas até Uruguaiana, sempre há um capitão-do-mato disposto a capturar os negros que fogem — explicou o médico.

— Onde estão os quilombos da Banda Oriental? Dizem que há alguns na direção de Canguçu. É para lá que devo ir? — perguntou.

— Esqueça os quilombos. O melhor que um escravo pode fazer é fugir para uma república. Sair do império de uma vez por todas. Deixar o Brasil para sempre. A Banda Oriental é uma opção. No entanto, não é a única que há — explicou Jones.

— Diga. A Banda Oriental está longe daqui? — questionou o enfermo, curioso para ouvir a resposta.

— A umas 20 léguas de Pelotas.

— Isso não é longe.

— É muito perto — concordou Jones. — Eu, no entanto, não iria para a Banda Oriental.

— Não iria? Acabou de dizer que é uma opção — indagou, estupefato, o escravo.

— Há muitos rio-grandenses entre Pelotas e o Rio Jaguarão. Eles buscarão incessantemente por você em cada estância, em cada lagoa, em cada riacho, em cada coxilha. Muitos dos escravos que alcançaram a Banda Oriental foram trazidos de volta para o Império do Brasil à força. Os caçadores de negros costumam invadir o Uruguai. Seguem até Florida ou Cerro Largo para sequestrar e capturar os cativos que fogem. Tudo o que um escravo não pode permitir é se deixar capturar por um rio-grandense. Se for

encontrado, será devolvido ao cativo. Ouvi dizer que estão sequestrando até mulheres negras, no Uruguai, para vendê-las em Pelotas. Fazem isso com o consentimento dos chefes da Polícia da região. Há casos em que os negros foram trazidos à força da Banda Oriental e foram obrigados a aprender a falar português. Muitos deles tiveram os nomes trocados para apagar os rastros da liberdade — contou o médico.

— Por que os rio-grandenses fazem essas coisas?

— Porque há uma escassez de negros no mercado imoral de corpos do império.

José Cândido permaneceu calado, pensando a respeito de cada palavra que o homem branco dizia. Aquelas explicações o faziam compreender o mundo de um modo diferente. Para não perder aquela oportunidade, provocou novos comentários:

— Vinte léguas não é muito. Para alcançar o livramento é perto. Vale a pena tentar — disse.

— Esqueça a Banda Oriental. Você não deve ir para lá. Será capturado no terceiro ou quarto dia de fuga — insistiu o médico inglês.

— Esquecer um lugar que está tão perto?

— Sim, esqueça. O caminho é óbvio demais. Você não terá qualquer chance de chegar até o Rio Jaguarão. Em dois dias seria denunciado e capturado. A rota de fuga deve ser outra. Você deve percorrer um caminho diferente e usando um disfarce perfeito. A oportunidade de ser livre está no oeste da Província de São Pedro. Em outra república. Você deve ir para o lugar onde a guerra está. Nesse momento, ela é travada no Oeste, na fronteira com a Argentina. É para lá que você deve ir — explicou o inglês.

José Cândido ficou atordoado por um instante e confessou sentir medo de fugir.

— Sinto um pouco de medo. Tudo pode dar errado. Um escravo não vai para a batalha sem o consentimento do seu senhor. É perigoso demais — ressaltou o enfermo.

— Ora, quem precisa de consentimento, quando há uma farda

do exército imperial à disposição? — retrucou *mister White*. — Há um soldado prestes a morrer na enfermaria dos brancos. Com as roupas deixadas por ele, você poderá seguir para o oeste distante bem protegido. No *far West* encontrará a liberdade.

— Fugir, protegido por um uniforme do exército? — questionou o cativo, incrédulo.

— Exatamente isso, meu caro — respondeu o médico, confiante. — Você só precisa vestir as roupas militares e partir. Apenas isso. Ninguém impedirá um voluntário da pátria pelo caminho. Nem o imperador Pedro II faria isso. Nem ele e nem o exército imperial. Pense que está substituindo um soldado morto.

— Doutor, o exército imperial não tem negros. Serei um estranho entre os soldados brancos.

— Não há soldados negros por enquanto, meu caro. Por enquanto — repetiu o médico. — Até o final desse ano, haverá muitos negros nas fileiras do exército imperial. Creia em mim. Isso não será problema. Você será alistado. O mais importante é que não haverá escravos nos batalhões do exército imperial. Tenha certeza disso.

— O oeste da província fica a que distância daqui? — indagou o paciente.

— A fronteira do império com a Argentina está muito longe. São necessários muitos dias de viagem. Terá de cruzar rios, coxilhas e uma imensidão de campos despovoados de gente. É praticamente um deserto o oeste da província. Há somente cinco capelas povoadas daqui até o Rio Uruguai. Piratini, Bagé, Livramento, Alegrete e Uruguaiana.

— E a guerra está no oeste distante? — questionou o enfermo.

— Sim. O conflito bélico está além do Rio Uruguai. Em setembro passado, as tropas imperiais retomaram a vila de Uruguaiana. Agora, seguem para Corrientes, na Argentina. Se você conseguir pôr os pés do outro lado do Rio Uruguai, será livre. Confia em mim.

O negro do Pantaleão ouviu com atenção os conselhos do

médico inglês. Algumas vezes, ficou bastante pensativo. Mas a cada explicação, novas dúvidas surgiam, e ele voltava a fazer perguntas.

— Vou receber a alforria ao chegar na república?

— Esqueça a alforria. Um escravo torna-se livre ao pisar o território de uma república que aboliu a escravidão. Só isso e mais nada. É como um passe de mágica.

— Não consigo acreditar nisso. A maneira como o doutor fala faz parecer que é simples ir para o oeste da Província de São Pedro, cruzar um rio e tornar-se um liberto. Não pode ser tão simples assim — duvidou José Cândido.

— Confia. Esta será sua única oportunidade, meu caro. Não tenha medo, porque a coragem você encontrará pelo caminho. O Império do Brasil está em guerra contra Paraguai há um ano. Ao contrário do que todos imaginam, o conflito não acabará em breve. O marechal Solano Lopez possui um exército de milhares de homens. E a julgar pelos acontecimentos, Pedro II não conseguirá vencer um exército tão numeroso sem recorrer aos escravos. As províncias do Norte e do Nordeste do Brasil já não conseguem enviar o mesmo contingente de voluntários da pátria de que o imperador necessita. Muitos homens brancos estão se valendo das isenções legais para escapar do recrutamento. Pedro II precisará de muitos negros para vencer o Paraguai. Então, meu caro, essa é a melhor oportunidade que terá para fugir do cativeiro. Junte-se às fileiras do exército imperial. Nenhum senhor de escravos de Pelotas ousará reivindicar sua propriedade contra o imperador. O defensor perpétuo do Brasil não devolverá nenhum soldado negro a esses malditos escravagistas rio-grandenses. E se vestir a farda do soldado branco, ninguém se atreverá a detê-lo pelo caminho. Você cruzará toda a Província de São Pedro sem ser perseguido ou molestado. A farda imperial vai protegê-lo. Acredita em mim — comentou o inglês.

O negro enfermo ficou um longo momento em silêncio. Ele não costumava confiar nas palavras de um homem branco, mas aquele doutor parecia ter o espírito tão elevado que espaneava qualquer dúvida quanto ao sucesso da fuga. Em seu íntimo, brotava um sentimento de esperança ao ouvir o médico. O cativo, no entanto, mantinha-se cauteloso e queria

descobrir qual era a verdadeira intenção do homem da pele clara e dos cabelos grisalhos da cor do algodão.

Ao ver *mister* Jones caminhar em direção à porta, perguntou-lhe:

— Por que ajuda um escravo? Por que auxilia um cativo a escapar da charqueada? O senhor é pago pelos brancos, come e diverte-se com eles. Por que me incentiva a fugir? O que ganha com isso?

— Qual é mesmo seu nome?

— José Cândido.

Jones White aproximou-se novamente do leito rústico.

— Alguém tem de mostrar o caminho e dizer para onde uma pessoa deve seguir. A escravidão se prolongará por muitos anos, no Brasil, mas eu terei ajudado a libertar um escravo pelo menos — comentou o inglês.

José Cândido escutou com atenção aquela explicação melancólica do médico. Jones White continuou:

— Durante a breve existência da República Rio-Grandense, imaginei que todos os escravos dessa província seriam libertados. Estava enganado. O que vejo, agora, vinte anos depois, é que sobre os campos da efêmera república transitam os piores escravagistas do império. Por causa do fracasso da República Rio-Grandense é que esta guerra fratricida contra o Paraguai está ocorrendo. Um conflito sucede o outro.

— Como assim, doutor?

— Se a República Rio-Grandense tivesse resistido aos ataques do exército imperial, os farroupilhas teriam abolido a escravidão como fizeram os uruguaio e argentinos. A república, porém, sucumbiu. E com ela os ideais de liberdade, igualdade e humanidade.

O médico prosseguiu:

— Preciso dizer o que aconteceu depois do fim da República Rio-Grandense?

— Conte — pediu o cativo enfermo.

— A província foi devolvida aos senhores de escravos rio-grandenses. Eles transformaram-se nos mais impiedosos escravagistas do império. Para acalmá-los, Pedro II precisou firmar tratados de extradição para repatriar escravos fugitivos com os governos nacionais do Uruguai e da Argentina. Há, nessa cidade de Pelotas e em todos os povoamentos da fronteira, homens da pior espécie. Perseguidores fraudulentos e sequestradores de pessoas livres. Com o patrocínio dos escravagistas, capitães-do-mato invadem a Banda Oriental para capturar negros libertos. A província está nas mãos de senhores sem qualquer virtude republicana.

— Conte mais — pediu o escravo.

— A história é feita de péssimos exemplos. Com essa província não é diferente. Sei de muitos rio-grandenses que capturaram crianças recém-nascidas dos braços das mães negras para batizá-los em terras brasileiras como se fossem filhos de gente escrava. Fizeram e fazem isso para perpetuar a escravidão que há no Brasil. Para mim, os escravagistas rio-grandenses cometem os piores crimes contra a humanidade. Promovem o inconcebível ato de escravizar o mesmo homem pela segunda vez. Tivessem os farroupilhas vencido, a história seria diferente. Agora, a guerra contra o Paraguai vai dar um jeito nos rio-grandenses e no império.

— Por que diz isso? Não compreendo.

— É simples compreender. A escravidão explica muitas coisas nesse continente. Os escravagistas rio-grandenses sempre ignoraram as leis abolicionistas das repúblicas vizinhas. Eles nunca respeitaram a constituição uruguaia. No momento em que o governo nacional uruguaio obrigou os rio-grandenses a respeitar a abolição da escravatura no território oriental, o imperador Pedro II aliou-se ao caudilho colorado Venâncio Flores para realizar um levantamento armado. Flores acenava não punir os rio-grandenses pelas transgressões cometidas na fronteira. Com os colorados no governo do país vizinho, os senhores de escravos poderiam levar e trazer os negros de um território para o outro sem sofrer qualquer intervenção. Os cativos sempre foram o cerne do problema nas fronteiras do império.

José Cândido tentava compreender aquelas explicações.

— E como isso foi provocar a guerra contra o Paraguai?

— Estou explicando fatos que conheço muito bem. Para mim, a guerra contra o Paraguai é consequência direta desse conflito entre os escravagistas rio-grandenses e os abolicionistas uruguaio, porque, em resposta à aliança dos colorados com Pedro II, o governo blanco uruguaio solicitou apoio ao presidente paraguaio. Solano Lopez prometeu enviar tropas à Banda Oriental em caso de agressão militar brasileira ao território dos uruguaio. Quando os imperiais brasileiros e os colorados cercaram e atacaram a cidade de Paysandu, por 30 dias, entre 03 dezembro de 1864 e 02 de janeiro de 1865, a Guerra do Paraguai teve início. Por isso é que insisto em dizer que tivesse a República Rio-Grandense sido bem-sucedida, nada disso teria ocorrido. Os republicanos rio-grandenses teriam abolido a escravidão e não haveria motivos para desrespeitar as leis abolicionistas do Uruguai. Pedro II não teria justificativa para aliar-se aos colorados uruguaio e para derrubar o governo blanco. Enfim, essas são as minhas conclusões. Você não encontrará ninguém que diga isso.

José Cândido ouviu as explicações do médico sem compreendê-las muito bem. No entanto, percebeu que as guerras entre os brancos ocorriam por um único motivo: elas existiam para manter ou abolir a escravidão dos homens negros. Ao perceber isso, a raiva aumentou dentro de si. O médico sem mais nada para dizer, retirou-se e, antes de abrir a porta e sair, fez um ultimato:

— Não há mais motivo para permanecer na enfermaria. Os pulmões estão limpos. Seu tempo de reflexão acabou. Voltarei à noite para ouvir sua decisão.

A porta do quarto foi fechada. O escravo voltou a ficar só, acompanhado apenas pelas reflexões que fazia a respeito do que ouvira e descobrira sobre o mundo que havia além das cercas de pedra da charqueada.

Capítulo 06

As horas passaram lentas naquele terceiro dia de convalescença. As palavras guerra e liberdade, que tinham despertado o cativo enfermo, já não pareciam ecoar soltas e desconexas pelo pensamento. José Cândido ficou animado com a ideia de fugir protegido pela farda do exército imperial. O plano parecia-lhe perfeito: sair da enfermaria como um soldado, pegar a estrada e seguir rumo ao oeste distante, em busca da liberdade e da guerra contra o Paraguai. O *far West*, como dizia o médico inglês, era a melhor opção.

Naquele dia, o escravo enfermo passou o resto do dia imaginando como seria um campo de batalha. Nunca havia matado um homem, apenas bois e vacas, na charqueada. “Mas quem mata um boi, consegue matar um homem”, concluiu. O conflito contra o Paraguai não poderia ser um inferno pior do que o da charqueada. O escravo estava convencido de médico inglês tinha razão. “Vou para a guerra”, pensou, animado. No início da noite, com o rosto iluminado por uma lamparina de cera, Jones White retornou ao quarto para a última conversa que teria com o paciente. Desta vez, ele não o examinou.

— E então? Qual é a sua decisão? — perguntou o inglês.

— Vou para a guerra.

— Ótimo — congratulou o médico. — Como sempre digo: *Sis libertas, para bellum*.

Apesar de animado, o negro enfermo tinha algumas dúvidas e queria fazer perguntas, mas *mister* Jones pediu que ele apenas o escutasse, pois tinha conselhos importantes a transmitir.

— Escuta e guarda meus conselhos. Essa guerra, um dia, vai acabar. Nenhuma é para sempre. Então, quando terminar, trate de não voltar ao Brasil. A escravidão e o racismo são duas feridas que levarão muitos anos para cicatrizar nessas terras. O preconceito sempre existirá contra os negros. Convencer as pessoas de que todos os homens são iguais não é fácil. Viva em uma república — disse Jones.

— Entendi.

— Vá para o *far west*. Não há ferrovias naquela direção. O seu trilho será o rastro do pôr do sol. Siga-o para chegar na Argentina.

— Sim, senhor.

— E o mais importante de tudo — frisou Jones. — Nunca. Nunca se separe do uniforme do exército imperial. A farda é sua única proteção. Será o seu manto protetor.

O médico entregou-lhe uma bolsa em que estavam guardados uma calça de algodão, uma camisa, uma jaqueta, um cinto e um par de botas militares.

— Aqui está o uniforme do soldado branco. Ele morreu ontem. Hoje à noite será o melhor momento para a fuga. A lua está cheia. Fuja para o Oeste. Siga na direção da vila de Bagé. Corra até alcançar a vila de Uruguaiana, no oeste da Província de São Pedro. Ao chegar lá, cruze o Rio Uruguai e será livre. Na Argentina não há escravos. Não será difícil encontrar o exército. Em Uruguaiana, os moradores receberão de braços abertos qualquer soldado da infantaria que venha salvá-los dos paraguaios.

— Quantas léguas caminharei até chegar na vila de Uruguaiana.

— Umas 120 léguas. Você encontrará muitos rio-grandenses pelo caminho, mas não se preocupe com isso. Com o uniforme do exército imperial, estará seguro. Ninguém o impedirá de ir para a guerra. Nos batalhões da infantaria, estará livre da perseguição dos capitães-do-mato e dos caçadores de escravos.

— E o que vai acontecer com o doutor? Será enforcado ao saberem que ajudou um escravo a fugir? — indagou.

— Os rio-grandenses não farão mal a um súdito da rainha da Inglaterra. O máximo que farão é mandar-me embora. Parto amanhã para o Rio de Janeiro. Quando descobrirem, já estarei longe. Tudo correrá bem. Boa sorte na vida que levará na república — desejou Jones.

O médico encaminhou-se para a porta. O cativo enfermo fez menção de agradecer com um aperto de mão, mas Jones White saiu rapidamente. A porta do quarto foi fechada.

Naquele mesmo dia, por volta de 22 horas, José Cândido vestiu a farda do soldado branco e preparou-se para seguir para o Oeste, conforme o doutor aconselhara. Com prudência, abriu a porta da enfermaria, caminhou garbosamente pelos corredores da Santa Casa e saiu pela entrada principal do hospital, seguindo direto para a vila de Bagé.

O fugitivo evitou a trilha que levava ao Rio Jaguarão. Ele não seria inocente em seguir para o Sul como muitos escravos faziam. Na Banda Oriental, encontraria os mesmos escravocratas brasileiros que havia em Pelotas, porque um terço das terras ao norte da República do Uruguai ainda estavam nas mãos dos súditos do imperador. Esses senhores brancos, que mantinham extensas porções de terra no país vizinho, estavam sempre dispostos a devolver qualquer escravo fugitivo ao império. Nos territórios fronteiriços do Uruguai com o Brasil, os estancieiros brasileiros não respeitavam a constituição uruguaia, quanto mais a abolição da escravidão feita pelos republicanos vizinhos.

Assim, na noite de 23 de janeiro de 1866, o baiano deixou de ser “do Pantaleão” e foi visto pela última vez, correndo pelos campos escravagistas do Senhor. Ele desapareceu nas coxilhas a caminho das capelas de Piratini e de Bagé. Naquela mesma noite de verão, antes que qualquer caçador de escravos das charqueadas de Pelotas saísse a cavalo em perseguição ao negro fugitivo, *mister* Jones White teve tempo de preparar a mala.

Ao raiar do sol do dia seguinte, Jones dirigiu-se para o porto, onde esperou um barco que o levasse até Rio Grande. Pretendia seguir para o Rio de Janeiro para insuflar o ânimo abolicionista dos jovens pensadores. Ele estava convencido de que o período revolucionário havia acabado na

América do Sul.

O médico inglês tinha notícias de que outra revolução começava na Europa. Algo totalmente novo surgia no velho continente. Acontecimentos que ele ainda não compreendia muito bem. Conceitos novos, como capitalismo, fábricas, máquinas a vapor, movimentos operários e anarquismo. Esses novos nomes que eram dados aos pensamentos o atraíam de volta para a Europa. Jones estava farto de escutar falar dos velhos caudilhos que conhecera naquelas revoluções sul-americanas.

Os rio-grandenses tinham certeza de que voltariam a colocar as mãos em José Cândido, mas Jones White zombou dos senhores de escravos da província. Ao deixar a barra de Rio Grande, ele cantarolou, em inglês, uma estrofe do hino da fracassada República Rio-grandense:

But it's not enough to be free.

Be strong, brave and brave.

People who have no virtue.

It ends up being a slave.

— Sirva essa façanha de modelo a toda terra! Segue o caminho e vai ser livre em uma república. O Império do Brasil não é uma terra para você — murmurou o médico, satisfeito por libertar ao menos um homem em toda a sua vida.

A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi a grande oportunidade que surgiu para o escravo do Pantaleão. Ele correu pelos campos do Senhor como se fosse um centauro negro. Um ogum das savanas. Se quisesse viver livre, deveria ir para uma terra de homens libertos. Os territórios da Argentina e do Uruguai estavam além da fronteira do império e ofereciam-lhe o livramento. Foi dessa maneira que José Cândido começou a dizer adeus à escravocrata Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

— *Sis libertas, para bellum.* Como aprecio esse adágio latino.

Se deseja a liberdade, prepare-se para a guerra — disse Jones, antes de perder de vista a costa atlântica da Província de São Pedro para sempre. O médico nunca mais voltou a pôr os pés no sul do império.

Capítulo 07

Assim que soube, no final da tarde de 24 de janeiro de 1866, que o cativo José Cândido havia fugido da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, o charqueador pelotense Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque esmurrou várias vezes sua mesa de trabalho. Ele explodiu de raiva e considerou a fuga um ato de ingratidão do escravo.

— Maldito, negro. Mil vezes seja amaldiçoado seu nome — esbravejava.

Pantaleão havia investido o valor de três reses no tratamento médico do cativo. Queria vê-lo curado e em pé na charqueada, trabalhando 14 horas por dia. Por isso, não esperava receber aquela ingrata notícia da fuga. Bravo, partiu para Pelotas em seu cavalo, dirigindo palavras rudes contra todos os negros que encontrava pelo caminho.

Na cidade de 27 mil habitantes, o charqueador andou de porta em porta, em busca do capitão-do-mato Pompeu de Castro Vieira. Queria contratá-lo para o serviço de captura do escravo fugitivo a qualquer preço. A caçada ao baiano deveria ser exemplar para dissuadir os outros 126 negros da charqueada para sempre. O rico escravocrata estava disposto a pagar até 10 onças de ouro pela captura. O valor correspondia a uma quarta parte do preço de um bom escravo no cais do Valongo.

Naqueles idos de 1865 e 1866, Pompeu de Castro Vieira era o mais implacável caçador de negros da região sul da Província de São Pedro. Um homem de estatura baixa, mas reconhecido pela disciplina militar que empregava em cada captura que fazia pelos campos da antiga Província Cisplatina. Ele saía em perseguição dos negros fugitivos como se estivesse em busca de um castelhano ou de um aragano do exército inimigo.

Essa idiossincrasia de Castro Vieira devia-se à sua história pessoal. Em 1835, aos 20 anos, aderira à causa dos farroupilhas, movido mais por um ímpeto da juventude do que propriamente por uma consciência republicana. Castro Vieira nunca fora um republicano. Pelo contrário, sempre almejou alcançar o baronato da monarquia, embora não acumulasse as prerrogativas patrimoniais necessárias para tanto.

Ainda muito jovem, combateu nas primeiras escaramuças contra os soldados do exército imperial brasileiro. Durante 10 anos, entre 1835 e 1845, perseguiu e foi perseguido pelas tropas imperiais. Meteu e levou bala por todos os flancos. Como soldado farroupilha, acabou por conhecer a topografia da Província de São Pedro como poucos. Por causa das constantes mudanças da capital dos farrapos, esteve em Piratini, Caçapava do Sul e, por fim, nos campos do Alegrete.

Durante a década da sedição sulista, identificou todos os locais apropriados para as emboscadas e todas rotas com opções de fuga. Percorreu e transcendeu os limites fronteiriços, os rios, os banhados, as coxilhas e os arroios. Tudo estava mapeado em sua memória. Não havia uma fuma ou um afloramento de pedra que não conhecesse.

Quando, em 1845, a Paz de Poncho Verde colocou um fim à rebelião armada e à própria República Rio-Grandense, pacificando e devolvendo os campos do sul do Brasil ao imperador, Pompeu de Castro Vieira recusou-se a entregar as armas aos imperiais. Havia tomado gosto pela vida castrense, pelas perseguições e pelas escaramuças.

Convencido por um grupo de charqueadores de Pelotas a não depor as armas e a encontrar novos inimigos pelos campos do Senhor, Castro Vieira logo percebeu o que os ricos charqueadores estavam sugerindo. Para ele, os novos inimigos eram os abolicionistas uruguaios e argentinos que, com suas constituições e leis republicanas, inspiravam os cativos brasileiros a fugir do Império do Brasil. Isso aconteceu em uma época em que o cerco contra os escravagistas da Província de São Pedro fechava-se. O bloqueio inglês ao comércio transatlântico de escravos cerrara as portas do oceano. Os abolicionistas uruguaios e argentinos queriam avançar pela província, trazendo nuvens de tempestade. Nesse contexto, Castro Vieira era o homem de que precisavam os proprietários de escravos rio-grandenses para cortar as

rotas de fuga e trazer os negros que haviam se desgarrado do império.

Certo de que poderia resolver a aflição dos charqueadores, o perseguidor de escravos radicou-se em Pelotas para prestar serviços àquele núcleo escravagista, o qual movimentava o principal polo produtor do charque do país. O abastecimento de carne-seca para as senzalas dos cafeicultores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo não podia progredir e desenvolver-se sob a ameaça de ventos antiescravagistas e de novas fugas. A insurreição republicana rio-grandense já havia dado muitos prejuízos aos senhores de escravos.

Como antigo insurgente farroupilha, Pompeu de Castro Vieira era o homem que reunia os atributos necessários para evitar qualquer tentativa de um novo êxodo negro no sul do império. Ungido pelos charqueadores, ele iniciou a atividade que conciliava os rigores das campanhas militares com os ganhos generosos; as incursões aos territórios do inimigo com as perseguições; os riscos de escaramuças com a vida castrense. Ele enxergou todas essas vantagens no serviço de captura de escravos que fugiam do império para a República da Banda Oriental do Uruguai.

Ao tomar conhecimento de que 800 escravos haviam deixado o Brasil durante os derradeiros anos da malsucedida República Rio-Grandense, Castro Vieira contabilizou o valor dos negros desgarrados em 1.600 contos de réis. Um tesouro negro estava solto pela Banda Oriental e somente ele poderia resgatá-lo das mãos dos inimigos uruguaios. O tesouro negro correspondia, no mínimo, a uma tonelada e 600 quilos de ouro.

O ouro preto estava à espera de Pompeu de Castro Vieira. Era um metal vivo, fugaz, disperso, cambiante e difícil de ser apreendido. Trazê-lo de volta para os senhores de escravos da Província de São Pedro era a oportunidade que buscava para ganhar grandes quantias de dinheiro e, no futuro, conquistar o título de nobreza do Império do Brasil. Um baronato lhe cairia bem. O título já estava escolhido: “barão do tesouro negro oriental”.

Por outro lado, Castro Vieira estava ciente da escassez de negros no comércio imoral de corpos do império. Ele sabia que a pujante manufatura do charque rio-grandense precisava cada vez mais de escravos para movimentar as engrenagens da produção. Imaginava que, se capturasse

todos os negros fugidos na república vizinha, o próprio Pedro II o homenagearia na corte do Rio de Janeiro por prestar um serviço útil e necessário aos charqueadores.

Portanto, não foi à toa que o senhor Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque saiu à procura do famoso caçador de escravos pelas ruas de Pelotas, no dia em que soube do ato de ingratidão do baiano, cujo nome nunca conseguia recordar.

Capítulo 08

Ao ser localizado pelo charqueador em uma pequena taberna escura, próximo ao porto de Pelotas, o caçador de escravos Castro Vieira tinha em mãos um copo de aguardente. Ele ostentava uma pistola enfiada na cintura. No instante em que avistou o temido e respeitável senhor da charqueada entrar sozinho no local, o capitão-do-mato pensou com ironia: “Sinto o cheiro de negro fugitivo no ar”.

Naquele início de 1866, Castro Vieira era um renomado perseguidor de escravos — incluindo homens, mulheres e crianças — que haviam deixado o território do Império do Brasil para viver como pessoas livres na Banda Oriental do Uruguai. A fama de sequestrador havia chegado até o Passo Imperial, no Rio de Janeiro. Seu nome fora denunciado pelos vice-cônsules uruguaiais de Jaguarão, de Pelotas e de Rio Grande ao ministro dos assuntos estrangeiros de Pedro II. Os diplomatas imputavam-lhe o cometimento de inúmeros casos de sequestro, rapto e desaparecimento de homens negros que trabalhavam em terras uruguaiais.

Duas décadas de atuação ilegal e clandestina transformaram Castro Vieira no principal traficante de carne humana do sul do império. Aos 51 anos, o capitão-do-mato era um homem que causava repúdio às autoridades uruguaiais e admiração aos senhores de escravos. O fato de ser considerado pelos orientais como pior contrabandista rio-grandense fez sua fama aumentar entre os escravagistas.

— Doutor Pantaleão — saudou o antigo farroupilha. — O assunto deve ser urgente para vê-lo a essa hora por aqui.

O charqueador entrou e sentou-se à mesa, junto com o capitão-do-mato. Eles pediram ao taberneiro que trouxesse outro copo de aguardente.

— Um negro ingrato fugiu ontem. Quero que o capture para mim. Não deve estar longe de Pelotas.

— Acabo de voltar da Banda Oriental onde capturei uma negra, de nome Florência Maria. Ela estava escondida em Santíssimo Sacramento, no Uruguai, a algumas léguas de Bagé. Vai ser vendida no mercado de escravos do Rio de Janeiro para não contaminar os outros com histórias de liberdade. Para a sua sorte, doutor Pantaleão, estou disponível para um novo serviço. Qual é o nome do negro? — perguntou.

— Sempre esqueço o nome dos meus escravos. Se não me engano é José Cândido. Um baiano de beijo grosso e de nariz achatado.

— Pois encontrou o homem certo para essa caçada. Passei os últimos 20 anos capturando negros por toda a Banda Oriental. O fugitivo não tem saída comigo. Trago todos de volta ao cativeiro. Tenho os nomes dos escravos que capturei na memória. O Agostinho, o Cândido, a Leonor, a Maria, o Honorato, o Adão, o Rufino, a Josefina, o Laurindo, o João, o Valério, a Faustina, o Francisco, o José Maria, o Hilário, a Isaura, a Joana Maria, a Teresa, o Bernardo, a Antônia, o Raimundo, o Manoel, a Joana Felícia, a Maria Francisca, o Theodoro, o Estácio, o Hipólito, a Delfina, a Maria Rosa, a Catarina, a Raimunda, a Felizarda, o Gervásio, a Margarida, a Esperança, a Antônia, a Rita, o Pedro, o Gregório, a Bárbara, o Assunção, o Olímpio, o Amado, a Helena, o Evaristo, a Francisca e o Custódio. Nenhum me deu trabalho — gabou-se o capitão-do-mato, diante do charqueador.

— Qual é o preço do serviço? Não vá meter-me a faca. Já fui apunhalado pelo meu escravo — declarou Pantaleão, depois de tomar um longo gole de aguardente.

— Depende da complexidade do serviço e das léguas percorridas. Se tiver de ir além do Jaguarão, o risco de enfrentamento com os orientais aumenta e o preço do serviço também. Até o Rio Jaguarão cobro duas onças de ouro. Passando o Jaguarão, costumo cobrar uma onça por légua andada. Sabe como é. Não é fácil capturar um negro no Uruguai.

O charqueador bebeu outro gole de aguardente, enquanto ponderava os custos da caçada ao fugitivo.

— Parece-me justo o valor. Aqui tem duas onças de ouro — disse, retirando um saquinho de couro do bolso do casaco. — O baiano não deve ter cruzado a fronteira do Jaguarão.

O capitão-do-mato aceitou o pagamento antecipado pelo serviço. Pantaleão queria seu negro de volta.

— Quando me entregar o fujão, vou deixá-lo no tronco e entortá-lo a pau. Vou açoitá-lo tanto, tanto. Não quero nem pensar. Depois, venderei o infeliz para o Rio de Janeiro para me ressarcir de todos esses prejuízos.

— E como o negro conseguiu fugir da charqueada?

— Escapou da enfermaria da Santa Casa. Não sei como pôde desaparecer. Não podia nem andar de tão doente que estava.

— Alguém o ajudou. Pode ter certeza.

— Vou pedir ao chefe de Polícia que investigue o caso. Se tiver um abolicionista envolvido nisso, eu mesmo o degolo na praça. Ninguém mexe no meu patrimônio — comentou Pantaleão, enfurecido.

Antes de beber um último gole do copo de aguardente, o charqueador redigiu sobre a mesa uma procuração para que Castro Vieira pudesse agir em seu nome e reivindicar o negro onde fosse encontrado. Além disso, descreveu as características do escravo fugitivo. As mesmas informações foram publicadas na gazeta da cidade, sob a forma de um pequeno anúncio de recompensa pela captura. Dois dias após a fuga, a gazeta publicou o reclame:

Escravo fugido: José Cândido. Altura regular. Muito preto. Olhos esbugalhados. Cabelo ralo e encarapinhado. Nariz achatado e grande. Lábios grossos. Negro de bom aspecto. Muito forte. Capaz de segurar e derrubar uma vaca. Bom carneador. Não é de muita conversa. Idade 28 anos. Fugiu de Pelotas. Provavelmente segue para os campos da Banda Oriental, onde a escravidão foi abolida.

Gratifica-se com 100 réis quem o impedir pelo caminho. Entender-se com o capitão-do-mato Pompeu de Castro Vieira ou com os chefes de Polícia das freguesias de Pelotas, Rio Grande e Jaguarão. Roga-se àqueles que o capturem que não o matem para evitar maiores prejuízos ao seu senhor Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque.

Capítulo 09

A caçada a José Cândido teve início na alvorada do terceiro dia após a fuga da Santa Casa de Misericórdia, em 26 de janeiro de 1866. Um dia foi o tempo que Pompeu de Castro Vieira precisou para preparar os dois cavalos e organizar os mantimentos necessários para a expedição de captura, prevendo que ela se encerraria, provavelmente, antes do Forte de Santa Teresa ou da Laguna Negra, nos campos interiores do departamento de Rocha, na Banda Oriental do Uruguai.

O chefe de Polícia de Pelotas, bacharel Justo Ari Melo, fez uma investigação na enfermaria e suspeitou que o escravo tivesse recebido o auxílio de algum criminoso abolicionista. Por algumas horas, ficou de olho no casal de africanos livres que trabalhava na Santa Casa. Ele, porém, jamais imaginou que o médico Jones estivesse envolvido no caso. A respeito da farda, aliás, ninguém deu por falta dela. O corpo do desconhecido soldado branco foi colocado em um caixão e enterrado de camisolão, sem a honra de vestir o uniforme imperial. O falecido era voluntário da pátria de João Pessoa, na Paraíba. Nenhuma confraria o velou. O corpo acabou sepultado no cemitério de Pelotas sem nenhuma salva de tiros.

O chefe de Polícia Justo Ari Melo descobriu muito pouco a respeito da fuga. Ninguém havia visto o escravo fugir. Duas pessoas relataram a passagem pela porta de um soldado negro do exército imperial. Justo Melo ignorou a informação e pensou que o soldado era um visitante e que não tinha nenhuma relação com a fuga do escravo. O máximo que o chefe de Polícia conseguiu foi a notícia de que alguém teria visto um negro seguir em direção ao sul, evitando o caminho que passava por entre as lagoas Mirim e Mangueira. Só isso. Nada mais.

— O negro foi para a Banda Oriental. Pegou o caminho da capela do Arroio Grande e segue para o Jaguarão. Ele foi por fora da Lagoa Mirim — informou Justo Melo ao capitão-do-mato.

— Olé! O fugitivo foi pelo caminho mais longo. Aposto que vai para Trinta e Três ou para o Cerro Largo. Capturo-o antes de chegar no Rio Jaguarão. Na capela do Arroio Grande já saberei qual é a situação — disse Castro Vieira.

O perseguidor de negros fugitivos gabava-se de conhecer muito bem a topografia das terras castelhanas. De Pelotas até o Rio Negro, no interior da Banda Oriental, não havia esconderijo que não pudesse localizar. Bastava ver as primeiras pegadas para descobrir o paradeiro do escravo fujão. Após vários anos de contrabandos e de sequestros, ele já não se sentia desafiado pelos fugitivos.

— Alcançarei o escravo em dois dias no máximo e antes de cruzar o Jaguarão — previu, ao despedir-se do chefe de Polícia.

O caçador de cativos montou o cavalo e partiu sozinho. Calculou que em quatro ou cinco dias estaria de volta a Pelotas, com o escravo acorrentado pelos pés e pelas mãos e sobre o lombo do segundo cavalo. Castro Vieira, porém, não desconfiou que o fugitivo pudesse tomar um caminho diferente e seguir uma rota pela qual nenhum outro escravo havia tentado escapar: uma fuga para o oeste da Província de São Pedro para alcançar o território argentino.

A certa altura do caminho, no segundo dia de perseguição, Castro Vieira percebeu que o rastro do escravo havia desaparecido naquelas planícies próximas à Lagoa Mirim. Ao alcançar o Rio Jaguarão, três dias depois de partir de Pelotas, não encontrou nenhum rio-grandense que pudesse ter avistado o tal fugitivo. Em todas as estâncias por onde passava e pedia informações, era informado de que nenhum negro havia sido avistado por aquelas bandas. Após ouvir tantas respostas negativas, Castro Vieira considerou que o escravo pudesse ter enveredado em alguma quebrada e tomado outro rumo.

— O sujeito é mais esperto do que pensei. Não consigo imaginar onde se meteu o desgraçado. Em algum lugar desviou. Onde foi se

meter o danado? — perguntava-se, antes de decidir se cruzava o Rio Jaguarão e violava o território uruguaio pela milésima vez com outra caçada ilegal a homens livres.

— O cativo não veio para a Banda Oriental por essa trilha — disse Castro Vieira a um amigo da vila do Jaguarão. — Vou voltar pelo caminho do meio.

Enquanto o renomado capitão-do-mato retornava para Pelotas, desistindo de cruzar o Jaguarão, o falso soldado imperial seguia a passo ligeiro em direção ao oeste distante como se estivesse em romaria para ver um santo reprovado. Andarilhou, escondido, pelas coxilhas da Serra do Piratini, cujas elevações não passavam de 400 metros de altura. No trajeto, descansou e bebeu da água dos arroios e das sangas, próximas às nascentes do Camaquã.

Depois da Serra do Piratini, vagueou pela coxilha das Pedras Altas, onde encontrou as vertentes do Rio Jaguarão e do Rio Negro. Num determinado dia, José Cândido deparou-se com uma imensidão de campos verdejantes que se estendia até o infinito. Seu espírito foi tomado por uma sensação de liberdade que só as savanas podem inspirar. A vista podia alcançar o horizonte e isso o deixou feliz. O universo abria-se para ele.

O escravo fugitivo do Pantaleão passou muitos dias caminhando pelas planícies interiores da Província de São Pedro, em direção à vila do Alegrete. Na altura da Coxilha de Santana, uma planura, nunca antes vista por ele, o acolheu por muitas e muitas léguas após cruzar o Rio Santa Maria. Solitário, o falso soldado imperial alimentava-se do pouco que conseguia coletar e caçar pelos campos. Rãs, frutas silvestres, peixes pequenos e tartarugas saciaram sua fome.

Ao alcançar o Cerro do Caverá, descansou sem nenhum receio, porque já estava longe o suficiente das garras dos caçadores de escravos. Ele estava a poucas léguas da vila do Alegrete e sentia-se completamente isolado do mundo. O falso soldado imperial havia alcançado, finalmente, o oeste distante de tudo. O *far West* da Província de São Pedro do Império do Brasil estava sob seus pés. Para ele, aquele era um lugar em que as noites eram tão escuras quanto assustadoras. O relento, o frio e a fome o acompanhavam, mas

ele não desejava voltar nunca mais para a charqueada.

O falso soldado transitou pelo vasto território dos campos lisos do pampa rio-grandense, evitando os quatro únicos povoados que existiam e poucas as estradas do imperador. Em pleno verão, uma ou outra pancada de chuva aliviava o calor e ajudava a apagar o rastro de suas pegadas que ficavam pelo caminho. Nenhum capitão-do-mato o encontrou graças à natureza.

Ao deixar o Caverá para trás, o escravo fugitivo continuou a correr para o Oeste, ansioso para pôr os pés no território argentino. No caminho do livramento, banhou-se e pescou no Rio Ibirapuitã. Repousou à sombra das coronilhas e dos espininhos. Nas imediações do Inhanduí, fartou-se com os ovos de ema que encontrou para comer e continuou a viagem como se fosse um soldado imperial em busca da guerra.

Cansado, após tantos dias de fuga, ele avistou, ao longe, os contornos do solitário Cerro do Jarau. José Cândido estava próximo de completar a trilha da libertação que culminava na vila de Uruguaiana, no extremo oeste da Província de São Pedro. Ele havia percorrido 125 léguas sob o abrigo da farda imperial e não levava uma carta de alforria nas mãos. Àquela altura dos acontecimentos, o escravo do Pantaleão começava a deixar de ser um mero fugitivo e passava a tornar-se um negro voluntário da pátria que estava a caminho da guerra contra o Paraguai.

Segunda Parte

O passo dos livres pelo Rio Uruguai.

Fronteira do império com a república, fevereiro de 1866.

Capítulo 10

Por certo, havia um teatro de guerra no oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul naquele mês de janeiro de 1866. A beligerância havia tocado às planícies provincianas no primeiro semestre de 1865, quando as vilas de São Borja e de Uruguaiana caíram nas mãos de uma coluna do exército paraguaio. Por mais de cinco meses, elas permaneceram invadidas. Casas foram saqueadas e queimadas. Muitos dos súditos do imperador Pedro II evacuaram aqueles povoamentos para não serem aprisionados, violados ou mortos pelos soldados de Solano Lopez. No mesmo ano, porém, em setembro de 1865, as tropas da Tríplice Aliança, que haviam se agrupado em Paysandu, no Uruguai, avançaram e conseguiram cercar e impedir o avanço da coluna paraguaia.

Pedro II deslocou-se para a vila de Uruguaiana, assim que soube do cerco, e, pessoalmente, no dia 18 de setembro de 1865, aceitou a rendição incondicional do coronel Antônio Estigarribia de la Cruz, comandante da coluna militar, formada por sete mil soldados paraguaios. Os invasores das terras do Brasil renderam-se em uma praça, de onde se avistava ao longe o Rio Uruguai. Com a vila de Uruguaiana retomada das mãos inimigas, os moradores afugentados passaram a retornar ao povoamento.

O falso soldado de Pedro II corria para fronteira do império. Pelo caminho, os viajantes o olhavam das carroças com extrema curiosidade. Aquele soldado negro seguia a pé, sem uma carabina ou um fuzil no ombro. Muitos o cumprimentavam mesmo assim e não suspeitavam que o homem era, na verdade, um fugitivo do cativoiro. Outros alegravam-se com a presença do infante imperial e ofereciam-lhe um pedaço de pão. José Cândido era uma espécie de protetor. O guerreiro negro estava ali para impedir qualquer nova invasão paraguaia.

Ultrapassado o Cerro do Jarau — onde acreditava-se que vivia escondida uma salamandra moura encantada —, José Cândido foi surpreendido e alcançado pelo mascate Manuel Nunes, que também viajava para a fronteira do império. Nunes montava um cavalo tordilho de bom trote. Guardando uma certa distância, ele ergueu o braço direito com a mão aberta para o soldado negro. Sinalizou que desejava se aproximar em paz. Os dois caminhavam pela região de Vertentes e de Olhos d'Água e estavam a poucas léguas do Rio Uruguai.

Manuel Nunes aproximou-se. Cantarolava o seu bordão preferido:

Queremos Deus!

Oh, mãe querida!

Queremos Cristo, o redentor.

Que é nosso irmão,

É nossa vida.

Damos graças com louvor.

O negro fugitivo ficou apreensivo com a aproximação daquele homem branco e cantante. Poderia ser um caçador de escravos que o perseguia desde Pelotas foi o que pensou. Ele não sabia o que fazer. Se corresse, o homem facilmente o alcançaria. Lembrou-se, então, dos conselhos do médico inglês Jones White. Não deveria temer, porque a farda imperial o protegeria. O soldado parou e aguardou a aproximação do mascate.

— Para onde segue, caro lanceiro negro? — perguntou Nunes, guardando uma pequena distância para sua segurança.

— Para a guerra, senhor — respondeu José Cândido.

O falso soldado imperial estava assustado com a aproximação do homem branco. Pensou em correr, mas, em meio à imensidão daquelas

planícies impactantes, percebeu que seria facilmente aprisionado pelo sujeito que se deslocava a cavalo. Não havia onde pudesse esconder-se.

— Que a paz esteja conosco, lanceiro — falou o mascate.

José Cândido preparou-se para enfrentar o desconhecido. Ele, porém, mantinha no pensamento o conselho que *mister* Jones dera para nada temer, porque a farda imperial o protegeria.

— Permita que me aproxime — disse o mascate, novamente.

O escravo fugitivo viu o homem branco apear do cavalo e chegar cada vez mais perto. Ele trazia uma adaga atravessada na cintura da bombacha. José Cândido ouviu o mascate chamá-lo de lanceiro negro e, por um instante, recordou aquela conversa cochichada que os cativos da senzala da charqueada mantiveram sobre os lanceiros que haviam lutado pela República Rio-Grandense.

— *Buenas!* Um lanceiro negro, sozinho, por esses campos. Isso não é algo comum de ver por essas bandas — observou o mascate que aparentava ter uns 60 anos.

O falso soldado não possuía uma faca, uma adaga ou uma pistola para lutar contra aquele homem branco que vinha em sua direção. O mascate continuava a indagar:

— A guerra contra o Paraguai não é uma guerra para um lanceiro negro. Em todo caso, isso não me diz respeito. Cada um escolhe pelo que lutar e o jeito como quer morrer — completou o mascate.

— O senhor também segue para a guerra?

— Eu? Deus me livre! Não vê os meus cabelos brancos? Estou velho demais para isso, nobre lanceiro. Na verdade, estou cansado das batalhas. Já estive em muitas. Lutei pela República Rio-Grandense. Sou um velho revolucionário farroupilha. Até na Banda Oriental estive. Vi muitos lanceiros negros no exército farroupilha e nos batalhões das repúblicas do Prata.

O mascate Manuel Nunes chegou bem mais perto e estendeu a mão direita para cumprimentar o soldado imperial.

— Vou lutar por nossa majestade Pedro II. O Império do Brasil precisa dos negros para vencer a guerra contra o Paraguai — disse José Cândido.

— Lutar pelo imperador. Muito bem. Eu não perderia o meu tempo. Sou republicano desde a Farroupilha. Jamais lutaria por Pedro II — comentou o mascate.

— É dever de todo súdito lutar pelo império — retrucou o negro, sentindo-se confuso com as declarações do mascate.

— Como homem, seu dever é lutar pela própria vida e pela liberdade — disse Manuel Nunes. — Qual é o seu nome?

— José Cândido.

— Um lanceiro negro voluntário da pátria.

— Sim, senhor.

— Para mim, é curioso ver um negro a caminho da guerra, disposto a lutar por Pedro II — declarou o mascate com um tom de ironia. — Cada coisa que vejo nesse mundo, meu Deus.

— Por que pensa isso? — perguntou.

— Porque é engraçado demais. Pensei que um lanceiro negro iria preferir lutar ao lado do paraguaio Solano Lopez. Estava enganado.

— Haveria algum motivo para um negro lutar por Solano Lopez? — indagou José Cândido, curioso.

— Há, sim, um único motivo. O fim da escravidão. Ouvi dizer que Solano Lopez contava com a sublevação dos escravos da Província de São Pedro para decidir a guerra a seu favor. Mas não encontrou nenhum cativo que estivesse disposto a lutar por ele em São Borja e em Uruguaiana. Pelo que vejo, os negros preferem é lutar por Pedro II, o protetor perpétuo de um império escravocrata — explicou Manuel Nunes, com ironia.

O mascate prosseguiu.

— E eis que encontro você pela estrada, José Cândido. Um lanceiro a caminho da guerra para lutar contra o paraguaio Solano Lopez.

Sabe o que fizeram com os 7 mil paraguaios aprisionados em Uruguaiana? — questionou Manuel Nunes.

— Não, senhor.

— Pois ouvi dizer que, para não matar os prisioneiros, os generais aliados obrigaram todos a lutar contra o próprio Solano Lopez. Isso não é o mesmo que escravizar uma pessoa? Obrigá-los a lutar contra a própria pátria?

— Isso não pode ser verdade. Não há escravos no exército imperial — protestou o negro, com veemência.

Manuel Nunes procurou acalmar o ânimo do falso soldado da infantaria imperial que o acompanhava.

— *Bueno*, não vamos deixar que verdades ou mentiras impeçam-nos de completar a viagem até a fronteira. Venha! Vamos prosseguir — convidou.

Os dois homens retomaram a caminhada rumo à vila de Uruguaiana e à fronteira do império.

— Lanceiro, vejo que seu cabelo está muito comprido. Também observei que não carrega uma arma. A farda não está completa — reparou o velho farroupilha.

— Não está completa? O que falta? — perguntou o negro, assustado.

— Uma arma. Espera matar os inimigos com as mãos? — falou o mascate.

Ao ouvir aquela observação, José Cândido percebeu que o disfarce de soldado imperial poderia revelar seu passado como escravo.

— Não se preocupe, meu nobre lanceiro. Vamos dar um jeito nisso — disse Manuel Nunes.

O mascate retirou da cintura a adaga que trazia consigo. A arma tinha uma lâmina de 20 centímetros de aço.

— Essa adaga é sua. Um soldado imperial não pode andar sem

uma arma. Não ofereço o cavalo, porque os negros nunca lutam nos regimentos de montaria. A cavalaria é para os brancos. Se você estivesse sobre um cavalo, pensariam que o roubou de algum oficial. Os homens da sua cor lutam nos batalhões de infantaria, onde o combate é mais cruel e sanguinário. Poucos sobrevivem. A infantaria é uma devoradora de homens e não poupa ninguém — comentou Nunes.

O falso soldado surpreendeu-se com o presente que recebeu do velho farroupilha. O mascate pegou uma garrafa de aguardente e um naco de charque da mala de garupa que estava amarrada no cavalo tordilho. Os dois seguiram caminhando. José Cândido enfiou a adaga na cintura.

— Diga-me de onde vem, lanceiro. Que direi quem é você.

— Venho de Pelotas.

— Ah, a cidade do charque. Vejo que sabe muito pouco a respeito das guerras e de como esse vasto território foi regado a sangue. Por Deus, os jesuítas que nos perdoem por termos cometido tantas atrocidades sobre esses campos do Senhor.

Manuel Nunes bebeu um gole da aguardente e ofereceu a garrafa ao soldado imperial que também provou da bebida. Depois mascarou um naco de charque. Em seguida, continuou.

— Pelotas, a sede da aristocracia escravocrata do sul do Império. Já que agora sei de onde veio, eu direi quem é — falou, fazendo uma pausa momentânea. — Você não é um soldado, mas um escravo fugitivo — disse Manuel Nunes de forma abrupta.

O mascate segurou o braço de José Cândido com muita força para que ele não fugisse pelos campos.

— Solta-me, velho. Sou um soldado imperial. Não vê que vou para a guerra. Não sou escravo — gritava, desesperado.

— Não precisa mentir para mim, lanceiro negro. Não tenha medo. A minha adaga está na sua cintura — acalmava Nunes, segurando-o de modo firme pelo braço.

— Solta-me, velho.

— Calma, não farei mal. Prometo que não farei mal. Sou um velho republicano.

José Cândido pensou em puxar a adaga da cintura e degolar aquele homem branco da mesma forma que fazia com os bois e as vacas que corriam pelos currais da charqueada. No entanto, decidiu ficar calmo e contar a verdade ao velho farroupilha.

— Está bem. Fugi da charqueada. Sigo para um lugar onde não há escravidão. Quero pôr os meus pés na república para ser homem livre. E matarei quem tentar me impedir — disse ele ao velho farroupilha.

Manuel Nunes soltou o braço do soldado imediatamente.

— Calma, lanceiro. Segurei seu braço para que não saísse desesperado pelos campos. Sou abolicionista e republicano. Não vou impedi-lo. A liberdade está perto. O Rio Uruguai não está distante de nós. Estamos perto.

— Seguro que não vai me impedir? — perguntou o negro, com a mão na adaga.

— Impedir? — indagou Manuel Nunes. — Claro que não. Quero mais é que seja livre, nobre lanceiro. Guarde isso! Manuel Nunes quer vê-lo livre. Desejo que os escravocratas de Pelotas, da Província de São Pedro e do Império do Brasil sigam para o inferno.

José Cândido retirou a mão do cabo da adaga, vagarosamente.

— Por que tanto ódio contra o império?

— Você não compartilha o mesmo sentimento comigo, lanceiro? — retrucou o mascate.

— O senhor é um homem branco. Os senhores de escravos têm a mesma cor da sua pele. Não consigo entender por que odeia tanto o imperador.

— Não aprecio a monarquia. Quero ver uma república pousar sobre esses campos. A guerra contra o Paraguai não estaria ocorrendo se a República Rio-Grandense tivesse sido mantida. Teríamos libertados os

escravos da província e não haveria problemas com os orientais. Eles não pediriam socorro a Solano Lopez. Lutei durante 10 anos pela república. Quando a Farroupilha chegou ao fim, retirei-me para a única cidade fundada pelos republicanos rio-grandenses. Vim para o oeste distante para nunca mais saber nada a respeito do império. Senti uma profunda decepção com a derrota dos farroupilhas, em 1845. Tínhamos ideais: liberdade, igualdade e humanidade para todos, inclusive para os negros. Veja, agora, onde estão os coronéis farroupilhas? Onde está o italiano? E onde está aquele outro que entregou nossos lanceiros negros aos imperiais? Todos esqueceram a causa republicana. Eu os degolaria se os encontrasse pela frente — disse Manuel Nunes com o olhar perdido no horizonte das planícies.

Depois de um prolongado silêncio, continuou:

— Os anos passam e outras lutas vêm bater nossa porta. Os sobreviventes envelhecem e ninguém mais se lembra de antigas revoluções. Estou cansado. Quero apenas voltar para minha casa e ver o que os paraguaios fizeram com ela. Agora que a vila de Uruguaiana foi retomada pelo exército imperial não há mais motivos para estar longe. A guerra contra o Paraguai será toda sua, lanceiro. Dizem que em poucos dias vão invadir o Paraguai e derrubar o governo de Solano Lopez. Pela glória e pela vaidade do imperador, muitos morrerão — explicou o mascate.

Nos três dias de caminhada que ambos fizeram juntos, percorrendo as últimas 20 léguas até a vila de Uruguaiana, o velho revolucionário Manuel Nunes procurou ensinar o que podia a respeito das guerras ao inexperiente lanceiro negro. Juntos, almoçaram e jantaram arroz com charque que o próprio mascate preparava à beira dos arroios, nas redondezas do Caiboaté, do Plano Alto e da Queimada.

Durante os 18 dias de fuga pela Província de São Pedro, José Cândido nunca retirou o uniforme militar do corpo e ele já estava completamente sujo. Na última noite em que passaram juntos, Manuel Nunes pediu ao lanceiro que sentasse a sua frente para cortar o cabelo. Ao amanhecer, o mascate montou em seu tordilho e partiu para a vila, deixando o soldado negro sozinho com a adaga.

Ao avistar a vila de Uruguaiana, ele só desejava concluir a fuga

e livrar-se da escravidão. No momento em que chegou à beira do Rio Uruguai e vislumbrou o território da República Argentina, na outra margem, ele parou. Molhou os pés nas águas frias e sentiu as pedras do leito. Por um instante, observou o que havia ao redor. Naquele lugar pacato e silencioso, chamado pelos nativos de Passo dos Livres, José Cândido olhou, respeitosamente, para o próprio passado de sofrimentos e despediu-se do império.

No Passo dos Livres, o fugitivo deixou o vasto território da escravidão para trás. A liberdade estava a seus pés. Finalmente, um homem livre. A vila de Uruguaiana, último rincão da Província de São Pedro e do Império do Brasil, estava silenciosa do outro lado. No instante, em que o antigo escravo alcançou o livramento, uma revoada de pássaros do santo sacramento o saudou.

Capítulo 11

No dia em que o falso soldado negro pisou o território argentino, Pompeu de Castro Vieira retornou a Pelotas sem grande entusiasmo. Não trazia nenhuma boa notícia para entregar ao charqueador Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque. O escravo havia conseguido escapar para o Sul sem deixar qualquer rastro visível até o Rio Jaguarão.

O capitão-do-mato havia corrido para todos os lados. Viajara por entre as lagoas Mirim e Mangueira. Depois, retornara ao Chuí pelas dunas litorâneas do Ermenegildo. Em todas aquelas idas e vindas, não encontrou uma pegada sequer do fugitivo. Isso deixou o velho caçador impressionado. Para não ter de devolver as duas onças de ouro que recebera, o renomado perseguidor prometeu ao charqueador concluir o serviço de qualquer maneira no futuro.

— No futuro? Quero o meu escravo agora — protestou o charqueador.

— Vou parar por um tempo. Tenho outro negócio importante a fazer.

Pantaleão esmurrou sua mesa de trabalho diversas vezes e prometeu não enviar nenhum outro negro para a enfermaria da Santa Casa. Constrangido pelo insucesso, Castro Vieira tentou acalmar o charqueador, mas ele estava totalmente tomado pela raiva.

— Nem que você tenha de ir ao inferno, traga-me o negro de volta para essa charqueada — esbravejou.

O perseguidor de cativos guardou novamente a procuração e o

anúncio da gazeta em seu bolso. Quis demonstrar com o gesto que o assunto agora era uma questão de honra pessoal.

— Considere o meu serviço inacabado, senhor Pantaleão. Prometo que não descansarei enquanto não capturar o escravo. Nenhum negro faz Castro Vieira de bobo. E, para não esquecer a promessa que faço, mantereí essa procuração sempre comigo até o dia em que conseguir colocar as minhas mãos no fugitivo. As duas onças de ouro não serão desperdiçadas — disse ao charqueador.

O capitão-do-mato sugeriu ao todo poderoso da charqueada que não perdesse a esperança em reaver a propriedade, porque o Uruguai era um país pequeno e com forte presença de estancieiros brasileiros.

— O imperador tem mais de 1.100 súditos dentro da Banda Oriental e todos são proprietários de terras. São milhares de sesmarias nas mãos de brasileiros. Vou a Buenos Aires e espero ser informado sobre o paradeiro de qualquer suspeito daqui até a foz do Rio Negro — tranquilizou Castro Vieira.

— Buenos Aires? O que vai fazer na Argentina, em meio a essa caçada? — perguntou o charqueador, com curiosidade.

O capitão-do-mato não queria confessar, mas o insucesso na captura de fugitivo fê-lo repensar o modo de ganhar a vida. Ele havia ultrapassado a meia-idade e estava cansado de capturar negros pela Banda Oriental ou pelas serras do Herval e de Canguçu. Isso quando não ia um pouco mais além, indo capturá-los nas serras das Encantadas ou do Tapes.

Castro Vieira julgou que estava na hora de suspender os negócios com os donos de escravos rio-grandenses e começar a fazer negócios maiores com os grandes senhores da guerra do Brasil, do Uruguai e da Argentina. A maior de todas as guerras da América do Sul estava no oeste da Província de São Pedro e ela poderia trazer-lhe muitas riquezas.

— Sou um homem com o tino certo para determinados assuntos — respondeu o caçador de escravos, de forma lacônica.

Nas freguesias de Pelotas e de Rio Grande corriam as notícias de que as tropas aliadas estavam sendo levadas de Paysandu e de Uruguiana

para a cidade de Corrientes, sob às ordens do presidente Bartolomeu Mitre, comandante-chefe dos exércitos da Tríplice Aliança em território argentino. O acampamento militar posicionava-se perto de Paso de La Pátria, às margens do Rio Paraná. Cerca de 45 mil homens aliados — 32 mil deles eram voluntários brasileiros — seriam reunidos para a grande invasão ao território do Paraguai.

— Que tipo de negócios o levam a Buenos Aires? — insistiu o charqueador.

— Estou farto de caçar escravos. Quero voltar para guerra.

— Quer lutar contra o Paraguai? — perguntou o charqueador, rindo da ideia.

— Não, senhor. Estou velho demais para isso.

— Então, o que pretende com a guerra? — insistiu o charqueador.

— Fiz algumas contas e acho que o conflito armado pode enriquecer um homem como eu.

— Como assim? — indagou o proprietário da charqueada. — Não há riquezas naqueles campos paraguaios. Nada além de erva-mate e de algumas cabeças de gado. Veja o que os paraguaios fizeram com as vilas de São Borja e de Uruguaiana. Foram saqueadas e arrasadas. Não há riquezas no oeste da Província de São Pedro. Essa guerra não vai render um tostão a Pedro II. Tudo está sendo destruído.

— O senhor olha as coisas pelo ângulo errado — declarou Castro Vieira.

— Venha, vamos tomar um copo de uísque na varanda. Essa conversa deixou-me extremamente curioso. Até já esqueci o caso do negro fugitivo — convidou o charqueador.

Pantaleão conduziu Castro Vieira até a varanda da casa grande, onde sentaram em cadeiras de balanço e foram servidos por uma jovem criada negra.

— Onde paramos? Conte-me o que passa pela sua cabeça. Que espécie de negócio é esse que pode enriquecer um homem como você?

Com um ar de mistério, Castro Vieira tomou um pouco da bebida para aquecer a garganta, antes de responder. Não queria revelar o que pretendia fazer de supetão.

— Soldados. Milhares de soldados.

— O que há com os soldados? — perguntou Pantaleão, sem compreender.

— Soldados precisam comer todos os dias. O senhor deve concordar comigo.

— Naturalmente — concordou o charqueador.

— Posso confiar parte de um segredo?

— Claro que pode, Castro Vieira.

— Homens podem estar no meio do inferno, mas nunca deixarão de sentir fome. Precisam comer. A guerra é uma excelente oportunidade para um experiente mercador de charque ganhar muito dinheiro. Não falo de pouco. Falo de muitos contos de réis. Um tesouro ainda maior do que o tesouro negro está à espera de um astuto mercador de charque brasileiro no conflito contra o Paraguai — confidenciou Castro Vieira.

Pantaleão mostrou-se impressionado com o que o perseguidor de escravos havia acabado de confidenciar.

— Você tem toda razão, Castro Vieira — disse, admirado. — Como não pensei nisso antes. De quantas bocas estamos falando? — perguntou o charqueador, entusiasmado.

— Falo de no mínimo 32 mil bocas.

— Nossa senhora! São 64 mil bocas por dia — calculou o velho proprietário da charqueada, impressionado.

— Exato. No mínimo 64 mil bocas por dia.

— E em charque? Já fez as contas? — quis saber o charqueador.

— Vinte mil quilos de charque por dia.

— Meu Deus!

— Batalhas são ganhas de barriga cheia. Homens famintos não avançam e não conquistam territórios. O sucesso da guerra do Império contra o Paraguai depende do charque.

— Tem razão. Sei disso. Sei muito bem disso — concordou o dono da charqueada.

Pantaleão estava impressionado pelos números que o capitão-do-mato apresentava. Em silêncio, ruminava aquelas informações e fazia contas. O perseguidor de escravos aproveitou para beber outro gole e degustar o uísque que lhe fora servido pela criada negra.

— Poderíamos ser sócios. Com um ágio de 50% sobre o preço do charque pode ser um excelente negócio, dada as dificuldades que teríamos para entregar o produto nas linhas de combate — sugeriu Castro Vieira.

— Não olvidemos que o imperador costuma pagar sempre à vista — lembrou o charqueador.

— Sempre à vista e em lingotes de ouro.

— Espere um momento — interrompeu Pantaleão. — Andam dizendo por aí que a beligerância não se estenderá por muito tempo.

— Eu não apostaria nisso. Diziam que a Farroupilha não se estenderia por muito tempo, e passamos 10 anos em conflito com o império antes que a paz fosse restabelecida. Imagine quanto tempo levará essa guerra contra o Paraguai. A proporção entre uma guerra e outra é incomparável.

— Uma beligerância duradoura. Disso é que precisávamos para enriquecer essas charqueadas — concordou o charqueador.

— Sim, de fato. Imagine, por exemplo, um contingente armado de 32 mil homens. Soldados consomem uma pequena ração diária de trezentos gramas de charque. A cada dia seria necessário levar aos acampamentos toneladas do seu produto — enfatizou Castro Vieira.

— Esse suprimento teria de ser feito em uma escala gigantesca.

Teríamos de montar uma enorme estrutura para levar meu charque até os exércitos aliados. Os gastos não seriam poucos para entregar o produto rio-grandense nos acampamentos. Em navios, teríamos de fazer uma enorme volta e entrar pelo Rio da Prata. Subir o Rio Paraná até Corrientes. Pelo volume que imagino, o transporte em carretas de boi seria inviável. Precisaríamos de milhares delas.

— É exatamente sobre isso tenho pensado — interrompeu Castro Vieira. — Entendo que aí está o segredo do sucesso desse negócio.

— Conte-me que segredo é esse — pediu, curioso.

— Lamento, mas só posso revelar a natureza do empreendimento para alguém que aceite ser meu sócio nessa empreitada.

— Está propondo-me uma sociedade, Castro Vieira?

— Somos as pessoas certas para colocar a mão nessa fortuna, caro Pantaleão. O seu capital e o meu *savoir-faire* constituem o casamento perfeito. Nem os ingleses teriam a capacidade de imaginar algo tão lucrativo. Daqui a alguns anos, o senhor terá acumulado tanto ouro que poderá comprar todos os escravos do Brasil e reuni-los, aqui, nessa charqueada.

— Não vou pensar duas vezes. Aperte logo a minha mão, Castro Vieira. É o sinal de que fechamos nosso acordo.

Os dois apertaram as mãos para celebrar o ajuste.

— Agora, conte-me. Qual é o segredo?

— Pantaleão, esqueçamos as curvas oceânicas e as carretas de bois. Podemos ampliar os ganhos, reduzir os custos e encurtar as distâncias. Venderemos o charque pelotense ao exército imperial, mas, efetivamente, o que entregaremos será o charque argentino.

O charqueador ouvi o plano e ficou abobado.

— Prossiga. Já percebo aonde você quer chegar. Prossiga — pediu o charqueador.

— O valor recebido aqui com o ágio de 50% pelo transporte, será investido na compra de charque dos 39 saladeiros de Buenos Aires.

Investiremos também no aluguel de navios mercantes de companhias de navegação que operam no Rio da Prata. Embolsaremos o ágio nessa operação. A cada quilo vendido, meio quilo desaparecerá em nossos bolsos — revelou Castro Vieira.

Pantaleão ficou eufórico com aquele planejamento, mas voltou a questionar o capitão-do-mato.

— O que nos garante que Pedro II comprará o charque dos rio-grandenses para alimentar o exército imperial?

— Um tratado.

— Que tratado é esse?

— O Tratado da Tríplice Aliança. Já ouviu falar? — perguntou Castro Vieira.

— Claro que sim.

— Já leu as cláusulas do tratado?

— O tratado é secreto.

— Os ingleses já revelaram os termos. Não é mais segredo para ninguém. O tratado estipula que as despesas de subsistência das tropas serão feitas à custa do erário do respectivo país. Então, o imperador não vai comprar carne-seca dos argentinos para alimentar o exército brasileiro. Pedro II comprará o nosso charque para entregar às tropas brasileiras. Se não fizer isso, vai provocar a ira dos charqueadores rio-grandenses. Convenhamos! O momento não é para fomentar provocações dentro da própria casa. Além disso, na última vez que o charque argentino atrapalhou os interesses dos rio-grandenses, uma revolução eclodiu nos campos do sul do império. Sempre é bom lembrar disso.

— Magnífico! Perfeito! Não vamos perder tempo. Amanhã constituiremos a companhia de comércio.

— Estamos um ano atrasados. A guerra está bem adiantada. O segundo ano da guerra já começou.

Castro Vieira e o charqueador Pantaleão Manuel de

Albuquerque almoçaram juntos naquele dia e acertaram os detalhes do negócio. Nos dias seguintes, a Companhia Mercante de Charque Rio-Grandense S/A, uma sociedade anônima com objetivo social de levar suprimentos às tropas brasileiras, no Paraguai, foi constituída. O capitão-do-mato rio-grandense foi eleito presidente da empresa que tinha o capital social inicial de 50 contos de réis, depositados na agência do Banco Mauá.

Aquela complexa operação comercial transformou a vida de Pompeu de Castro Vieira em poucos dias. Ele deixou de ser o repulsivo caçador de escravos para se transformar em um importante mercador de charque brasileiro. De olho nas oportunidades que a ofensiva militar contra o Paraguai oferecia, partiu para Buenos Aires para comprar carne-seca argentina e contratar navios mercantes. A navegação fluvial pelo Rio Paraná estava desimpedida até a cidade de Corrientes, graças à esquadra brasileira que derrotara a frota paraguaia na batalha naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865.

Antes de colocar os pés em Buenos Aires, o novo mercador cogitou não ficar restrito ao comércio de charque. Queria ampliar o abastecimento de bens e incluir aguardente, tabaco e muitas mulheres no rol de suprimentos que abasteceriam o acampamento aliado.

— Pantaleão, nem só de carne-seca vive o homem. Os soldados precisam de muita aguardente e de algumas mulheres francesas para suportar os rigores de uma campanha militar prolongada. Não se esqueça de que fui um farroupilha. Sei muito bem do que estou falando. Os graduados certamente vão precisar de tabaco, licores, vinhos e, por que não, de algumas dançarinas — justificou ele para o sócio e charqueador.

Nas suas andanças pelas ruas, clubes e cafés de Buenos Aires, Castro Vieira ouvia constantemente o boato de que a guerra iria se prolongar por muitos meses. Aquilo soava como música para seus ouvidos de mercador. Ao saber que Pedro II tinha 25.844 homens no 1º Corpo do Exército, em território argentino, e outros 32 mil homens, no 2º Corpo do Exército, posicionados no oeste da Província de São Pedro, o brasileiro vibrou. Ele passou a noite bebendo champanhe e refazendo as contas ao lado das prostitutas.

— Agora temos 60 mil bocas para alimentar. Ou melhor, 120 mil bocas por dia. Estou rico — festejou dentro do bordel.

Castro Vieira viu que seria necessário ainda mais charque, tabaco, aguardente e mulheres para suprir e elevar o moral de um exército tão numeroso.

— Se pudesse venderia charque até para Solano Lopez, mas com um ágio de 100% — confessava às putas.

A experiência do mercador como soldado farroupilha, finalmente, começava a render-lhe uma fortuna. Na Província de São Pedro, Castro Vieira passara 10 anos de sua vida lutando contra os imperiais. Com o fim da República Rio-Grandense, perdera tudo, menos as armas. No entanto, graças ao erário do Império do Brasil, o antigo farroupilha e caçador de escravos, agora, divertia-se em noites sucessivas pelas casas de tolerância da Rua Corrientes, entre Talcahuano e Libertad.

Na capital da nação vizinha, o mercador brasileiro mantinha sempre consigo apenas três documentos: o contrato social da Companhia Mercante de Charque Rio-Grandense S.A.; uma letra de câmbio de 50 contos de réis, resgatável na agência do Banco Mauá de Buenos Aires; e a procuração para a captura de um escravo chamado José Cândido.

Castro Vieira não sabia ao certo o motivo pelo qual ainda guardava aquela procuração. Ela, em princípio, servia apenas como uma lembrança de que, a qualquer momento, o mercador poderia voltar a ser o repulsivo homem que sempre fora. Afinal de contas, um serviço personalíssimo estava inacabado. Uma promessa ficara pendente.

Terceira Parte

A grande guerra devoradora de homens.

Terras ao sul de Humaitá, Paraguai, entre 1866 e 1868.

Capítulo 12

Ao invadir o Paraguai, em 16 de abril de 1866, o exército imperial do Brasil contava com 37.500 homens para avançar sobre o território das antigas reduções jesuítas de *Nuestra Señora de la Fe*, *San Ignacio*, *San Tiago* e *Santa Rosa*. O contingente brasileiro superava os 11.000 militares argentinos e os 2.200 soldados uruguaios. A destruição da fortaleza de Humaitá, situada às margens do Rio Paraguai, e a retirada de Solano Lopez do governo eram os objetivos dos aliados, conforme estipulava o Tratado da Tríplice Aliança, firmado um ano antes, em 1865.

A destruição de Humaitá não era um objetivo militar simples de ser alcançado. O principal acesso à fortaleza dava-se pelo sinuoso curso do Rio Paraguai. Linhas de defesa haviam sido projetadas para impedir o avanço dos navios ao longo do rio, em Curupaiti e pouco antes de Humaitá. O ataque exclusivamente fluvial era considerado arriscado pelos comandantes brasileiros e argentinos. Embora a esquadra imperial fosse a mais numerosa e poderosa da América do Sul, os almirantes não queriam correr o risco de perder a única vantagem que tinham sobre as tropas de Solano Lopez.

Em sucessivas e intermináveis conversações, os comandantes dos três exércitos decidiram que a melhor estratégia para vencer a guerra seria cercando a fortificação, que era considerada inexpugnável pelos engenheiros ingleses que a projetaram. Para que isso acontecesse, os aliados precisavam levar as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia através dos pântanos do território paraguaio. Essa era a única forma de enfraquecer a resistência de Humaitá: realizar um avanço terrestre até a fortaleza paraguaia.

No dia em que a invasão do território inimigo teve início, milhares de combatentes foram jogados em um terreno desconhecido,

inóspito e pantanoso. Naquelas terras do sudoeste paraguaio não havia nada além de lagoas, matas e lodaçais. A fortificação de Humaitá não estava distante do ponto em que a invasão teve início. Ela ficava a pouco mais de 4,5 léguas (21 quilômetros) de distância da margem argentina do Rio Paraná. A distância era extremamente curta. Um viajante comum daquela época, montado sobre um cavalo de bom galope, poderia percorrer o trecho em um único dia, sem muita pressa. Os soldados da tríplice aliança, no entanto, levariam mais de dois anos para vencer aquela curta distância e conquistar a posse da fortaleza inimiga.

O terreno pantanoso e a resistência dos 30 mil homens de Solano Lopez transformaram aquele pequeno trecho de terra — hoje esquecido pelo tempo —, em um grande cemitério de soldados brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios. Com pouco mais de 25 quilômetros quadrados, o palco dos principais conflitos terrestres da guerra contra o Paraguai era como uma ilha. Aquela pequena faixa de terra ao sul de Humaitá era envolvida por charcos e lagoas. Ao Leste, havia um pântano gigantesco, chamado Estero Bellaco. Ao Oeste, havia igualmente pântanos e lagoas que se comunicavam diretamente com o Rio Paraguai. Ao Sul, estava o Rio Paraná e um pequeno povoamento chamado Passo da Pátria. Ao Norte, um pequeno braço do Estero Bellaco era a última barreira natural para alcançar Humaitá.

Os brejos que circundavam o acampamento das tropas eram intransitáveis e chegavam a ter dois metros de profundidade. A região toda era um imenso labirinto de riachos, matas fechadas e lagoas por todos os lados. Não bastasse a dificuldade em encontrar passagens rasas para o deslocamento dos soldados, os aliados ainda tinham o estorvo de levar adiante 150 canhões de artilharia e centenas de carretas com mantimentos e munições. Se havia um inferno na terra, ele só poderia estar naquele território ao sul de Humaitá. Os charcos não eram nada propícios ao avanço ligeiro das tropas. As adversidades do terreno prolongaram a guerra por muitos e muitos meses. Para cada tentativa de avanço, os soldados precisavam encontrar uma passagem segura por um local que tivesse o solo um pouco mais firme.

Naquele terreno, os aliados não lutavam apenas contra os paraguaios. Eles também brigavam contra um inimigo comum a todos: a

esplêndida fauna selvagem da América do Sul. Os pântanos eram infestados de serpentes peçonhentas, jacarés, palometas e piranhas. Outros monstros da natureza habitavam aquelas terras. Os mosquitos, as formigas e as aranhas tornavam os campos úmidos insuportáveis. Nas matas densamente fechadas, o perigo espreitava sob a forma de uma onça ou de um leão-baio.

O conflito militar contra o Paraguai estacionou sobre o território das antigas reduções dos jesuítas e não restou outra alternativa a não ser cavar trincheiras ao sul e ao norte do grande pântano Bellaco. Os paraguaios entrincheiraram-se em várias posições de defesa para impedir o avanço das tropas aliadas. Cercar a fortaleza de Humaitá por terra se mostrou, com o passar do tempo, ser uma tarefa difícil, penosa e custosa. O acampamento das divisões da Tríplice Aliança, no brejo branco — chamado também de Tuiuti, na língua dos nativos guaranis — reuniu mais de 50 mil homens. Os soldados ficaram posicionados naquele espaço de apenas cinco quilômetros de terra firme, existente entre os dois braços do pântano Bellaco, os quais avançavam do Oeste em direção ao Rio Paraguai — o braço norte e o braço sul.

No momento da invasão, o voluntário da pátria José Cândido transpôs o Rio Paraná em um barco de transporte da Armada Imperial. Ele ouviu os primeiros disparos serem efetuados por uma pequena guarnição paraguaia, sediada em Passo da Pátria. Os paraguaios tentavam impedir o desembarque. Naquele instante, o soldado imperial mergulhou como tantos outros no meio daquela guerra sangrenta e brutal. O universo de José Cândido voltou a fechar-se novamente no dia 16 de abril de 1866.

Capítulo 13

Os soldados dos batalhões da infantaria imperial esperavam por um batismo de fogo terrível e demorado, mas, nada disso ocorreu. Três dias após o desembarque, as primeiras trincheiras do povoado paraguaio, em Passo da Pátria, foram bombardeadas pelos navios de guerra brasileiros. A pequena guarda paraguaia retirara-se para o Norte. Os homens de Solano Lopez recuaram para um local onde os bombardeios, efetuados pela flotilha brasileira, não pudessem alcançá-los. Ao deixarem as margens do Rio Paraná, os paraguaios queimaram tudo o que pudesse servir de abrigo aos invasores aliados.

As tropas da Tríplice Aliança iniciaram a invasão do território pantanoso sem encontrar uma grande resistência. Elas seguiram pela estrada de terra que conduzia até a fortificação de Humaitá. A marcha para o Norte somente poderia ser feita por aquele caminho precário, já que por todos os lados havia terrenos alagados e muitas lagoas. José Cândido e outros soldados da infantaria imperial auxiliaram a deslocar os suprimentos. Eles empurravam os pesados canhões La Hitte e Whitworth por terrenos de areia e lama. Era difícil avançar pelos pântanos ao sul de Humaitá.

A ordem para preparar o acampamento militar no brejo branco — um descampado completamente inóspito e selvagem — foi dada, quando os aliados perceberam que uma linha de defesa paraguaia, com 100 canhões de bom alcance, os aguardava no passo das carretas, único ponto em que era possível transpor o braço norte do Estero Bellaco. Um fosso profundo havia sido preparado para proteger a linha de artilharia. Os paraguaios estavam dispostos a proteger aquela única passagem pelo braço norte do Estero Bellaco com toda a força disponível: artilharia, cavalaria e infantaria. Com 100 canhões de artilharia, posicionados atrás da trincheira, os soldados de

Solano Lopez barravam a estrada em direção à fortificação de Humaitá. Aquela linha de defesa fez os comandantes militares brasileiros, argentinos e uruguaiois reavaliarem a situação. O exército aliado estacionou a apenas três quilômetros de distância do exército paraguaio.

No brejo branco, os soldados de Solano Lopez tinham a vantagem de haver escolhido e preparado o local em que ocorreriam os maiores confrontos bélicos da América do Sul. Um terreno sobre o qual não havia pastagens ou cultivos de grãos. Cerca de 30 mil paraguaiois estavam à espera, dispostos a encurralar os três exércitos e a fazê-los recuarem para o Rio Paraná, desistindo da invasão e do cerco à fortaleza.

Alheio aos estratagemas militares, José Cândido trabalhou de sol a sol para o exército imperial desde o primeiro dia da invasão ao Paraguai. Quando os comandantes aliados decidiram montar o acampamento acima do braço sul do Estero Bellaco, a ordem para cavar um enorme fosso chegou até os soldados. Uma linha de defesa foi preparada ao longo de quase cinco quilômetros. O antigo escravo passou tantos dias cavando que sequer avistou os inimigos paraguaiois que estavam do outro lado do campo de batalha, ao Norte.

Enquanto o dia do confronto não chegava, os três exércitos ocuparam posições distintas no palco da guerra. Os militares uruguaiois ficaram no *front* e face a face com a posição paraguaia. Apenas o braço norte do Estero Bellaco separava os uruguaiois dos paraguaiois. As divisões do exército argentino posicionaram-se a leste da estrada que seguia para Humaitá, acima do braço sul do pântano. E as tropas imperiais, mais numerosas, cobriam o centro, a retaguarda e a saída de três boqueirões de mata que ficavam no lado oeste do acampamento de Tuiuti. Um pequeno hospital de campanha e um comércio foram montados no centro do grande acampamento militar.

Naqueles campos, rodeados por banhados e lagoas profundos, José Cândido permaneceu sob as ordens do comandante do batalhão de infantaria do exército imperial. Ele e um pequeno grupo de soldados brasileiros foram incumbidos de auxiliar a Divisão Oriental a cavar uma trincheira ao Norte, para conter qualquer ataque surpresa dos paraguaiois pelo passo das carretas.

Com o transcorrer dos dias, o mês de maio de 1866 trouxe para o interior do acampamento um inimigo ainda mais brutal para atacar os famintos soldados aliados: o frio intenso. O exército imperial não estava preparado para as baixas temperaturas. Faltavam agasalhos e barracas adequados. Havia privação de alimentos. O frio tornava as noites insuportáveis porque não havia carvão ou lenha para queimar. Doenças infecciosas se alastravam pelo acampamento. A umidade. A lama. Os insetos. Tudo colaborava para fazer qualquer voluntário da pátria pensar em desistir das recompensas, prometidas por Pedro II. O soldo, a gratificação, a honraria militar e as braças quadradas de terra em distantes colônias militares, nada disso motivava os voluntários a permanecer, confinados, naquele inferno. Quem tinha a chance de ir a Corrientes, a Montevideo ou a Buenos Aires, em algum navio da esquadra brasileira, dava um jeito de sumir nas ruas daquelas cidades para nunca mais ser encontrado.

Com frio e malnutridos, os soldados começaram a morrer famintos e sem ter efetuado um único disparo contra o inimigo. Muitos tentavam saciar a fome comendo o capim que brotava nos banhados, porque o cardápio das cozinhas de campanha privava os combatentes de tudo. Nos raros dias em que alguém do batalhão conseguia abater um cavalo ferido ou caçar um animal da fauna local — como cascavéis, jararacas, jacarés e javalis —, os soldados brigavam entre si para disputar um naco de carne fresca, salpicada pelas moscas.

No rancho do acampamento do brejo branco, o charque argentino era comida mais civilizada que o imperador fornecia aos voluntários da pátria. A cada quatro dias, o charque, cozido com cebola e milho seco, aliviava a fome. Frutas, vegetais, ovos, queijos e limonadas eram produtos que não existiam no cardápio da cozinha de campanha. Apesar da privação de gêneros alimentícios, a aguardente não faltava para os soldados, assim como o vinho para os oficiais. As bebidas podiam ser adquiridas na pequena cantina, ou furtadas de alguma barraca. A cachaça ajudava a passar o tempo e a esquecer a fome.

No dia em que parou de cavar trincheiras, José Cândido foi chamado pelo comandante do batalhão para ir até a barraca dos oficiais. Ele foi incumbido de sepultar os combatentes que morriam de varíola, cólera e

febre amarela. As covas deveriam ser abertas a oeste do acampamento. O antigo escravo passou, então, a cavar sepulturas por todos os lados.

José Cândido foi mais coveiro do que soldado enquanto esteve nas fileiras do exército imperial do Brasil. Naquele acampamento infernal da Tríplice Aliança, os voluntários da pátria morriam de todas as formas. A Guerra do Paraguai era antes uma batalha sanitária contra a cólera, a disenteria, a varíola, a fome e o frio, do que uma luta contra o inimigo paraguaio.

Livre e incorporado, ele percebeu como Pedro II tratava os soldados imperiais. No brejo branco, havia centenas de barraquinhas militares dispersas pelo campo. Mais 60 mil homens permaneciam estagnados em um lugar remoto e esquecido. Ali, os maiores confrontos bélicos da América do Sul seriam travados: a batalha de Estero Bellaco ocorreria em 02 de maio de 1866; depois, o primeiro enfrentamento de Tuiuti, em 24 de maio de 1866; em seguida, a batalha de Curuzu, nos primeiros três dias de setembro de 1866; a batalha de Curupaiti, ocorreria em 22 de setembro de 1866; e, por fim, o segundo confronto em Tuiuti, em 03 de novembro de 1867.

Somente, em 25 de julho de 1868, passados dois anos, três meses e nove dias do início da invasão ao território paraguaio, os aliados conseguiriam ultrapassar os pântanos do brejo branco e conquistar a fortaleza de Humaitá, liberando a navegação do Rio Paraguai até Assunção.

Quarta Parte

Tertúlias de Tuiuti.

Acampamento do brejo branco, primavera de 1867.

Capítulo 14

— Silêncio! Ouçamos o que os mortos têm a dizer — gritou José Cândido em plena escuridão da madrugada.

Rodeado pelos fantasmas da confraria dos batalhões negros do império, que sempre retornavam ao brejo branco, o soldado negro punha-se a tagarelar para uma audiência fantasmagórica de espíritos livres. Ele não tinha mais nada a fazer a não ser relembrar os dias sofridos naquelas terras remotas e esquecidas do sudoeste do Paraguai, nos confins da América do Sul.

Com as mãos, afastava os mosquitos que picavam seus braços e pernas e tentava manter os olhos abertos para recordar. Por mais um dia, havia sobrevivido no inferno. E antes que algum sargento o ordenasse a sair pelos campos à procura de novos cadáveres para queimar ou enterrar, relembrava a própria ousadia, aquecido por um trago de aguardente.

Já não havia trincheiras para cavar no acampamento. Os canhões de Tuiuti estavam sendo levados para outras posições mais avançadas ao Norte. A resistência paraguaia retirara-se para Curupaiti e Humaitá. Naquele universo tão inóspito quanto distante, José Cândido deu-se conta de que havia passado dois anos como um homem liberto. Livre, mas sob às ordens do exército imperial. Como soldado, participara dos combates mais terríveis e, por sorte, conseguira sobreviver a todos os confrontos sem graves ferimentos.

A barraca em que pernoitava ficava próxima à entrada do boqueirão do meio. Uma clareira abria-se em meio à mata selvagem. Apesar de estar longe das trincheiras, onde a maior parte dos soldados morria, o antigo carneador de vacas sentia o cheiro nauseabundo dos cadáveres alcançar o frágil abrigo. O odor putrefato fazia lembrar que a morte estava

sempre por perto. As doenças e a fome reduziram pela metade o número de homens no acampamento dos aliados.

Confinado pelos charcos, José Cândido bebia da única garrafa de aguardente que lhe restava. O companheiro Zacharias Bellaco dormia sobre uma manta, ao lado, no chão. Naquele momento, o antigo escravo não encontrava disposição para dormir. Sentia a mesma angústia que o afligia quando vivia como cativo na charqueada. Por mais de uma década, o trabalho servil e o abate das vacas o tinham consumido. No acampamento do brejo branco, ele voltava a ser consumido pela guerra que se prolongava há meses. O abate diário de dezenas de homens o angustiava novamente.

José Cândido e os outros soldados estavam isolados do resto do mundo naqueles pântanos ao sul de Humaitá. Estavam à espera de um toque de clarinete que os autorizasse a avançar sobre o inimigo e a deixar aquelas terras de uma vez por todas. Mas isso demorava para acontecer. O soldado, que fugira do cativeiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sentia que estava metido em outro cativeiro: o da guerra contra o Paraguai. Se antes, transitava do galpão dos escravos para o local de carneação das vacas; agora, transitava da barraca militar para a trincheira dos mortos. O novo cativeiro de José Cândido era aquela maldita faixa de terra que se estendia por cinco quilômetros entre os braços norte e sul do Estero Bellaco.

— Não estou arrependido de ter fugido e de estar aqui com vocês — disse aos mortos para espantar o silêncio do interior da barraca. — O cativeiro era um inferno ainda pior do que esses pântanos. Ser livre é o que me basta — acrescentou, fingindo que estava em uma tertúlia, sendo ouvido pelos fantasmas que o rodeavam.

Sentado sobre a manta puída e suja, José Cândido sentia a fome e o frio apertarem. Por mera distração pessoal, aproveitou a noite livre de escaramuças para contar as novidades da guerra a qualquer fantasma que se dispusesse a escutá-lo, já que companheiro de barraca dormia. Os fantasmas acotovelavam-se para ouvi-lo, mas não davam mostras de estar ali.

— Já não sei quantos dias faz que estamos aqui sem avançar um palmo de terra sequer. A cavalaria continua buscando uma passagem para chegar em Humaitá. Ontem, morreu o negro Acácio por causa da varíola. E

andam dizendo que vão proibir a aguardente no acampamento para evitar a contaminação. Diga-me, Zacharias. Quando é que sairemos daqui? — perguntou sem esperar por uma resposta.

Sem ouvir qualquer balbúcio de palavra no interior daquela minúscula barraca, coberta por um trapo de pano branco, sustentada por dois paus de madeira e que não era impermeável às chuvas paraguaias, José Cândido mantinha o pensamento distante e prosseguia com o solilóquio. Aquele era um dos raros momentos em que se desprendia do figurino de homem taciturno. Embriagado pela aguardente, recordava o dia em que alcançou as tropas do exército imperial brasileiro, em Lagoa Brava, próximo à cidade de Corrientes, na fronteira da Argentina com o Paraguai.

Os fantasmas dos batalhões negros aguardavam ansiosos para ouvir o destemido soldado contar sua história. O silêncio foi outra vez rompido pela voz do embriagado.

— Como escapei do cativeiro? Pois, ouça essa, Zacharias! Você estava lá no dia em que cheguei ao exército imperial.

O antigo escravo soltou uma estrondosa gargalhada, antes de continuar a narrativa:

— Quem iria recusar dois negros como nós, Zacharias? Dois escravos, sem pai e nem mãe, jogados nesse inferno para a glória do imperador Pedro II. Pois esse é o preço que a liberdade nos cobrou. Esse é o preço — repetiu. — Não importa que tenhamos de viver e morrer nesse inferno, na companhia desses malditos mosquitos paraguaios — ralhau, debatendo-se para afastar os insetos que vinham se alimentar do seu sangue.

Ele prosseguiu e não deixou que os insetos o interrompessem:

— Com tantas trincheiras por fazer, quem iria nos recusar? Você acha que os voluntários brancos conseguiriam cavar aquelas trincheiras, empurrar os canhões pelos pântanos e montar guarda nas linhas de defesa? Que nada. Nós, os voluntários negros, é que estamos vencendo essa guerra para o imperador do Brasil — disse, enfurecido. — No seu semblante, Zacharias, encontrei o olhar de um homem de coragem, preparado para cavar e enfrentar a carnificina dessa guerra. Eu e você somos muito parecidos.

Nunca fomos dominados pelo pânico, pelo pavor ou pelo medo, mesmo vendo o sangue jorrar dos braços, das pernas, do peito e da barriga dos outros soldados. Maldição, Zacharias! Você nunca diz nada. Fico a falar sozinho todas as noites — ralhou, novamente.

José Cândido ficou em silêncio, mas as imagens não paravam de movimentar seu pensamento. Recordou que, ao encontrar o exército brasileiro, planejava seguir ao lado de outros negros, recém libertados por Pedro II. Eram antigos escravos que vinham de todas as províncias do império para combater as tropas de Solano Lopez, naqueles brejos de terrenos alagadiços, em nome da civilização escravocrata do imperador do Brasil. Finalizada a guerra, pensava em nunca mais voltar à Província de São Pedro, porque estaria contaminado pela liberdade que havia nas repúblicas. No pensamento dele, a única coisa que importava era sobreviver às doenças, à fome, ao frio e aos disparos dos rifles inimigos.

José Cândido prosseguiu com o solilóquio.

— Foi com essa farda que consegui fugir do cativeiro e me juntar ao exército imperial. No dia em que encontrei o acampamento de Lagoa Brava, fui levado pelos soldados à barraca do comandante do 11º Batalhão de Infantaria. Não acreditavam que eu pudesse estar ali. Expliquei que era voluntário da pátria e que vinha de muito longe.

José Cândido bebeu novamente um longo trago de aguardente no bico da garrafa e fez uma breve pausa. Uma relinchada de cavalos, ao longe, misturada aos gritos das moças brancas, trazidas de Montevideo, fizeram-no silenciar por um momento. Depois, continuou a falar sozinho.

— Caminhei mais de 150 léguas a pé. Ninguém faria isso com o mesmo propósito. Os homens movimentam-se por dinheiro e por mulheres. Eu cruzei a Província de São Pedro tão somente para encontrar a liberdade — disse, imaginando que Zacharias o escutava.

Embriagado, José Cândido imaginava que alguma voz o interpelava, duvidando de suas palavras.

— Duvida? Pois pergunte ao farroupilha Manuel Nunes. Conheço todos os rios e todas as quebradas daqui até o arroio Pelotas,

companheiro. Guardei as pedras do caminho para provar que falo a verdade. Delas não me separo jamais.

O uivo de um lobo guará voltou a interrompê-lo por um breve momento. Ou teria sido o esturro de uma suçuarana que o espreitava de perto? Era impossível saber o que havia naquelas matas impenetráveis.

— Como estava dizendo, o coronel perguntou, curioso, como eu havia conseguido chegar ao acampamento de Lagoa Brava. Sem meias palavras, contei que era escravo em uma charqueada e que, ao saber da guerra contra o Paraguai, decidi cruzar a Província de São Pedro para me juntar ao exército imperial, em Corrientes.

O cabo Zacharias Bellaco virou-se e abriu os olhos. Despertou, incomodado com os gritos de José Cândido. Zacharias, no entanto, gostava de provocar o companheiro de batalhão quando via que estava embriagado.

— Veja onde veio se meter? Isso é viver como um homem liberto? — questionou Zacharias, expressando um tom de ironia.

— O quê? Que pergunta mais insonsa? Mas é claro que sim. Antes livre no inferno do que escravo no paraíso — respondeu José Cândido, irritado.

— Por que, então, os brancos fazem de tudo para não vir para esse inferno? Não há como ser livre no meio desses lamaçais e sem comida. Deus deveria ter-nos feito comedores de capim para sobreviver nessas terras.

— Está bem. Está certo. O brejo branco não é o melhor lugar para um homem viver — concordou José Cândido. — Os brancos jamais deixariam o conforto dos lençóis, no Rio de Janeiro, para se meter nesses pântanos infernais. Cavar trincheiras, abrir covas, arrastar canhões, levar tiros de mosquetão e ser picado por esses malditos mosquitos não é para qualquer soldado. Isso aqui não é o paraíso. Mas ninguém poderá dizer que não somos livres — esbravejou.

José Cândido tomou outro gole de aguardente para acalmar-se. Depois, continuou:

— Quem me ensinou a tomar esse veneno foi você, cabo

Zacharias — reclamou, erguendo o recipiente de vidro para ver o quanto de líquido ainda restava.

Depois, entornou a garrafa novamente.

— Beba um pouco disso, meu bom amigo Zacharias. Fará você despertar — falou, oferecendo a garrafa.

— Passe isso para cá. Continue a história, porque agora acordei de vez.

José Cândido prosseguiu.

— Para finalizar, então, o comandante do batalhão não se opôs a me receber como voluntário. A única coisa que o incomodou foi o fato de ter-me apresentado com a farda. Ele quis saber como consegui o uniforme da infantaria imperial já que era um escravo fugitivo. Bem, o resto você já conhece — disse.

E como sempre fazia naquelas noites intermináveis, imaginava que tanto Zacharias quanto os fantasmas dos batalhões negros estavam satisfeitos em ouvir aquela breve história de um escravo fugitivo.

— Ah, não. Conte como foi do início ao fim. Temos tempo de sobra para isso — solicitou Zacharias, rindo.

Motivado pelo pedido do companheiro, José Cândido retomou a história sem que muitos apelos fossem necessários.

— Bem, como podemos estar sendo visitados por novos fantasmas, não posso deixá-los com a prosa pela metade. Pois bem. Saibam que não matei ninguém para conseguir a farda do exército. O branco que a vestia morreu na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Nunca soube qual era a graça do infeliz. Agora, o comandante ficou bastante pensativo, ao ouvir o meu relato. Foi desse modo que me tornei o primeiro escravo fugitivo a se apresentar às tropas imperiais para lutar como voluntário no 11º Batalhão de Infantaria de Caçadores a Pé — completou.

José Cândido preparou-se para deitar. De repente, pensou ter ouvido uma pergunta do cabo Zacharias e ficou paralisado.

— Como assim? — perguntou. — Zacharias, o comandante não tinha motivos para mandar-me de volta ao charqueador. Eu estava com os dois pés enfiados no território argentino, companheiro. Não há escravidão fora do maldito império brasileiro. Cruzei o Rio Uruguai no Passo dos Livres. Por isso, fui alistado como homem livre. Sou voluntário da pátria. Compreende agora?

— Eu não falei nada. Você ouve vozes e diz que sou eu quem faz perguntas. Agora, conte a história do seu nome, porque perdi o sono de vez — pediu Zacharias.

— Ah! Quer saber do meu nome?

— Essa é uma boa história. Esqueceu de contar. Os mortos vão adorar ouvir essa história.

— Esqueci mesmo — concordou José Cândido. — Pois bem, o nome foi de minha escolha. Vou contar isso como deve ser dito. Aliás, bem-dito. Detalhadamente. Deixe-me tomar outro gole, porque minha garganta está seca. Passe a garrafa para cá, Zacharias.

O antigo escravo entornou a garrafa mais uma vez, deixando escorrer pelos cantos da boca dois fios de aguardente que molharam a sua camisa. Ele prosseguiu:

— *Bueno!* O alferes, um branquelo magrinho, quis anotar meu nome e fazer o recrutamento. Perguntou qual era a minha graça.

— E o que você disse? — interrompeu Zacharias.

— Escute bem para não perder os detalhes — pediu. — O alferes indagava com insistência e com um certo desprezo para mim. Qual é o nome do negro? Qual é o nome? Qual? Era o que perguntava com persistência.

— E o que você disse? — questionou Zacharias, rindo.

— Não falei que era do Pantaleão. Imagina. Não mesmo. Pantaleão ficou para trás, lá na margem do Rio Uruguai. Estava livre. Meu nome era José Cândido, ora bolas. Apenas isso.

— E ele? — questionou Zacharias.

— Falou que não servia. Que faltava coisa.

Zacharias não se conteve e começou a rir tanto que se contorcia sobre a manta. José Cândido não se incomodou com as gargalhadas do companheiro de batalhão e prosseguiu.

— Como não serve? Perguntei ao alferes. Então, ele respondeu que eu precisava ter um nome de guerra completo, porque os prenomes José e Cândido havia aos milhares e muitos estavam metidos nas fileiras do exército imperial. O que queria de mim era um nome de família.

— Bah, que situação! — declarou o companheiro, espantado.

— Ouça, ouça, Zacharias. O nome José Cândido não servia para aquele bosta do alferes. Estava incompleto. O recrutador queria acrescentar um sobrenome de família branca, mas escravos não têm sobrenome no Império do Brasil. Você já encontrou algum cativo com sobrenome, no Rio de Janeiro? Eu nunca encontrei em Pelotas. Só o João do Pantaleão; a Maria do Pantaleão, o Horácio do Pantaleão e assim por diante. Por isso é que eu não tinha um nome de família branca para entregar ao maldito alferes. Era homem livre. Deixei de ser do Pantaleão no dia em que cruzei o Rio Uruguai. O imbecil do alferes não entendia isso.

— Sei. Sei muito bem como é — repetiu Zacharias.

— Eu fui um escravo sem pai nem mãe. Um garoto que fora vendido ao charqueador de Pelotas aos 15 anos de idade. O alferes sugeriu que eu adotasse o sobrenome do meu antigo senhor. Mas poderia ser eu um Barbosa Mourão de Albuquerque? Claro que não. Não queria carregar um caixão desses para o resto da vida. Virgem Maria! O que poderia fazer?

Zacharias silenciou e José Cândido continuou:

— Claro, tentei escolher um sobrenome para mim. Mas, acaso eu poderia ser um Bourbon? Ou quem sabe um Bragança? Por Deus, há tantos nomes nesse mundo, mas, na hora em que o negro liberto precisa escolher um, parece que todos os sobrenomes se escondem. Não encontrava um que me servisse. Nada me ocorria. Imagine a situação. Estava aflito.

Zacharias permaneceu calado e atento, enquanto o

companheiro de barraca continuava.

— O alferes estava impaciente. O livro aberto e a caneta tinteiro à mão. Então, veio a meu pensamento um sobrenome.

— Qual? — indagou Zacharias.

— Negro.

— Negro?

— Sim, Negro. Esse deveria ser o meu sobrenome a partir daquele momento. Foi isso que informei ao alferes.

— Ele aceitou? — perguntou Zacharias.

— É claro que aceitou. Onde é que você vai encontrar outro Negro em todo o exército. Soldado José Cândido Negro, da infantaria imperial.

— Bem, agora, eles nunca poderão negar que havia um sobrenome Negro no exército brasileiro — acrescentou Zacharias.

José Cândido retirou as botas, afrouxou o cinto e deitou-se. Havia um resto de aguardente na garrafa, mas preferiu deixá-la para a primeira hora da manhã seguinte para iludir a fome que sentia. Fazia quatro dias que os soldados não comiam nada além de bolachas endurecidas.

— Foi assim que me tornei soldado do exército imperial do Brasil. Zacharias, você não me deixa mentir. Foi preciso vir para esta maldita guerra para ter um nome próprio. Esse é o nome do negro que fez a maior façanha da Província de São Pedro: fugir do cativeiro pelo Oeste. Devem estar à minha procura pela Banda Oriental, enquanto estou aqui nas terras ao sul de Humaitá.

O antigo escravo passou a pronunciar repetidas vezes aquele sobrenome de batismo, extasiado pela sonoridade daquela palavra que dera a si mesmo, ao começar sua história como homem livre: José Cândido Negro.

Zacharias não parava de admirar o companheiro de batalhão, ao vê-lo repetir tantas vezes o próprio nome. José Cândido retomou a conversa:

— Você fez o mesmo, cabo Zacharias. Só que adotou o nome dos pântanos. Não é mesmo?

— Exatamente. Zacharias Bellaco é o meu nome agora — comentou o cabo. — Foi para homenagear o lugar onde acabaremos mortos como homens livres — justificou.

— Cada um com seus pensamentos. De minha parte, pretendo sair vivo desse inferno. Irei para a Banda Oriental. Dizem que lá estão as negras mais lindas do continente — completou José Cândido.

— Se sobreviver, reze para não ser mandado de volta ao Brasil como escravo — zombou Zacharias.

— Duvido que isso aconteça. Sou livre para seguir o meu próprio caminho.

— Não seja tolo. Onde está a sua carta de alforria?

— Não tenho carta. Fui alistado no exército imperial. Isso prova muita coisa.

— Você acha que o antigo senhor de escravos deixará sua fuga por isso mesmo? Não foi você quem disse que muitos fugiram para a Banda Oriental e foram capturados? Levados de volta para a Província de São Pedro. Escravizados pela segunda vez. Se sobreviver a essa guerra, vá para Buenos Aires, onde os brasileiros não poderão colocar as mãos em você.

— Saiba, Zacharias, que o comandante do batalhão afirmou que eu iria lutar essa guerra como qualquer outro soldado e como homem livre. Disse isso, olhando nos meus olhos. Falou que eu receberia um soldo de 300 réis por mês. E, para seu governo, ouvi comentários de que o imperador Pedro II pretende libertar todos os cativos jovens do país para trazê-los ao Paraguai. Os senhores de escravos não podem fazer mais nada contra os soldados negros. Imagina o que não deve estar passando pela cabeça dos charqueadores nesse momento.

— Um negro sempre será bem-vindo às tropas do exército imperial — concordou o cabo Zacharias. — Nossos companheiros de batalhão morrem sem ter efetuado sequer um tiro de fuzil. Fome, frio e doença. Esses

pântanos estão devorando o exército. Não importa se é negro ou branco, todos morrem. A guerra leva embora quem ela quiser. Com a varíola entre nós, parecemos uns leprosos e não soldados. Deus nos livre! Quanta desgraça nos cerca! — lamentou.

José Cândido ficou calado. Depois daquela conversa com o cabo, ele começou a adormecer. Estava completamente embriagado. Dentro da barraca, ele acomodou-se e dormiu no chão sobre uma manta sem reclamar. Estava acostumado a coisas piores no tempo da charqueada. Como passar as madrugadas, acordado, carneando as vacas, banhando-se em sangue bovino. Naquele acampamento militar, ao menos, ele podia dormir e estava aquecido. Ali, sobre o solo seco do brejo branco, podia até dormir embriagado.

— Inferno por inferno, ainda prefiro o paraguaio — comentou José Cândido antes de cair em um sono profundo.

Capítulo 15

— Cabo Zacharias, acorde! — sussurrou.

O companheiro de guerra não reagiu. Estava dormindo.

— Consegue sentir o cheiro dos cadáveres? — insistiu José Cândido no meio da madrugada de um dia qualquer do ano de 1867.

O cabo não respondeu.

— Não sente o fedor? — perguntou novamente. — Parece que esse cheiro ruim me persegue desde o dia em que ateei fogo nos juncos. Acho que tinha gente viva no meio dos mortos. Mas fazer o quê? A ordem do capitão era tocar fogo em tudo para combater o tifo, a cólera e a varíola. Ouvi os gritos de gente queimando. Tenho certeza de que devem pensar que os matei. Por isso, o cheiro deles me persegue. Não bastava os olhos dos bois que carneei, agora, tenho de conviver com esse fedor nas narinas — comentou.

José Cândido não conseguia mais dormir. Os gritos dos queimados vivos voltavam a perturbar seu espírito com frequência todas as madrugadas. Quando isso acontecia, ele calçava as botas e saía para fora da barraca para ver o céu estrelado das terras ao sul de Humaitá.

— Que desgraça! Não consigo mais fechar os olhos. Parece que a guerra está dentro de mim depois de tantos meses vivendo aqui.

Com o barulho, o cabo Zacharias despertou, incomodado.

— É cedo ainda, soldado Negro. Volte a dormir. Amanhã, os paraguaios vão avançar e nos atacar de surpresa. Durma para não morrer cochilando — reclamou.

— Já perdi as contas de quantos dias estamos parados nesse lugar. Vamos dar uma volta pelos campos, Zacharias. Que tal caçarmos uma cobra para ter o que comer amanhã? Sinto fome. Venha! — convidou José Cândido, saindo da barraca, sem levar consigo o mosquetão do batalhão de infantaria de caçadores a pé do exército imperial.

— Não verá nada na escuridão — resmungou o cabo.

— Não importa. Gosto de andar sem ver onde piso. Pegue uma garrafa de aguardente e vamos desertar — propôs ele ao companheiro de batalhão.

— Você ficou louco? Não sabe que eles caçam os desertores da mesma forma que caçam os negros que fogem para as repúblicas? — advertiu Zacharias.

— Nos esconderemos nos pântanos.

— Pior ainda. Morrerá em dois dias, devorado por uma onça ou por um jacaré. Desertar para viver nos pântanos, era só o que me faltava ouvir nesse acampamento.

— Então, conte para mim uma história, Zacharias. Não consigo dormir. Esse fedor me incomoda.

— Contar o quê?

— A história da sua vida.

— De novo?

— Sim. Você sempre acaba revelando uma novidade quando conta tudo novamente.

Zacharias sentou-se, contrariado, sobre a manta, estendida no chão da barraca. Percebeu que não iria conseguir dormir. Atendeu ao pedido de José Cândido, que voltou para o interior da barraca para ouvi-lo. O cabo começou, então, a falar da vida que tinha antes de se meter naquela guerra devoradora de brancos e de negros.

— Fui escravo de ganho, no Rio de Janeiro. Recolhia dejetos das casas das famílias em grandes cumbucas de barro. Depois, seguia até às

margens da Baía de Guanabara para despejá-los — fez uma pausa. Em seguida, continuou. — Você vivia banhado pelo sangue das vacas e eu vivia banhado pelo mijo e pelos excrementos que levava sobre a cabeça. Não sei qual de nós estava em pior situação — contou Zacharias, fazendo outra pausa para que o companheiro refletisse a respeito do que ouvira.

— Continue, Zacharias. Gosto das suas verdades. Quando você para de falar, começo a ouvir os gritos daqueles pesteados que morreram queimados.

— Fui alforriado pela viúva de um comerciante fluminense, a dona Helena. Vivia me metendo em brigas pelas ruas. A senhora estava cansada das minhas confusões. Um belo dia, decidiu conceder a alforria e me entregou para o exército imperial. Fez isso para salvar um dos três filhos homens que havia sido convocado para o Corpo de Voluntários da Pátria do Rio de Janeiro. Estou aqui ocupando o lugar de um fluminense branquelo e covarde.

— Então, você não é voluntário, Zacharias? — perguntou o companheiro de barraca, admirado.

— O quê? Voluntário para passar fome nesses lodaçais, lutando pelo imperador? Não. Fui entregue ao exército imperial. Continuo na mesma merda de sempre. Viemos dos pântanos e a eles retornaremos, meu caro.

— Pelo menos, é um homem livre — contemporizou José Cândido.

— Não sou como você, soldado Negro. Não sou um voluntário. Estou pouco me importando se o imperador vai vencer essa guerra ou não. Quando isso acabar, os heróis serão todos homens brancos. Eles voltarão, montados em seus cavalos, para o Rio de Janeiro. Terão estátuas com o sabre fora da bainha nas principais ruas da capital do império. Serão saudados pela população e as avenidas levarão seus nomes. De soldados negros, como nós, você não encontrará nada escrito em lugar nenhum. Não se esqueça que o Brasil é um país escravocrata e que estamos aqui para lutar por um imperador que não vai abolir a escravidão. A corte do Rio de Janeiro não quer e não vai permitir o surgimento de heróis negros. Lutamos apenas por nossas vidas e isso resume tudo o que penso sobre esta maldita guerra.

José Cândido manteve-se em silêncio por alguns segundos.

— A guerra era uma oportunidade para um escravo como eu, Zacharias — disse, recordando as palavras ditas pelo médico inglês Jones White.

— Grande oportunidade! — zombou o cabo. — Não diga uma bobagem dessas, soldado Negro. Amanhã ou depois, estaremos mortos e enterrados numa vala. Sinta o cheiro dos milhares que já morreram ao nosso redor. Eu também sinto o mesmo fedor nas narinas, mas isso não me incomoda mais. Estou cansado dessa maldita guerra.

— Um negro alforriado e um negro fugitivo. Nosso destino foi acabar no meio dessa maldição — concordou.

— Nem todos os voluntários querem continuar nessa guerra. Muitos já desertaram. Dizem que há muitos em Corrientes.

— Como sabe?

— É o que dizem por aí. Estamos parados nesse acampamento de Tuiuti há mais de um ano e meio. Ainda não conseguimos conquistar a fortaleza de Humaitá. Quanto mais o tempo passa menos vontade tenho de estar nessa guerra.

— Não diga isso, Zacharias. Nada pode ser mais terrível do que os cativeiros do Brasil. Ao menos, morrerei longe daquelas terras — contestou José Cândido.

— Vamos voltar a dormir. A qualquer momento os paraguaios virão nos expulsar daqui. Vá dormir, soldado Negro. Feche os olhos e imagine um lugar diferente de tudo o que já viu nesse mundo — aconselhou o cabo.

— Quantos negros você acha que ainda virão para cá? — quis saber o soldado.

— Não se preocupe com isso. O imperador possui três milhões de escravos para jogar nesse inferno. O exército imperial precisará de milhares de nós para vencer essa guerra. No Rio de Janeiro, os voluntários brancos inventam mil e uma maneiras para não vir para cá. Dizem que muitos

jovens se casam com mulheres mais velhas para se verem livres do recrutamento. Ouvi falar que um chegou a amputar os dedos da mão para não ter de lutar. Os brancos, meu caro, não conseguem viver nessas terras infestadas de mosquitos, cobras e bichos do mato. Qual filho de senhor conseguirá viver longe do conforto e do calor do Rio de Janeiro? Aqui, um voluntário da pátria precisa levantar a bunda do catre até para despejar o pinico no mato. Não há escravos entre nós.

— É verdade, Zacharias — concordou José Cândido. — Poucos conseguem suportar essa guerra. Os comandantes dos batalhões não são tolos. Eles receberiam qualquer escravo alforriado ou fugitivo que pudessem. Sabem que sem os negros não será fácil vencer Solano Lopez. Ninguém quer voltar derrotado para o Rio de Janeiro — acrescentou.

Depois de um longo silêncio, em que só se ouvia o som dos grilos, José Cândido disse:

— Essa guerra é mesmo muito estranha. Um senhor de escravos de uma charqueada da Província de São Pedro jamais iria entregar uma carabina a um negro e ensiná-lo a matar. Aqui, conquistei um sobrenome e recebi um mosquetão — comentou. — Agora que aprendemos a manusear um fuzil e que podemos matar qualquer inimigo, os charqueadores devem temer soldados como nós. Estamos contaminados pela liberdade e pela guerra — enfatizou.

Zacharias riu e começou a repetir as ordens, como se fosse o sargento do batalhão de infantaria.

— Preparar para carregar arma! Pegar cartucho! Romper cartucho! Cartucho ao cano! Retirar baqueta! Socar bala! Baqueta ao seu lugar! Engatilhar arma! Colocar espoleta! Preparar! Apontar! Fogo! — gritou Zacharias.

José Cândido riu ao ouvir aquelas instruções da infantaria. Ele olhou para a carabina belga e para a cartucheira, onde estavam armazenados os sete cartuchos de balas Minié.

— Tudo vai mudar. O império não será o mesmo no momento em que essa guerra acabar. Muitos negros, alforriados por Pedro II, voltarão

ao Brasil, apesar dos protestos dos senhores de escravos. O imperador precisará de homens da nossa cor para vencer Solano Lopez. Precisarão dos escravos mais do que nunca — profetizou.

Zacharias concordou.

— É mesmo muito estranha essa guerra. Não sei o que será de nós no dia em que acabar. Se tivermos a sorte de sobreviver e voltar ao Brasil, pode ter a certeza de que muitos proprietários de escravos terão medo dos soldados negros. Eles não nos aceitarão de volta. Pensarão que estamos prontos para começar uma revolta contra os escravagistas. Dizem que uma guerra sempre começa depois de encerrada a outra. Agora, chega. Vamos voltar a dormir. Teremos sorte se os paraguaios não nos matarem primeiro que os escravagistas — finalizou o cabo.

Capítulo 16

O silêncio da madrugada envolvia a pequena e esfarrapada barraca militar. O cabo Zacharias resolveu romper a quietude com uma pergunta que era tão estúpida quanto profunda. Ele despertou o companheiro de batalhão para perguntar.

— Por que nunca nos entregaram cavalos e sabres?

— Para não fugirmos do inferno, Zacharias. Só pode ser por isso — brincou José Cândido.

— Não pode ser por isso. Nenhum de nós fugiria. Estamos numa ilha pantanosa.

— Então, prepare-se para ouvir a verdade — advertiu o soldado.
— A verdade é que cavalaria não acolhe os negros. Você já viu um centauro negro pelos campos? Nunca verá. A artilharia também não é para homens da cor da nossa pele. Os brancos nos querem na infantaria, na linha de frente, com um velho mosquetão, sete cartuchos e uma baioneta. Não espere mais do que isso. Seremos sempre os primeiros a morrer — comentou José Cândido.

— Ouça, meu caro. Soube que muitos dos nossos irmãos de arma querem desertar. Querem se juntar à Divisão Oriental e aos uruguaiois. Dizem que os orientais pretendem voltar para casa em breve. Estão cansados da guerra.

— E onde estão eles agora?

— O Batalhão 24 de abril da Divisão Oriental está entrincheirado ao norte do acampamento.

— E o que mais sabe a respeito deles?

— Ouvi eles cantarem.

— O que cantavam?

— Um lamento. Ouça!

O cabo Zacharias cantou as estrofes que lembrava de um canto dos soldados negros que ocupavam as trincheiras da Divisão Oriental:

Batalhão de sangue africano.

Perdido, ao sul de Humaitá.

A léguas, ruflam os tambores.

A vitória é segura.

Preparemos, o sabre e o fuzil.

Avancemos até os campos de Humaitá.

— O que eles querem dizer com isso? — perguntou José Cândido.

— Não sei. Pelo menos, eles cantam. Ouvi dizer que há brasileiros entre os negros do Batalhão 24 de abril. Devem ser escravos fugitivos do império que acabaram incorporados ao exército de linha uruguaio. Na Banda Oriental, só depois de cinco anos de serviço para o exército é que os fugitivos são considerados homens livres — comentou Zacharias.

— Nossos irmãos de arma querem desertar do exército imperial para passar mais cinco anos dentro de outro exército? Não acho uma boa ideia, Zacharias. Qual a vantagem nisso? — perguntou José Cândido.

— As vantagens são voltar mais cedo para casa e ter a certeza de não regressar ao Brasil.

— Ora, bolas. Isso é loucura. Vou dar uma caminhada até o mato.

— Sozinho? Não tem medo?

— Medo de andar sozinho por esses pantanais? Claro que não. Minha adaga está sempre comigo. Tem muito soldado imperial querendo fazer um negro de mulher nesse acampamento. Comigo não se metem. Vou espiar como andam as coisas no boqueirão. Tenho a impressão de ter visto um cachorro arisco e faminto, fuçando as covas para comer carne humana — disse José Cândido.

— Tome um gole de aguardente antes de sair. E não esqueça de levar o mosquetão — recomendou o cabo.

— Os paraguaios não vão nos atacar. Estão longe daqui.

— Não se engane. Quando menos se espera, eles aparecem para nos expulsar.

Toda vez que saía a andar pelo acampamento, José Cândido Negro observava os oficiais sentados diante de suas barracas. Quando perdiam o sono, eles escreviam cartas para as famílias que estavam no Brasil. O antigo escravo da charqueada sentiu que poderia aprender a ler e a escrever, porque viu no ato solitário de segurar uma caneta tinteiro sobre uma folha, um gesto diferente de tudo o que ele havia visto até então na sua vida. Aquilo não se comparava a carnear uma vaca, ou a disparar um fuzil, ou a cavar uma trincheira. Era apenas o gesto pacífico de fazer a tinta negra escorrer sobre a folha branca.

Naqueles dias sem luta, sem enfrentamento e sem combate, ele perguntou a Zacharias Bellaco se algum negro poderia ensiná-lo a escrever. O cabo não conhecia ninguém que fizesse isso. Não havia ninguém que pudesse ao menos riscar a terra com um graveto para mostrar a José Cândido como era escrito o seu sobrenome Negro de guerra.

Capítulo 17

José Cândido Negro e Pompeu de Castro Vieira viveram duas guerras e duas oportunidades distintas. Enquanto o antigo escravo lutava contra os paraguaios, sujeito às intempéries, aos mosquitos, às doenças, ao frio, à lâmina fria dos sabres, aos disparos de fuzil e à fome, nos pântanos ao sul de Humaitá; o antigo caçador de homens livres divertia-se, em Buenos Aires, com os ganhos que auferia.

Semanas depois de deixar Pelotas e rumar para a Argentina, Castro Vieira já se apresentava como um dos maiores mercadores de charque do império, encarregado de fornecer o produto para o exército brasileiro nos acampamentos do brejo branco, no Paraguai. Dos saladeiros de Montevideo e de Buenos Aires, passou a adquirir toneladas de carne-seca. O produto era embarcado nos vapores de transporte que navegavam pelo Rio Paraná até o porto de Corrientes. De lá, o carregamento seguia em barcos menores até Passo da Pátria, onde era transbordado para grandes carretas que avançavam pelos charcos do sudoeste paraguaio até ser entregue às tropas imperiais.

No princípio, Castro Vieira não esqueceu do sócio pelotense, o charqueador Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque. Os primeiros carregamentos foram adquiridos em Pelotas e embarcados no vapor Especulação. Castro Vieira comprou dezenas de toneladas de charque rio-grandense para alimentar as tropas brasileiras. Com o passar dos meses, porém, o mercador optou por adquirir somente dos saladeiros do estuário do Prata para aumentar os ganhos e encurtar as distâncias.

A tropa imperial passou a depender de Pompeu de Castro Vieira, que levava suprimentos ao acampamento militar, onde cerca de 60 mil

soldados estavam mobilizados. O grande exército aliado estava nas mãos de um único homem: o antigo caçador de escravos Castro Vieira.

Ao longo do conflito bélico, o mercador de charque decidiu diversificar os negócios. Nos meses de verão de 1867, contratou, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, um grupo de prostitutas portuguesas, espanholas e francesas. Enviou as mulheres para o deleite dos oficiais do exército imperial que já completavam dois anos longe de casa. Depois, agregou aos negócios o suprimento de aguardente, vinho e rum. O tabaco também foi uma novidade, introduzida no acampamento militar de Tuiuti. Os produtos de Castro Vieira fomentaram a indisciplina, a discórdia, os furtos e a pederastia, para a ira dos frades-capelães e para o desagrado dos comandantes brasileiros mais austeros.

O modelo de civilização que Pedro II queria levar ao Paraguai reinou nos atoleiros, ao sul de Humaitá. Em meio às capivaras, aguarás guazu, atarás, guacarás, jaguaretês, gualambás, cangayês, jacarés, bagres e tatus, podia-se encontrar o refinado uísque escocês, o divino vinho do Porto e o inigualável perfume francês. Os objetos da civilização chegavam aos lodaçais graças aos árduos esforços de Castro Vieira.

O ministro residente da Missão Diplomática Brasileira, em Buenos Aires, ministro Honório Leal, notório bajulador do antigo caçador de escravos, abriu-lhe as portas de todos os clubes e prostíbulos da cidade. Na Argentina, Castro Vieira sabia exatamente o que deveria fazer. Queria a fortuna e os prazeres que só os grandes charqueadores rio-grandenses podiam ter. O baronato estava ao seu alcance com a riqueza que acumulava. E quanto mais a guerra durasse, mais rico ficaria.

— Ministro Leal, o prolongamento do conflito não me fará mal algum. Na Farroupilha, lutamos por uma década. Para meus negócios, quanto mais lento for o avanço das tropas melhor será — confessou Castro Vieira para o ministro.

— Não é o que pensa o imperador Pedro II e seu Conselho de Guerra. Eles querem a cabeça de Solano Lopez o mais rápido possível. Os custos começam a assustar a Corte, no Rio de Janeiro — retrucou o ministro.

— Não é sem razão — concordou Castro Vieira — É de assustar

mesmo. Mas não culpe o charque por isso. Culpe os escravos. Com o imperador comprando cativos para conceder-lhes a alforria pelo preço que está, o resultado não poderia ser outro.

— O que você sugere que o imperador faça, Castro Vieira? Ninguém doa sem ônus escravos ao imperador — questionou o ministro.

— Diga a Pedro II para buscar mercenários, excelência. Diga ao imperador que precisamos de mercenários germânicos. Homens loiros e com dois metros de envergadura pela metade do valor. Se os paraguaios vissem homens nórdicos no exército inimigo, a guerra teria terminado há muito tempo — sugeriu Castro Vieira.

— Os germânicos têm as suas guerras a cada 30 anos. Não viriam se meter no Paraguai em troca de nada — discordou o ministro.

— Quero ver quando isso tudo acabar. Os soldados negros voltarão ao Brasil, sabendo usar uma carabina e um fuzil.

— O futuro não nos preocupa por hora. No momento, as reclamações são outras. Tenho conversado com o alto-comando. Reclamam da péssima qualidade do charque que tem sido entregue aos soldados. Isso é que me preocupa — confessou Leal

— Ora, ministro. Não há o que reclamar. Tenho compensado a péssima qualidade do charque, com remessas regulares de mulheres, vinho, uísque e tabaco dos bons.

— Os generais reclamam sem parar. Os soldados estão famintos. Isso pode custar o baronato, Castro Vieira. O Duque de Caxias pode apresentar a bola preta contra você no conselho de ministros do império.

— Ora, um soldado contenta-se com pouco, ministro. Era só o que me faltava, levar charque de primeira qualidade para a infantaria. Se ouvir mais uma reclamação dessas, corto as mulheres, o tabaco e o vinho dos oficiais — esbravejou Castro Vieira.

Em 03 de novembro de 1867, ao ouvirem o tão aguardado toque do clarinete, José Cândido Negro e Zacharias Bellaco saíram às pressas da barraca para proteger as linhas de frente de um segundo ataque paraguaio

ao acampamento de Tuiuti. Foi um dia que parecia não terminar. Os dois combatentes foram surpreendidos pelo avanço repentino da cavalaria e da infantaria inimigas. Os paraguaios pareciam dispostos a entregar a vida pelos brejos dos quais os brasileiros queriam se ver livres.

— Eles que venham — gritou Zacharias. — Por aqui não passarão.

O soldado viu o cabo sair da trincheira e avançar contra os inimigos com o fuzil sem munição. Um cavaleiro paraguaio cruzou a galope e desferiu um golpe de sabre que abriu a cabeça de Zacharias Bellaco, matando-o de forma instantânea. A morte do companheiro de barraca emudeceu José Cândido pelo resto do tempo em passou naquela maldita guerra a serviço do imperador Pedro II.

Acabrunhado pelos acontecimentos, ele não via a hora de sair daqueles pântanos, avançar e conquistar a fortificação de Humaitá de uma vez por todas. Estava cansado de viver daquele jeito. Queria livrar-se da guerra, a mesma que o teria libertado do cativo na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Naquele mesmo dia da morte do cabo Zacharias, o mercador Pompeu de Castro Vieira passou a tarde em um clube de Buenos Aires, a duas quadras da Praça da Vitória, gastando parte dos 300 réis que cada soldado imperial deixava no balcão de venda do seu comércio no acampamento militar de Tuiuti.

Quinta Parte

A peste chega ao bairro santo do tambor.

Quilombo de Buenos Aires.
Últimos dias do verão de 1871.

Capítulo 18

O desvairado morador de Buenos Aires que resolvesse sair de sua casa, no início da tarde ensolarada de 21 de março de 1871, dificilmente encontraria uma pessoa nas ruas próximas à Capitania Central dos Portos, no centro comercial da cidade. Se, por ventura, esbarrasse com algum passante nas imediações do *Hotel de la Paz*, poderia dar-se por satisfeito, porque, ao chegar no Passeio de Julho, à beira do Rio da Prata, veria que tudo estava cerrado e despovoado por causa do resguardo sanitário.

Um véu de silêncio repousava sobre a larga avenida costeira ao rio. Naquela tarde, apenas os pesteados ousariam perambular pelas ruas, despreocupados com o fato de estarem colocando a vida em risco. Os moradores mais precavidos e sensatos prefeririam permanecer refugiados em suas casas. Evitariam dessa forma a exposição ao contágio epidêmico.

O negro argentino Leopoldo Remédios não era um pesteadado e tampouco um desvairado morador. Embora infringisse as regras do recolhimento sanitário, apreciava perambular pelo Passeio de Julho todos os dias, por volta do meio-dia. À sua espera, sempre encontrava um banco vazio para sentar à sombra de um salso frondoso, nas imediações do trapiche dos passageiros.

Por certo não havia nada de escandaloso no comportamento de um homem sadio que perdia parte de seu tempo naquele lugar santo. Dali, do trapiche dos passageiros, podia-se ter a vista mais aprazível do Rio da Prata. Um homem da república poderia parar e permanecer onde bem entendesse, a qualquer hora do dia.

Leopoldo Remédios não se considerava impedido de vagar pela cidade. Ele era um caso à parte, porque, ao contrário dos outros

moradores, ou até mesmo dos outros quilombolas, Remédios estava autorizado a circular livremente por todas as ruas, vielas e becos malcheirosos de Buenos Aires, por sua conta e risco, durante o período do resguardo, à procura de cadáveres e de pessoas doentes.

Remédios era um coveiro que estava a serviço da Comissão de Higiene Pública. Por isso, tinha trânsito livre pelos 13 bairros. E, por volta do meio-dia, seguia até o Passeio de Julho, não necessariamente em busca de cadáveres, mas de sossego.

O negro Leopoldo aproveitava às concessões do ofício para andar sozinho, desfrutando de uma liberdade que a qualquer momento poderia ser interrompida pelo contágio de uma misteriosa febre amarela. A peste, que atacava os moradores, já havia matado mais de 300 pessoas em menos de 60 dias e provocado a debandada de outros milhares. O recolhimento dos corpos dos negros pesteados era seu trabalho diário. Ele não sabia até que momento conseguiria resistir à febre amarela, laborando tão próximo aos infectados. Diariamente, tocava a doença misteriosa com as mãos, ao remover os cadáveres das ruas.

Leopoldo Remédios sabia que não possuía imunidade contra o surto epidêmico. Por aqueles dias, não havia quem pudesse considerar-se incólume à contaminação. Nenhuma pessoa possuía um manto protetor para vestir contra a febre misteriosa. Muito menos o coveiro Leopoldo, que estava encarregado de sepultar os cadáveres dos pesteados para o Conselho de Higiene.

Em meio a tantos mortos, Remédios não se vangloriava por permanecer vivo. O mais provável — pensava ele — é que terminaria seus dias da mesma forma que os outros. Ou seja, sendo conduzido em uma carroça para o cemitério, no sul da cidade. Não era crível que pudesse escapar com vida, depois que uma boa parcela dos negros e dos italianos miseráveis já tinha morrido por causa daquela maldita praga. Ele mesmo já havia notado que outros encarregados de recolher os corpos para a Comissão de Higiene também tinham sucumbido.

O coveiro não esperava escapar das garras da epidemia por muito tempo. Sabia que a peste poderia invadir seu corpo a qualquer

momento, num piscar de olhos, sem que percebesse, apesar de tomar todo o cuidado para não tocar os vômitos, as hemorragias e as caganeiras, expelidas pelos infectados, quando os recolhia, já mortos, das ruas ou dos catres em que faleciam.

Naquela tarde de 21 de março de 1871, o verão despedia-se com todas as forças de Buenos Aires. Estava insuportavelmente quente, e o negro Leopoldo procurava não pensar na epidemia, nem no quilombo, nem nos enfermos. Tampouco pensava nas mortes dos velhos conhecidos do bairro santo do tambor. Enquanto permanecia sentado naquele banco do Passeio de Julho, dava-se ao luxo de unicamente desfrutar daquela paisagem pacífica à beira do Rio da Prata.

Ele costumava sentar a poucos metros do trapiche dos passageiros e quase em frente ao prédio da Capitania Central dos Portos. Ali, podia contemplar o rio e ouvir o burburinho das ondas que batiam contra as madeiras grossas do píer que avançava por duzentos metros rio adentro. Era dessa forma que costumava esperar o tempo passar antes de retomar o caminho para o cemitério, que ficava a uma distância de duas léguas da Praça de Maio.

Leopoldo Remédios fazia aquela parada de propósito. Sabia que empreender uma caminhada embaixo de um sol impiedoso e abrasador seria penoso demais para um homem coxo e de meia-idade. Esperar o calor aliviar era o melhor a fazer. A brisa do Rio da Prata o refrescava.

Desde o início do resguardo sanitário, ele costumava dirigir seu olhar endurecido para o cenário desolador em que havia se transformado o Passeio de Julho. Nada se comparava ao movimento das semanas anteriores. O bonde do tramway estava parado. Não havia vapores ancorados para proceder ao desembarque dos novos imigrantes italianos. Os cafés estavam vazios. A principal avenida do porto de Buenos Aires transformara-se em um lugar despovoado e sem vida por causa da peste amarela.

Leopoldo Remédios testemunhava, com assombro, o efeito produzido pela evacuação sanitária dos homens brancos. O esvaziamento daquela avenida era consequência do recolhimento da população e da ordem de fechamento do porto. Ninguém podia desembarcar ou embarcar pelo

trapiche dos passageiros. A Capitania Central dos Portos havia suspenso a atracagem de navios nacionais ou estrangeiros para evitar que algum novo doente chegasse à cidade ou que os recém-chegados fossem contaminados pelos milhares de moradores que já haviam contraído a febre amarela.

Sentado, à sombra do salso, o argentino assistia com tristeza àquele panorama desolador. Pensativo, mantinha o olhar perdido no horizonte, já que tudo a seu redor estava praticamente desabitado. Os estabelecimentos comerciais, que ficavam na calçada oposta, estavam fechados. Neles, só podia avistar o singelo manifesto que fora deixado pelos antigos comerciantes. À vista de todos, lá estavam as duas tábuas de madeira, entrecruzadas e pregadas nas portas, a informar que o regresso dos gentios era incerto e duvidoso. No *Café des Alliés* e no *Café de La Amistad* nada funcionava.

Cansado de observar o cenário entediante da avenida, Leopoldo Remédios voltou-se para o sul do trapiche e desviou o olhar para o antigo casarão dos vice-reis do Prata. Procurou saber se alguém poderia estar atento ao que se passava no Passeio de Julho. Ao reparar que os parapeitos das janelas do grandioso edifício estavam vazios, acabou sendo invadido por uma angústia momentânea. Ninguém desfrutava daquela vista do rio, exceto ele. A certeza da própria solidão fê-lo desejar o retorno dos velhos tempos em que o passeio era freneticamente ocupado pelas pessoas. Para o argentino, Buenos Aires estava morrendo por causa da febre amarela.

Capítulo 19

Naquela tarde de 21 de março de 1871, porém, um evento surpreendeu Leopoldo Remédios, assim que voltou o olhar endurecido para o norte do Passeio de Julho. A figura de um negro cambaleante surgiu no final da ampla avenida. O desvairado avançava na direção do trapiche dos passageiros.

O negro que dava às caras ao mundo despertou a atenção do coveiro logo na altura da Rua del Templo, a duas quadras do depósito da empresa de fundição e construção de máquinas. Ao ver o cambaleante forçar as maçanetas, tentando abrir as portas das casas e dos armazéns que encontrava pelo caminho, o sepultureiro imaginou que o trôpego poderia ser apenas um jovem patricio da república que, perdido ou enlouquecido, perambulava em busca de refúgio para não se expor ao contágio da epidemia.

O fato deixou o coveiro bastante curioso. Ele passou a assistir àquela cena perturbadora. Procurou identificar quem poderia ser o desgraçado que expunha as próprias fraquezas aos olhos de todos em plena luz do dia, violando as regras do resguardo sanitário.

Alheio, porém, à curiosidade do coveiro, o negro trôpego avançava sob o sol, apoiando-se nas paredes dos depósitos e dos armazéns pelos quais passava. Leopoldo Remédios imaginou que o miserável não conseguiria encontrar o abrigo que buscava naqueles estabelecimentos fechados e que tampouco conseguiria retornar ao quilombo.

— Fraco demais para sobreviver — comentou em voz baixa para a mula que estava amarrada na árvore.

De fato, o cambaleante demonstrava estar nos últimos

momentos da vida e, certamente, acabaria fritando o cérebro antes de conseguir chegar ao outro lado da cidade para salvar-se na companhia dos outros quilombolas. O caminho até o lazareto dos pretos estava distante demais para o sujeito enfermo. Isso foi o que pensou Leopoldo Remédios. Para chegar até o quilombo, o desconhecido teria de cruzar por quatro bairros e meter-se pelos campos ao sul das ruas Brasil e Caseros.

— Não consegue ir até o quilombo nesse estado — murmurou o coveiro.

Por aqueles dias, o sepultador argentino tinha motivos de sobra para acreditar na morte iminente de qualquer desconhecido que encontrasse pelas ruas. Por isso, não se deu ao trabalho de sair correndo para socorrer o negro cambaleante que se arrastava pelas calçadas do Passeio de Julho. Remédios estava cansado de levar os enfermos do bairro santo do tambor para o lazareto do quilombo sobre os pisos das carroças e de vê-los morrer durante o caminho. Para o coveiro, o cambaleante parecia ser mais um entre os miseráveis mortos-vivos. O sujeito estava destinado a morrer.

O negro desconhecido, no entanto, continuou a avançar pelo Passeio de Julho a passos lentos. Caminhava em direção à Capitania Central dos Portos, alheio a tudo. A distância entre os dois homens encurtava. O morto-vivo aproximava-se do sepultador sem que esse cogitasse mover as pernas para ajudá-lo. Leopoldo Remédios apenas gritou para o sujeito dobrar na primeira esquina, na Rua Cangallo. Queria que o cambaleante tomasse a direção do Oeste, onde, por certo, encontraria alguém à porta do asilo de imigrantes ou do consulado britânico para auxiliá-lo a encontrar alguma enfermaria destinada ao acolhimento dos indigentes.

— Negro, vire na próxima esquina! — gritou.

Não houve qualquer aceno ou resposta do cambaleante.

— Negro, vá para o Oeste — gritou, ainda mais alto.

O cambaleante parou por um instante para tomar fôlego. Leopoldo teve a impressão de que o último grito fora ouvido, mas o desconhecido retomou a caminhada na direção do coveiro que não dispunha

de medicamentos ou de orações para oferecer àquele pobre coitado. O melhor que o sepultador poderia fazer era orientá-lo a tomar o caminho do Oeste. A sua parte estava feita.

Naquele instante, o argentino pensou que qualquer tentativa de prestar socorro seria uma perda de tempo, porque a epidemia levava entre dois e quatro dias para matar os enfermos, dependendo da sorte do peitado. Os gritos não convenceram o negro desconhecido a seguir para o Oeste. Ingenuamente, então, Remédios pensou que ao coitado caberia escolher o próprio destino.

— Se quiser morrer, que morra aqui na avenida do Passeio de Julho — gritou.

O negro desconhecido continuou a avançar e Leopoldo mostrou-se decidido a acompanhá-lo com os olhos como se fosse o último passatempo do início de uma tarde de touradas. A morte deveria ocorrer em breve e ele seria a única testemunha. Pelo menos, era o que aconteceria naquela avenida, pois, àquela hora do dia, nenhuma outra pessoa perderia seu precioso tempo para ver um negro morrer. Se alguém surgisse no Passeio de Julho, seria em ligeira fuga para a sombra de um abrigo e nada mais.

Enquanto o desconhecido avançava, Leopoldo deduzia que o homem não passava de um quilombola impertinente, que vagava doente pela avenida, despedindo-se da cidade em que viveu. Apenas mais um negro, em peregrinação pela rua, a dar os últimos passos delirantes da liberdade. Assim, no gozo do puro estado da autodeterminação, o negro seguia, expondo-se ao sol para aquecer os ossos e livrar-se dos calafrios. Isso era o que o coveiro imaginava.

— Esse peitado não vai longe — dizia para a velha mula que estava amarrada.

Leopoldo Remédios não vislumbrava outro futuro para o pobre coitado a não ser a morte. Ele, inclusive, já havia encomendado a alma do desconhecido a Deus e à Virgem. Ao ver o negro avançar pela avenida, gritava, irritado:

— Negro, basta! Desista! Negro!

Não havia jeito do misterioso homem ser detido. O coveiro viu o trôpego ultrapassar a rua de acesso ao consulado pontifício e tratou de manter os olhos fixos nele. Procurou compreender por que o sujeito postergava a queda definitiva, avançando lentamente em sua direção. Leopoldo começou a torcer para que o negro morresse rapidamente. Não queria perder mais tempo. No cemitério, alguns corpos já estavam à espera do sepultamento.

— Basta, Negro! Já está na minha hora.

Remédios não desejava retornar ao lazareto dos pretos para tentar salvar o indivíduo agonizante. No íntimo, esperava que o desconhecido morresse logo, porque, assim, poderia recolher o cadáver e, sem delongas, conduzi-lo direto para o cemitério. Mas a cada passo do cambaleante, dizia para si mesmo, entre um cuspe e outro de saliva misturada com tabaco:

— Negro, por Deus, desista de viver!

O moribundo estava cada vez mais próximo do trapiche e parecia ouvi-lo. Desafiava o coveiro. Jogava uma perna na frente da outra. Conquistava mais um passo com ousadia impressionante. Leopoldo Remédios continuou a observar o miserável por mais vinte passos até que o negro, finalmente, tropeçou e caiu no chão, a uma distância de vinte metros entre os dois. Vendo o que acabara de acontecer, o coveiro murmurou:

— Pronto. O pesteadado morreu. Que descanse em paz!

Assim que acabou de dizer essas poucas palavras, o negro mexeu-se um bocadinho. Espantado, Leopoldo Remédios arregalou os olhos cansados e engoliu um pouco de saliva para destravar a garganta ressecada.

— Que diabo é isso? — perguntou-se em voz baixa.

Ele viu o negro, que estava caído, recolher as pernas e os braços com muito sacrifício para junto do próprio corpo. Ao vê-lo dobrar os joelhos novamente para se reerguer, apoiando as mãos sobre as pedras quentes da avenida, o coveiro levantou-se do banco em que estava sentado e apressou-se para socorrê-lo. Ao correr, teve de parar a uma distância de 10 metros, porque um cachorro de pelagem negra surgiu na sua frente. Do nada, apareceu o animal.

O cão rosnava, feroz, mostrando-lhe os grandes dentes caninos. Isso fez Leopoldo parar e pensar em como poderia afugentá-lo para socorrer o coitado que estava tentando se reerguer. Em um instante, o coveiro agachou-se e recolheu uma pedra do chão para ameaçar e espantar o animal. A pedra não intimidou o cão. Pelo contrário, o cachorro ficou ainda mais bravo, revelando que estava pronto para desferir um ataque que, graças ao negro desconhecido, foi contido.

O cambaleante estava ajoelhado sobre as pedras e percebeu a presença do coveiro. Ele conteve o cão com um pequeno movimento da mão direita, chamando-o. O animal baixou a cabeça e, obediente, recuou, apesar de desconfiado com a presença de Leopoldo Remédios.

— Estava me chamando pelo nome? — perguntou o desconhecido para o argentino antes de desabar novamente sobre as pedras.

O coveiro não conseguiu ver o rosto do homem. Ainda um pouco distante, viu o miserável tombar e ficar desacordado. Leopoldo Remédios tentava, desesperadamente, descobrir quem era o sujeito que, infringindo o resguardo sanitário, caminhou por um lugar tão afastado do quilombo, durante aquela terrível epidemia.

Capítulo 20

No dia em o negro desconhecido surgiu em Buenos Aires, o surto de febre amarela já havia tomado conta dos 13 bairros. E, mesmo com a vigência do resguardo sanitário, um grande número de pesteados costumava vagar pelas ruas do bairro santo do tambor. Leopoldo Remédios imaginou que o homem insolente, que estava estirado diante dele, era apenas mais um dos infectados que havia deixado o quilombo para perambular pela cidade.

Remédios irritava-se com aquelas atitudes desesperadas dos pretos infectados, porque quem estava encarregado de resgatá-los, quando vivos, ou de recolhê-los, quando mortos, era justamente ele, o coveiro designado para atender os amarílicos do quilombo de Buenos Aires.

As fugas dos quilombolas ocorriam com grande frequência naqueles últimos dias de março. Alguns dos pesteados metiam-se, maliciosamente, nas galerias pluviais subterrâneas de granados, próximo aos velhos depósitos da aduana, por pura pirraça ou pelo desejo de fornicar. As tais escapadelas dos pretos obrigavam Remédios a realizar um enorme esforço para retirá-los das trevas e da companhia dos ratos, dos mosquitos e das baratas.

Leopoldo Remédios pregava com insistência aos quilombolas. Era um pseudoprofeta. Um pregador sem paróquia. Enfatizava que o enfermo não encontraria nenhum conforto ou salvação se vagasse pelas ruas. Repetia que, quem desejasse efetivamente sobreviver, deveria permanecer no lazareto do quilombo. Lembrava aos vitimados os velhos tempos em que os escravos de Buenos Aires eram segregados em barracas, ao norte do Riachuelo, para curarem as doenças. Dizia que só os sadios podiam retornar aos bairros e às ruas.

Relembrava a história dos escravos, sobretudo, aos negros mais jovens que, apesar de nascidos na república, deveriam suportar o longo confinamento no quilombo por força da epidemia. Para os impacientes, o coveiro frisava que a história costumava repetir-se e que, assim como os antigos escravos, eles, agora, é que tinham de ser mantidos em barracas, ao norte do Riachuelo, por dias e noites seguidas, até ficarem curados daquela peste contagiosa.

Entretanto, apesar dos insistentes apelos que fazia, muitos dos enfermos ousavam caminhar pelo bairro. Flanavam. Vagavam. Corriam. Misturavam-se com os sadios. E isso deixava o coveiro bastante irritado, porque via os mandamentos da salvação serem postos de lado pelos ignorantes.

Naquela tarde sufocante de 21 de março de 1871, Leopoldo teria dado uma tremenda bronca no negro desconhecido se este pudesse ouvi-lo. Ao vê-lo desfalecido à sua frente, caído sobre as pedras do passeio, Remédios preferiu ficar quieto e deixar o miserável morrer sem repreensões. O coveiro não tentou reanimá-lo. Não costumava alimentar as esperanças com relação aos pesteados. Com o número de infectados cada vez maior, não se podia perder tempo com os queixosos que perambulavam pelas ruas dos bairros próximos da catedral.

Os padecentes tinham-se multiplicado por todo o eixo sul da cidade. Desde as seis primeiras mortes ocorridas no mês de janeiro de 1871, o número de infectados pela febre amarela aumentava exponencialmente. Leopoldo Remédios não perdia seu tempo, ouvindo as especulações doentias dos pesteados. Para ele, qualquer tentativa de prestar socorro a um amarílico era uma perda de tempo, porque, irremediavelmente, os contaminados acabavam levados ao lazareto e depois ao cemitério, em três ou quatro dias.

Como necessitava sepultar os cadáveres no prazo máximo de uma manhã ou de uma tarde, eram motivo de estorvo os queixosos que o coveiro encontrava pelas ruas pobres de Santa Lúcia e de São Telmo. O sepultureiro argentino sabia que, mais dia, menos dia, o contaminado acabaria sobre o piso da carroça, puxada por uma velha mula.

Embora evitasse conversar com os negros contaminados, seguidamente um padecedor da febre atravessava-se no caminho e parava a carroça para contar a Leopoldo Remédios que despertara sentindo-se bem depois de ter sido acometido, no dia anterior, por uma violenta indisposição. O preto enfermo, fugido do quilombo, contava-lhe que a febre alta o havia colocado na cama, a ponto de desejar abraçar-se ao braseiro para livrar-se dos calafrios. Por fim, o queixoso relatava que, naquele dia, amanhecera melhor, depois de padecer durante a madrugada inteira, estirado sobre o catre da barraca. Bem-disposto, o infectado liberava a passagem para a carroça seguir pela rua, não sem antes pedir uma opinião.

— Diga-me. Estou curado? Sinto-me melhor hoje! O que me diz? A peste amarela não me dominou o corpo — dizia o fugitivo do quilombo.

— Volte, imediatamente, para o lazareto dos pretos e permaneça deitado se quiser sobreviver — ordenava o coveiro.

O queixoso recusava-se a seguir o singelo conselho e ganhava as ruas do bairro santo do tambor. Aventurava-se pela cidade semiabandonada em busca, quem sabe, de uma garrafa de aguardente brasileira ou de rum cubano. E, sem ouvir qualquer avaliação médica, porque os médicos não punham os pés no lazareto dos pretos, o padecente partia, dando as costas para o coveiro.

— Não voltarei ao quilombo. Sinto-me bem. A peste já saiu do meu corpo — despedia-se o infectado.

Leopoldo Remédios calava-se e tocava a mula em direção ao cemitério. O sujeito, pensando estar curado, seguia a caminho do bairro santo, entusiasmado. Mal sabia que o pior ainda estava por acontecer. Após aquele único dia de trégua, a doença voltava a manifestar-se, horas depois, com intensidade redobrada no corpo do queixoso. E, de fato, depois do encontro com o coveiro, o infeliz já não era mais visto pela rua. Ele voltava carregado para o quilombo, de onde não sairia outra vez, porque a doença voltava a atacá-lo, de forma bem mais intensa e fulminante.

A moléstia parecia zombar do estado de saúde do miserável. No terceiro ou quarto dia após o encontro com o sepultureiro, os olhos e a

pele do enfermo estavam amarelados. O fígado estava dolorido. Ele sentia dores de cabeça fortíssimas. Não comia. Afogava-se com os próprios vômitos ou esvaziava-se em diarreias que tratavam de consumir o último vigor daquela vítima que morreria dali a poucos dias.

No último capítulo daquela tragédia pessoal do queixoso, a qual se repetia, a todo momento, em diferentes pessoas, o sepultador era chamado para recolher o corpo do infeliz que já começava a feder. Ao removê-lo, o coveiro dizia ao corpo enrijecido do negro vitimado:

— Lamento, mas você nunca esteve curado.

Capítulo 21

Leopoldo Remédios havia visto muitas cenas semelhantes àquela do negro cambaleante pelas ruas do bairro santo do tambor e pela estrada de acesso ao quilombo de Buenos Aires. Entretanto, aquela era a primeira vez que via um preto pesteadado, vagando pelo Passeio de Julho, ao norte da catedral. Aquele era o território dos homens brancos. Os negros não costumavam andar por aquelas imediações em estado febril. Os infectados costumavam ficar próximo aos cortiços do bairro santo e perambulavam, no máximo, até o Riachuelo ou até a Praça da Vitória, onde davam meia volta.

O coveiro ficou um pouco perturbado com o que acontecera. Considerou que o desconhecido cambaleante era um quilombola desvairado. Remédios sabia que os negros preferiam morrer mais ao sul da cidade, longe daquela avenida que há muito tempo abrigara o comércio de escravos trazidos em navios negreiros do Brasil ou da África Ocidental. Ali, à beira do Rio da Prata, desembarcaram os milhares de escravos que foram trabalhar nas minas das províncias dos Vice-Reinos do Prata e do Alto Peru.

Com a curiosidade aguçada, Leopoldo Remédios queria ver o rosto do homem e identificar quem era o quilombola delirante que havia transgredido os limites do resguardo sanitário. Enquanto aproximava-se a passos lentos do homem desacordado, o coveiro admitia que não poderia repreendê-lo por perambular pela avenida.

— Coitado — murmurou. — Estava desesperado.

O mesmo desespero havia tomado conta da população branca no início daquele mês de março. Todos queriam apenas sobreviver. As lembranças da diáspora sanitária de Buenos Aires voltaram ao pensamento de Leopoldo Remédios. Ele recordou, por um instante, o pânico que tomara

conta das pessoas, sobretudo, dos brancos, que eram os mais esclarecidos e sabiam exatamente o que aquela doença era capaz de fazer aos corpos.

Os senhores brancos de Buenos Aires estavam cientes de que a moléstia representava bem mais do que um mero estado febril ou do que uma simples infecção estomacal. Eles não se deixaram enganar pelos médicos do Conselho de Higiene Pública, quando esses disseram que as primeiras mortes eram casos isolados de gastroenterite. Os brancos possuíam informações de que a epidemia de febre amarela descia o Rio Paraguai e o Rio Paraná. Muitas mortes já tinham ocorrido em Assunção e em Corrientes.

Quando os sucessivos óbitos foram notificados aos comitês de higiene dos bairros ao sul da catedral, a população branca já estava preparada para começar a evacuar a cidade. O traslado preventivo das famílias em bom estado de saúde começou a ser realizado no dia 1º de março de 1871. Os aristocratas, os caudilhos, os coronéis, os comerciantes, os representantes de negócios estrangeiros e os altos funcionários trataram de fugir para lugares distantes, porque acreditavam que Buenos Aires ficaria à mercê de uma moléstia, cuja natureza fugia à compreensão dos alopatas. Os que podiam fugir, escapavam para outras povoações mais ao Norte e a Oeste. Todos fugiam, menos os negros do bairro santo do tambor.

Ao aproximar-se, vagarosamente, do homem desvairado e desconhecido, Leopoldo Remédios ainda teve tempo para recordar os primeiros dias daquela epidemia mortal. Vieram-lhe ao pensamento as imagens dos queixosos que circulavam pelas ruas; das pessoas que corriam assustadas; dos senhores brancos que preparavam as charretes para abandonar Buenos Aires.

O coveiro lembrou dos homens de bom juízo que prepararam os cavalos, as mulas e as carroças para salvar as próprias almas e as de seus familiares. Leopoldo viu as casas e prédios serem esvaziados de uma hora para outra. Em poucos dias, centenas de moradias foram abandonadas; dezenas de negociantes se ausentaram dos comércios; e as ruas ficaram despovoadas.

— Se os brancos tiveram o direito de fugir, por que esse negro desesperado não teria o direito de deixar o quilombo? — murmurou.

O coveiro argentino parou a dois passos do negro desfalecido e pôde observá-lo melhor. Não pôde identificá-lo de imediato, porque o negro estava com rosto escondido entre os braços. Pôde apenas observar as vestimentas, e elas o deixaram ainda mais espantado.

Remédios percebeu que o negro não poderia ser um cidadão e tampouco um jovem patricio. Ao reparar a calça de cor caqui, o quepe azul e o emblema costurado na gola do casaco, verificou que se tratava de um uniforme da infantaria de linha do exército imperial do Brasil. Ele logo deduziu que aquela farda não poderia estar sobre o corpo de um quilombola de Buenos Aires.

— A coroa imperial — balbuciou, surpreso, ao tocar com os dedos um emblema na costura do casaco.

Remédios passou a mão sobre a costura do emblema. O bordado da coroa imperial aparecia sobreposto a dois mosquetões entrecruzados.

— Um uniforme da infantaria imperial. Mas o que faz esse infante negro em Buenos Aires? — perguntou-se, espantado.

O momento era extremamente perturbador para o coveiro, porque a guerra contra o Paraguai havia acabado há um ano. Não havia motivos para um soldado imperial surgir sozinho no Passeio de Julho como se estivesse desgarrado dos batalhões de infantaria do corpo do exército brasileiro.

O negro argentino ficou paralisado por alguns instantes, refletindo, sem saber o que fazer com aquele infante brasileiro. Leopoldo Remédios observou, novamente, com muita atenção, as vestimentas e verificou que era um fardamento produzido com tecido grosso de algodão para suportar as intempéries dos pântanos paraguaios. Os mesmos brejos em que ele lutara como combatente do exército argentino. O coveiro também passara dois anos de sua vida, mergulhado na lama paraguaia, sob o sol, a chuva, o frio e o calor. Dois malditos anos para vencer o território desconhecido ao sul de Humaitá. Um lugar perdido e desolado, em que o clima não dava boas-vindas a nenhum ser humano. Um terreno pantanoso que não teve piedade de nenhum soldado argentino.

Com o olhar voltado para o uniforme imperial, recordou as ocasiões em que esteve ao lado dos soldados brasileiros antes de ser ferido por um disparo de mosquetão paraguaio nas trincheiras de Humaitá, no Paraguai, em 1868. Ao recordar aquele evento, o joelho direito voltou a incomodá-lo. Leopoldo Remédios tocou a cicatriz da rótula destroçada pela bala paraguaia. O ferimento o havia deixado manco e imprestável para prosseguir nas fileiras do batalhão de infantaria, formado pela Guarda Nacional de Buenos Aires.

As lembranças tomaram conta do pensamento do argentino. Elas, no entanto, não respondiam à sua principal indagação: o que fazia aquele soldado imperial em Buenos Aires? Remédios tentava compreender por que motivo o negro brasileiro teria surgido naquela avenida durante o resguardo sanitário. O fato era um acontecimento estranho.

O coveiro começou a supor o que teria acontecido àquele homem. Remédios imaginou que o brasileiro estivesse tentando voltar ao Brasil, pois a grande guerra havia terminado, em março de 1870, com a morte do marechal Solano Lopez em um lugar ermo, no longínquo Cerro Corá. Leopoldo Remédios sabia que muitos soldados do exército imperial ainda estavam aquartelados, em Assunção, para os esforços de reconstrução do Protetorado do Paraguai após a total devastação do país. Ele cogitou ainda que o soldado pudesse ter perdido o restante da tropa por acidente. Suspeitou que, talvez, pudesse ter caído de alguma embarcação canhoneira ou de algum navio de transporte da Armada Imperial durante a navegação pelo Rio Paraná, ao regressar para o Brasil. Para o coveiro, a ocorrência de um acidente era o mais provável. Havia mais de 35 vapores da armada brasileira — fragatas, corvetas, encouraçados, brigues, navios de transporte e patachos —, que navegavam pelo Rio Paraná com muita frequência, desde 1865.

— O que aconteceu com esse homem? — perguntava-se em voz baixa.

O coveiro esperava ouvir uma resposta, em breve, daquele infante perdido e desorientado. Leopoldo Remédios queria saber quantas léguas o negro brasileiro havia percorrido pelo território argentino até chegar no porto de Buenos Aires. Ele podia imaginar os inúmeros perigos que o soldado imperial teria enfrentado antes de tombar no Passeio de Julho.

Gaúchos bárbaros, em Entre Rios. Guaranis selvagens, em Santa Fé. Qualquer um deles teria decepado a cabeça do brasileiro e a fincado sobre um pau, na beira da estrada, para ser devorada pelas aves de rapina que habitavam a pampa.

Em meio a essas especulações, o sepultador sentiu a necessidade de revistá-lo. O imperial não trazia consigo a mochila, o capote, a baioneta, o fuzil e a caderneta militar. Nos punhos do casaco azul marinho com listas vermelhas já não havia abotoaduras de bronze. No pequeno alforje, onde deveria estar a cartucheira com espoletas e balas, só havia um punhado de pedras e alguns nacos de charque. As botas de couro estavam muito gastas. O soldado tinha ferimentos nas pernas por causa da longa caminhada.

Leopoldo Remédios virou o corpo do negro e pôde ver o rosto do soldado. Ele tinha beijos grossos e um grande nariz achatado. Os olhos pareciam esbugalhados e o cabelo, mesmo crescido, era encarapinhado. Palpou-lhe o peito e percebeu que o soldado ainda respirava. Tentou reanimá-lo. Molhou seu rosto com um pouco de água que retirou do pequeno cantil que estava preso no cinto. O auxílio foi em vão, porque o imperial não voltou a si. O coveiro constatou que o negro brasileiro batera a cabeça no chão ao cair e a testa apresentava um inchaço no local da contusão.

O soldado imperial permaneceu desacordado e isso permitiu que fosse feita uma rápida inspeção higiênica. Ele não apresentava sinais do amarelão nos olhos, nem vestígios de que vomitara sobre seu casaco azul de algodão. O fundilho da calça de cor caqui não estava manchado. Os indícios eram de que mantinha boa saúde. Isso foi alentador para o coveiro.

— A doença ainda não atacou o corpo. O imperial está sadio — murmurou.

Remédios pensou a respeito do que deveria fazer com o negro. Não quis procurar o comissário da Polícia para informar o inusitado surgimento de um soldado imperial em Buenos Aires. O coveiro queria, primeiro, saber o que acontecera e por que motivo acabara vindo parar na cidade. Leopoldo sentiu-se no dever de conduzir o soldado para um lugar onde ficasse seguro e pudesse descansar até recuperar-se dos ferimentos e da viagem exaustiva.

— Só há um lugar em que posso escondê-lo por uns dias —
sussurrou o argentino.

Capítulo 22

Ao contrário do que imaginou, o negro desconhecido não morreu sobre as pedras quentes do Passeio de Julho. O brasileiro era resistente. Leopoldo Remédios constatou que o homem estava sadio e percebeu a necessidade de recolhê-lo para a casa onde viviam duas pretas velhas da nação. O coveiro podia contar com aquelas duas mulheres, curandeiras e amantes de mão cheia. Ao lado delas, o soldado imperial poderia recuperar-se antes de regressar ao Brasil.

O sepultureiro tratou de buscar a velha mula, que estava amarrada ao pé do salso frondoso, e a carroça que ficara estacionada em frente ao depósito da Capitania Central dos Portos. Em seguida, acomodou o soldado sobre o piso da carreta e o retirou daquela avenida antes que alguém os avistasse por ali. O cachorro passou a acompanhá-los pelas ruas. O cão farejou com o focinho todas as portas das casas pelas quais passava como se estivesse à procura de algo.

Leopoldo Remédios não podia perder mais tempo. Pretendia levar o soldado diretamente para as curandeiras do bairro santo do tambor. Elas eram muito conhecidas por prestar auxílio aos enfermos no lazareto dos pretos. As duas também trabalhavam na lavanderia do Hospital Geral de Mulheres, onde ganhavam algum dinheiro extra como benzedadeiras.

A mula velha seguiu em direção ao sul da cidade. O coveiro percorreu a larga avenida por mais três quarteirões até alcançar a desolada estação central de ferrocarril do tramway. Dali, ele pôde avistar o imponente prédio da Aduana Taylor, que tanto impressionava os imigrantes italianos, recém-chegados às terras sul-americanas.

O edifício, construído à beira do Rio da Prata, envergava uma

altura de 20 metros numa forma semicircular. A fachada fazia os genoveses lembrar do Coliseu Romano, por causa de suas inúmeras arcadas que totalizavam o número de 96 arcos, distribuídos de modo uniforme pelos dois pisos. O Coliseu do Rio da Prata era uma edificação que se sobressaía em relação às demais. No alto do pórtico central, havia um campanário com mirante que se elevava a uma altura de 30 metros. A torre do coliseu permitia que os passageiros dos navios avistassem a cidade desde muito longe, assim que deixavam o porto de Montevideo.

Ao passar pela aduana, Leopoldo Remédios reparou que estava vazio o píer com 300 metros de extensão sobre as águas do rio. Não havia nenhum barco mercante ancorado por causa do fechamento do porto. O coveiro fez a mula dobrar a esquina e seguir para a Praça da Vitória, subindo dois quarteirões no sentido Oeste. A carroça costeou a Casa do Governo Nacional e o Teatro Colón. Poucos metros adiante, alcançou o mercado popular da Recova Velha, onde atravessou a Praça de Maio. Depois, enveredou para o Sul, seguindo pela viela estreita da Rua Defesa. O argentino tocou e apressou a mula para chegar rápido na penúltima rua da zona sul, a Brasil. Nela, a área urbana finalizava com moradias pobres e sem qualquer serviço sanitário para escoar as águas servidas.

Ao trafegar pela Rua Defesa, o coveiro apreciou o ranger das rodas da velha carroça e a batida dos cascos da mula contra as pedras. O barulho rompia o silêncio que envolvia aquelas habitações vazias e aqueles depósitos fechados. Leopoldo conhecia muito bem as vielas e os becos ao sul da catedral. Transitava, diariamente, por esses lugares em busca de cadáveres para levá-los ao cemitério ou ao Hospital Geral dos Homens. Quando era requisitada alguma autópsia pelos médicos da Comissão de Higiene Pública, ele ficava aguardando nas imediações até o corpo ser liberado para o enterro.

Em meio ao silêncio da Defesa, ele fez a mula percorrer rapidamente os primeiros oito quarteirões, passando bem ao lado dos depósitos, armazéns, capelas e colégios vazios. Um pouco depois, cruzou sobre a galeria pluvial de granados, onde sempre encontrava os negros e os brancos pesteados. Naquele momento, porém, o coveiro os ignorou, porque não desejava que vissem o imperial recém-chegado sendo levado para a casa das pretas velhas.

Remédios seguiu para o sul da cidade como se estivesse na direção do lazareto dos pretos. Ao deixar para trás as ruelas de São Telmo, a diferença entre as vias miseráveis e as ruas bem ordenadas do centro tornou-se perceptível a seus olhos. Bastou ver os caminhos sem calçamento e as águas servidas que escorriam a céu aberto para perceber a pobreza que o envolvia. Havia animais mortos com as tripas espalhadas pelas calçadas. As condições sanitárias eram precárias na periferia de Buenos Aires.

No bairro santo do tambor, Leopoldo Remédios cresceu vendo homens, mulheres e crianças dividindo o espaço com currais e depósitos de sebo e de couro. Entre um depósito e outro, havia pequenas casas de madeira, cheias de frestas. Moradias que eram construídas sobre estacas com meio metro de altura acima do solo para que as águas fétidas das ruas não as invadissem, quando as chuvas intensas de primavera e verão atingiam a cidade. Naqueles cortiços, os últimos negros de Buenos Aires acomodavam-se como podiam e em grande número.

Ao chegar na Rua Brasil, tomou cuidado para não chamar a atenção dos moradores. Não queria que o soldado imperial fosse descoberto pelos vizinhos do bairro santo. Temia que, por ignorância, pudessem acusá-lo de ser o responsável por introduzir aquela epidemia e matá-lo.

O coveiro conduziu a carroça com vagar. Procurou pela moradia das pretas velhas, chamadas pelos nomes de Violeta Santiago e Eva Santos del Campo. Violeta e Eva eram duas negras velhas bastante populares entre os quilombolas. A caridade com que recebiam e tratavam dos doentes negros, durante a peste amarela, fez delas um símbolo de esperança e de sobrevivência.

Remédios sabia que podia contar com elas, benzedeadas de bom coração. Mesmo tendo perdido os familiares mais próximos — maridos e filhos — para as guerras civis e para a epidemia de cólera de 1868, as duas jamais se recusaram a socorrer um negro miserável. Com o soldado imperial não agiriam de modo diferente. A moradia em que viviam era o esconderijo perfeito para o brasileiro ficar por alguns dias até estar recuperado. Isso era o que o argentino pensava.

Eva del Campo e Violeta Santiago tratavam os pretos

pesteados com limonadas de gengibre e com caldos espessos de galinha. Elas também faziam uso dos chás e aplicavam compressas de ervas medicinais. Violeta e Eva estavam sempre dispostas a cuidar dos quilombolas infectados pela praga amarela, por alguns dias. Faziam isso em troca de alguns benefícios como, por exemplo, galinhas pretas, um bom tabaco cubano, uma garrafa de aguardente brasileira. Isso, quando não prestavam o atendimento, em troca de um toque íntimo de suas carnes já flácidas e envelhecidas. Leopoldo Remédios não tinha a quem recorrer a não ser àquelas duas mulheres negras.

Capítulo 23

O coveiro parou a mula bem em frente à porta da casa das pretas velhas para que elas vissem o corpo do negro, estirado sobre a carroça. Bateu palmas e elas saíram para a rua. Vestiam longas saias brancas de algodão e tinham lenços coloridos à cabeça para esconder os cabelos curtos e brancos. Eva Santos del Campo e Violeta Santiago não dissimularam a surpresa ao ver o coveiro, ali, parado, na rua, ao lado da carroça, com um negro desfalecido.

— Coxo, mas o que é isso? Você não pode trazer um pesteadado para nós. Alguém o viu? — indagou Eva, que era a mais velha das duas.

— Ninguém me viu. Se tivessem visto, eu já teria levado algumas pedradas.

— Por que veio até aqui? — perguntou Violeta.

— Trouxe um irmão para vocês cuidarem.

— Outro pesteadado? Não mesmo. Nada disso — protestou Violeta Santiago. — Você sabe que não é certo trazer um enfermo para cá. Mande-o direto ao lazareto dos pretos. Todo doente deve ser imediatamente conduzido para os lazaretos — explicou Violeta.

— Eu sei. Só que o infeliz não está doente. Apenas está cansado — esclareceu o coveiro.

— Que nada! Olha o estado do pobre — retrucou Eva.

— Garanto que não está infectado. Apenas cansado — asseverou Leopoldo Remédios.

As duas pretas velhas não estavam convencidas e se

entreolharam. Elas não acreditavam que o homem, estirado sobre o piso da carroça, pudesse estar livre da peste amarela.

— O último que você trouxe morreu em dois dias, coxo. E disse a mesma coisa, que ele só estava cansado — contestou Violeta.

— Esse não está infectado. Asseguro a vocês.

— Mentira. Deveria tê-lo deixado morrer no lugar onde o encontrou se não quer levá-lo para o lazareto — sugeriu Eva.

— Deveria deixá-lo no Passeio de Julho, mulher? — questionou ele.

— Você o recolheu no Passeio de Julho?

— Sim.

— Ora, mas o que esse infeliz fazia do outro lado da catedral, tão longe do nosso quilombo? — perguntou Eva.

— Ele não é um quilombola.

— Como assim, não é? É um negro. Não está vendo, coxo? A peste o deixou cego, por acaso?

— Ele não pertence à nossa nação — afirmou Leopoldo.

— De onde veio esse patricio? — indagou Eva.

— Também não é patricio.

— Não? É um oriental, então? — questionou Violeta.

— Também não.

— Jesus, de onde vem esse infeliz, então? Por Deus, nos diga! — implorou Eva.

Leopoldo Remédios fez um prolongado silêncio, antes de responder.

— É um imperial. Vejam! Veste o uniforme do exército imperial do Brasil.

As duas negras ficaram assombradas com o que ouviram e viram na porta da casa delas.

— O que está passando pela sua cabeça, coxo? — reagiu Violeta. — Leve-o embora daqui, imediatamente. Já temos problemas demais com a praga e com nossos quilombolas — explicou.

— Não tenho onde deixá-lo, mulher. Ele precisa descansar por alguns dias. Apenas isso. Deve ter perdido o próprio batalhão pelo caminho. Sei que voltará para o Brasil. Assim que o porto for reaberto, vai embora.

— Esse negro brasileiro vai acabar nos matando. Deve estar contaminado dos pés à cabeça — reclamou Eva, com indignação.

— O imperial não está infectado — rebateu o coveiro. — Apenas caiu e bateu a cabeça. Foi o que aconteceu. Eu estava descansando, no Passeio de Julho, e vi quando ele apareceu de repente. Cambaleava pelo caminho, buscando um refúgio. O soldado está desacordado desde aquele momento — comentou.

— Ora, coxo. Os brasileiros vivem trazendo todo o tipo de doença e de epidemia para essa cidade. Você sabe disso — enfatizou Violeta.

Para tranquilizá-las, Leopoldo Remédios informou que fizera uma inspeção higiênica e que o negro não estava contaminado pela doença como os outros quilombolas estavam. Ele chamou-as para fora de casa e mostrou que o infeliz não apresentava sinais do amarelão nos olhos e tampouco tinha febre, diarreia ou sinais de vômito. Elas não ficaram convencidas e reclamaram.

— Um soldado do Império do Brasil é um problema, coxo. Você sabe disso. Não pode deixá-lo ficar entre nós — comentou Violeta.

— Eu sei, mas devemos ajudá-lo. Os imperiais foram nossos aliados na guerra contra o Paraguai.

— Deve ser um escravo fugitivo. No império, ainda existe a escravidão. O quilombo não pode acolher escravos fugidos do Império do Brasil — alertou Eva.

— Ele não é um escravo. O imperador do Brasil libertou todos

os negros que foram lutar contra Solano Lopez. Estive com eles no acampamento de Tuiuti, e todos diziam isso — respondeu Leopoldo.

— Coxo, livre-se desse negro brasileiro, imediatamente. Jogue-o no Riachuelo — sugeriu Violeta.

— Não farei isso. Quero saber como e por que motivo ele veio parar em Buenos Aires. Aliás, tenho outro motivo para mantê-lo aqui perto de nós — confidenciou o coqueiro.

Ao ver as duas negras velhas ficarem em silêncio, Leopoldo acrescentou uma informação para impressioná-las ainda mais.

— Vejam o que encontrei na cartucheira do soldado — alertou, chamando-as para ver o que ele tinha nas mãos.

— O que tem nessa cartucheira? — perguntou Eva, curiosa.

— Pedras.

— Ora, vá para o inferno, coxo — falou Violeta, em tom de decepção.

— Vocês não conseguem imaginar?

— Imaginar o quê? — indagou Violeta.

— Esse negro deve ser um santeiro.

— Deixa de conversa fiada, coxo. Era só o que nos faltava um santeiro brasileiro metido em nosso quilombo — protestou Eva.

— Temos de mantê-lo na sede da nação. Quem sabe ele tem algum conhecimento a respeito dessa doença e de como evitá-la. Olhem para o imperial. Como podem ver, está sadio. É um santeiro brasileiro. Confie em mim. Ele tem o corpo fechado para a febre amarela.

As duas pretas olharam para Leopoldo Remédios e ficaram possuídas de raiva. Elas praguejaram:

— Vá para o inferno, coxo! Você trouxe um escravo brasileiro para a porta de nossa casa. Quando os outros souberem que um soldado imperial foi deixado aqui, vão querer nos matar — disse Violeta.

— Esse soldado deve ter lutado as mesmas batalhas que eu, na guerra contra o Paraguai. Deve ter passado dois anos naqueles pântanos paraguaios. Ele ficará sob minha proteção até regressar para o Brasil. E ninguém precisa saber que é um imperial. Não diremos nada disso a ninguém. Prometam isso.

— Não vou prometer nada. Não morrerei para salvar a pele de um soldado imperial — respondeu Eva, cuspiendo no chão de tanta raiva que sentia.

O coveiro estava irredutível e não queria abandonar o brasileiro em outro lugar. Precisava do auxílio das duas mulheres. Por isso, aumentou a recompensa pelo serviço. Prometeu que, além do tabaco, da aguardente e das galinhas pretas, viria à noite deitar-se com Eva Santos del Campo e com Violeta Santiago. As duas mulheres acabaram seduzidas e concordaram em acolher o soldado imperial por um dia.

— Está bem, coxo. Ele fica aqui até acordar. Depois, você leva-o embora. E não diga nada a ninguém — concordou Eva.

— Não direi nada.

— Sabe qual é o nome do negro? — perguntou Violeta

— Ainda não. Saberemos quando despertar — respondeu o coveiro.

Leopoldo Remédios abraçou-as e prometeu levar no dia seguinte alguns charutos e duas galinhas pretas para o sacrifício.

— Vou trazer não uma, mas duas garrafas de aguardente — garantiu.

Satisfeito por ter conseguido acalmá-las e por tê-las convencido a cuidar do brasileiro por algumas horas, despediu-se. O pobre soldado foi deixado aos cuidados daquelas mulheres velhas. O coveiro disse que voltaria para ver o imperial assim que fosse possível, porque muitos cadáveres esperavam sepultamento no cemitério.

Aquele desconhecido negro brasileiro, mesmo sem saber, já era devedor de duas garrafas de aguardente e de duas galinhas pretas que

Leopoldo teria de surrupiar em alguma casa abandonada do bairro ao norte da Catedral. Mediante o acordo de manter em segredo sua origem, o estrangeiro foi colocado na cama de uma das curandeiras velhas.

Antes que a porta da casa fosse fechada, o coveiro reparou por uma pequena fresta que as duas mulheres não perderam tempo e começaram o tratamento. Elas despiram o soldado. Retiraram o uniforme da infantaria imperial sujo e fétido do seu corpo. Horrorizadas, elas viram o quanto havia sido açoitado. Tocaram as grandes cicatrizes que cobriam as costas dele e perceberam como um escravo era tratado no Império do Brasil.

Leopoldo Remédios voltou para a carroça, mantendo o sangue-frio. Ele cumpria à risca a principal recomendação dada pelos médicos da Comissão de Higiene Pública para sobreviver naqueles dias de surto de febre amarela. A orientação era manter a eutimia, a serenidade do espírito. A perturbação da alma, segundo os alopatas, reduzia a capacidade de resistência dos seres humanos contra a mortífera epidemia.

Capítulo 24

Leopoldo Remédios deixou a rua das pretas velhas sem ser visto. Evitou, assim, problemas com os moradores que o repudiavam. Frequentemente, ele era alvo das pedras lançadas contra a carroça, visando atingir-lhe a cabeça. As crianças negras faziam isso com muito prazer, estimuladas pelos homens ou pelas mulheres, que viam nele uma ameaça aos remanescentes da nação negra. O coveiro coxo não era ladrão ou uma pessoa de má índole, mas muitos imaginavam que o toque de suas mãos desencadeava a morte amarílica.

— Lembram do queixoso com quem o coveiro falou há três dias, pois acabou de morrer essa manhã. E lá vai o responsável por isso — comentavam as pessoas do lazareto, ao vê-lo passar.

Inserido em um contexto de evacuação sanitária, Leopoldo sentiu-se ainda mais solitário no dia em que os outros negros do quilombo de Buenos Aires cismaram com a pessoa dele. Acusaram-no de ser o único responsável pela transmissão da febre amarela entre os quilombolas. Por causa do frequente contato que mantinha com os enfermos e com os cadáveres, as pessoas trataram de evitá-lo. E, como se não bastasse isso, também decidiram impedi-lo de residir nos cortiços do bairro santo do tambor. Os negros permitiram apenas que transitasse pelas ruas miseráveis para recolher os doentes e os mortos.

Leopoldo Remédios já esperava por aquilo. Os médicos brancos também sofriam o mesmo repúdio nos seus círculos sociais. Eram impedidos de caminhar pela cidade, porque a população temia que eles estivessem disseminando a peste amarela. Enfim, ninguém compreendia nada a respeito da enfermidade. Mas sempre havia um bode expiatório a quem

culpar.

Depois de deixar o soldado imperial na casa das curandeiras negras, o coveiro seguiu para o cemitério. Ouviu com gosto o ranger das rodas da carroça e a batida dos cascos da mula contra as pedras das ruas. Ele percorreu todas as vias que ficavam ao sul da catedral: as ruas Brasil, Garay, Cochabamba, San Juan, Comércio, Europa, Estados Unidos, Independência, Chile, México, Venezuela, Belgrano, Moreno, Potosi e, finalmente, a Rua Victória.

Leopoldo tocou a mula velha com seus muxoxos e não voltou a avistar o cão raivoso novamente. Com as rédeas, apressou a mula. Naquela tarde, estava contente, porque o santeiro negro estava vivo e ainda não havia sido contaminado pela peste. Quatro corpos estavam à sua espera, no cemitério do sul, para serem enterrados. O cemitério ficava distante duas léguas do centro. Pelo caminho, contemplou as ruas e as casas evacuadas e já nem pensava mais a respeito da tristeza que sentia ao conduzir tantos homens e tantas mulheres mortos naquela carroça. Tomado pelo contentamento de levar um sobrevivente para as curandeiras, pouco importava se o negro pertencia ao exército imperial do Brasil ou não.

Ao chegar no campo santo dos mortos, ele abriu uma enorme cova para caberem os corpos de quatro negros que haviam falecido naquela manhã, no lazareto dos pretos. As ordens do Conselho de Higiene eram para que o coveiro sepultasse os contaminados em até seis horas após o falecimento, mas, naquele dia, o aparecimento do imperial custou-lhe três horas de atraso, porque os homens morreram no início da manhã e já deveriam estar cobertos por sete palmos de terra.

Os quatro falecidos pertenciam ao quilombo e morreram em menos de 10 dias após o contágio. Arcádio, José, Faustino e Plácido trabalhavam nos saladeiros de Barracas ao Norte e eram hábeis no uso da faca. Desossavam e carneavam as vacas abatidas com destreza. Cavando sem parar, o coveiro percebeu como a peste havia transformado a vida daqueles quatro defuntos. Eles acabaram contaminados pela doença no dia em que os saladeiros foram fechados pelo governo da província. A interrupção da atividade de todas as charqueadas de Buenos Aires foi a mais drástica medida sanitária da história da cidade. A pedido dos sanitaristas, o governo decretou,

no início do mês de março, a suspensão dos trabalhos nos 29 saladeiros e matadouros que constituíam a principal indústria local.

— Não culpem a mim pela morte e pelo destino de vocês. Quem os matou foi o saladeiro — dizia o coveiro aos quatro cadáveres, estendidos no chão.

Remédios compartilhava da mesma convicção dos médicos. Os matadouros e os saladeiros eram os responsáveis pela epidemia por causa da enorme quantidade de vísceras apodrecidas e de sangue bovino que despejavam, diariamente, nas águas do Riachuelo. O sangue tingia as águas do pequeno afluente do Rio da Prata. As tripas de centenas de animais abatidos intensificavam o cheiro putrefato e contaminavam os bons ares de Buenos Aires. Pairava, na atmosfera, um fedor nauseabundo que provocava ânsias de vômito nas pessoas que não estavam acostumadas.

Enquanto fechava as covas, Leopoldo Remédios pensava naqueles quatro negros recém sepultados. Apesar de tê-los visto no mesmo bairro, raras vezes tinha parado para conversar com aqueles homens. Sabia muito pouco a respeito da vida deles. Remédios, no entanto, compreendia que o destino de todos os negros argentinos não era muito diferente. Um negro de Buenos Aires nascia livre, mas, ainda muito pequeno, era levado para algum trabalho nas oficinas, nos depósitos, nas barracas, nos matadouros ou nos saladeiros. Depois, quando se tornava adolescente, era recrutado pelo exército nacional para lutar em alguma guerra fratricida. Se conseguisse sobreviver, voltava à cidade e ao trabalho para, finalmente, morrer nas mãos de alguma epidemia desconhecida.

O território em que viviam sempre foi um lugar inóspito para indivíduos como Leopoldo Remédios. Índios, gaúchos, doenças, pântanos, guerras, emboscadas, trincheiras, tudo isso sempre estava à espera de um negro argentino, em algum momento da vida. O coveiro Leopoldo observava a face pálida dos negros que enterrava e imaginava que eles haviam conseguido, ao menos, escapar das guerras fratricidas. Eram mortos que tinham conseguido prolongar a vida em meio a tanto sangue humano, derramado sobre os campos.

Naquela tarde, o negro Leopoldo Remédios despertou para a

indiferença com que a epidemia atacava a população. Para o coveiro, era certo que os negros e os imigrantes italianos pobres eram os defuntos mais numerosos, justamente, por serem os mais fragilizados e os que menos recursos possuíam para enfrentar o surto epidêmico. Não havia sanitarista que pudesse afirmar o contrário. A doença, que se instalara nos 13 bairros, tinha a intenção de imolar todos os moradores sem distinguir a cor da pele de nenhuma das suas vítimas.

Capítulo 25

O coveiro de Buenos Aires acostumou-se a andar só pelas ruas ao sul da catedral. Desde o dia em que o espanhol Mariano Escalada, proprietário da Fábrica Real de Tabacos, partiu para o interior do país, acompanhando a multidão de argentinos desesperados, nos calamitosos dias da grande evacuação sanitária dos homens brancos, Leopoldo Remédios não encontrou outra alternativa a não ser recolher os corpos dos pesteados.

Ao partir, Escalada incumbiu Leopoldo de vigiar o depósito da Fábrica de Tabacos e determinou que permanecesse na frente do estabelecimento todos os dias, de manhã e de tarde, para evitar a ocorrência de furtos. O espanhol Mariano Escalada não fizera nenhum outro pedido ao empregado. Sua única preocupação era mesmo o depósito de tabaco, por isso deixou Leopoldo como vigilante. Queria evitar que os ladrões levassem os produtos armazenados.

Antes da diáspora sanitária dos brancos, portanto, Leopoldo Remédios trabalhava para o comerciante espanhol. Com frequência, ele percorria a Rua Belgrano, conduzindo as mercadorias dos depósitos da aduana velha para o armazém da fábrica de tabacos. Manejava uma carroça, carregada com folhas de fumo e barris de rum para o armazém. Os produtos vinham da ilha de Cuba nos navios mercantes. Os mesmos barcos que, mais tarde, regressavam ao Caribe com a carne salgada argentina para alimentar os escravos das ilhas caribenhas.

O coxo Leopoldo Remédios circulava, disseminando o doce aroma do tabaco pelas ruas. Anunciava aos clientes que o fumo novo havia chegado. Divertia-se ao ver os fregueses afoitos. Alguns estavam preocupados com a epidemia e não desejavam evadir-se de Buenos Aires sem

levar, pelo menos, algumas garrafas de rum e um bom estoque de charutos para consumo próprio. Os brancos queriam garantir a bebida e o tabaco até o início do inverno. Apostavam que o frio intenso se encarregaria de recompor as coisas no seu devido lugar.

Advogados, magistrados, oficiais do exército, ricos comerciantes e estrangeiros vinham ao armazém da Fábrica Real de Tabacos adquirir cigarros e charutos, os quais eram preparados, enrolados e cortados pelo negro Leopoldo Remédios. Depois, esses bem-aventurados dirigiam-se ao Clube do Progresso, na Rua Peru, para o último encontro social, enquanto a cidade morria de forma paulatina.

Com a fuga dos homens brancos, o depósito ficou sem os tradicionais fregueses e sem qualquer serventia. A Rua Belgrano, no bairro de Montserrat, ficou vazia com o passar dos dias. A velha fábrica de carruagens do francês Victor Clérigè havia fechado as portas. As encomendas dos estancieiros de Entre Rios e de Santa Fé estavam suspensas. O cônsul do Reino de Portugal, um sujeito muito dado a correr atrás das jovens mulheres negras, fechara a casa e partira para o Rio de Janeiro em busca de refúgio.

Do outro lado da rua, na calçada oposta a da Fábrica Real de Tabacos, a sede da imprensa da república também havia suspendido as atividades por causa da diáspora sanitária dos brancos e bem-aventurados. Os leitores escassearam. Não havia sentido em imprimir regulamentos, ordenanças e decretos para os que permaneciam e eram praticamente analfabetos.

Por alguns dias, Remédios sentiu-se devastado com a evacuação sanitária. Ele também precisava pensar no que faria. Antes de decidir se também deveria abandonar o local e buscar outra ocupação temporária, percebeu que as coisas iriam piorar ainda mais. A cada dia que passava, da porta do depósito, ele via passar o modesto cortejo funerário dos negros e dos miseráveis italianos. E não havia outra palavra para descrever o que se passou diante dos olhos de Leopoldo, no princípio daquela prolongada epidemia, a não ser devastação.

O modestíssimo cortejo funerário dos negros e dos imigrantes miseráveis — que incluía uma mula, uma carroça e um lençol branco para

cobrir-lhes as chagas — havia se transformado em um evento diário, incalculável e funesto. O forte cheiro de enxofre, que se desprendia dos corpos dos muitos indigentes mortos, causava intensas dores de cabeça e enjoos nos moradores dos bairros de Montserrat e de São Telmo. O fedor que exalava dos cadáveres — o qual não podia ser contido pelas pedras, pela cal, pelas madeiras e pelo barro que sustentavam as paredes dos cortiços e dos conventilhos — provocava extrema repugnância aos homens e às mulheres de boas posses que ainda retardavam a fuga para outros lugares.

Enquanto a população acompanhava aquelas terríveis comitivas fúnebres, os poucos médicos do Conselho de Higiene Pública — que ainda restavam na cidade — recomendavam aos moradores medidas preventivas para conter a febre amarela no bairro santo do tambor. Os alopatas temiam que a contaminação generalizada se desse pela inalação do fedor exalado. Imaginavam que o cheiro putrefato fosse o agente transmissor que estava a invadir todos os recantos íntimos das casas. Os sanitaristas acreditavam que o mau cheiro pudesse provocar o inevitável e irremediável extermínio de todos os seres humanos da municipalidade.

Diante do quadro catastrófico, nenhum toque de trombeta foi escutado. Os templos e as igrejas tinham fechado as portas. O Conselho de Higiene Pública anunciou que iria contratar, com urgência, novos coveiros para dar conta do sepultamento diário de dezenas de mortos. Buenos Aires precisava de 40 sepultadores. Leopoldo Remédios viu o anúncio e animou-se com a ideia de enterrar os corpos. Ele tinha experiência em abrir valas coletivas para muitos soldados falecidos na guerra contra o Paraguai.

O mau cheiro estava incontrolável. O calor do verão intensificava o odor dos corpos putrefatos que eram jogados nas ruas. Isso gerava muitos protestos e muitas gritarias da população que estava desesperada e temerosa. Os cortejos funerários não paravam nunca. Seguiam pelas ruas, rumo aos cemitérios das regiões sul e norte de Buenos Aires — os quais, em poucos dias, estariam lotados de cadáveres.

Essas circunstâncias aterradoras motivaram Leopoldo Remédios a decidir que era hora de ajudar a cidade a não ser dominada pela peste amarela. Em meio a tudo, ele pensou que poderia ser mais útil, trabalhando como coveiro do que como vigilante de um depósito sem

clientes. Por isso, tratou de ir o mais rápido possível até a sede Conselho de Higiene Pública, na Rua Moreno, ao lado do Colégio Nacional, para oferecer seus serviços. Leopoldo não se importou com o modesto salário que era oferecido e com os riscos de contaminação. Ele não se intimidou ao saber que, praticamente, todos os sepultureiros acabavam mortos.

Um sanitarista o recebeu e o entrevistou.

— Qual é a sua experiência com sepultamentos? Já fez isso alguma vez na vida? — perguntou o médico do Conselho de Higiene, desconfiando de sua capacidade física.

— Enterrei muitos soldados durante a guerra contra o Paraguai — respondeu.

O coxo Leopoldo Remédios contou que, em muitas ocasiões, havia atado fogo nos campos para queimar os corpos dos soldados que não podiam ser sepultados.

— Fazíamos as queimadas para evitar o tifo e a cólera no acampamento — explicou.

Com aquelas referências e com poucos voluntários dispostos a prestar o serviço, Leopoldo Remédios foi imediatamente aceito pelo médico e pelo comissário de Polícia do bairro santo do tambor. Eles não se opuseram à sua contratação.

— Em nome do governo municipal, nomeio-o coveiro da cidade de Buenos Aires. Rogo para que desempenhe este serviço público com honradez e justiça — disse o médico, em tom solene.

Convém ressaltar que, naqueles dias, a municipalidade contratava qualquer um que desejasse acabar seus dias como sepultador, porque os carros fúnebres já não conseguiam transportar todos os mortos com a mesma dignidade. Havia casos em que os cadáveres eram colocados uns sobre os outros e de qualquer jeito. Crianças sobre as cabeças dos adultos. Velhos misturados às pernas dos adolescentes. Homens atirados sobre os seios das mulheres. Por vezes, do amontoado de seres, um despencava sobre a rua, sem que o coveiro percebesse, e assim ficava pelo meio do caminho. O morto permanecia, estendido, de braços, como se estivesse a aguardar pela

próxima lotação. E a ninguém causava espanto aquela cena. O falecido apodrecia sob o sol até que algum outro servidor do Conselho de Higiene o resgatasse e o levasse para um dos cemitérios.

No mesmo dia de sua nomeação, Leopoldo Remédios ouviu do comissário de Polícia a seguinte ordem:

— Não fique aí parado. Vamos trabalhar. Pegue uma carroça e a primeira mula que encontrar pela rua. Depois, percorra os pântanos ao sul do bairro santo em busca de corpos. Vamos começar a abrir valas comuns para ter espaço para todos os cadáveres. Do jeito que a epidemia avança, teremos de abrir um novo cemitério no oeste da cidade e construir um ramal ferroviário para levar os ataúdes.

Perdido e sem saber o que fazer a partir daquele momento, o novo coveiro de Buenos Aires teve a sorte de começar seu trabalho sob as orientações do enfermeiro negro Inácio Flores, da equipe sanitária do Hospital Geral dos Homens. Flores o colocou a par do que acontecia. Leopoldo Remédios perguntou se havia alguma orientação do Conselho de Higiene sobre o modo como deveria enterrar os mortos, já que a causa da contaminação poderia vir dos corpos mal sepultados. Inácio Flores respondeu de forma seca e direta:

— Enterre no menor tempo possível. Apenas faça isso. E procure não tocar nos vômitos e caganeiras.

— Em quanto tempo?

— Em seis horas no máximo. Essa epidemia está recém no início e matará mais do que muitas guerras. Ouça-me bem! Nada matará mais do que essa doença. Nada se compara ao que essa praga amarela fará conosco — alertou o enfermeiro.

Flores sabia que os membros do Conselho de Higiene ainda não compreendiam como o contágio da doença poderia ser evitado. Alguns acreditavam que os líquidos e odores putrefatos estavam disseminando a febre amarela, por isso era preciso enterrar os cadáveres com rapidez.

O enfermeiro Inácio Flores comparou o avanço da moléstia pelos bairros ao andejar de um espectro maldito, dotado de pernas e de mãos,

que sem qualquer parcimônia e sem alardes, espalhava seus braços pelas ruas, ao sul da catedral de Buenos Aires, arrancando a vida de todas as pessoas que tocava.

— Essa peste amarela é mortífera. Caminha de uma casa para outra sem que ninguém a veja. Entra pelas portas sem que ninguém a perceba. Baionetas, pistolas e mosquetões não poderão contê-la. O que nos resta fazer é enterrar os mortos o mais rápido possível. Não faltará quem queira atear fogo na cidade toda. Queimar tudo. Talvez essa seja a única alternativa que nos restará. — disse Inácio Flores.

Remédios deixou o hospital bastante preocupado. Descobrira que a epidemia havia começado com o registro de uma vítima em dezembro de 1870. O primeiro infectado havia desembarcado no porto sem passar pela quarentena. Bastou um combatente contaminado da Guerra do Paraguai hospedar-se, comodamente, em um pequeno hotel e por apenas duas noites, para que a peste entrasse e tomasse conta das casas. A epidemia começou pelo bairro de São Telmo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1871, o surto havia provocado a morte de 46 pessoas. Em fins de março, no entanto, o número chegaria a 4.800 óbitos.

— Coveiro! Presta atenção! Brancos, negros, ricos, pobres, nacionais, estrangeiros, homens, mulheres, ninguém sobreviverá. Nada pode ser feito a não ser fugir. Não há remédios ou orações para conter a epidemia. Não haverá milagres dessa vez. Todos estão condenados a morrer, inclusive eu e você — gritou o enfermeiro, antes de desaparecer pelos corredores do Hospital Geral dos Homens.

A partir daquele instante, Leopoldo Remédios saiu a andar pelas ruas para tentar salvar o que restava de Buenos Aires. Ele embrenhou-se pelos pântanos ao sul da Rua Brasil para resgatar os corpos dos infectados que apodreciam.

Capítulo 26

Logo nos primeiros dias de trabalho, depois de acompanhar a evacuação das casas e dos estabelecimentos comerciais, e de ver os inúmeros imigrantes pobres entrarem em completo desespero, Leopoldo Remédios ficou inconformado com as decisões do governo. Pelas ruas, ele observava os genoveses irem bater à porta do representante consular do Reino da Itália. Via-os implorar por uma passagem de navio que os levasse de volta à Europa. Os genoveses ficavam parados o dia inteiro na esquina, entre as ruas Reconquista e 25 de Maio, aguardando por uma resposta. Todos desejavam sair da cidade, regressar ao país de origem ou ir para um lugar mais seguro onde não houvesse o risco de morrer.

Com o apoio do governo, uma boa parcela dos imigrantes foi embarcada nos últimos vapores que partiram para a Europa. Outra parcela foi removida para as quintas ao redor de Buenos Aires. Leopoldo Remédios, então, ousou perguntar sobre a situação dos negros aos representantes do Conselho de Higiene Pública.

— E os negros? Para onde serão levados? — indagou a um funcionário do governo.

— De que negros está falando?

— Os do bairro santo do tambor — respondeu Remédios.

— Não vamos evacuá-los. Precisamos deles aqui. A cidade não pode ficar sem eles — falou o representante do conselho.

— Desse jeito, todos irão morrer. Não sobrá um de nós, seu maldito — reclamou o coveiro de forma irascível.

— Saia, coveiro! Vá recolher os corpos. Os pretos que se virem

— ordenou o funcionário.

Como imaginou Leopoldo Remédios, os habitantes do bairro santo do tambor não foram removidos de seus cortiços. Eles não possuíam um pedaço de terra no interior do país para onde pudessem fugir e escapar da epidemia. Para eles, não havia um lugar onde pudessem desfrutar de ar puro ou de águas límpidas. Nem ao Oeste e nem ao Norte havia uma quinta para acolhê-los.

Leopoldo Remédios, porém, não se conformou com aquela resposta. No dia em que o Conselho de Higiene Pública de Buenos Aires ordenou a criação de lazaretos para os indigentes, como medida de combate à peste, e determinou que todos os enfermos fossem desalojados das casas infectadas, o coveiro argentino sentiu a obrigação de encontrar um lugar para abrigar os negros enfermos.

Ele acreditava que os moradores do bairro santo do tambor não conseguiriam sobreviver àquela tragédia se não houvesse, ao menos, um lazareto para separar os doentes dos sadios. Embora os negros não pudessem fazer o mesmo que os brancos — ou seja, abandonar suas precárias moradias —, Leopoldo compreendia que os infectados precisavam ser afastados do bairro santo.

Então, o sepultador saiu à procura de um local ao sul da cidade. Naquele ano, os muros de Buenos Aires não iam muito além dos cortiços das ruas Brasil e Caseros. Depois dali o território era dominado por terrenos alagadiços e lamacentos, infestados de insetos. Aquelas áreas insalubres seguiam e estendiam-se até o pequeno povoamento da Boca do Riachuelo, próximo à Volta de Rocha. Para o sudoeste, havia algumas quintas e muitas propriedades destinadas ao tratamento do couro bovino dos matadouros. Havia também grandes currais para os rebanhos que abasteciam os matadouros e os depósitos dos saladeiros que funcionavam à beira do Riachuelo.

Remédios procurou por um local distante dos aguçais e afastado dos currais. Encontrou um pequeno terreno que era apropriado para abrigar o acampamento dos negros enfermos. O local era plano, situado entre a Boca do Riachuelo e o cemitério do sul. Aquele era o único lugar que

poderia acolher os pesteados do bairro santo. Nesse lazareto para os pretos, os doentes poderiam ser tratados e ter alguma esperança de vida. Ali, os contaminados seriam mantidos em quarentena da mesma forma que os antigos escravos eram tratados, quando chegavam à cidade antes da abolição da escravatura.

Leopoldo Remédios deu ao local do futuro lazareto dos negros o simbólico nome de quilombo. Para ele, aquele terreno, afastado de tudo, representaria mais do que a última aldeia dos enfermos. O acampamento seria o símbolo da resistência dos doentes contra aquela terrível epidemia que avançava para exterminá-los de uma forma nunca antes vista.

Depois de encontrar o lugar ideal, ele não titubeou em pedir aos negros enfermos que deixassem as casas infectadas nas quais viviam. Pediu que se dirigissem para o terreno descampado do quilombo, onde o ar era menos insalubre e não haveria o contato com a sujeira das ruas dos bairros ao sul da catedral. O coveiro não necessitou de muitos argumentos para convencer os pobres pesteados da nação a deixar os casebres miseráveis em que viviam. A diáspora sanitária dos moradores de Buenos Aires, que Leopoldo Remédios testemunhou, ocorreu ao longo das duas primeiras semanas de março. A doença era um perigo real e concreto.

— Vejam! Os brancos não fogem por pouca coisa — dizia aos infectados para persuadi-los a ir às pressas para o lazareto.

Todos estavam convencidos de que a epidemia poderia matar quem permanecesse exposto no bairro santo. E, assim como os brancos haviam se convencido facilmente a partir para outros lugares livres da epidemia, os negros sadios não se opuseram a seguir as regras do resguardo sanitário e a enviar os familiares pesteados para o lazareto dos pretos.

Encorajados pelo sepultador, os enfermos colocaram-se em marcha para o quilombo com a esperança de sobreviver. Improvisaram catres e barracas para não ficarem tão expostos ao clima do início do outono. Os negros pesteados ultrapassaram os muros da cidade e seguiram por uma estrada que passava pelo meio da antiga quinta do inglês Diego Brittain. Quem podia ir a pé, caminhou até lá. Quem não podia, foi levado na carroça do coveiro.

Em poucos dias, ergueu-se um acampamento numeroso, improvisado e desordenado de barracas, sem um mínimo de conforto para os infectados. O quilombo dos enfermos abrigou uma grande quantidade de pessoas que haviam contraído a praga amarela. Leopoldo Remédios compreendia o quanto era traumático desalojar os moradores do bairro. Muitos não desejavam deixar os cortiços e as casas da nação.

Entre os negros pesteados, alguns resistiam à mudança e queriam permanecer nos cortiços e nos conventilhos, onde viviam e mantinham uma rotina insalubre. Queriam permanecer e ficar à mercê da sorte e da piedade de Deus como sempre fizeram ao longo da história. Preferiam compartilhar cada teto, cada pátio e cada rua com aquela doença impiedosa a ter de viver os últimos dias em um quilombo de enfermos, no qual nada existia, além de catres e barracas.

No mês de março de 1871, quando centenas de negros começaram a apresentar sintomas da febre amarela, Leopoldo Remédios começou a ouvir o clamor dos pesteados por medicinas curativas. Desesperado, dirigiu-se, novamente, ao Comitê de Higiene Pública do bairro santo para arranjar algum placebo com os enfermeiros.

— Curativos? Não há substâncias terapêuticas. Sequer sabemos o que está a matar-nos. Toma, leva laxantes e sudoríferos para o lazareto dos pretos. Espero que melhorem. É o que todos os enfermos recebem — explicou o enfermeiro Inácio Flores.

O coveiro retornou ao lazareto com purgantes, vomitivos, tônicos e sudoríferos. Era a única medicina disponível para tratar os enfermos, já que os sanitaristas acreditavam que a doença era causada pelos odores das matérias orgânicas em decomposição e pelos líquidos contaminados por essas matérias. Para tratar as diarreias, administrava-se laxantes para esvaziar o enfermo por completo. Para aliviar a febre, oferecia-se sudoríferos.

No quilombo de Buenos Aires, coube aos próprios negros — que em sua maioria eram descendentes de escravos trazidos da África Ocidental — impedir o avanço da doença. A falta de assistência médica não acontecia apenas com os negros, porque a cada 10 vítimas da cidade, seis

morriam sem receber a visita de um infectologista.

Enquanto os enfermos agrupavam-se no quilombo, o coveiro desinfetava as casas dos contaminados. Lavava as latrinas e pintava com cal as portas e as paredes. Recolhia os mortos que encontrava nas moradias. Nas casas miseráveis do bairro santo, a febre amarela encontrou terreno fértil para matar a seu gosto.

Por aqueles dias, a Comissão de Higiene Pública solicitou aos coveiros que fizessem fogueiras públicas para queimar os pertences dos contaminados que haviam sido evacuados para o quilombo. Nada foi poupado. Inclusive os tambores de candombe foram incinerados. Repiques, pianos, chicos e bombos emprestaram sua madeira em forma de barril para alimentar as chamas do fogo. Leopoldo recebeu alcatrão para desinfetar a atmosfera das casas dos pesteados.

Apesar de todos esses esforços para combater a epidemia, os resultados eram infrutíferos. A epidemia não cedia. Durante o mês de março de 1871, dos 180 mil habitantes de Buenos Aires, cerca de 150 mil haviam deixado a cidade. O Conselho de Higiene Pública passou a registrar um número cada vez maior de infectados mortos. Nem mesmo a suspensão das atividades dos saladeiros conseguiu arrefecer o surto epidêmico.

A doença tornou-se ainda mais mortífera no final do verão. Seis dias após o fechamento dos saladeiros, a maldita praga amarela já provocava uma média de cem óbitos por dia. Leopoldo Remédios percebeu que precisava de um auxiliar. Ele não conseguia atender a todos. Mas quem haveria de querer trabalhar como sepultador e ser alvo de pedradas? Quem gostaria de estar tão próximo dos pesteados? Quem iria desejar abreviar a própria vida?

Ao retornar do cemitério no início da noite de 21 de março de 1871, o argentino percebeu que o soldado imperial poderia ser o auxiliar que procurava. O brasileiro reunia os predicados para ser um coveiro e já deveria ter visto ou enterrado muitos mortos nas batalhas da Guerra do Paraguai. Além disso, era preciso mantê-lo longe dos quilombolas. Os enfermos estavam revoltados com a peste amarela e ameaçavam matar o responsável por tê-la introduzido na cidade.

Leopoldo Remédios sabia que os ignorantes culpavam os marinheiros dos navios brasileiros. Acusavam os súditos do império de serem os responsáveis por introduzir a doença. Isso já acontecera no passado, quando um surto de febre amarela migrou do Rio de Janeiro para a Argentina. Pelas ruas, ouvia-se de boca em boca o velho ditado circular: “os piores males chegam com os barcos brasileiros”.

Com culpados ou não, a febre amarela propagou-se rapidamente pelos 13 bairros, nos dois eixos: de Balvanera até catedral norte e de Pilar até Conceção. O coveiro Remédios não acreditava que pudesse escapar do contágio mortal. Ele já tinha visto muitos pesteados passarem diante de seus olhos cansados e ressecados. O desconhecido negro brasileiro, no entanto, foi o que maior espanto provocou. O soldado imperial aparentava possuir uma capacidade natural para sobreviver a tudo: guerras, doenças e perseguições. Remédios desconfiou disso.

Capítulo 27

O sofrimento não tinha fim. “O sofrimento nunca terá fim, enquanto houver ignorância”, pensou Leopoldo Remédios. Para ele, era uma ilusão imaginar que o padecimento pudesse terminar de uma hora para outra. Por sorte, não havia padres pelas ruas para alimentar falsas esperanças. Também não havia profetas de ocasião perambulando por Buenos Aires. Nas horas de desalento sempre aparece um aproveitador da fé alheia, empunhando um livreto para fazer suas as palavras de um desconhecido exegeta do compilador que parafraseou os evangelhos do apóstolo João. No entanto, por obra e graça de Deus, os apocalípticos haviam fugido ou sucumbido. Não havia nenhum deles pelo bairro santo.

Leopoldo Remédios mantinha-se alheio aos sermões que não oferecessem a salvação do corpo. A salvação da alma não o interessava. Conduzindo o miserável cortejo funerário dos negros pelas ruas, ele agradecia por não aparecer nenhum pastor desmiolado, atrevendo-se a barrá-lo com falsas profecias ou orações. Afastado de todas as procissões, novenas e romarias, o coveiro só tinha tempo para livrar a cidade dos cadáveres que recolhia, no prazo de seis horas.

Extenuado, Remédios voltava, à noite, para o depósito da Fábrica Real de Tabacos, onde vigiava as mercadorias do espanhol Mariano Escalada. Evitava, assim, acirrar os ânimos dos moradores sadios do bairro santo do tambor que não o queriam por perto. Entretanto, no mesmo dia em que resgatou o soldado imperial e o entregou às curandeiras Eva Santos del Campo e Violeta Santiago, Leopoldo Remédios resolveu visitá-lo, apesar de sentir-se cansado. Deixou a mula e a carroça no depósito da fábrica e foi a pé até a Rua Brasil.

Caminhou por 11 quarteirões e em meio à escuridão. Havia pouca iluminação nas ruas. Algumas velas acesas dentro dos conventilhos e dos cortiços ajudavam a iluminar o caminho àquela hora. Ao chegar na porta da casa das curandeiras velhas, bateu com insistência. Eva e Violeta abriram a porta e, imediatamente, o fizeram entrar.

— Onde estão as galinhas, o tabaco e a aguardente? — perguntou Violeta.

— Passei a tarde no cemitério, mulher. Enterrei quatro homens do lazareto. Não tive tempo para encontrar as galinhas pelo caminho.

— Esse era o trato. Esqueceu? Que não passe de amanhã, então — reclamou Eva.

Leopoldo Remédios concordou. Estava interessado em saber notícias do brasileiro que resgatara no início da tarde no Passeio de Julho.

— O soldado imperial já despertou? Falou alguma coisa? — indagou. — Vim saber como ele está — acrescentou.

Eva del Campo fitou-o, enojada.

— Ele abriu os olhos por um momento, mas não disse nada. A coisa mais difícil é fazer um brasileiro falar, coxo — respondeu. — Fique sabendo que não é nada fácil. O soldado que você nos trouxe não mencionou uma palavra até agora. Não sabemos qual o seu nome e nem de onde veio. Ele não quis saber nem onde estava — comentou Eva, indignada.

— Ele apresentou algum sintoma da peste durante a tarde? Febre, dores pelo corpo, caganeiras ou amarelão nos olhos? — questionou o coveiro.

— Nada de febre. Vestimos uma camisola branca nele. A roupa não está manchada. Acho que escapou da praga. Só a testa ainda está inchada. Agora, voltou a dormir um sono profundo — explicou Eva.

— Viram! Sabia que não estava pesteadado — festejou o coveiro.

— Isso só piora a situação, porque vai ter que retirá-lo do bairro santo e da cidade e escondê-lo em outro lugar por muitos dias até reabrirem o

porto para os navios — advertiu Eva. — E tem mais. Ninguém vai querer um negro brasileiro entre nós. Ele pode ser o causador da epidemia. É muito arriscado ajudar um imperial nesse momento. Já temos nossos problemas — disse a mulher.

— Pensei a respeito disso e já tenho um novo lugar para escondê-lo até que as coisas se esclareçam. E como estão os moradores do bairro? — perguntou Remédios.

— Hoje levaram mais seis para o lazareto do quilombo. Queixavam-se de febre alta e dores pelo corpo. Se continuar assim, todos os nossos negros vão acabar no quilombo. As pessoas não estão conseguindo resistir à praga amarela — comentou Violeta.

— Não há muito o que fazer. Ninguém sabe como essa doença passa de uma pessoa para a outra. Os cemitérios estão entupidos de cadáveres. Morrem 100 pessoas por dia em toda a cidade. E não são apenas os negros que falecem. Os imigrantes italianos também estão infectados. Ouvi dizer que a peste vai matar mais do que a Guerra do Paraguai. E o pior de tudo é que ninguém sabe o que provoca essa doença. Estão culpando todos os coveiros pela epidemia — comentou Remédios.

— Você deve tomar cuidado, coxo. Passa o dia inteiro com a doença nas mãos, carregando esses mortos para o cemitério. Dizem que os sepultadores também estão morrendo. Tome cuidado — aconselhou Eva.

— Sei disso — concordou o coveiro. — Não sei até que momento conseguirei evitar a peste e que ela também me leve embora.

— Volte para o depósito. O imperial não despertou ainda. Não há muito a fazer no momento. Volte amanhã cedo — pediu a mulher.

— Amanhã, venho buscar o imperial — concordou o coveiro.

Leopoldo Remédios pediu para que elas mantivessem o brasileiro até o amanhecer do outro dia, em repouso. Prometeu retornar no dia seguinte para buscá-lo e levá-lo para um novo esconderijo. Despediu-se das curandeiras e voltou pelo mesmo caminho para o depósito da fábrica de tabacos.

Capítulo 28

Na manhã seguinte, Leopoldo Remédios voltou com a mula e a carroça para retirar o soldado imperial da casa das curandeiras negras e levá-lo para outro lugar. Ele lembrou do acordo que fizera com as mulheres e desfalcou o estoque do comerciante Mariano Escalada em dez folhas de tabaco e uma garrafa de rum. Queria recompensá-las pelo auxílio prestado. A apropriação indevida não comprometia o estoque e nem a fortuna do patrão espanhol.

Ao chegar na casa de Eva Santos del Campo e de Violeta Santiago, bateu novamente à porta. Elas abriram. O coveiro dirigiu-se para o quarto. Antes de retirar o soldado da casa em seus braços, vestiu o negro com as roupas da farda militar. O soldado imperial não disse uma palavra e parecia estar zozinho. Para Leopoldo Remédios, era melhor que o imperial ainda estivesse enfraquecido e atordoado pela pancada na cabeça. Depois de vesti-lo, colocou-o deitado sobre o piso da carroça e cobriu-o com um lençol como se fosse o primeiro pesteadado do dia que conduziria ao cemitério.

— O brasileiro não chamará a atenção de ninguém desse modo. Pensarão que é mais um cadáver.

Leopoldo Remédios despediu-se das pretas velhas e agradeceu o cuidado que elas tiveram com o soldado. Retirou a garrafa de rum e as folhas de tabaco da carroça e as colocou nas mãos de Eva. Depois, tocou a mula e partiu rumo ao quilombo para buscar os cadáveres do lazareto.

No caminho, pela estrada de chão que seguia até o terreno descampado do lazareto, o argentino tentava imaginar quantos negros teriam morrido nas últimas horas por causa da epidemia de febre amarela.

— Não sobrará nenhum de nós se a peste não puder ser controlada — murmurou.

Uma hora depois, chegou ao lazareto do quilombo para apanhar os corpos dos que faleceram na tarde do dia anterior ou na madrugada passada. Três cadáveres, cobertos por lençóis, estavam à espera, estirados sobre as pedras, em frente às barracas. Ele acomodou os falecidos ao lado do soldado e partiu para o cemitério do sul da cidade.

No caminho, encontrou o comissário Francisco Callejeros, da 4ª Seção de Polícia, que seguia a cavalo pela estrada, no sentido contrário ao de Remédios. Callejeros era um sujeito disciplinado e que se esforçava para seguir o manual de vigilância que levava no bolso do uniforme. O policial adotava uma atitude reservada e atenta. Evitava qualquer distração durante seu trabalho. O comissário interrompeu Leopoldo Remédios, ao cruzar por ele.

— Coveiro, espere um minuto.

— Sim, comissário.

— Como se chama?

— Leopoldo Remédios.

Callejeros observou-o, atentamente.

— O cadáver de um imigrante italiano foi encontrado com quatro perfurações no pescoço. Parece ter sido atacado por um animal selvagem. É o único que não morreu da peste amarela. Foi atacado por um leão-baio, talvez. Suspeito que o animal possa voltar a atacar.

— Era o que nos faltava acontecer em meio a esta epidemia, comissário — comentou o sepultador.

— Esses que estão na carroça levam algum sinal no pescoço? — perguntou o policial, aproximando-se.

O coveiro argentino temeu que o policial pudesse descobrir o soldado imperial ao levantar o lençol para investigar os corpos dos falecidos que eram levados no piso da carroça. Remédios adiantou-se e procurou

dissuadir o policial de inspecionar os pescoços dos cadáveres.

— Comissário, eu mesmo verifiquei os corpos e não encontrei qualquer perfuração. Tenha cuidado ao tocar os cadáveres, porque o contágio com os infectados poderá matá-lo — disse o coveiro, que, em seguida, perguntou — Onde foi encontrado o imigrante atacado?

— Em Montserrat, próximo ao Hospital Geral dos Homens.

— Não é a área em que busco os meus cadáveres, comissário.

— Fique atento, coveiro. Se aparecer algum morto com essas perfurações, avise-me.

— Avisarei.

Callejeros tocou o cavalo em direção ao bairro santo do tambor. Leopoldo Remédios seguiu para o cemitério onde queria sepultar os três cadáveres. No caminho, tentou despertar o imperial brasileiro que ainda não abrira os olhos. Ao ver que estava distante do quilombo, o coveiro argentino parou a carroça e chamou o soldado.

— Vamos, *viejo*, está na hora de acordar.

O brasileiro não respondeu. O coveiro sacolejou o soldado.

— Vamos, está na hora. Se quiser minha ajuda, vai ter que acordar e falar. Não temos muito tempo.

Leopoldo Remédios percebeu que suas insistentes tentativas eram inúteis. Poucos depois, quase desistindo, viu o negro desconhecido despertar e fazer uma pergunta de forma espontânea.

— Onde estou? — perguntou.

— Buenos Aires — respondeu o coveiro, surpreso.

— Na república? — voltou a questionar o soldado.

— Por suposto.

— A cidade de homens livres — emendou o brasileiro.

— Não tão livres assim — discordou Remédios. — Ainda não

nos livramos da epidemia — completou.

O negro argentino percebeu que o soldado se sentia aliviado.

— Finalmente, cheguei onde queria estar — disse o imperial.

— Como se chama? — perguntou o coveiro.

— José Cândido Negro. E você?

— Leopoldo Remédios. Sou um dos coveiros de Buenos Aires — apresentou-se o argentino.

O brasileiro olhou para o argentino e estendeu-lhe a mão.

— Para onde está me levando agora?

— Vamos ao cemitério. Preciso sepultar esses três cadáveres. Depois, vamos ver o que faremos com você. Se quiser minha ajuda, preciso saber o que aconteceu. Os motivos que o fizeram chegar em Buenos Aires.

— Primeiro, quero agradecer por me ajudar. Lembro de você me chamar pelo nome na rua. Negro, você gritava — disse o brasileiro.

— Foi uma coincidência — comentou Remédios.

— Fui soldado do exército imperial do Brasil. Batalhão de infantaria. Venho da guerra — declarou José Cândido.

— Ah, eu imaginei. Reconheci o uniforme do exército imperial que está vestindo. Também estive na guerra contra o Paraguai com as tropas argentinas.

— Do que essas pessoas morreram? A guerra acabou.

— Morreram por causa da peste amarela.

José Cândido viu os três corpos cobertos pelos lençóis.

— Não podemos perder tempo. Vamos para o cemitério. Preciso enterrar esses três mortos o mais rápido possível — explicou Remédios.

— Depois de ouvi-lo na rua, fiquei desacordado. Batia a cabeça no chão. Não lembro de mais nada. O que aconteceu depois?

— Eu o resgatei e levei para uma casa. O que veio fazer aqui?

— É uma longa história.

— Tenho todo o tempo que me resta para ouvir. Estou interessado em saber. Não é todo dia que aparece um soldado do Império do Brasil nessas terras.

— Eu conto. Antes pode me dizer o que os homens brancos farão comigo se me encontrarem aqui?

Leopoldo Remédios não queria assustar o soldado imperial, mas sabia que não só os brancos poderiam fazer algo contra o brasileiro, mas também os negros do bairro santo. Qualquer pessoa culparia o soldado imperial por introduzir a praga mortífera e o degolaria.

— Serei devolvido aos senhores de escravos do império? — perguntou, novamente.

— Acho que não só os brancos quererão mandá-lo embora. Os negros, talvez, quererão matá-lo por achar que trouxe a peste para Buenos Aires. A situação de um imperial é muito arriscada no momento. Entretanto, penso que a república não devolveria um homem livre a nenhum escravagista brasileiro. Não há escravos na Argentina. Abolimos a escravidão em 1853.

— Corro risco de morrer por ser brasileiro?

— Tenho certeza de que qualquer morador o degolaria se soubesse que está aqui. Não faltará um argentino disposto a culpar um soldado do império pela epidemia que nos aflige. Dizem por aí que os piores males de Buenos Aires são trazidos pelos brasileiros.

— Devo fugir daqui também, então?

— Não. Eu vou protegê-lo. Quando a epidemia for embora, ninguém vai se importar com os brasileiros.

— E se a peste não for embora? — perguntou José Cândido

— Assim como a guerra, nenhuma praga é para sempre — comentou o coveiro.

— Estive na Guerra do Paraguai e vi muitos morrerem dessas

doenças. Varíola, febre amarela, cólera e disenteria. Sepultei centenas de homens que pareciam uns leprosos.

— Você, por acaso, sabe qual é a cura para essa doença?

— Não sei nada de curas.

— Essa praga impiedosa se alastrou entre nós. Estamos sendo punidos de uma forma que nunca vimos — comentou Remédios.

O antigo escravo brasileiro ficou calado por um momento. Estava satisfeito por ter, finalmente, deixado a guerra para trás. Ele conquistava a plena liberdade na república. Lembrou-se do médico inglês que o tratou na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

— A guerra me libertou — disse para o coveiro.

— O conflito com o Paraguai acabou há um ano. Não sei o que fez nesse tempo todo e como veio parar aqui, mas seria bom começar a dizer para que possa ajudá-lo. Não posso mantê-lo por muito tempo sobre a carroça. Assim que chegar no cemitério e terminar de enterrar os corpos dos mortos, terei de deixá-lo em algum lugar.

Leopoldo Remédios tocou a mula e conduziu a carroça pela estrada despovoada. Esperava ouvir a história daquele homem que começava a fasciná-lo.

Capítulo 29

Naquele dia, Leopoldo Remédios ouviu José Cândido Negro com redobrada atenção, enquanto cavava as sepulturas para os corpos dos três pesteados mortos. O soldado imperial contou-lhe que partira de Assunção, no Paraguai, em dezembro de 1870, assim que as tropas da Tríplice Aliança começaram a ser desmobilizadas. A maior parte dos oficiais brasileiros foi embarcada nos vapores de transporte da Armada Imperial e seguiu para o Rio de Janeiro como heróis da pátria. Os negros que os acompanharam foram levados nos porões das embarcações. Muitos eram submetidos aos castigos das chibatadas pelas indisciplinas que, às vezes, cometiam.

— Depois de tudo o que passamos naqueles pântanos, tratavam-nos à chibatada nos navios — comentou o brasileiro.

José Cândido Negro contou que se julgava dono do próprio destino, ao final da guerra, e que pretendia desembarcar em Montevideo. Queria ficar na Banda Oriental, onde, na opinião dele, deveriam viver as mulheres negras livres mais lindas do continente. Esperava casar-se com uma delas.

— E por que não desembarcou? O que aconteceu de errado para vir parar no outro lado do Rio da Prata? — perguntou o coveiro.

— Os oficiais da Armada Imperial disseram que eu tinha uma dívida com o Pedro II e que deveria permanecer mais cinco anos no exército imperial. Eles não iriam me deixar sair do barco em Montevideo.

José Cândido contou que pulou do vapor de transporte e não quis continuar a viagem naquele navio. Narrou que esperou a noite chegar

para saltar nas águas do Rio Paraná e que fizera, por sua conta e risco, a viagem, depois de alcançar a margem em um lugar desconhecido. Pressentiu que deveria manter-se ao lado do curso do rio. Por vários dias, abrigou-se nas matas e escondeu-se.

A narrativa parecia fantasiosa para Leopoldo Remédios, porque os índios guaranis ou os gaúchos argentinos o teriam visto e perseguido de forma implacável. Eles o teriam matado antes de colocar os pés em Rosário de Santa Fé. “Não há quem odeie tanto um imperial brasileiro quanto os gaúchos daquela província”, pensou Leopoldo que continuou a ouvir o relato. O coveiro não interrompeu o brasileiro e deixou que prosseguisse com a narrativa dos seus feitos. Estava interessado naquela estranha viagem pelo território argentino.

O negro brasileiro prosseguiu. Revelou que aproveitara a luz da lua para percorrer os caminhos durante a noite. E, desse modo, conseguiu chegar a Buenos Aires, semanas depois de ter pulado do navio. Leopoldo Remédios ainda não estava convencido. Pediu-lhe, então, para contar o que havia visto durante as batalhas contra o Paraguai.

O imperial disse que fora levemente ferido nas pernas pelos estilhaços de um obus, lançado por uma peça da artilharia paraguaia contra as posições brasileiras, em Assunção. Contou que fizera parte do 11º Batalhão de Infantaria de Caçadores e que permanecera quase dois anos parado nos pântanos ao sul de Humaitá. Leopoldo perguntou por que motivo não retornara à capital do Império do Brasil, mesmo em dívida com o imperador, como todos os outros heróis da grande guerra.

— Heróis? — questionou o brasileiro, surpreso. — Não há heróis negros de guerra. Heróis não recebem chibatadas. O que vi naquele navio da Armada Imperial foi um soldado negro receber 25 chibatadas por um ato de indisciplina.

José Cândido explicou que terminada a guerra, entregara o fuzil-mosquetão ao comandante do batalhão de infantaria imperial, assim como a adaga que recebera do mascate Manuel Nunes. Disse que, encerrado conflito militar, estava liberado para viver em uma república como homem liberto e em paz. Estava cansado das batalhas.

— Fugi do império para ser livre. Não quero voltar para um lugar onde ainda existe a escravidão. Sou um homem contaminado pela liberdade. Voltar ao império não seria aconselhável, porque os senhores de escravos diriam que voltei para espalhar a peste abolicionista entre os cativos.

Leopoldo Remédios julgou que soldado brasileiro não tinha motivos para mentir.

— Então, não quer voltar ao Brasil?

— Nunca mais. Quero viver na república. Quando fugi, um médico garantiu que bastava pôr os pés no território argentino para ser livre. Fiz exatamente isso.

O coveiro argentino ficou surpreso ao ouvir aquele desejo de José Cândido. Ele imaginava que o soldado pretendesse voltar ao império.

— Então, você era um escravo no Brasil.

— Um escravo da charqueada.

— E não quer voltar ao Brasil.

— Nunca mais.

— A república também tem os seus defeitos. Mas entre ela e a escravidão, eu também a escolheria — comentou Remédios. — Vamos sepultar esses corpos — convidou o coveiro.

Os dois depositaram os três cadáveres nas covas e jogaram terra sobre os falecidos. Remédios fez uma breve oração e foi acompanhado por José Cândido, que acrescentou suas preces à Nossa Senhora, ao final:

— Virgem Mãe, livrai-nos do mal, da peste e do desprezo. Livrai-nos do ódio que cerca nosso caminho. Livrai-nos daqueles que nos querem mortos ou acorrentados. Virgem Mãe, em prece, rogamos: dai-nos força para prosseguir a jornada em busca da liberdade.

Capítulo 30

Ao fim do trabalho de sepultamento dos três corpos, Leopoldo Remédios convidou José Cândido Negro a acompanhá-lo até o bairro santo do tambor. Lá, os dois poderiam ficar escondidos no depósito da Fábrica Real de Tabacos. Teriam onde descansar e passar a noite. Poderiam até beber uma garrafa de rum para alegrarem-se.

O brasileiro subiu na carroça e observou a estrada despovoada de gente e de animais. Ao longe, a luz amarelada e tímida das lamparinas iluminava o interior das casas das quintas, situadas à margem do caminho de terra. A cor púrpura do pôr-do-sol cobria o horizonte. O antigo soldado imperial olhava para todos os lados. Sentia-se recompensado por ter completado sua fuga do Brasil.

— O que aconteceu com essa cidade? Não vejo os homens brancos em nenhum lugar — observou. — A praga os matou? — perguntou o brasileiro, intrigado com a desolação dos lugares que avistava pelo caminho.

— Os senhores brancos e de boas posses deixaram a municipalidade. Escaparam, rapidamente, para outros lugares remotos do país, onde a peste amarela não lhes alcançaria os corpos, e onde os selvagens índios guaranis não lhes poderiam devorar as carnes ou remoer os ossos. Fugiram da epidemia. Estão, agora, longe daqui — explicou Leopoldo Remédios.

— Todos os brancos fizeram isso? — indagou o brasileiro.

— Alguns ficaram, mas eles não andam pelas ruas como os coveiros. Há um resguardo sanitário. Todos devem permanecer em suas casas para evitar o contágio. Os sepultadores e os policiais podem andar livremente

para resgatar os enfermos ou conduzir os mortos ao cemitério.

— Uma cidade sem brancos — murmurou o imperial, deslumbrado.

— Não se iluda. Ainda restam muitos por aí. No dia em que a peste amarela for embora, todos voltarão. Afinal de contas, tudo aqui pertence a eles. Os bancos, as escolas, as quintas, o comércio, os navios. Nós, talvez, tenhamos deixado de existir, quando a epidemia acabar. Muitos de nós morrem no lazareto. Nosso quilombo de resistência contra a morte não consegue conter a doença — comentou o coveiro argentino.

Leopoldo Remédios ficou calado por um instante. Mais uma vez, lembrou-se do quilombo dos negros pesteados com tristeza. Para ele, o lugar era uma maneira de conter o avanço da praga amarela. Embora não houvesse uma fonte de água limpa e o ar ainda estivesse corrompido pelo odor fétido que vinha do Riachuelo, pelo menos, os contaminados estavam isolados e distantes daqueles que ainda estavam sadios no bairro santo. O quilombo de Buenos Aires existia apenas em sua cabeça. Simplesmente assim e nada mais. Os tambores haviam sido silenciados por aquela tragédia.

— A cidade está morrendo — lamentou Leopoldo Remédios. — Você vai perceber que não há muita esperança.

As palavras do coveiro refletiam o que ele testemunhava nas ruas. Até o comércio estava devastado. Já não havia onde conseguir a carne e a aguardente, porque todos os depósitos e comércios dos bairros ao sul da catedral estavam fechados. A ele pouco importava o fato de que praticamente todos os estabelecimentos comerciais de Montserrat e de São Telmo estivessem fechados e que produtos não fossem encontrados com facilidade. Com exceção do tabaco e do rum, Remédios não encontrava motivos para que os estabelecimentos continuassem abertos. Os negros da Rua Brasil ou do quilombo não tinham recursos para adquirir aqueles produtos sofisticados no centro comercial. Havia, naquela época da jovem república, uma atividade mercante que se voltava apenas para os homens de boas posses. Os estabelecimentos e as instituições serviam para satisfazer o deleite e a redenção daqueles senhores de casacas aveludadas que haviam fugido. A carestia dos bens havia apanhado os sobreviventes daquela dramática

situação. Leopoldo Remédios, no entanto, sabia onde conseguir ao menos o tabaco e o rum de graça. Bastava abrir as portas internas do depósito da fábrica do espanhol Mariano Escalada para beber e fumar à vontade. Ele fazia isso para entorpecer a mente e esquecer.

Os templos católicos e presbiterianos, os comércios de produtos importados, as agências dos bancos estrangeiros, os hotéis, as panificadoras, as casas de putas, as tavernas, os cafés, os clubes, os bilhares, os consulados, os colégios, as farmácias, as oficinas, os tribunais e os teatros serviam apenas aos interesses dos moradores prósperos. Com a evacuação sanitária dos brancos, não havia motivos para que esses estabelecimentos continuassem abertos. Para os homens do bairro santo do tambor, tudo estava fechado, com exceção do lazareto e do cemitério.

— Nunca pensei que veria uma cidade livre de homens brancos — disse, quebrando o silêncio que os envolvia.

— Não seja tolo. Precisamos uns dos outros para viver nessa república — reagiu o argentino.

— Diga-me, Leopoldo. Podemos ir a qualquer lugar, então?

— Claro que não podemos.

— Como não podemos? Somos livres. Esta é uma cidade da república.

— Mesmo assim, não podemos ir a todos os lugares. Muitos não permitem, por exemplo, que um coveiro circule pelo quilombo ou pelo bairro santo. Tenho que ir até lá sem ser visto.

— Por que não pode andar livremente pelo quilombo? — perguntou José Cândido.

— Os quilombolas pensam que sou responsável por contaminá-los com a peste amarela. No bairro santo, dizem que transmito a praga aos que ainda estão sadios. E, ao notarem que levo um soldado imperial nessa carroça, dirão que você é o culpado pela epidemia que devastou a cidade. Enfim, seremos mortos se não tivermos o cuidado de evitá-los.

José Cândido ficou preocupado com o relato que ouviu.

— Antes da epidemia, todos podiam andar livremente, desde que não fosse por vadiagem, embriaguez ou para provocar brigas — continuou Leopoldo Remédios. — Se quiser viver na república, vai precisar de um trabalho, quando a epidemia for embora.

— Um trabalho servil?

— Um trabalho remunerado. Se tiver, poderá ir a qualquer lugar. Ninguém irá impedi-lo. Mas, se sair por aí, à toa, bêbado e fazendo arruaças, os vigilantes de rua da Polícia prenderão você. Então, quando a epidemia acabar, trate de arranjar um trabalho. Será melhor. O que fazia antes de ir para a guerra?

— Carneava vacas em uma charqueada.

— Temos muitos saladeiros. No momento, todos estão fechados por causa da peste, mas voltarão a funcionar assim que a epidemia nos deixar.

José Cândido ficou calado. Ele não desejava voltar a matar bois e vacas. Esperou pelo momento apropriado para dirigir-se, novamente, ao coveiro, que segurava as rédeas da mula e conduzia a carroça pelas primeiras vielas. O sol já havia se posto no horizonte e as estrelas apareciam no céu.

— Leopoldo, quero fazer um pedido.

— O quê? — perguntou o argentino.

— Vivi tantos anos recebendo ordens e açoites que não sei o que devo fazer em uma república — explicou o brasileiro. — Quero sua ajuda.

Aquele pedido sensibilizou Leopoldo Remédios. Ele percebeu que deveria ensinar o soldado imperial a dar os primeiros passos republicanos.

— A primeira coisa que posso dizer é que, em uma república, todos os homens são iguais perante a lei. Não há escravos entre nós. Não há um imperador. Mantemos nossa cabeça erguida. Não importa quem apareça à frente, olhe sempre com a altivez de homem livre.

Depois de um breve momento de silêncio, Leopoldo retomou a

conversa e sugeriu:

— Poderá trabalhar comigo como coveiro. Se quiser ser meu ajudante, é claro. Preciso de alguém. Tenho muitos cadáveres para enterrar e ter um ajudante seria bom. O que mais a cidade precisa, no momento, é de bons sepultadores. Com esse serviço, poderá prover o próprio sustento. Tudo depende de seu esforço. Aqui, você é o senhor do próprio destino — disse o negro argentino.

Ao trafegar pelas ruas vazias, Leopoldo Remédios contou que a praga amarela havia transformado Buenos Aires em uma localidade quase fantasma. Incrédulo com a desolação que via pelo caminho, José Cândido Negro imaginava as pessoas trancadas dentro das residências. Tentava ouvir os pequenos ruídos de madeira romperem o silêncio das moradias evacuadas. Percebia os estalos das portas e das janelas ao longe. Barulhos que não passavam de meros movimentos mecânicos dos materiais que se dilatavam devido à intensidade do calor.

— Será que não verei um insensato morador, disposto a arriscar sua vida para desfrutar de uma caminhada? — indagou o brasileiro.

Leopoldo Remédios, por sua vez, pensava se algum dia voltaria a ver aquela multidão de pessoas que circulava pelo porto, entrando e saindo dos cafés, dos hotéis, dos armazéns e dos depósitos navais. Antes da diáspora sanitária, muitos negros que habitavam o bairro santo do tambor tinham uma rotina de trabalho vinculada à atividade do porto e ao comércio.

Em sua memória, o coveiro revia cenas de um passado não muito distante. As lavadeiras negras desciam as barrancas do Rio da Prata para lavar e bater as roupas sujas, enquanto os aguateiros conduziam as carroças até o rio para coletar água em barris de madeira, os quais eram vendidos aos moradores. Os carreteiros transitavam com os produtos das quintas e abasteciam os restaurantes, os hotéis e os clubes. Os estivadores negros davam vida aos depósitos da aduana, onde faziam o transbordo das cargas dos navios. Os trabalhadores que se ocupavam com os currais e com os abates, nos matadouros, moviam-se pelas calçadas livremente. Com a chegada da febre amarela, tudo aquilo havia desaparecido. Pelos olhos de Leopoldo Remédios só passavam agora aquelas lembranças.

— A cidade morreu para mim —disse o coveiro, em tom de lamento.

Leopoldo Remédios ficou calado por um bom tempo. Eles já estavam próximos do depósito da Fábrica Real de Tabacos. Ao chegarem lá, os dois soltaram a mula da carroça para que ela buscasse o próprio capim.

— Amanhã cedo iremos de novo até o quilombo em busca de outros corpos para enterrar. O surto deve estar matando 300 pessoas por dia. Os bairros estão infestados. Ninguém sabe como impedir o contágio.

— Será que morreremos também? — perguntou José Cândido.

— Só Deus sabe! O que sei é que se um santeiro negro aparecesse entre nós, trazendo a cura para a doença, ele seria o maior herói que Buenos Aires já teve — respondeu o coveiro. — Não espere sobreviver. A peste vai matar qualquer um que cruzar pelo seu caminho. O problema é que nunca saberemos por onde ela passará — acrescentou.

Leopoldo Remédios preparou uma refeição simples para os dois. Enquanto comiam uma mistura de charque com arroz, ele disse:

— Quero manter você escondido por um tempo.

— Por quê? Essa é a cidade dos homens livres.

— Sei disso. O que ainda não sei é como a Polícia e os moradores reagirão ao saber que um soldado brasileiro está aqui.

— Tudo bem. Só não quero voltar ao Brasil. Não quero voltar a ser um escravo.

— Vou mantê-lo escondido no cemitério por um tempo. Acho que a epidemia vai nos ajudar a mantê-lo livre.

Depois daquele primeiro dia juntos, Leopoldo Remédios e o ajudante José Cândido Negro continuaram a recolher cadáveres pelas ruas do bairro santo do tambor e em São Telmo, ao sul da catedral de Buenos Aires. Eles saíam muito cedo, pela manhã, para não serem vistos pelos outros moradores. Percorriam com a carroça os bairros pobres e seguiam até o quilombo, onde recolhiam novos mortos. Depois iam direto ao cemitério,

onde sepultavam os negros falecidos de febre amarela.

José Cândido auxiliou Leopoldo a abrir covas e a cobrir de terra os defuntos. As horas de trabalho eram intermináveis. No final de cada dia, os dois amigos retornavam ao depósito da fábrica para dormir. Isolados de todos os demais moradores e em meio à terrível pestilência que castigava Buenos Aires, o universo dos dois sepultureiros negros era fechado e brutal. Apenas Eva Santos del Campo sabia o que Leopoldo Remédios fizera com o brasileiro depois de retirá-lo de sua casa. O argentino contara tudo o que sabia à curandeira, durante uma noite de amor.

Capítulo 31

Na manhã de 9 de abril de 1871, a Comissão de Higiene Pública de Buenos Aires aconselhou os moradores a evacuar por completo a cidade. Inclusive os negros deveriam partir para Deus sabe onde. As esperanças de controlar o surto epidêmico haviam terminado.

Um imigrante florentino, debilitado pela febre amarela, escreveu, a seu modo, com uma mistura de cal e de sangue bovino, na parede de um conventinho de São Telmo, uma frase que parecia ter tirado da Divina Comédia, de Dante Alighieri, e com a qual queria traduzir o sentimento da população: *“Lasciate ogni speranza, tu che sei entrato nella città di Buenos Aires”*.

No final do mês de março, 4.895 pessoas haviam morrido e não existia nada que pudesse ser feito para conter as mortes que oscilavam entre 300 e 500 pessoas por dia. No dia 10 de abril, o governo local decretou a suspensão de todas as atividades comerciais até o início de junho. Dias depois, na alvorada de 13 de abril, Leopoldo Remédios amanheceu com febre alta e com dores pelo corpo. Aquilo soou-lhe como se fosse um aviso de que algo ruim poderia acontecer. Preocupado e incomodado com o rumo que as coisas poderiam tomar naquela manhã, não quis avisar José Cândido sobre o mau presságio que a febre lhe trazia.

O coveiro argentino escondeu os primeiros sintomas da doença naquele dia. Como sempre, ele e o ajudante percorreram as vielas desoladas e as ruas malcheirosas do bairro santo. Os becos pertenciam aos dois sepultureiros. As vias eram companheiras de solidão daqueles dois homens negros que resistiam contra a peste e cumpriam, religiosamente, o ofício público de conservar as vias desimpedidas e livres de cadáveres.

O coveiro argentino, porém, deixou de ser aquele homem sadio que circulava livremente entre os pesteados. Por causa do serviço que realizava para a Comissão de Higiene Pública, ele agora era também um dos infectados. Havia contraído a febre amarela. Depois de passar mais de um mês recolhendo os enfermos que encontrava pelas ruas do bairro santo do tambor, chegara a sua vez de ser recolhido.

— José Cândido, tenho um pedido a fazer — disse, ao sentir os intensos calafrios provocados pela febre alta.

— O quê?

— Não me leve para o lazareto do quilombo. Quero ficar no depósito. No armazém da fábrica de tabacos tem o rum de que preciso para morrer em paz.

— Você está doente? — indagou José Cândido, surpreso.

— Sim. Sinto que a peste me pegou. Tenho poucas horas ou poucos dias pela frente. Não importa. Nada poderá ser feito. A febre começa a incomodar os meus ossos. Precisamos voltar ao depósito.

— Ficarei com você até o fim, Leopoldo — consolou o brasileiro.

Naquele momento, os dois desistiram de remover os cadáveres das ruas e retornaram para o depósito. Leopoldo Remédios procurou dar os últimos conselhos ao ajudante.

— Ouça com atenção. Você terá de permanecer escondido se quiser sobreviver. Fique no cemitério. Os mortos não irão denunciá-lo.

— Esconder-me no cemitério? — indagou.

— Sim, você será o sepultador.

— O que quer dizer com isso?

— Digo que você terá que ocupar o meu lugar. Precisarás ser o Leopoldo Remédios. Esconder-se atrás do meu nome.

José Cândido estranhou aquele conselho e perguntou.

— Por que esconder-me dessa forma?

— Não imagino outro esconderijo melhor para um negro brasileiro que não quer voltar ao Brasil.

— Não posso viver escondido para sempre. Sou livre. A guerra me libertou. Lutei como voluntário da pátria.

— Ora, não seja tão estúpido, José Cândido. Já nos basta toda a estupidez que nos cerca. As batalhas não libertam ninguém. Veja o que resta dessa cidade republicana. Está abandonada por completo. Onde estão os patriotas para defendê-la da peste? Onde estão os homens livres? Todos fugiram. Aqueles que não escaparam estão mortos. A pátria não passa de uma invenção dos homens. Uma entidade fantasmagórica que nada faz por nós. Alguém a inventou e a colocou no altar, ao lado do Criador. Deus e Pátria. Fizeram isso para nos fazer acreditar que devemos morrer por algo maior que nossa própria vida.

— Lutei tanto naqueles pântanos paraguaios para ser o José Cândido Negro. Esse é meu nome. Não posso ser outra pessoa.

— Quando a peste for embora, poucos negros restarão. Éramos milhares no bairro santo e agora somos poucos. Ninguém sobreviverá para contar o que aconteceu. Nenhuma pessoa poderá afirmar que você não é Leopoldo Remédios.

Os dois percorreram o caminho de volta para o depósito, sobre a carroça, em silêncio. Ao chegarem na fábrica de tabacos, José Cândido e o argentino descansaram. O brasileiro estendeu uma manta sobre o chão para o coveiro deitar e o cobriu com um cobertor. Nada mais podia ser feito para aliviar a febre intensa. O doente passou a delirar e a ter convulsões. Ele dizia palavras desconexas, como se tentasse avisar pessoas imaginárias:

— A natureza está matando Buenos Aires. Todos devem fechar as portas e janelas e não deixar que nada entre nas casas. Nem as moscas e nem os mosquitos podem entrar nas moradias. Por favor, queimem ervas nas brasas para espantar os espíritos da natureza. Façam isso todos os dias. É a natureza que nos aniquila — delirava o enfermo.

José Cândido não compreendia o que o coveiro dizia.

Remédios voltava novamente a gritar por causa da febre intensa.

— Salve o quilombo! — dizia o delirante. — Eu quero salvar o quilombo. Por Deus! Por Deus!

— O que você disse, Leopoldo? — perguntava, sem saber como ajudar o enfermo.

José Cândido oferecia chás e rum para aliviar o sofrimento de coveiro, mas ele piorou tanto que seu corpo começou a amarelar em poucas horas. Leopoldo Remédios passou a sentir fortes dores no abdome. Teve fortes diarreias e vômitos até que, finalmente, sucumbiu como tantos outros em dois dias.

Ao vê-lo morrer, José Cândido sentiu que a história da república não reservaria uma linha sequer em memória daquele negro argentino, herói das batalhas de *Yatay* e de Tuiuti, na grande guerra contra o Paraguai. O coveiro desapareceria para sempre, assim como o quilombo de Buenos Aires que ele criara por um breve espaço de tempo.

Na manhã seguinte à morte do argentino Leopoldo Remédios, José Cândido despiu-se. Retirou o surrado uniforme do exército que o protegia desde o primeiro dia de fuga pelos campos da Província de São Pedro do Império do Brasil. Em seguida, deixou nu o corpo do argentino e o vestiu com as roupas da farda militar. O brasileiro vestiu as roupas do sepultador argentino. Fez a troca para nunca mais ser reconhecido como soldado imperial.

Depois, amarrou a velha mula à carroça e depositou o corpo do falecido sobre o piso. O cadáver foi coberto por um lençol branco. O antigo escravo tocou a mula até o cemitério, onde sepultou o coveiro argentino. Na sepultura, um punhado de pedrinhas que ele havia guardado por muito tempo no alforje de guerra também foi enterrado. Ele havia recolhido as pedras em diferentes lugares da Província de São Pedro, da Argentina e do Paraguai. Eram a única prova de que havia passado por todos aqueles territórios.

O soldado imperial permaneceu triste. Pensou por um longo tempo como seriam os dias sem o auxílio do sepultador argentino. José Cândido teria de esconder-se atrás do nome de Leopoldo Remédios. Ele,

agora, deveria se tornar o coveiro de Buenos Aires. O mesmo José Cândido Negro, que havia deixado de ser o escravo do Pantaleão, em 1866, agora precisava ser o “outro” Leopoldo Remédios. Aquele era o terceiro nome que o destino lhe concedia. Talvez, o último.

Capítulo 32

No dia em que o “outro” Leopoldo Remédios começou a trabalhar como sepultador, a epidemia estava incontrolável. A febre amarela provocava um número assustador de óbitos a cada dia. A doença havia contaminado os moradores das casas, dos cortiços, dos bairros paroquiais, dos lazaretos e dos hospitais.

A peste dizimava as pessoas com fúria. A cidade estava tomada pelo pânico, mas o novo coveiro de Buenos Aires não se deixou atemorizar pelos acontecimentos. Quem esteve no acampamento do brejo branco, ao sul de Humaitá, durante a Guerra do Paraguai, conhecia aquela situação muito bem. O exército imperial do Brasil tinha-lhe ensinado a lidar com varíola, febre amarela e cólera juntas.

O primeiro trabalho do “outro” Leopoldo Remédios para o Conselho de Higiene Pública foi recolher dois cadáveres de indigentes que haviam sido encontrados nos pântanos, entre os juncais próximos ao Rio da Prata, ao sul do bairro santo, na antiga quinta do inglês Diego Brittain. Os cadáveres foram levados na velha carroça para o Hospital Geral dos Homens. O coveiro tocou a mula com muxoxos pela Rua do Comércio, no bairro de São Telmo. No mesmo quarteirão do hospital havia uma paróquia e a nova penitenciária com seus calabouços. Os médicos do Conselho de Higiene queriam submeter os dois cadáveres a uma autópsia para determinar se eles haviam morrido da peste amarela.

Inácio Flores, o enfermeiro negro, não trabalhava mais no hospital. Morrera dias antes, também infectado pela febre amarela. O novo coveiro deixou os cadáveres no hospital. Enquanto os exames de autópsia ocorriam, ele voltou ao bairro santo para visitar o cortiço em que moravam os

falecidos indigentes. Poderia haver novos corpos para remover.

Quando lá chegou, as pessoas estavam sendo desalojadas sob pretexto de desinfetar todo o local com cloro. Os móveis, as roupas e os utensílios usados pelos falecidos indigentes foram colocados para fora dos alojamentos e queimados em plena rua, em fogueiras imensas.

— Levem tudo para a rua e queimem. Está tudo contaminado. Inclusive os tambores — ordenou o comissário de Polícia, Francisco Callejeros, que inspecionava o cortiço.

O policial determinou que um grupo de homens fosse reunido para lavar as latrinas e as paredes das casas. Por fim, solicitou aos moradores que branqueassem as casas com cal.

— Quero todas as paredes caiadas. O branco deverá espantar a praga.

O novo coveiro não se condoeu com a situação dos desalojados. As medidas de higienização eram necessárias. Também não havia qualquer comoção popular, quando o serviço de desinfecção sanitária do Conselho de Higiene Pública chegava nos lugares contaminados pela peste. Ao perceber a presença do sepultador, o comissário Callejeros aproximou-se e perguntou:

— O que faz aqui, parado?

— Vim remover os mortos do cortiço.

— Como se chama?

— Leopoldo Remédios — respondeu.

— Diga-me, Leopoldo. Tem alguma ideia de como podemos controlar essa maldita epidemia?

— O inverno porá fim a tudo. A cal não impedirá o avanço da praga.

— Siga enviando os doentes aos lazaretos, coveiro. Mande os que ainda estão sadios trancar as portas das casas e as janelas para que nada invada as moradias. Já não sabemos a que ou a quem recorrer — disse

Callejeros.

Naquele mesmo dia, o cemitério da zona sul ficou lotado e não comportava mais nenhum sepultamento. O novo sepultador foi informado de que um grande cemitério fora aberto com urgência na zona oeste, um pouco mais distante, na antiga chácara dos padres jesuítas.

O coveiro recolheu e transportou tantas crianças, mulheres, homens e velhos que não lembrava dos semblantes dos falecidos ao final de cada dia. Em cada esquina, alguém era jogado sobre a carroça, sem vida. À noite, os gritos de desespero irrompiam pelas redondezas, seguidos de pranto, de tristeza e de dor. O lamento cessava, quando o corpo era removido na primeira hora da manhã seguinte.

Naqueles dias pestilentos de abril de 1871, a febre amarela estava longe de chegar ao fim. Enquanto o sepultador percorria as vielas em busca de novos cadáveres, os proprietários dos inquilinatos, dos cortiços e dos conventilhos viam-se obrigados a despejar metade dos moradores em razão das péssimas condições de higiene. Os doentes subiam na carroça e eram levados para o lazareto, onde eram acomodados em camas e ficavam aos cuidados das enfermeiras.

Em todos os lugares por onde passava, o coveiro apresentava-se pelo nome de Leopoldo Remédios. Carregava cada vez mais corpos para o cemitério. Os esforços sanitários para a contenção da epidemia de nada adiantavam. Com o objetivo de melhorar o estado sanitário, o Conselho de Higiene Pública proibiu as pessoas de chegar próximo ao Rio da Prata e ao Riachuelo, porque os mananciais de água passaram a ser vistos como focos de infecção.

O sepultador, no entanto, estava adaptado ao ofício. Ele continuou a sepultar cadáveres sem dificuldades. O momento mais terrível ocorria quando jogava terra sobre os corpos, após conduzi-los ao cemitério da chácara dos padres. O coveiro sabia que havia um ponto final na história de cada falecido que era sepultado. O único temor era voltar a ouvir gritos debaixo da terra. Aquele medo, ele trazia do acampamento do brejo branco, nas terras ao sul de Humaitá, quando ateou fogo nos campos para queimar os corpos dos soldados mortos e feridos.

Por receio de voltar a escutar aqueles sons terríveis, ele permanecia, pelo menos, uma ou duas horas à beira das covas em completo silêncio. Procurava não ser surpreendido por algum pedido de socorro. Quando o sol começava a esconder-se no horizonte, voltava a subir na carroça e tocava a mula em direção ao depósito do espanhol Mariano Escalada.

Ao fazer o caminho de volta para uma cidade sem vida, pensava a respeito de toda aquela desgraça. Para ele, era evidente que a epidemia tinha uma inclinação pelos miseráveis do bairro santo do tambor já que a maior parte das vítimas saía dos inquilinatos, dos cortiços e dos conventinhos. Em suas andanças, o coveiro cruzava, frequentemente, por algumas devotas senhoras italianas. Apavoradas, elas saíam às ruas com seus filhos no colo para anunciar que a peste era o sinal do castigo divino.

— É a vingança divina por havermos feito tanto mal aos outros — gritavam as mulheres em desespero.

O “outro” Leopoldo Remédios nunca tivera tempo para pensar na punição de Deus. Estava convencido de que o Criador não se comovia com a morte das crianças e das mulheres. Em fins de maio, a peste amarela começou a abrandar, provavelmente, em razão da chegada dos dias frios e secos.

Milagrosamente, o coveiro de Buenos Aires havia sobrevivido. Ele, que estava acostumado com a ideia de que os homens brancos, afugentados pela epidemia, pudessem não regressar àquelas ruas, percebia que eles começariam a voltar. Com a queda no número de mortos, os antigos proprietários retornariam para os seus domínios. O sepultador, que tanto desejou ver as vielas e os becos permanecerem silenciosos e sob seus cuidados, agora, sabia que isso seria impossível.

Aos poucos, nos primeiros dias de junho, os brancos retornaram para a cidade que lhes pertencia. Voltaram sem prestar nenhum agradecimento aos coveiros e sanitaristas por seus esforços. Os senhores de boas posses trataram de reorganizar a vida. Reabriram os comércios e todas as instituições que haviam sido fechadas. Em nenhum momento, eles olharam para o passado. Em fins de junho, a peste livrou os 13 bairros. A febre

amarela havia provocado mais de 14.000 mortes entre janeiro e junho de 1871.

José Cândido abandonou o depósito da Fábrica Real de Tabacos com o retorno do senhor Mariano Escalada. Sem ter outro lugar para refugiar-se, escondeu-se no cemitério da antiga chácara dos padres jesuítas, no oeste de Buenos Aires, de onde não saiu por muito tempo, exceto no dia em que foi chamado a conhecer um navio a vapor. Um cachorro, que mais parecia um leão-baio, o acompanhou em seu esconderijo.

LIVRO II

Le Frigorifique

Primeira Parte

O dia em que o cavaleiro do apocalipse chegou.

Buenos Aires, 25 de dezembro de 1876.

Capítulo 33

O sol lançou, sem alardes, seus primeiros raios de luz sobre os casarios antigos de Buenos Aires na manhã de 25 de dezembro de 1876. Não fosse a brisa suave e fresca que soprava do Rio da Prata, a manhã daquele festivo dia de verão começaria dominada pelos odores fétidos das vísceras e do sangue putrefato dos animais mortos que, costumeiramente, impregnavam a zona central da cidade. Por sorte, nas imediações do antigo forte do vice-rei e da Recova Velha respirava-se uma atmosfera úmida e sadia.

Naquela manhã, ao ouvir o cacarejar dos galos que habitavam os pátios dos casarios vizinhos, o brasileiro Pompeu de Castro Vieira preferiu levantar-se da cama a quedar-se inerte no interior do quarto que ocupava há mais de uma semana no *Hotel de la Paz*, na esquina da Cangallo com Reconquista, no centro comercial.

Assim que os primeiros raios de luz penetraram pelos vidros da janela do terceiro andar do edifício neorrenascentista, Castro Vieira levantou-se e foi lavar o rosto com a água fresca que escorria por uma torneira, graças ao engenho de arquitetos genoveses que projetaram o prédio.

Como de costume, o brasileiro aproveitou para aparar o bigode e raspar os ralos fios da barba mal crescida que despontavam pelo rosto, usando uma navalha enferrujada, cujo cabo era feito de chifre do boi. Depois, retirou o pijama e vestiu uma camisa de algodão branca, que comprara numa casa de roupas prontas, próximo ao Teatro Colón. Vestiu a calça e um casaco preto.

Embora o verão impiedoso recomendasse roupas claras e leves para aqueles dias de temperaturas abrasivas, Castro Vieira preferiu vestir roupas escuras para não atrair a atenção dos outros. A pele morena e

envelhecida revelava que estava habituado ao sol e àquelas altas temperaturas. Se comparada ao sufocante interior do Brasil, a vida em Buenos Aires era bastante amena, com exceção de alguns raros dias em que o vento paraguaio adentrava pelo Norte, deixando a população irritada e queixosa com o calor.

Castro Vieira não revelara a ninguém sua programação para aquele feriado. Ao despertar tão cedo no dia da natividade, podia-se supor que pretendesse deixar o quarto para assistir à missa e liberar-se cedo dos compromissos religiosos, reservando o resto do tempo livre para caminhar pelas alamedas do Parque Três de Fevereiro ou para as corridas de cavalo no novo hipódromo.

Naquela manhã de natal, ele não repetiria a mesma rotina que mantivera nos últimos dias, quando estivera bastante ocupado com as atividades comerciais. Visitara a agência do Banco Inglês para verificar o crédito disponível para as operações de aquisição do charque; fizera contratações de seguro para transporte marítimo; estivera em alguns dos saladeiros de Buenos Aires para acompanhar a pesagem do produto e assinara contratos para os serviços de transporte na agência de vapores britânicos.

Em razão de todas aquelas andanças, esperava-se que aproveitasse o feriado santo para dormir até mais tarde, já que não tinha nenhum outro compromisso, a não ser aguardar pela chegada dos navios que contratara. As últimas cargas de charque para alimentar as tropas brasileiras que se retiravam do Protetorado do Paraguai precisavam ser enviadas.

Para o espanto dos funcionários do hotel, às 7 horas, Castro Vieira estava vestido e com o chapéu de feltro sobre a cabeça, mostrando o quanto era um homem singular. Ele fechou a porta do quarto e desceu pela escadaria de mármore até o saguão do hotel. Passou por quatro estátuas gregas e por inúmeros afrescos que adornavam o salão de entrada, cujo piso era revestido por um precioso mármore italiano de Carrara. Depois, saiu para a rua, deixando para trás a porta giratória do hotel, sem perder tempo para verificar se o restaurante já estava aberto para os hóspedes.

A julgar pela pressa com que saiu para a Rua Cangalho, era possível imaginar que Pompeu de Castro Vieira desejasse ser o primeiro a

passar pelas colunas da catedral. Certamente, parecia-lhe ser uma boa ideia fazer o jejum pelo caminho, em um café qualquer, antes de ir à igreja para assistir à missa das 9 horas. Aqueles acontecimentos matutinos, por certo, exigiriam uma destreza extraordinária de quem se pusesse a segui-lo. Não era fácil acompanhar os passos do brasileiro naquela primeira hora.

O homem de 61 anos que estava a caminhar pelas ruas de Buenos Aires, desde os primeiros raios de sol, nunca dera mostras de ser um católico fervoroso. Talvez, porque nunca tenha passado pela experiência humana de implorar a Deus por um auxílio de qualquer espécie. A vida, no império, sempre o colocara em uma posição privilegiada, distante dos temores. Ir à missa? Ora, Castro Vieira seguia para a catedral como se estivesse indo participar de um evento corriqueiro no Clube do Progresso, na esquina da Rua Peru com Victória.

O antigo caçador de escravos caminhou até encontrar a primeira confeitaria pelo caminho. Ele viu que a *La Merced* estava fechada. Isso não o desapontou. Não quis retornar ao hotel e preferiu continuar pelas estreitas calçadas da Rua Cangallo em busca de outra cafeteria. Tomou, então, a direção da avenida do Passeio do Julho, que ficava a dois quarteirões do *Hotel de la Paz*.

Naquele horário, qualquer pessoa, que se dispusesse a caminhar, por sua conta e risco, pelas ruas vazias do centro comercial e fosse até o Passeio de Julho, encontraria toda a sorte de bêbados e de dançarinas espanholas que, sem nenhuma deferência, desejariam feliz natal aos passantes nos mais diversos idiomas. Castro Vieira recebeu felicitações de homens desconhecidos — em sua maioria marinheiros embriagados — que transitavam pela rua. O mercador brasileiro retribuía a saudação, levantando a aba do chapéu e, depois, seguia adiante, deixando para trás aquelas figuras demasiado pequenas.

Pompeu de Castro Vieira não se intimidou com os bêbados que encontrou pelo caminho. O antigo caçador de escravos demonstrava conhecer as ruas de Buenos Aires como poucos. Ele andou a passos ligeiros e atento aos detalhes, enquanto transitava pelas imediações do *Hotel de Provence*.

De fato, entre os raros homens de negócios que se aventuraram

a percorrer as calçadas quase vazias do centro comercial, naquela primeira hora da manhã de 25 de dezembro de 1876, o destemido e implacável capitão-do-mato Castro Vieira era um deles. Na capital da república argentina, o mercador brasileiro jamais seria molestado. Ele era reconhecido e nominado por todos, e em todos os cantos da cidade, pela nobre alcunha de “barão da guerra”.

Capítulo 34

Os homens de negócios de Buenos Aires sempre discutiam a respeito de qual seria o melhor momento para abordar o “barão da guerra” e sob qual pretexto. Os cautos não queriam colocar contratos a perder. Julgavam necessária uma aproximação cautelosa. Por isso, raramente interpelavam o velho capitão-do-mato no meio da rua. Consideravam mais apropriado aguardá-lo sentar à mesa, no Clube do Progresso ou no Restaurante dos Catalães, nas imediações da Bolsa de Comércio e do Banco Mauá.

Na capital argentina, Castro Vieira criou em torno de si a imagem de que era o homem que segurava o exército imperial nas mãos, desde o momento em que se tornara o principal fornecedor de suprimentos para as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Por isso, todos ficavam apreensivos, angustiados e indecisos, por não saberem ao certo o que poderia desagradá-lo. Os negociantes passavam horas a fio, observando o temperamento do “barão da guerra”, antes de tomar uma decisão.

Embora não fosse um assunto a ser tratado publicamente, muitos suspeitavam que Castro Vieira já não era tão próspero mercador de charque como fora até 1870. O fim da Guerra do Paraguai resultara em perdas significativas. A companhia de comércio brasileira, presidida por ele, estava à beira da falência. Com o fim do conflito militar, os negócios com o imperador Pedro II diminuíram. A época em que o “barão da guerra” havia acumulado uma grande fortuna, vendendo carne-seca de baixa qualidade para as tropas imperiais, ficara para trás.

Com o fim do maior conflito bélico da América do Sul, em março de 1870, Castro Vieira tentava manter a companhia de comércio ativa.

Além de adquirir e negociar o charque argentino para abastecer um pequeno contingente de militares, no Paraguai, ele também abastecia as senzalas das fazendas dos donos de escravos brasileiros, nas regiões agrícolas e cafeeiras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O empreendimento de Castro Vieira dependia da continuidade da escravidão. Por isso, os poucos amigos argentinos — todos frequentadores do Clube do Progresso de Buenos Aires — comentavam não ser segredo, entre eles, que Castro Vieira repudiava os movimentos republicanos e abolicionistas. O “barão da guerra” jogava água no vinho dos argentinos, azedando as conversas, quando o assunto era a liberdade e a igualdade que havia entre os homens na república. O mercador brasileiro contestava com veemência a possibilidade de emancipação dos negros, no Brasil. Nesses embates, ele revelava o seu passado repulsivo de caçador de escravos fugitivos, na Banda Oriental.

Embora o “barão da guerra” concordasse com a ideologia dos senhores de escravos, ele não poupava os escravagistas quando o assunto dizia respeito às transações comerciais. Durante a guerra contra o Paraguai, ele praticara todas as trapaças possíveis e imagináveis para acumular muitos contos de réis em prejuízo do imperador, dos charqueadores e dos fazendeiros brasileiros. A fortuna vultosa, no entanto, perdera-se com muitos cavalos lerdos e dezenas de mulheres ligeiras. Na intimidade dos lençóis das casas de tolerância, o mercador deixava-se passar a perna como se fosse uma criança.

Naquela manhã de natal, o itinerário do brasileiro era imprevisível. Ele estendeu a sua caminhada matinal até o píer de passageiros sem ser molestado. Seguiu a pé pelas calçadas da Rua Cangallo. Percorreu dois quarteirões até alcançar a orla do Rio da Prata. Castro Vieira cruzou pelos bêbados na frente da igreja de *La Merced*. No caminho, passou pela agência de vapores britânicos e por outros escritórios de agências marítimas. O templo norte americano estava fechado.

No final da Cangallo, o sol da manhã ofuscou sua visão já que não havia mais nenhum prédio para bloquear os raios de luz. Diante dele, o rio apresentava-se em toda a sua amplitude. Vários navios estavam ancorados. Castro Vieira virou à direita e avistou o café e bilhar *Des Deux*

Mondes, mas, possivelmente, não considerou apropriado frequentá-lo àquela hora. No mesmo quarteirão, havia várias outras cafeterias, uma ao lado da outra, à sua escolha, entre as quais, o *Ville de Bordeaux*, o *La Amistad*, o *Bayonne* e o *Des Alliés*. O “barão da guerra” optou pelo *Ville de Bordeaux*, que ficava praticamente ao lado do *Des Deux Mondes*.

O estabelecimento estava vazio naquele horário, o que deixou o mercador satisfeito. Ele aproveitou para escolher uma mesa e sentou-se próximo à janela, onde aguardou pelo garçom. O funcionário veio atendê-lo sem demora. O “barão da guerra” solicitou uma xícara de café, leite, pães frescos e queijo.

O garçom — um homem de origem francesa e bastante jovem — anotou e afastou-se para providenciar o pedido na cozinha. Ele reparou que o cliente permanecera atento ao movimento do Passeio de Julho, acompanhando o trânsito do bonde de passageiros pelas vidraças. Quietamente, o mercador brasileiro acompanhava o vaivém das lavadeiras, dos aguadores e dos condutores de charretes pela ampla avenida. O movimento começava a aumentar naquela primeira hora da manhã. Isso o distraiu por algum tempo.

— O barão parece preocupado na manhã de hoje — reparou o garçom ao retornar da cozinha.

Castro Vieira voltou-se para o rapaz.

— Não é para menos, meu caro. Hoje o mundo acabará — disse o velho brasileiro.

— Por Deus, barão. O que vai acontecer? Não estou sabendo dessa nova profecia — falou o garçom, espantado.

— Hoje, meu caro, o cavaleiro do apocalipse atracará seu barco nessa cidade e tudo começará a morrer — respondeu.

— O barão só pode estar brincadeira. Claro, por ser natal permite-se dizer uma coisa dessas.

— Não sou homem de brincadeiras, menino — ralhava o mercador.

— Perdão! Não quis ofendê-lo, barão.

Após um breve silêncio, o antigo caçador de escravos retomou a conversa com o garçom.

— Reparou como está movimentado o Passeio de Julho a esta hora da manhã? — perguntou o velho.

— Devem ser os malditos vapores ingleses que não tardam a chegar com suas mercadorias para as casas importadoras. Os vitorianos não respeitam nem o nascimento de Cristo — respondeu o garçom.

Pompeu de Castro Vieira ficou pensativo por um instante e, em seguida, continuou:

— Ingleses! Ingleses! Que raça é essa? Deus deve ter tido fortes e boas razões para tê-los confinado em uma ilha, separando-os da Europa continental e da América — comentou Castro Vieira. Em instantes, prosseguiu: — Não há espanhol, francês, russo ou alemão que suporte os ingleses. Até os estadunidenses tiveram de expulsá-los da América. George Washington deu-lhes um bom chute na bunda. Quanto a nós? Bem. Nós somos uns cagões. Continuamos a abrir-lhes as portas. Ouça meu conselho, jovem. Jamais estenda a mão aos ingleses. Você vai perdê-la. Os vitorianos nos tiraram a Cisplatina. Algo tirarão dos argentinos. A única coisa que interessa aos ingleses é a indústria, o comércio e os portos livres. Nada mais. É por causa deles que as fazendas do império estão praticamente despovoadas de escravos — culpou o mercador.

— Por Deus! O barão deve ter cuidado com o que diz. Buenos Aires está nas mãos dos ingleses. O jornal inglês não perdoaria uma declaração dessas — aconselhou o garçom.

— É o que sempre digo. Não consigo mandar uma carga de charque ao Brasil sem pedir um barco aos ingleses. Que apodreçam os vitorianos! Que chegue logo o cavaleiro do apocalipse e acabe com tudo isso! — declarou, enfurecido.

Ouvindo os desaforos proferidos por Castro Vieira, o garçom tratou de voltar para a cozinha.

— Com licença, barão. Vou buscar seu pedido.

— Vá fazer seu trabalho. Não perca tempo. Não dê ouvidos ao velho “barão da guerra”.

O atendente afastou-se da mesa por cautela. Deixou o velho brasileiro só. Castro Vieira voltou a olhar para a avenida pela vidraça. Observou que, não muito distante do café *Ville de Bordeaux*, um pequeno grupo de homens bem trajados reunia-se em frente ao prédio da aduana de Buenos Aires. Certamente, eles estavam ali para aguardar pela chegada de algum barco a vapor. Esse fato atraiu a atenção do mercador. Ele tratou de manter sob estrita vigilância aquele pequeno grupo de homens, enquanto tomava o café, praguejando contra o cavaleiro do apocalipse e o contra os ingleses.

Capítulo 35

Pompeu de Castro Vieira deixou o café *Ville de Bordeaux* quando faltavam poucos minutos para 8 horas. Ele prosseguiu com sua caminhada matinal. A passos lentos, percorreu o restante do Passeio de Julho, em direção à Casa do Governo Nacional que ficava no início da avenida. Olhou para o relógio de bolso e percebeu que ainda tinha uma hora para espiar os vapores que estavam ancorados perto do porto.

No caminho até a Casa do Governo, um homem, inteiramente vestido de preto, passou a segui-lo de perto. Começou a vigiá-lo desde a saída do *Ville de Bordeaux*. O desconhecido manteve distância até a altura do Grande Hotel Argentino, na esquina do Passeio de Julho com Rivadávia. Ao chegar na frente do hotel, a poucos metros da Estação Central, outro homem juntou-se ao primeiro e ambos passaram a acompanhar os passos do mercador brasileiro. Os dois desconhecidos mantiveram uma certa distância, de modo que o velho “barão da guerra” brasileiro, em nenhum momento, desconfiou daqueles dois estranhos.

Durante o trajeto, Castro Vieira observava com atenção o prédio da Casa do Governo Nacional. Ali, residiram os antigos vice-reis do Prata no início do século XIX. O edifício era amplo e tinha dois pavimentos com 11 grandes janelas voltadas para o Passeio de Julho. O mercador brasileiro conhecia muito bem as dependências do prédio. Muito o frequentara durante a Guerra do Paraguai para tratar dos suprimentos que eram enviados às tropas aliadas.

O antigo caçador de escravos atravessou a avenida e passou ao lado do prédio da Estação Central, de onde partiam os bondes tracionados por cavalos que percorriam o Passeio de Julho e iam até o bairro do Retiro. Em

seguida, Castro Vieira começou a descer uma rampa que terminava no píer da Aduana Taylor. Ele andou toda extensão do píer até parar diante do farol. Naquele local, virou-se e avistou um grupo de aguadores que enchiam grandes barricas de água e as colocavam nas carroças para abastecer as casas.

A cidade de 300 mil habitantes estava diante de Castro Vieira e ela não parava de crescer, graças à contínua chegada dos imigrantes europeus pobres que, desde 1855, eram recebidos de braços abertos pela república. Ao notar que nenhum novo barco a vapor havia chegado, retirou-se do píer. Subiu a rampa e retornou para a Estação Central, onde observou, novamente, a reunião do grupo de homens bem vestidos na porta do prédio da Aduana Taylor. Sem dar atenção ao grupo, seguiu até a Rua Rivadavia, onde tomou a direção dos arcos da Recova Velha de Buenos Aires.

No caminho, o “barão da guerra” passou pela lateral do primeiro Teatro Colón e observou os detalhes daquele grande edifício de três pavimentos que ocupava grande parte do quarteirão, localizado próximo à antiga casa dos vice-reis. À esquerda do teatro, no outro lado da Rivadavia, o brasileiro avistou a Recova Velha. O amplo conjunto arquitetônico separava as praças de Maio e Vitória, no coração da cidade.

As constantes transformações urbanas eram percebidas pelo mercador de charque com entusiasmo. Com o país pacificado, — livre das guerras civis entre as províncias e das epidemias — a capital da república começava a expandir-se em número de pessoas e em tamanho. A chegada dos imigrantes europeus, o fortalecimento da cadeia produtiva da carne salgada e os investimentos na urbanização faziam Castro Vieira comparar o desenvolvimento de Buenos Aires ao do Rio de Janeiro, setenta anos antes, quando o rei João VI, mudara-se para o Brasil e abrira os cofres da Coroa para construir prédios e instalar serviços que até então inexistiam na capital do império.

O que mais impressionava o “barão da guerra”, no entanto, era o branqueamento da população. Ele já não encontrava muitos negros pelas ruas. Em 1866, ano em que conhecera a cidade pela primeira vez, havia um bairro ao sul da catedral com muitos moradores e trabalhadores negros. Passados dez anos, Castro Vieira percebia que eles haviam praticamente desaparecido das ruas e que o bairro trocara de nome, deixando de ser o

bairro santo do tambor.

O mercador continuou a caminhar e olhou com curiosidade para o interior do prédio da Recova Velha. Havia um extenso corredor que separava as tendas de comércio em duas alas, onde se vendiam roupas, carnes, verduras e frutas. O mau cheiro impregnava o lugar, e o brasileiro sentiu um mal-estar ao passar tão perto do local. Os dois homens que o seguiam também cruzaram rápido pela Recova. Eles detiveram-se na Praça Vitória e ficaram à distância do mercador.

Na esquina da Rivadávia com Reconquista, Castro Vieira parou para tomar fôlego. Enquanto recuperava o ritmo da respiração, observou a Praça de Maio com suas pequenas árvores. Depois de descansar um pouco, caminhou por mais um quarteirão até parar diante das altas colunas da catedral. Ali, aguardou pelo início da missa. Por volta de 9 horas, os sinos começaram a badalar. Anunciaram que a primeira missa de natal começaria em breve. As altas e pesadas portas da catedral se abriram.

Um dos dois homens seguiu Castro Vieira e também entrou na igreja. A missa era o melhor retrato de uma Buenos Aires enriquecida pelo comércio exportador do charque, do couro e do sebo. Uma cidade cada vez mais europeizada pela chegada dos imigrantes italianos, ingleses, irlandeses, franceses e alemães. Toda essa mistura de gente católica estava presente na missa de natal.

O homem que seguia o mercador brasileiro sentou-se alguns bancos atrás. Ele notou que o “barão da guerra” estava com os olhos voltados, exclusivamente, para o altar. Se o presidente Nicolás Avellaneda e o ex-presidente Domingo Faustino Sarmiento tivessem ingressado na catedral, Castro Vieira não os teria visto, tamanha era a sua concentração.

O mercador parecia compenetrado em suas orações. Se algum dos generais do exército argentino sentasse a seu lado, ele não os teria cumprimentado pelos esforços civilizatórios da campanha de conquista da Patagônia. Naquele momento, o “barão da guerra” não estava interessado em conversar sobre o extermínio de índios teuelches e mapuches.

O antigo caçador de escravos estava preocupado com a chegada do barco do cavaleiro do apocalipse. Com o olhar parado na imagem

do Cristo crucificado, fixada atrás do altar principal, rezou. Quarenta minutos depois, o arcebispo de Buenos Aires surgiu com seu barrete carmim de três pontas sobre a cabeça. O clérigo saudou todos os fiéis e deu início à missa. Nesse momento, o mercador levantou-se de forma inesperada. Não tinha tempo a perder com as homilias.

O “barão da guerra” procurou a porta de saída da catedral. Estava ansioso para retornar ao Passeio de Julho e ver o movimento no porto da cidade. Sentindo-se sufocado pela falta de vento, deixou o prédio e tomou o ar da rua. Ao sair pela porta principal, avistou um jovem que corria pela Praça de Maio. O rapaz anunciava, eufórico, a chegada do barco do cavaleiro do apocalipse no porto.

Capítulo 36

A *Belle Époque* chegou à Argentina e à América do Sul na metade da manhã de 25 de dezembro de 1876, quando um garoto correu pelas ruas do coração de Buenos Aires, gritando, entusiasmado, vivas e louvores à república e à inovação:

— *Vive la Republique! Le Frigorifique* chegou. Viva a República! — gritava o jovem.

Pompeu de Castro Vieira compreendeu a mensagem, anunciada pelo adolescente, e apressou o passo para voltar o mais rápido possível ao porto. Ele foi seguido pelos dois homens sem saber. O jovem corria pela Praça de Maio e pela Praça da Vitória. Gritava sem parar para anunciar a chegada da grande atração do século a todos.

O mercador brasileiro foi tomado pela ansiedade. Queria chegar rápido ao porto. Enfim, o barco do cavaleiro do apocalipse havia alcançado a cidade de Buenos Aires. Castro Vieira e outros fidalgos correram para o píer da aduana. O brasileiro queria ver com seus olhos o famoso e incomparável *Le Frigorifique*.

O “barão da guerra” era apenas um entre os muitos que se dirigiram para o Passeio de Julho. Curiosos, todos desejavam testemunhar a chegada do navio francês. Em frente ao edifício da Aduana Taylor, a concentração de pessoas era enorme. Aquele pequeno grupo de homens que o mercador avistara, reunido, no início da manhã, transformara-se em uma pequena multidão.

A enorme bandeira tricolor da França, que tremulava em um mastro da popa, não deixava ninguém se equivocar. Enquanto o vapor

aproximava-se, as pessoas desciam até o píer da aduana. Castro Vieira compreendia o interesse de todos por aquele exótico navio. Em seu interior havia algo revolucionário. O murmurinho de vozes, louvores, risos e cumprimentos envolvia o brasileiro. Todos repetiam as mesmas informações. Definitivamente, diante da multidão estava o tão esperado *Le Frigorifique*. O barco, finalmente, completava, naquele instante, a primeira e inusitada viagem experimental entre a Europa e a América do Sul.

O calor daquela manhã de verão fazia todos penarem sob o sol escaldante. No entanto, ninguém desejava arredar o pé do píer. Passados alguns longos minutos, o mercador brasileiro deu-se por satisfeito e desejou retirar-se para um lugar mais fresco. Ele não pretendia ficar observando o navio por muito tempo, pois sabia que as manobras de atracagem se estenderiam por toda a manhã. Os tripulantes do barco lançariam âncora a uns quatrocentos metros do píer, e, depois, uma equipe de sanitaristas iria até o navio vistoriar as condições de saúde dos marinheiros e da carga. Em seguida, o capitão desceria um bote para fazer parte da tripulação arribar.

Castro Vieira estava satisfeito com o que presenciara até o momento. Por enquanto, confirmara que o navio havia chegado. O resto, iria descobrir com o tempo. O mercador brasileiro tratou de se retirar do local em que estava. Afastou-se da multidão e do grupo de pessoas bem vestidas que estava reunido sob o sol quente.

Ao virar-se para ir embora, um dos homens que o havia seguido aproximou-se e o interrompeu. O desconhecido trazia consigo um livreto em cuja capa estava escrito *Quanta Cura*. O homem era o monsenhor Antônio Devoto, secretário do consulado pontifício, em Buenos Aires.

Antônio Devoto não havia interrompido Castro Vieira por mero acaso. Aquela era a oportunidade que planejava para aproximar-se do “barão da guerra”. Era o momento sinalizado pela Divina Providência.

— O barão poderia conceder-me um minuto de atenção? — indagou o monsenhor.

Castro Vieira mostrou-se surpreso com a solicitação daquele homem.

— O que deseja?

— O mesmo que o barão. Temos interesses comuns para tratar.

— Que tipo de interesses? — voltou a perguntar o mercador.

— Tudo o que diga respeito àquele vapor francês.

— Ah, o barco do cavaleiro do apocalipse — expressou o brasileiro.

— Sim. — concordou o monsenhor, deixando escapar um sorriso de satisfação, ao ouvir a forma como o mercador se referia ao navio. — É dele que fala o livro do Apocalipse: “Vi aparecer então um cavalo branco. O seu cavaleiro tinha um arco; foi-lhe dada uma coroa e ele partiu como vencedor para tornar a vencer”.

Castro Vieira ainda não sabia o que desejava o estranho que o estava interpelando, em plena rua, com tanta ousadia. No entanto, interessou-se pelo assunto e continuou a conversa.

— Ainda não sei nada a seu respeito.

— Ah, perdoe-me a falta de elegância. Sou monsenhor Antônio Devoto. Emissário do papa Pio IX. Venho de Roma, pessoalmente, para cuidar do assunto *Le Frigorifique* — disse o monsenhor. Ele acrescentou: — De minha parte, antecipo que minha intenção é não ver esse barco retornar à Europa. Esse navio carrega um experimento que representa um verdadeiro perigo para a humanidade.

Castro Vieira ficou intrigado com aquela aproximação abrupta.

— O barco não é exatamente o cavalo branco da profecia. Que interesses teria o Pio IX nesse vapor? — questionou, abruptamente.

— Diga-me, barão. De que cor é a neve?

— Branca.

— De que cor é a geada que repousa sobre os campos do Senhor?

— Branca.

— De que cor é a representação do frio nas telas dos pintores.

— Branca.

— Esse vapor não é um cavalo, mas dentro dele há uma máquina frigorífica que fabrica o branco de que fala o livro do Apocalipse. É dessa forma que devemos interpretar as palavras sábias do Evangelho de João.

— O primeiro sinal do fim do mundo é aquele barco. Eu já desconfiava disso.

— Não lhe direi mais nada nesse momento. A rua não é o lugar apropriado para tratarmos de um assunto tão complexo e tão relevante para o papa. Por isso, convido-o para almoçar no consulado pontifício hoje. Aproveitaremos a refeição de natal para tratarmos desse assunto com toda a reserva que merece. O que acha?

— Estava pensando em ir ao hipódromo, mas o assunto também desperta meu interesse. Podemos almoçar. Se vamos conversar sobre o barco do cavaleiro do apocalipse, o hipódromo pode ficar para outro dia — disse, aceitando o convite.

— O barão será muito bem acolhido no consulado. Como falei, a rua não é o local apropriado para expor os interesses de Pio IX sobre esse assunto. Precisamos de um lugar reservado. A biblioteca do consulado pontifício é o lugar ideal. Espero-o ao meio-dia — falou Antônio Devoto.

— Estarei lá — confirmou.

O monsenhor Antônio Devoto e Castro Vieira trocaram um aperto de mãos e se separaram no Passeio de Julho. O “barão da guerra” permaneceu por mais um momento, acompanhando as manobras do vapor que, agora, se aproximava ainda mais do píer da aduana. O navio ancorou por volta de 11 horas.

Graças à sua estreita relação com a marinha mercante, adquirida ao longo de incontáveis viagens a bordo das naus britânicas, Castro Vieira podia ter uma ideia de qualquer tipo de embarcação. Estava acostumado a contratar navios para levar as cargas de charque ao Paraguai e

ao Brasil. Sabia distinguir todas as classes de vapores que chegavam a Buenos Aires.

Ao ver o *Le Frigorifique* à distância, percebeu que se tratava de um navio para transporte de produtos e de passageiros e que deveria ter uns 60 metros de comprimento por oito metros de largura sobre o convés. A chaminé da máquina a vapor estava disposta a meia-nau. O navio possuía três mastros com velas para se socorrer, quando necessário, da propulsão a vento. O mastro principal estava à frente da chaminé. Pelo tamanho da embarcação, o mercador calculou que a tripulação de marinheiros seria de 20 pessoas.

Curioso para ver quem sairia daquele barco, Castro Vieira não retirou os olhos do *Le Frigorifique* até o momento em que, finalmente, avistou os marinheiros correrem de um lado a outro do convés para arriar e amarrar as velas às retrancas dos mastros. Aquela demonstração já era suficiente para ele se retirar do local.

O brasileiro dirigiu-se, então, para um café da avenida do Passeio de Julho. Foi tomar um cálice de licor e fumar um charuto. Enquanto deixava a orla do Rio da Prata, os marinheiros do navio francês lançaram a âncora da proa. Correram de um lado para o outro. A bandeira tricolor francesa tremulava ao vento. O segundo homem que seguira Castro Vieira pelas ruas também deixou o local e aproximou-se do monsenhor.

— Como foi a conversa com o barão?

— Aceitou o convite para almoçar no consulado — respondeu Antônio Devoto.

— O monsenhor acredita que será útil?

— Precisamos dele. Será útil na hora certa.

— E quanto ao outro?

— Também precisaremos dele.

— O que devo fazer, monsenhor?

— Aguardar meu sinal. Vamos resolver isso o mais rápido possível. Não quero ir além da virada do ano. Esse barco não deve retornar à

Europa.

— Estarei atento ao sinal.

— Faça isso. Agora vá. Mantenha-me informado a respeito de tudo que possa acontecer pelas ruas. E não perca de vista os dois — recomendou o monsenhor.

O segundo homem que seguiu o “barão da guerra”, naquela manhã, era o comissário Francisco Callejeros, da 4ª Seção de Polícia.

Capítulo 37

O engenheiro francês Charles Tellier era aguardado naquele dia 25 de dezembro de 1876, juntamente com a chegada do *Le Frigorifique*, no porto de Buenos Aires. *Monsieur* Tellier partira de Rouen, em setembro do mesmo ano, no comando da expedição científica. No entanto, em Lisboa, poucos dias depois de iniciada a viagem, tivera um contratempo e viu-se obrigado a desembarcar. Retornara a Paris para acalmar os ânimos dos acionistas da sociedade empresarial, proprietária do navio. Os sócios temiam o insucesso do investimento, em razão dos problemas que o barco tivera em uma das caldeiras, durante o período em que ficou atracado no Rio Tejo, depois de zarpar de Rouen.

O inventor não cruzou o Oceano Atlântico e não aportou na cidade para a decepção dos argentinos. A falta de sorte privara o “pai do frio” de acompanhar o sucesso daquela viagem transoceânica que, pela primeira vez, tentava demonstrar a possibilidade de transportar da Europa para a América do Sul carne fresca, conservada a zero graus Celsius de temperatura.

O vapor *Le frigorifique* arribou em Buenos Aires após 105 dias de viagem pelo Atlântico. Todos comemoravam, entusiasmados na orla do Rio da Prata, a chegada do navio. Era como se a cidade, finalmente, estivesse sendo tocada por um dos maiores inventos da ciência aplicada. No exato momento em que o capitão Lemarié apareceu no convés e saudou os numerosos argentinos, que estavam reunidos no píer da aduana, uma saraivada de urras ecoou pela avenida do Passeio de Julho. As pessoas bradavam: Viva a república! Viva a ciência! Viva a *Belle Époque*! *Vive la republique française*!

O capitão Lemarié solicitou à tripulação de 22 marinheiros que

permanecesse no barco. A caldeira da máquina frigorífica precisava ser alimentada com carvão. Ela não poderia parar de funcionar pelos próximos dias. O êxito completo do experimento e da travessia oceânica dependia, agora, apenas de um banquete francês em terras sul-americanas.

Antes de deixar o navio em um pequeno bote para ir ao encontro das pessoas que o esperavam no píer da aduana, o comandante percorreu o convés e desceu até os compartimentos de carga para verificar, pela última vez, as condições de temperatura e o funcionamento estável da máquina refrigeradora. Tudo estava perfeito e em ótimas condições.

O capitão cruzou novamente o convés. Não tinha pressa para deixar o barco. Ele lamentou a ausência do amigo cientista. Lemarié lembrou que Charles Tellier havia escolhido e comprado aquele navio para a travessia experimental e que o havia rebatizado. O vapor, originalmente, chamava-se *Eboé*. A embarcação, construída pelos ingleses para atender ao serviço postal na África Ocidental, homenageava um afluente do Rio Níger.

Caminhando pelo convés, o capitão recordou as tratativas para a aquisição do *Le Frigorifique*. Lembrou que, ao sair em busca de um navio para a experiência, o cientista francês procurava por um barco com casco de madeira para facilitar a conservação do frio que seria produzido pelas máquinas frigoríficas. Como a construção de navios com casco de ferro era o que prevalecia na indústria naval inglesa a partir de 1870, Charles Tellier precisou adaptar a embarcação de 63 metros de comprimento e que pesava 1.200 toneladas.

O navio não apresentava as condições ideais para o transporte e conservação das carnes resfriadas. Tellier levou 10 meses para construir as câmaras frias e instalar os equipamentos de refrigeração que permitiriam a realização daquela primeira travessia oceânica com um experimento científico a bordo. A viagem pelas águas quentes do Atlântico tropical demandava melhorias no vapor para facilitar a conservação do frio que seria produzido artificialmente pelas máquinas. As altas temperaturas da zona equatorial constituíam uma dificuldade a superar. Nenhum outro barco havia conseguido realizar a façanha de manter a temperatura de zero graus Celsius no casco interno de uma embarcação de ferro que navegava imersa em águas quentes.

Entretanto, ao final dos trabalhos de preparação, o *Le Frigorifique* revelou-se atraente e sólido. Seu casco, todo em ferro, o dotava de uma resistência considerável. Possuía três mastros e uma chaminé a meia-nau. Navegava facilmente em águas pouco profundas. O calado médio era de cinco metros de profundidade. Possuía alojamentos para a tripulação e para os equipamentos, além de dois compartimentos de carga com espaços satisfatórios. As caldeiras e o motor ocupavam a parte mais larga do navio. Dois compartimentos eram destinados ao transporte das carnes resfriadas e aos equipamentos de refrigeração. O maior deles estava na proa. A câmara fria tinha 25 metros de comprimento por oito metros de largura e quatro metros de altura. O segundo compartimento ficava atrás dos motores e da caldeira e tinha 10 metros de comprimento. Esse espaço foi destinado às máquinas frigoríficas que produziam o frio necessário para manter resfriadas as carcaças durante toda a viagem.

Ao chegar em Buenos Aires, o capitão Lemarié sabia que o êxito do experimento dependia do banquete que seria oferecido pela expedição francesa a um grupo seletivo de convidados argentinos da Sociedade Rural Argentina. Por isso, teve a cautela de não fazer desembarcar toda a tripulação. O navio precisava ser vigiado por mais alguns dias. A máquina refrigeradora não podia parar de funcionar naquelas horas derradeiras que antecederiam o anúncio do sucesso do experimento científico.

O *Frigorifique* zarpou levando 50 pessoas a bordo. Navegou a uma velocidade de 15 quilômetros por hora desde a França. Como o objetivo era chegar na Argentina com carne conservada a frio e comprovar aplicação comercial do método de refrigeração inventado por Charles Tellier, a rapidez da viagem não era a maior preocupação do comandante. Quanto mais demorada fosse a viagem transoceânica, maior seria o êxito do método que estava sendo experimentado pela primeira vez. O capitão não tinha pressa.

Lemarié sabia que o cientista Charles Tellier também planejava aproveitar a presença do *Le Frigorifique* na América do Sul para subir o curso dos rios Paraná e Uruguai. O inventor havia incumbido o capitão de mostrar o invento aos criadores de gado que viviam espalhados ao longo das margens desses dois rios que formam a bacia do Prata. O “pai do frio” queria demonstrar aos produtores da América do Sul as inovadoras possibilidades

que aquele método de conservação trazia para o mundo inteiro. O primitivo salgamento das carnes estaria com os dias contados a depender do sucesso do *Le Frigorifique*. Por esse motivo, os editoriais dos periódicos e semanários argentinos foram uníssonos em declarar que o experimento poderia trazer perspectivas alvissareiras para a economia e o comércio das repúblicas do Prata. Todos estavam fascinados com o navio experimental que acabava de aportar em Buenos Aires.

O coroamento da viagem dependia de um banquete, no qual o estado de conservação das carnes seria avaliado pelo paladar dos argentinos. E, já naquela época, não havia no mundo quem entendesse melhor de carne do que os argentinos, donos dos melhores pastos e rebanhos do planeta.

Capítulo 38

Perto do meio-dia, o “barão da guerra” dirigiu-se para a sede do consulado pontifício que ficava no primeiro quarteirão da Rua Cuyo, entre 25 de Maio e o Passeio de Julho. Ele foi recebido pelo mordomo do palacete como se fosse, verdadeiramente, um barão do Império do Brasil.

Antônio Devoto mandou separar os melhores pratos, sopeiras e jarros de porcelana inglesa para o serviço do almoço. Artefatos franceses e italianos ornamentavam a mesa de refeições. O requinte impressionou o mercador de charque. Ao ser conduzido pelo mordomo para a biblioteca, Castro Vieira observou que os ambientes se tornavam cada vez mais fechados. A luz do dia quase não os penetrava. Tapetes e pesadas cortinas sufocavam a atmosfera. Devoto esperava-o com tranquilidade com o mesmo livro *Quanta Cura* nas mãos.

— Entre e sente-se, barão! Estava à espera — convidou o monsenhor, ao abrir a sala da biblioteca.

O mercador caminhou sobre um enorme tapete vermelho e sentou-se em uma confortável poltrona de couro preto.

— Aqui, podemos conversar à vontade — declarou o monsenhor.

— Pois bem, o que deseja de mim?

— Aprecio a sua objetividade, caro barão.

— Não gosto de perder tempo.

— Concordo. Não devemos perder tempo — assentiu o monsenhor. Ele continuou. — Pio IX precisa de sua ajuda, barão.

— Minha ajuda? Como o papa sabe de minha existência? — indagou o mercador, espantado.

— Pio IX conhece cada detalhe de sua vida. Sabe de suas aventuras na Revolução Farroupilha. Suas caçadas pela Banda Oriental. Suas transações durante a guerra contra o Paraguai. Enfim, o sumo pontífice sabe de suas aventuras e desventuras.

Castro Vieira arregalou os olhos ao ver que Antônio Devoto demonstrava conhecê-lo muito bem.

— Ora, barão. Por favor, não se espante comigo. Nós, pastores da igreja, conhecemos muito bem os caminhos trilhados por nossas ovelhas.

— Estou espantado. O que deseja de mim? — insistiu o mercador brasileiro.

— Não sou eu quem deseja algo do senhor. É Pio IX que precisa de sua colaboração, de sua entrega. O pontífice está enfurecido com o arcebispo de Rouen. Quando soube que o cardeal Bonnechose abençoou o *Le Frigorifique*, o santo padre ficou muito bravo. Pio IX enviou-me a Buenos Aires para tentar reparar as coisas. Não podemos permitir que um cientista se intitule o “pai do frio”. O gelo é uma manifestação da natureza divina. Não pode ser apropriado por um homem — explicou monsenhor Devoto.

— Não posso acreditar que um arcebispo francês abençoou aquele maldito navio — expressou Castro Vieira.

— Sim, abençoou. Isso nos deixou muito aborrecidos, em Roma.

— Que tipo de colaboração o papa deseja de mim?

— Uma especial colaboração — respondeu o monsenhor, fazendo uma pequena pausa. — Hoje, nós testemunhamos a chegada do *Le Frigorifique* ao porto de Buenos Aires. Como já deve ter ouvido falar, não se trata de um barco qualquer. A viagem é um experimento. A Academia de Ciências da França está por trás de tudo isso. Carnes conservadas por máquinas de refrigeração. Carcaças de bois transportadas por distâncias continentais. Enfim, isso já foi amplamente divulgado pelas gazetas francesas

e argentinas.

— Sim, tenho algum conhecimento a respeito — concordou Castro Vieira.

Monsenhor Antônio Devoto continuou.

— *Le Frigorifique* é um barco que produz frio artificial. O barão tem a exata noção do que isso representa para a geopolítica e para os cristãos do mundo inteiro?

— Não consigo nem imaginar, padre.

— Em poucas palavras, devo dizer que esse experimento porá um fim em todas as charqueadas da terra. De Buenos Aires à Província de São Pedro, todos os charqueadores terão de fechar os saladeiros. Por que alguém comprará o charque se poderá levar um pedaço de carne resfriada para casa?

— Sem dúvida. Ninguém mais precisará do charque — concordou o mercador brasileiro.

— Exatamente. Fortunas deixarão de existir. O senhor enriqueceu graças ao comércio da carne-seca. Agora, mantém a companhia com remessas do produto para os cafeicultores brasileiros. Com o fechamento dos saladeiros, onde conseguirá o charque de que necessita para alimentar os escravos do Brasil? Com essas máquinas de fabricar o frio, os mercadores de carne-seca desaparecerão do mapa. Tudo por causa de um navio de 63 metros de comprimento que levou 105 dias para vir da França até Buenos Aires. E o pior é que o barão viu o barco e não fez nada. É preciso fazer algo para impedir o êxito desse experimento. Concorda? — perguntou o monsenhor.

— Sim. As consequências são nefastas. Com mais razão ainda, chamarei o barco de cavaleiro do apocalipse.

— Veja para onde os cientistas franceses nos empurram, caro barão. Para o abismo.

— A máquina frigorífica que está nesse barco nos matará de fome.

— Sem dúvida — concordou o monsenhor.

— Pio IX, no entanto, não se importaria em comer, no Vaticano, um *filet mignon* argentino. Ou um pernil de ovelha uruguaio. Não consigo ver o interesse do papa em impedir o retorno do barco — confessou o mercador.

— Barão, não se deixe levar pelos prazeres da carne. O interesse de Pio IX está no fato de que esta máquina frigorífica colide, frontalmente, com o *Sílabo de Erros*, da *Quanta Cura*. Compreende? Um dos dois naufragará.

— Perdoe-me, monsenhor. Não sou tão devoto quanto o senhor. O que quer dizer com isso? — perguntou.

— O que quero dizer é simples. No *Sílabo de Erros*, o santo padre revela ser um erro conciliar-se e transigir com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna. A civilização erra ao dizer que todos os dogmas da religião cristã são objeto da ciência natural ou da ciência filosófica. A razão humana tem que ter limites. O homem roubou o fogo do Olimpo e isso provocou a ira dos deuses gregos. Agora, um homem pretende dominar o frio e isso irrita a Santa Igreja. Quem dominar a conservação pelo frio fará disso uma vantagem extraordinária. Soldados vencem guerras, quando bem alimentados. Será um facilitador das grandes guerras esse invento. Não haverá paz no mundo.

— Nisso, o monsenhor tem inteira razão — interrompeu Castro Vieira para concordar.

— Como emissário de Pio IX, devo dizer que a preocupação da santidade é com os avanços da ciência nesse estágio da civilização moderna. O pontífice julga que estamos caminhando demasiadamente rápidos para o precipício com essas invenções. Perceba que o homem demorou milênios para dominar o fogo. Agora, inventa-se o frio de modo artificial. Desse jeito, não faltará quem se ofereça para refrigerar o inferno.

— Dizem que a conservação das carnes pelo frio é um avanço extraordinário, realmente. Se o experimento do *Frigorifique* for bem-sucedido, o método de conservação pelo salgamento estará com os dias

contados — reconheceu o mercador brasileiro.

— Chega a ser uma heresia. Uma profanação. O salgamento é um método empregado desde o Egito antigo. Heródoto já o referia como um método de conservação dos tempos imemoriais. Não há motivos para abandonarmos um método tão tradicional e que, em nada, aborrece a Santa Igreja — explicou o monsenhor Devoto.

— Bem, tenhamos calma, padre. Nós ainda não sabemos se a carne francesa chegou em condições de ser consumida — ponderou Castro Vieira. — Pode ser que as carcaças francesas tenham chegado apodrecidas e impróprias para o consumo humano. Se isso acontecer, o experimento será um estrondoso fracasso.

— Oh, como isso me alegraria. Pio IX ficaria tão contente ao saber disso. Ver as carnes francesas apodrecidas, emboloradas e fétidas — disse o monsenhor, com regozijo.

— Ouvi dizer que o banquete será oferecido aos representantes da Sociedade Rural, no convés do navio, em poucos dias.

— Pois é aí que Pio IX espera contar com sua ajuda. Devemos unir esforços para agir nessa hora. Precisamos de um plano para o banquete, barão.

— Que espécie de plano?

— Um plano bem singelo. Não aprecio coisas mirabolantes. Poderíamos queimar o barco antes do banquete ou envenenar as carnes todas. Não sei exatamente o que fazer. Precisamos, antes de tudo, infiltrar uma pessoa de confiança, no barco, para saber em que estado de conservação as carnes francesas chegaram — sugeriu Antônio Devoto.

— Infiltrar é impossível, monsenhor. Ninguém entrará naquele navio a não ser como convidado, no dia do banquete. Há 22 marinheiros dentro dele, prontos para matar qualquer pessoa que tente estragar o experimento. Lido com a marinha mercante há anos e sei que um barco não pode ser violado dessa forma tão infantil.

— Então, precisamos de um convidado de nossa confiança para

desfrutar do banquete. Alguém que possa falar mal dos pratos da culinária francesa, que se sinta mal ao comer a carne de Paris e que diga coisas depreciativas a respeito do método de conservação. Devemos negar o êxito do experimento. Falar mal do banquete. Enojar-se com o que for servido.

— O monsenhor tem toda a razão.

— Proponho agir em nome da fé para evitar que a ciência instaure o caos no planeta. O barão deve fazer uso do seu prestígio para estar entre os convidados.

— Isso não será difícil, monsenhor. Posso solicitar que meu nome seja incluído na comitiva da Sociedade Rural e participar do banquete. Não seria problema algum.

— Ótimo, barão. Faça isso.

— O monsenhor acha que isso será suficiente? Que uma mera indisposição estomacal possa comprometer o sucesso do experimento científico?

— Se isso não for suficiente, precisaremos de outro homem. Alguém que possa nos ser útil, tanto para atear fogo no barco, quanto para servir de bode expiatório.

— E quem seria esse homem? — perguntou Castro Vieira, curioso.

— Estive pensando em um negro. Naturalmente, não pode ser qualquer um. Precisamos de um bom negro. O homem certo — respondeu Antônio Devoto.

— Por que um negro? Há tantos imigrantes bêbados nessa cidade que por duas moedas de ouro fariam qualquer coisa. Por que precisa ser um negro? — questionou o mercador brasileiro, espantado.

— Conheço a vida do cientista francês. Em 1868, ele construiu uma máquina frigorífica para um pequeno vapor, chamado *Le Pescatore*, destinado à pesca na Amazônia. O barco tinha apenas 20 metros de comprimento. O navio fez a viagem da França ao Brasil sem nenhuma avaria. Ao chegar no Amazonas, o capitão deu uma recepção para as autoridades e

fez funcionar o aparelho de frio. Todos ficaram encantados. Após a demonstração, todos desembarcaram e foram para um banquete, oferecido pelo proprietário do navio. Esse senhor encarregou um escravo de guardar a embarcação. O negro, que nunca tinha visto o gelo e o frio nas terras quentes do Amazonas, abriu uma válvula, deixando vazar todo o gás da máquina frigorífica. Assustado, o negro jogou-se nas águas infestadas de jacarés e só foi reaparecer 15 dias depois. Como não havia como repor o gás, o barco não servia mais para o propósito desejado. Por isso, imagino que um novo episódio, envolvendo um negro, seria perfeito para fazer o francês encerrar de uma vez por todas com esses experimentos.

— Onde vamos encontrar um negro em Buenos Aires? Não há mais negros nesta cidade. Praticamente, todos desapareceram com a epidemia de febre amarela e com a guerra contra o Paraguai. Onde o encontrará?

— Sei de um. O último remanescente do quilombo. Ele nos servirá.

— Ele aceitará queimar o barco?

— Com o barão por perto, aceitará. Sei de algo que o fará ficar do nosso lado. Mas por hoje é tudo. Vamos almoçar em paz. Temos vinhos da adega pessoal do pontífice para brindar mais um aniversário de nascimento de Cristo. Começaremos com uma garrafa do *Chateau Petrus*, safra 1852.

— Ora, ora, nada mal. Começava a passar mal de tanta fome e sede, monsenhor.

Castro Vieira e o padre Antônio Devoto foram para a sala de refeições do consulado. Os dois se deliciaram com o banquete. Comeram bistecas suínas, temperadas com limão e açafrão. Elas estavam bem assadas e foram servidas pelo mordomo. O banquete foi regado com um excelente vinho. Os cálices exalavam o perfume de um buquê de flores vermelhas pela sala com toques de cravo e de canela.

Durante o almoço, Antônio Devoto mencionou que estava na hora de Pompeu de Castro Vieira aspirar a um título de nobreza europeu, já que o baronato brasileiro nunca lhe fora concedido pela corte de Pedro II.

Devoto comprometeu-se a requerer ao papa Pio IX a concessão de um título de nobreza do Vaticano para o mercador brasileiro. Uma singela retribuição pela colaboração do “barão da guerra”.

— É uma pena que o imperador Pedro II nunca tenha percebido seu valor, senhor Castro Vieira. Fiquei bastante indignado ao saber que seu nome nunca fora lembrado pela corte. Essa injustiça será reparada por Pio IX — prometeu o monsenhor, que em seguida ergueu o cálice de cristal. — Um brinde! Ao futuro marquês pontifício Pompeu de Castro Vieira!

Capítulo 39

O antigo caçador de escravos do sul do Império do Brasil passou a tarde de natal de 1876 em seu quarto, no *Hotel de la Paz*, recuperando-se do almoço. Ele foi seduzido pela oferta do monsenhor Antônio Devoto. O plano de evitar o sucesso do *Le Frigorifique* estava de acordo com seus interesses. O comércio do charque deveria ser mantido a qualquer custo. O “barão da guerra” preocupou-se em cumprir com sua parte. Ele deveria estar presente no banquete que seria oferecido no vapor francês. Monsenhor Devoto e Castro Vieira combinaram que cada um atuaria de forma isolada para não levantar suspeitas.

No dia seguinte, 26 de dezembro, o mercador brasileiro caminhou até a sede da Sociedade Rural Argentina, na Rua Peru, a duas quadras da Praça da Vitória. Como principal importador de charque argentino, Castro Vieira valeu-se do prestígio para pedir que seu nome fosse incluído no grupo de produtores que iria a bordo do barco. Queria conhecer os segredos do *Le Frigorifique* e, por último, saborear uma refeição com ingredientes franceses.

Na Sociedade Rural, Castro Vieira foi informado de que o banquete seria oferecido a um pequeno grupo, formado apenas por produtores argentinos e por representantes dos governos nacional e provincial. Nenhum jornalista estaria presente. O mercador brasileiro insistiu para ser incluído na lista de convidados. Para pressionar a Sociedade Rural, ameaçou suspender todas aquisições de charque argentino que faria para abastecer as fazendas do Império do Brasil.

Monsenhor Antônio Devoto, por sua vez, tratou de manter o consulado da França sob a vigilância do comissário Francisco Callejeros. A

representação diplomática estava situada na Rua Parque, entre Reconquista e 25 de Maio. Dois quarteirões separavam o consulado pontifício da representação diplomática da França.

Devoto queria saber todas as novidades a respeito do barco. Quando soube que o capitão Lemarié havia desembarcado e que passara algumas horas no consulado francês, ele ficou impaciente. O monsenhor deduziu que o fato do comandante estar em terra seria sinal de que *Le Frigorifique* não havia enfrentado problemas mecânicos ao chegar em Buenos Aires.

— Maldição. O navio não deve tido nenhuma outra avaria depois de Lisboa — esbravejou monsenhor Devoto.

Pompeu de Castro Vieira aproveitou para ir ao Clube do Progresso, assim que deixou o prédio da Sociedade Rural. Queria ouvir os comentários e as impressões dos ricos produtores argentinos a respeito do vapor francês. No clube, o mercador brasileiro buscou uma mesa situada bem ao centro do salão. Com os ouvidos bem atentos, acompanhou as conversas dos senhores a seu redor.

De modo geral, a impressão dos produtores era de que uma cortina de fumaça ainda envolvia o navio *Le Frigorifique*. Todos já estavam ao par da chegada do barco em Buenos Aires, mas ninguém ainda tinha informações a respeito do estado de conservação das carnes. Os 105 dias de viagem poderiam ter permitido o surgimento de vermes, mofos e bolores. O sucesso do experimento ainda era uma incógnita. Ninguém da tripulação anunciara que a carne francesa, mantida sob refrigeração, desde a França, estava em condições de ser consumida em um banquete.

— O que se sabe até agora é que só o capitão deixou o barco sem fazer nenhum comentário. Ele foi levado direto ao consulado da França. A inspeção médica do governo já verificou que nenhum marinheiro está doente — contou um argentino que estava sentado ao lado de Castro Vieira.

O “barão da guerra” brasileiro permaneceu atento. Ouvia o diálogo que os argentinos mantinham no salão do Clube do Progresso.

— Todos os jornais anunciam a chegada do *Frigorifique*, com

entusiasmo. Um grandioso acontecimento — enalteceu um segundo produtor.

— Essa invenção do *Le Frigorifique* será decisiva para o futuro das repúblicas do Prata. Vamos superar o Império do Brasil em riquezas — festejou outro argentino.

— Soube que o engenheiro Charles Tellier recebeu o incentivo de dois amigos uruguaio no desenvolvimento desse experimento. Ele deveria ter encerrado a viagem em Montevideo — acrescentou outro que estava em pé.

Castro Vieira mantinha-se atento a todos os comentários que conseguia ouvir.

— Amigos produtores, o método de conservação empregado no *Le Frigorifique* ainda é desconhecido. Estou curioso para ver os resultados da conservação pelo frio seco. Evidentemente, não se trata de congelar carnes. É preciso distinguir esses dois métodos. O congelamento é um método brutal, conhecido pelos países nórdicos. Quando se congela a carne, os líquidos se solidificam. E, ao descongelar, a carne não volta às suas características primitivas. Os aspectos palatáveis diminuem de forma sensível. Com o frio seco, no entanto, a situação muda. A carcaça resfriada permanece com as mesmas condições que tinha no momento do abate, com todas as qualidades digestivas e gustativas. Isso quem diz não sou eu, mas os entendidos, os gourmets e os bons apreciadores da cozinha francesa — esclareceu um terceiro produtor que estava na mesa ao lado.

— Essa é a razão da importância do *Le Frigorifique*. Demonstrar que a máquina frigorífica pode conservar com frio seco as carnes por muitos dias e por longas distâncias — concordou o primeiro produtor.

O mercador brasileiro permanecia atento a tudo o que os argentinos diziam a respeito do navio francês. Ele, para prolongar a sua permanência no salão, pediu um licor ao garçom que atendia.

— Senhores, nosso objetivo comum é ver as carnes argentinas e uruguaioas na Europa. O que vamos descobrir no tal banquete é se esta máquina do *Frigorifique* é capaz de nos ajudar a fazer isso — disse o terceiro argentino, bastante animado com o experimento.

— Certamente, será de grande importância para a indústria pastoril existente na região do Prata. Finalmente, parece que estamos muito perto de nos livrar do charque — concordou um quarto produtor, acrescentando: — Para nós, argentinos, a conservação a frio permitirá o ingresso dos nossos produtos no mundo moderno. Vejam que o salgamento da carne é um método tão primitivo que chega a ser um método bárbaro. O salgamento desnatura as qualidades do produto. O sal é apenas um antisséptico.

Com aqueles comentários, o mercador brasileiro percebia que o vapor francês representava o início de uma nova era industrial e o fim da produção de charque. Os produtores confirmavam as especulações feitas pelo monsenhor Antônio Devoto.

— Caros amigos, com o método de conservação do *Frigorifique*, poderemos levar nossa carne refrigerada e em abundância para a Europa. Alimentaremos as massas de operários. Isso fará a riqueza da Argentina e do Uruguai. Nossos rebanhos somam 18 milhões de cabeças de bovinos e 87 milhões de cabeças de ovelhas. *Le Frigorifique* nos abrirá um vasto mercado consumidor na Europa. Não há mais sentido em fabricar charque para alimentar os escravos do Brasil e de Cuba — declarou um dos produtores.

— *Panem et laborem!* Se isso der certo, o *Frigorifique* nos dará o pão e o trabalho pelo resto da vida.

O “barão da guerra” não se conteve e interveio na conversa.

— Desculpem-me, senhores — interrompeu a conversa. — Não pude deixar de ouvi-los. Os senhores falavam de uma forma tão entusiasmada a respeito do vapor francês que sequer ousaria contrariá-los com qualquer tipo de objeção inoportuna. No entanto, se permitem minha intromissão nos assuntos argentinos e uruguaios, gostaria de recomendar cautela com esse barco que denomino de cavaleiro do apocalipse. Há, nesse experimento, grandes perigos para a humanidade e para a paz entre os povos que recomendo aos senhores muita cautela nesse momento.

— Cautela? O barão nos recomenda cautela? Com o quê? — indagou um dos produtores.

— Conheço muito bem as guerras. Sei exatamente qual é a vantagem que um exército poderá ter sobre as frentes inimigas se for abastecido com generosas provisões de carne fresca.

— Ora, barão. A guerra do Paraguai é um assunto do passado. Não haverá mais grandes guerras nesse continente — protestou um dos argentinos.

— Se os senhores não temem por novas guerras, ao menos tenham cuidado com os avanços da ciência. O apodrecimento das carnes é um fenômeno natural que a ciência não pode conter.

— A ciência nos provará o contrário, barão — observou outro argentino.

— O banquete ainda não foi servido — irritou-se Castro Vieira. — Por acaso, algum dos senhores estará entre os convidados?

— Não estaremos entre os convidados, barão — disse o argentino.

— Pois eu estarei entre os seletos convidados para o banquete francês. Se querem ouvir minha opinião, tenho várias objeções ao experimento. A primeira delas é que manter uma temperatura regular de zero graus Celsius ao longo da travessia do Atlântico é um feito impossível. Como costumamos dizer no Brasil, só com muita reza essa barreira poderá ser vencida. Creio que Deus não está ao lado dos homens nesse desafio. O gelo derrete-se facilmente quando imerso em água quente, meus caros. Não sei o que posso esperar desse banquete, a não ser comer uns pedaços de carne podre — declarou o mercador.

— O barão não passa de um cético. A ciência vai demonstrar a eficácia da conservação das matérias orgânicas pelo frio. Manter a temperatura interior de um barco de ferro a zero graus Celsius, durante 105 dias de navegação, será um feito extraordinário se *Le Frigorifique* conseguir isso. Seremos testemunhas desse avanço — declarou um dos argentinos.

— Acalmem-se, meus caros. De fato, se a temperatura não for estável, a carne estraga. Diria que o maior inimigo do engenheiro Charles Tellier, nesse momento, não é o tempo, mas os micróbios que fazem a carne

apodrecer — disse outro produtor.

Castro Vieira não se conteve e interveio novamente.

— Essas objeções me animam a desafiá-los para uma aposta. Uma aposta arriscada, sem dúvida. Não sabemos qual sorte terá esse navio francês. Aposto cinco garrafas do melhor vinho que há nesse clube contra o êxito das máquinas frigoríficas. A ciência não vencerá as águas quentes do Atlântico. O engenheiro Charles Tellier será vencido pelos micróbios e pelas bactérias que, nesse momento, já devem estar consumindo as carnes francesas — disse o brasileiro.

— Não esteja tão certo disso, barão. O engenheiro francês trabalha nessas máquinas há muito tempo. Desde 1860, dedica-se a experimentos com refrigeração. Logo vamos saber se o sucesso finalmente o abraçará. É um homem que vem lutando contra a opinião desfavorável há muitos anos — advertiu um dos produtores argentinos.

— Aceito o desafio. Apostarei no sucesso do *Le Frigorifique*, barão. Estou convencido de que o barco será um marco para a história — desafiou um dos argentinos.

Segunda Parte

O banquete que inaugurou a belle époque.

Buenos Aires, 28 de dezembro de 1876.

Capítulo 40

Em 28 de dezembro de 1876, três dias após ancorar no porto de Buenos Aires, o capitão Lemarié liberou o convés para receber os convidados argentinos e uruguaio no *Le Frigorifique*. A visita oficial começaria às 11 horas daquela manhã. Os felizardos não escondiam o entusiasmo que sentiam pela oportunidade de entrar no barco e conhecer a máquina frigorífica. O ministro da França, Ducros-Aubert, também estava entre os convidados, e aguardava no píer da aduana.

Lemarié autorizou os convidados subirem a bordo. No convés da embarcação, os integrantes da expedição francesa aguardavam os convidados. Lado a lado, estavam posicionados o segundo capitão Fortier, o tenente Allard, o chefe das máquinas Kiesen, o chefe das máquinas frigoríficas Corvéé, o secretário Léon Rouleau, e o capitão do estado-maior Caron, que representava o ministro da guerra francês. O delegado da Câmara de Comércio de Lyon, senhor Gouré, e o relator da Academia de Ciências da França, Lottin, além do pintor René-Victor Meunier, também integravam aquela comitiva.

Após as saudações, os convidados argentinos e uruguaio realizaram uma visita, conhecendo cada cabine e cada compartimento do vapor de 63 metros. Eles viram a misteriosa máquina frigorífica e ficaram impressionados com os arranjos e com as engrenagens. Correias, rodas dentadas e tubulações. Entre os visitantes, a impressão era positiva. Todos comentavam que *Le Frigorifique* era um barco fantástico.

Os argentinos procuravam compreender o mistério daquelas válvulas e tubulações. A máquina frigorífica era um artefato mecânico de difícil compreensão. Apressado, o comandante Lemarié pediu a todos que

prosseguissem com a visita, porque o banquete ainda deveria ser preparado. Os convidados percorreram todos os compartimentos da proa até popa. Ouviam, atentos, os esclarecimentos.

— A meia-nau está a chaminé e a câmara das caldeiras que movimentam o motor de 300 cavalos de potência e a hélice do *Le Frigorifique*. Na popa, Charles Tellier instalou o compartimento das máquinas frigoríficas. A frente da chaminé está o grande depósito das carnes — disse o comandante.

— Qual é o estado de conservação das carnes no momento? — indagou um argentino, ansioso para saber se o experimento tivera êxito.

— Os senhores terão a oportunidade de testemunhar com seus próprios sentidos o estado de conservação — respondeu Lemarié, de forma lacônica.

O capitão não queria antecipar nada aos convidados. Ele mesmo não sabia ao certo se as qualidades das carcaças estavam preservadas, após atravessar o Atlântico. Ele prosseguiu, guiando e informando os membros da Sociedade Rural no interior da embarcação.

— Senhores, há uma pequena câmara entre as caldeiras e o depósito das carnes. Ela serve para as trocas de correntes fria e quente que passam pela máquina frigorífica. Temos também ventiladores para fazer o ar frio circular pela câmara das carnes — explicou Lemarié.

Pompeu de Castro Vieira acompanhava o grupo, mas não entendia nada do que estava sendo explicado pelo francês. O mercador brasileiro estava interessado era no banquete que seria servido à comitiva após aquela visita técnica. Para ele, o sucesso do experimento científico dependia única e exclusivamente do sabor das carnes francesas. O paladar é que daria o veredito.

De volta ao convés, o capitão passou a explicar aos convidados o funcionamento do barco. Contou que foram embarcadas, em Rouen, seis carcaças de bois cortadas pela metade, 12 carcaças de ovelhas e uma de porco, além de 50 aves domésticas, despenadas e sem vísceras. Disse que, ao zarpar, em 11 de setembro de 1876, o barco seguiu para Portugal, onde fez

uma parada técnica em Lisboa, antes de iniciar a travessia do Atlântico. Castro Vieira manteve-se calado ao lado dos produtores.

Lemarié prosseguiu com a apresentação do navio e fez uma breve explanação sobre as adaptações que foram feitas na estrutura do vapor. Ressaltou que a máquina frigorífica se encontrava separada da câmara das carnes, porque as máquinas de produção do frio geravam muito calor.

— Isso pode parecer um contrassenso aos senhores, mas o funcionamento da máquina frigorífica produz um calor de 40 graus Celsius. Por isso, ela deve estar distante da câmara refrigerada — comentou o francês.

O capitão esclareceu que o engenheiro Tellier separou o compartimento de conservação das carnes da câmara das máquinas frigoríficas, para que o frio artificial se mantivesse em zero graus Celsius. O comandante explicou que o navio *Le Frigorifique* possuía três máquinas frigoríficas a bordo. Elas eram o resultado dos inventos do engenheiro Charles Tellier, que desde 1867, dedicava-se a construir máquinas de produção do frio.

— Essas máquinas empregam um engenhoso sistema de compressão e liquefação mecânica de éter metílico — disse Lemarié.

O comandante revelou que, durante a travessia do Atlântico, apenas duas máquinas frigoríficas foram empregadas na operação de refrigeração. A terceira delas fora mantida como reserva para o caso de acidente grave em alto-mar.

— Mesmo que as três máquinas frigoríficas ficassem paralisadas, o carregamento não ficaria exposto diretamente ao calor dos trópicos. Não haveria perdas imediatas, porque o depósito das carnes não fica exposto ao calor externo. Teríamos um intervalo de 48 horas para reparar o acidente antes que a conservação da carne começasse a sofrer qualquer prejuízo. A câmara refrigerada está completamente isolada do casco do navio — explicou o comandante aos convidados.

Após as explicações técnicas, o capitão convidou todos os produtores a se dirigirem para a mesa do banquete. À frente da chaminé e do mastro principal, uma longa mesa foi preparada para servir os pratos da

culinária francesa aos visitantes. A hora da verdade havia chegado.

Lemarié mandou abrir o compartimento em que estavam as carnes conservadas, trazidas da França. Elas estavam há 108 dias sob refrigeração de um frio seco. Naquele momento, fazia um calor sufocante de verão. O sol estava no zênite. Enquanto as carcaças eram retiradas por uma roldana, o bom aspecto delas causava um rumoroso espanto entre os argentinos e uruguaios. Todos estavam impressionados. Convidados e tripulação ficaram entusiasmados com o fenômeno que testemunhavam pela primeira vez na história da humanidade. Carnes de animais do hemisfério norte chegavam frescas no hemisfério sul.

O comandante convidou dois uruguaios e três argentinos para observar de mais perto o estado de conservação das carnes francesas. Boquiabertos, os argentinos começaram a aplaudir cada detalhe que constataavam. A tripulação e a comitiva francesa congratulavam-se pelo sucesso. Lemarié chamou o chefe da cozinha do *Le Frigorifique* para dar início à preparação das receitas. Ordenou que o banquete fosse preparado para 22 convidados e 25 integrantes da expedição científica.

O chefe da cozinha, um renomado cozinheiro francês, com serviços prestados no *Palais de Versailles*, sugeriu o menu para o capitão.

— *Filet froid de 105 jours; côtes de mouton à la jardinière, du même temps; chateaubriand truffé de 53 jours et gigot de 105 jours.*

— *Excellent* — concordou o comandante da embarcação.

Lemarié esboçou um largo sorriso de contentamento. Aquela alegria afastava por completo todas as dúvidas sobre o sucesso do experimento. A felicidade reinou sobre o convés graças ao êxito da travessia oceânica. Enquanto o capitão francês chorava de alegria, os 22 convidados nativos começavam a disputar um lugar à mesa.

Pompeu de Castro Vieira caminhou sozinho até a borda do alçapão da câmara refrigerada. Observou com admiração para cada pedaço de carcaça de ovelha que era retirado pelos marinheiros.

— Jesus! É o fim do charque! — murmurou.

Os elogios começaram a ecoar pelo convés do vapor. O mercador brasileiro se viu envolvido por aquelas manifestações repletas de entusiasmo. Só restava a Castro Vieira torcer por um desastre no preparo das carnes. No entanto, ao saber que o chefe era um dos maiores cozinheiros de Paris, o “barão da guerra” parou de alimentar falsas esperanças. Ele não tinha como impedir o sucesso do banquete. Contava apenas com o aguçado paladar dos argentinos.

Uma hora e meia depois, finalmente, os pratos foram servidos aos convidados. Todos aguardavam por aquele momento. Estavam sentados, diante da grande mesa. Castro Vieira ficou distante do capitão Lemarié. O chefe de cozinha subiu no convés e anunciou:

— *Filet froid de 105 jours. Et voilà, monsieurs.*

Castro Vieira viu um garçom colocar um prato servido à sua frente. Pegou o garfo e levou a primeira garfada do *filet froid* à boca. Rezou para sentir o gosto azedo. Mas não estava. Olhou para o lado e viu que um produtor uruguaio tinha lágrimas nos olhos. Os convidados se entreolhavam em silêncio. Todos saboreavam aquela primeira mordida no succulento *filet froid de 105 jours*.

— *Vive la republique française!* Viva Charles Tellier! — gritou um dos argentinos e todos aplaudiram.

O sucesso havia, finalmente, abraçado o invento do engenheiro Charles Tellier. O banquete era a prova cabal do êxito do método de conservação a frio. O *filet froid* mal tinha sido degustado, e o chefe da cozinha voltou ao convés para anunciar o segundo prato do banquete:

— *Côtes de mouton à la jardinière, du même temps.*

— O que é isso? — perguntou Castro Vieira.

— Costelas de ovelha à jardineira, embarcadas em Rouen, frescas, após 105 dias de travessia — disse um argentino que estava sentado ao lado do mercador brasileiro.

— Excelente! — gritou outro argentino.

— Saboroso! — bradou outro convidado.

Pompeu de Castro Vieira experimentou o segundo prato e sentiu o desejo de aplaudir de tão magnífica que estava aquela carne.

— Simplesmente, magnífico! — festejou o uruguaio que estava ao lado do brasileiro.

Pouco depois, o chefe da cozinha voltou para anunciar o terceiro prato do banquete:

— *Chateaubriand truffé de 53 jours et gigot de 105 jours.*

— O que é isso? — desejou saber o brasileiro.

— Não sei, mas deve ser um espetáculo. Com um nome desses, não pode ser nada parecido com o arroz com charque a que estamos acostumados comer — disse o uruguaio.

— Barão, aproveite. Delicie-se. O senhor não verá um banquete tão esplêndido quanto esse tão cedo na sua vida. O gosto suculento da carne francesa! Ah, Deus misericordioso! — falou um argentino que reconheceu Castro Vieira.

— Prefiro o bom e velho charque com arroz, preparado em panela de ferro. Soldados não comem *gigot*, *filet* e *mouton* — retrucou o mercador brasileiro.

— Não seja um mentecapto, barão. Admita! A *belle époque* chegou para nós — revidou o argentino.

Pouco depois, o chefe da cozinha anunciou o prato de repetição para os insaciáveis convidados.

— *Filet chateaubriand truffé de Périgord de 55 jours.*

Todos os convidados receberam o prato sob aplausos.

— *Vive la republique française!* — gritou um dos argentinos.

— O melhor da civilização chegou até nós! Que alegria! — comentou outro produtor argentino.

— Um banquete dos deuses! *Gracias, Le Frigorifique!* — agradeceu outro produtor.

— Hurra! Mil vezes hurra! A aurora de um novo dia nasce para as repúblicas do Rio da Prata. Viva à revolução francesa e à revolução da ciência — gritou um uruguaio.

— Viva o fim do charque — bradou outro convidado.

Castro Vieira saboreou todos os pratos e, no final, reconheceu que o experimento havia sido um sucesso. Ele nunca havia colocado em sua boca uma porção de carne francesa tão saborosa quanto aquela em sua vida. O mercador de charque, no entanto, deixou o navio a vapor desanimado com o êxito da invenção de Charles Tellier.

O “barão da guerra” admitiu que, com o novo método de conservação, a carne não perdia suas qualidades, mesmo após 105 dias. As carcaças estavam livres de mofos e bolores. Não tinham perdido as propriedades gustativas e poderiam servir aos usos culinários. O navio *Le Frigorifique* havia demonstrado que as carnes da América do Sul poderiam alcançar o mercado europeu.

Um argentino aproximou-se de Castro Vieira para saber sua opinião a respeito do navio francês. O “barão da guerra” comentou a impressão que teve:

— Esse vapor *Le Frigorifique* representa o fim do charque. Uma nova indústria será inaugurada. Os charqueadores do sul do Brasil vão desaparecer. Eu vou desaparecer. Ninguém comprará o charque argentino, uruguaio e brasileiro. Será o nosso fim — falou, desanimado.

— Não desanime, barão. Uma nova era vai começar. A conservação pelo frio facilitará a venda dos nossos produtos aos mercados da Europa. Esse navio nos trouxe uma esperança de prosperidade e de riqueza — rebateu o argentino.

Naquele mesmo dia, 28 de dezembro de 1876, após o término do banquete, o vapor francês teve as três máquinas frigoríficas desligadas, por ordem do comandante. O navio foi movimentado até o porto de Campana, às margens do Rio Paraná, para receber os reparos necessários. O propósito inicial de fazer o barco percorrer os rios Paraná e Uruguai para demonstrar aos produtores da região do Prata a máquina de produção do frio

foi abandonado.

Imediatamente após a realização do banquete, os produtores das províncias de Buenos Aires, Entre Rios e Santa Fé começaram uma campanha para doação de animais aos expedicionários franceses. Eles queriam arrecadar cerca de 200 carcaças de gado argentino para oferecê-las ao capitão Lemarié. O comandante deveria voltar à França com a câmara refrigerada abarrotada de carcaças. Para o triunfo da ciência e da humanidade, os argentinos queriam que uma mostra da carne do Prata chegasse à mesa dos europeus.

O retorno do vapor à França foi previsto para os primeiros dias do mês de maio de 1877. Monsenhor Antônio Devoto e Pompeu de Castro Vieira tinham pouco tempo para impedir a volta triunfal do *Le Frigorifique* à Europa.

Capítulo 41

Na manhã de 29 de dezembro de 1876, Pompeu de Castro Vieira caminhou novamente até o consulado pontifício para relatar ao monsenhor Antônio Devoto tudo o que vira acontecer durante o banquete, oferecido, no dia anterior, no convés do *Le Frigorifique*. Assim que entrou no prédio, foi conduzido pelo mordomo à biblioteca, onde o emissário de Pio IX o aguardava, ansioso. Os dois ficaram sós e foram direto ao ponto.

— Então, qual é a sua opinião, barão? Houve um êxito ou um fracasso?

— O fim do charque chegou até nós, monsenhor.

— Não me diga. Não posso me conformar com o êxito desse experimento, barão. Ninguém percebeu uma parte mofada ou um vermezinho que pudesse provocar um enjoo?

— Nada. Nenhum verme, mofo ou bolor foi encontrado naquelas carnes francesas. Todos ficaram espantados com isso. O deslumbramento foi ainda maior quando o banquete foi servido. O método de conservação pelo frio é inquestionável. Realmente, o resultado foi fantástico. Essas máquinas de produção de frio a seco revolucionarão o mundo.

— Até o barão mostra-se seduzido pela máquina frigorífica — constatou o monsenhor.

— O que posso fazer? Não há como falar mal. Tudo estava impecável. Parecia que eu estava saboreando a carne de um animal recém abatido tal era o frescor no paladar.

— Ao menos, o barão poderia ter vomitado sobre a mesa para estragar a festa toda. Esse vapor não pode voltar a Paris. Temos que levá-lo à

pique — sugeriu o padre.

— Esqueça, monsenhor. De nada adiantaria. Depois que o banquete foi um sucesso, está comprovada a eficácia da máquina frigorífica, do experimento e do navio. Outros barcos da mesma espécie cruzarão o Atlântico. Os cientistas conseguiram dominar a conservação pelo frio, assim como há cinco mil anos o homem conseguiu dominar o fogo. Ninguém poderá roubar isso dos cientistas.

— Não quero roubar. Quero destruir. Atear fogo naquele barco.

— Isso é uma loucura, monsenhor. O fato está consumado.

— Não me conformo, barão.

— O banquete foi um sucesso e a travessia do oceano também. Não podemos fazer mais nada. A máquina frigorífica é cheia de virtudes.

— O momento faz-me lembrar das palavras do grande tribuno e orador romano Marco Túlio Cícero. Ele dizia: “Não se deixe surpreender pelas aparências dos vícios que têm o falso semblante das virtudes”. Já que não podemos negar o fato ocorrido, nem a grandeza que os franceses, os argentinos e os uruguaios atribuem ao experimento, devemos acabar com o vício, barão. Ainda tenho uma alternativa para reverter a situação. Preciso agir a meu modo.

— O monsenhor dispensa minha colaboração?

— Não, barão. Pio IX ainda precisa da sua ajuda. Seu nome servirá como um elemento de coerção moral. Lembre-se que agora só nos resta recorrer ao negro.

— Qual negro?

— O coveiro de Buenos Aires. O último negro do quilombo.

— Não vejo negros pelas ruas. Onde o encontrou?

— No cemitério da antiga chácara dos padres jesuítas.

— E o que me cabe fazer?

— Precisarei de seus serviços, desta vez, como caçador de

escravos.

— A última vez que saí à captura de um escravo foi há 10 anos, no sul do império. Não capturo nenhum fugitivo há tanto tempo. Não estou interessado em voltar a me envolver com isso, monsenhor.

— Pois esse coveiro, talvez, ainda seja do seu interesse, barão. A final de contas, o senhor não viraria as costas para um tesouro perdido há 10 anos. Viraria?

— De quem fala, monsenhor?

— Sei de um escravo fugitivo da charqueada. Vive escondido em Buenos Aires há muitos anos.

— Se for o que prometi capturar, me interessa devolver ao Pantaleão Manuel de Albuquerque. Tenho uma promessa pendente.

— Bem, talvez, seja o escravo que procura há tanto tempo. Então, apenas permaneça por perto, enquanto esclareço os fatos. Aproveite a entrada do ano novo. Beba muito champanhe. O ano de 1877 chegará com grandes novidades para nós — disse Antônio Devoto, de maneira enigmática.

Capítulo 42

José Cândido não esperava entrar para a história a serviço do papa Pio IX. Ele vivia oculto há pouco mais de cinco anos, sob o nome de Leopoldo Remédios, no cemitério da Chacarita, na zona oeste da cidade. Na manhã do dia 30 de dezembro de 1876, porém, enquanto preparava-se para cavar duas novas sepulturas em troca de algumas moedas de peso forte, foi encontrado e levado pelo agente de polícia Francisco Callejeros até o consulado pontifício para uma conversa com o monsenhor Antônio Devoto.

No princípio, imaginou que iria tratar da construção de um novo mausoléu para os padres falecidos. Mas, intuitivamente, pressentiu que algo mais grave poderia acontecer. O cachorro, que mais parecia um leão-baio, ficou agitado com a aproximação do policial Francisco Callejeros. O animal queria avançar sobre o homem desconhecido. José Cândido precisou conter o bicho e amarrá-lo a uma árvore para que uma tragédia não acontecesse.

Antes de deixar o cemitério, o coveiro despediu-se do cachorro que o acompanhava desde a chegada no Passeio de Julho, naquele distante 21 de março de 1871. O cão latia e tentava avançar contra o policial Callejeros. O sepultador estranhou o comportamento do animal e suspeitou que não voltaria mais àquele lugar. José Cândido acariciou a cabeça do animal e sussurrou uma palavra de despedida.

Francisco Callejeros levou o coveiro de Buenos Aires para o centro da cidade em uma charrete, tracionada por um cavalo ligeiro. No consulado pontifício, o negro foi deixado no pátio interno, onde aguardou pelo monsenhor. Com as mãos cruzadas a frente do corpo e a cabeça baixa, o coveiro esperou durante alguns minutos.

Antônio Devoto surgiu por uma das portas da varanda e caminhou até o homem que o aguardava.

— Ora, ora, o coveiro de Buenos Aires.

O negro ergueu a cabeça e fitou o monsenhor.

— Muito ouve-se falar do coveiro. O último negro que nos resta nesta cidade da república — falou o monsenhor.

O sepultador nada falou. Permaneceu calado diante da figura estranha do padre.

— Muito bem, não vamos perder tempo com bobagens desse tipo — comentou o monsenhor. — Vamos ao que interessa. O tempo está contra nós. O ano terminará amanhã, não é mesmo? Assim como sua prolongada fuga acaba nesse instante.

José Cândido ficou surpreso com o que ouvira. Antônio Devoto continuou a falar:

— Eu sei muito bem quem é que se esconde no cemitério por tantos anos. Como eu deveria chamá-lo? Qual é seu nome verdadeiro?

— Meu nome é Leopoldo Remédios — respondeu, bastante assustado.

O monsenhor riu ao ouvir a resposta do negro. O coveiro, por sua vez, demonstrou não compreender o motivo daquela conversa. Estava surpreso ao escutar sair da boca do monsenhor o segredo de sua vida. Antônio Devoto prosseguiu mais uma vez:

— Conheço um caçador de escravos do Império do Brasil que há 10 anos tenta capturar o escravo fugitivo de uma charqueada de Pelotas. Ele está muito perto daqui e poderá capturá-lo. O dilema que guardo comigo é se você querará voltar ao cativo, depois de viver tantos anos como homem livre, ou se querará continuar escondendo-se na pele de um coveiro morto — falou o padre.

— Não sei nada do que está falando.

— Claro que sabe. Talvez, tenha esquecido dos fatos. Vou

refrescar sua memória. Um soldado imperial chegou em Buenos Aires e foi socorrido por um negro argentino, que, aliás, está morto. Nunca mais foi visto. Faleceu durante a peste amarela. Curiosamente, o nome não está em nenhuma sepultura do cemitério do sul e nem no cemitério do oeste. Então, há um enigma. Estou confuso. Se o coveiro argentino está morto, como poderia ele estar agora na minha frente. E o que aconteceu com o soldado imperial? Houve o milagre da ressurreição da carne nessa cidade? Impossível. Tudo não passa de um truque, de uma falsidade e de um embuste. Eu pergunto, Leopoldo Remédios, quem é a pessoa que se esconde na pele do coveiro morto? — indagou.

— Pois, eu afirmo que meu nome é Leopoldo Remédios, monsenhor.

— Claro que é. Claro que é — repetiu Antônio Devoto. — E continuará a sê-lo desde que José Cândido Negro concorde em colaborar comigo.

O coveiro sentiu-se mal, por um instante, ao ouvir aquele nome, que fora deixado para trás, emergir, novamente, no mundo pela boca de uma pessoa estranha.

— Não me faça perder tempo com tudo isso, José Leopoldo Cândido Remédios. Não tenho tempo para perder com esse assunto tão trivial. Sua liberdade está nas minhas mãos. Sei muito bem quem é o coveiro de Buenos Aires. O dilema que guardo comigo é todo seu, mas posso ajudá-lo a resolver. Basta colaborar. Preciso que faça um serviço para mim — disse o monsenhor.

— O que devo fazer?

— Simples. Atear fogo em um navio. Só isso. Nada mais.

— Qual navio?

— *Le Frigorifique*.

— Por que pede isso para mim?

— Digamos que, dadas as circunstâncias, o senhor é o homem certo. Sua lealdade e seu serviço não me custarão nenhum centavo, apenas a

promessa de manter o seu segredo comigo. Um homem branco me custaria muito dinheiro. Qualquer imigrante miserável que anda pelas ruas cobraria uma fortuna. Não confio tanto em homens brancos. Eles não sabem o que é perder a liberdade para sempre. Outra razão é porque o senhor é negro. A escuridão o torna invisível. Só um homem da cor da sua pele conseguirá entrar naquele navio. Como é o único negro que resta em Buenos Aires, só posso contar com você, Leopoldo Remédios.

— Quando isso deve ser feito?

— O navio deve ser queimado amanhã à noite, durante os festejos da virada do ano, em plena escuridão. Invada o convés do navio e despeje um barril de óleo de baleia para provocar um grande incêndio. Feito isso, prometo que voltará a esconder-se atrás do nome Leopoldo Remédios para sempre.

— E se não aceitar?

— O senhor não pode se dar ao luxo de recusar minha oferta. Lembra do dilema que guardo comigo? Querer voltar para o cativeiro ou permanecer como coveiro de Buenos Aires — disse o monsenhor, acrescentando: — Um escravo sempre busca a melhor oportunidade para fugir. Essa é a sua nova chance de escapar do cativeiro. Não me parece ser tão difícil escolher entre a liberdade e o cativeiro.

O coveiro percebeu que estava no pátio interno de um prédio e que não tinha por onde escapar. Todas as portas das varandas internas estavam fechadas.

— Não há como escapar — advertiu o monsenhor.

O negro permaneceu imóvel, pensativo, por um instante.

— Como soube que Leopoldo Remédios morreu?

— Ora, não é difícil encontrar um Judas. Sempre há um Judas de saia, meu caro. Sempre.

— Quem revelou o meu segredo?

— Uma mulher do antigo quilombo revelou tudo ao comissário

Francisco Callejeros. Disse que um negro brasileiro se escondia atrás do nome de Leopoldo Remédios. Um soldado imperial chamado José Cândido Negro. Falou que o próprio Remédios contara tudo a ela, numa noite de carícias, em retribuição pelos cuidados oferecidos ao negro desconhecido e cambaleante. Ela sabe de tudo o que aconteceu durante a epidemia de febre amarela. Por fim, não foi difícil descobrir o paradeiro de um coveiro negro no cemitério da chácara dos antigos jesuítas. O melhor esconderijo é viver entre os mortos.

O coveiro voltou a ficar pensativo por alguns instantes.

— Se queimar o navio, fico livre para sempre?

— Exatamente. O trabalho não será nada difícil. O navio está no porto de Campana.

— Por que esse barco precisa ser queimado?

— Isso não vem ao caso. Entretanto, se isso ajuda a persuadi-lo, eu conto. Porque, nele, há um invento perigoso para a humanidade. Um invento que levará os homens à guerra.

— Onde está o óleo? — perguntou Remédios.

— Está na dispensa do consulado.

— Dê-me o barril de óleo.

— Ótimo. Acaba de tomar a melhor decisão de sua vida, Leopoldo Remédios. Não perca tempo. Vá agora mesmo para o porto de Campana. Leve dois dos meus cavalos para chegar o mais rápido possível. São 16 léguas até lá. Aguarde até a meia-noite de amanhã para provocar o incêndio.

Quando pegou o pequeno barril de óleo de baleia nas mãos e sentiu seu peso, José Cândido percebeu que uma sensação de raiva o percorria. Ele acomodou o barril no lombo de um cavalo e montou em outro, sem expressar uma palavra sequer. Ele sentia ódio pelas pessoas que não o deixavam viver em paz como homem livre. Depois de passar muitos anos na Guerra do Paraguai e de enfrentar a epidemia da febre amarela, novamente, ele tinha de fazer algo que não lhe agradava pela própria liberdade.

Assim, desse modo, confuso e revoltado, ele partiu apressado em direção ao porto de Campana. O monsenhor descreveu rapidamente as características do vapor francês.

— Navio de ferro, com três mastros e uma chaminé no meio. Faça queimar tudo. Que Deus o acompanhe. Faça isso pelo papa Pio IX — despediu-se o monsenhor.

José Cândido partiu no final daquela manhã quente de verão para o Norte. Antônio Devoto aconselhou o comissário Francisco Callejeros a não perder de vista o negro nos próximos dias. O monsenhor retirou-se para os seus aposentos e começou a rezar.

Capítulo 43

Na noite da virada do ano de 1876 para 1877, o *Hotel de la Paz*, em que Pompeu de Castro Vieira estava hospedado, ofereceu um magnífico jantar de réveillon para os hóspedes. Italianos, franceses, ingleses, suecos, noruegueses e o brasileiro Castro Vieira reuniram-se para celebrar, sob a luz das velas, a passagem do ano com espumantes e vinhos. Naquele imponente edifício neorrenascentista, desenhado por dois arquitetos genoveses, as 77 habitações estavam ocupadas. O hotel possuía um mirante no alto do edifício e todos decidiram subir até lá para apreciar a vista panorâmica da cidade e do Rio da Prata naquela noite festiva.

A 16 léguas dali, em Campana, o coveiro, solitário, seguia só por uma estrada de chão batido. Ele conduzia dois cavalos. Um deles trazia um barril de óleo de baleia preso no lombo. Para manter-se livre, o coveiro aceitara provocar o incêndio no navio francês *Le Frigorifique*, que estava ancorado para reparos, no primeiro porto argentino ao longo do Rio Paraná.

Naquela última noite de dezembro, os festejos da virada do ano eram providenciais. Os marinheiros do *Le Frigorifique* estavam embriagados pelo tanto de vinho que tomaram sem cogitar que a máquina frigorífica corria um enorme risco. O vapor francês estava praticamente desguarnecido. Nem mesmo o capitão Lemarié estava perto da embarcação. Certamente, toda a ilustre comitiva da expedição francesa o acompanhava numa recepção, oferecida pelo consulado da França.

A estrada e o porto estavam sem vigilância. A escuridão favorecia Leopoldo Remédios. Ninguém poderia impedi-lo de atear fogo no barco e de fugir impunemente. As ordens do monsenhor Antônio Devoto eram para espalhar o óleo de baleia pelo convés e pelas máquinas frigoríficas

e, depois, produzir uma faísca com uma pederneira. O óleo, altamente inflamável, faria o casco de ferro arder e explodir todos os dispositivos mecânicos que existiam no interior do navio. Monsenhor Devoto não desejava ver nenhum morto, mas, se fosse preciso, que, então, os feridos ardessem nas chamas.

O mercador Castro Vieira estava hospedado no mesmo quarto que havia alojado, por uma noite, o coronel paraguaio Antônio Estigarribia, em 27 de setembro de 1865. O militar havia entregue as armas a Pedro II, em Uruguaiana, durante a Guerra do Paraguai. Naquele quarto, Estigarribia aguardou, preso, pelo navio britânico Mersey para seguir viagem para o Rio de Janeiro. Curiosamente, Castro Vieira aguardava no mesmo local por notícias do francês *Le Frigorifique*.

O coveiro José Cândido esperou a noite avançar para invadir o vapor francês sem ser visto. Como previra monsenhor Devoto, o navio estava atracado junto ao píer do porto de Campana e, com exceção de dois marinheiros franceses bêbados, nenhuma outra pessoa vigiava o convés do barco. José Cândido avançou pé por pé, silenciosamente, com o barril de 10 litros de óleo de baleia sobre o ombro direito. Não foi difícil subir até o convés daquele navio de 63 metros de comprimento. Os marinheiros bêbados não tinham a menor chance de ver um homem caminhar, protegido pela escuridão. A noite sem lua ajudou a ocultar o sepultador. Em poucos minutos, ele estava caminhando pelo interior do barco.

Sem precisar acender uma vela, o coveiro de Buenos Aires conseguiu chegar no compartimento das máquinas frigoríficas com extrema facilidade. Todas as portas internas do navio estavam destravadas. Tudo estava completamente escuro. Ele colocou o barril de óleo de baleia no piso do compartimento de refrigeração. Estava decidido a provocar o incêndio que colocaria um fim ao *Le Frigorifique*.

No momento em que retirou a rolha do barril, José Cândido sentiu um ligeiro calafrio percorrer suas costas e seus braços. Pressentiu que algo tentava impedi-lo de prosseguir com a atividade criminosa. Entretanto, ele respirou fundo e tentou novamente derramar o óleo inflamável sobre o piso do compartimento. Outra vez, uma sensação estranha tomou conta de seu corpo por inteiro. Com mais intensidade, ele sentiu os calafrios. Vozes

começaram a zunir a seu redor. Vultos negros surgiam nas paredes.

Espantado com o que acontecia ao seu redor, José Cândido sentiu que o vapor tinha revelações a fazer. Então, o coveiro deixou o barril de óleo de baleia de lado e começou a caminhar pelos estreitos corredores da embarcação assombrada. Ele passou a sentir apreço pelo *Le Frigorifique*. O cheiro que exalava dos compartimentos parecia-lhe ser familiar.

José Cândido caminhava pelo interior do antigo *Eboé*. A alma africana nunca havia se desprendido daquele barco que, por muitos anos, navegara pelo Rio Níger, na África Ocidental. Os espíritos do Níger comunicavam-se com o antigo escravo da melhor maneira possível. Parecia que o coveiro estava tendo um sonho. Um reencontro com uma parte da África.

O que aconteceu a partir daquele momento foi uma revelação espiritual. O vapor francês *Le Frigorifique* estava repleto de divindades africanas que habitavam o Rio *Eboé*, afluente do grande Níger. O coveiro de Buenos Aires via as manifestações ocorrerem diante de seus olhos. Ele não podia colocar fogo no navio. As vozes diziam-lhe que o barco desapareceria em breve, em outro lugar, e por outro motivo. Pediam ao coveiro que deixasse as almas do barco seguirem o próprio caminho.

O sepultador recolheu o barril de óleo, percorreu os corredores internos e saiu do barco sem ser visto pelos marinheiros franceses que estavam bêbados. Para não deixar a impressão de que havia desistido de sua liberdade, o coveiro procurou outro barco de características semelhantes ao francês e ateou fogo sobre o convés. Um velho navio argentino, todo de madeira, cujo nome era *Constitución*, ardeu em chamas.

A embarcação argentina queimou por toda a noite até o amanhecer do primeiro dia de 1877. José Cândido voltou a Buenos Aires em um dos cavalos. O segundo animal ficou amarrado em uma árvore, próximo ao porto de Campana, como um sinal do interesse do consulado pontifício naquele incêndio.

Ao receber a notícia de que o *Le Frigorifique* quase havia queimado junto com o velho barco argentino *Constitución*, que também estava atracado para reparos, no porto de Campana, o monsenhor Antônio

Devoto percebeu que o plano para destruir o navio francês fracassara por completo. Nada mais podia ser feito. Ele pediu ao comissário Francisco Callejeros que prendesse e entregasse o coveiro de Buenos Aires ao caçador de escravos Pompeu de Castro Vieira.

O dilema que o monsenhor guardava estava resolvido.

Terceira Parte

O encontro de mundos distintos.

Calabouço de Buenos Aires, 02 de janeiro de 1877.

Capítulo 44

Como se representasse a imagem do Cristo negro crucificado, José Cândido foi mantido preso a duas argolas de ferro, que estavam fixadas à parede do calabouço. Os dois braços, estendidos e presos, o faziam permanecer em pé, na cela escura da nova penitenciária de Buenos Aires. Por vezes, a cabeça pendia sobre o peito por cansaço, fazendo o prisioneiro esquecer de manter a altivez e o semblante erguido. A escuridão o envolvia.

Dessa forma cruel e bárbara, o coveiro foi mantido à espera do caçador de escravos Pompeu de Castro Vieira, que não demorou a aparecer para reconhecer e reivindicar a propriedade do charqueador Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque.

A efígie da república sentiria vergonha daquele instante. Como descrever o encontro de dois homens, cujos universos eram incompatíveis entre si? O que dizer da aproximação de dois olhares e de dois pensamentos que não se comunicavam e não podiam dialogar? No momento em que Castro Vieira abriu a porta da cela, no calabouço, ansioso para conhecer o fugitivo que prometera capturar em janeiro de 1866, ocorreu o inevitável acercamento de duas formas inconciliáveis de vida. Duas perspectivas de mundo, diametralmente opostas, ocupavam o reduzido espaço da cela.

Nada. Ninguém. Nenhuma entidade espiritual. Nenhuma forma física ou metafísica poderia mediar o encontro de José Cândido Negro com Pompeu de Castro Vieira. Dizem que o número três é uma constante no universo, mas, naquele calabouço, nada poderia servir como o terceiro elemento que faltava para compor a cena do encontro. Apenas o silêncio colocou-se entre aquelas duas existências humanas. Só a ausência de palavras poderia preencher o vazio ou transpor o abismo que havia no interior daquela

cela.

Talvez, a representação da imagem do Cristo crucificado — que José Cândido bem representava, por causa da posição que mantinha ao ter os braços agrilhoados e estendidos — pudesse indicar que Deus estava ao lado do filho cativo naquele instante. No entanto, aquela era uma cena que se repetia desde os primórdios do comércio transatlântico de escravos da ilha de São Tomé para o Brasil. Negros acorrentados, forçados a cruzar o vasto oceano. O Criador — que nunca concedera o pequeno milagre de, ao menos, por um dia, fazer a chuva cair salgada dos céus, como um sinal de que chorava ao ver tantos filhos de pele negra serem tratados daquela forma — mais uma vez não intercedeu.

Essas representações do Cristo crucificado e essas especulações divinas não penetravam a carapaça de Pompeu de Castro Vieira. Para o implacável perseguidor de escravos, quem estava agrilhado às argolas de ferro, não era o filho de Deus. Cristo jamais poderia ter sido um homem negro. Na cela do calabouço, à sua frente, estava apenas o escravo que o fizera andar à toa, por léguas e léguas, até a Banda Oriental, em 1866. Castro Vieira não santificava o corpo daquele homem negro.

A ausência de sons, de palavras e de sentidos foi a única expressão que reinou naquela atmosfera do calabouço escuro, quando o negro e o branco — o antigo cativo e o caçador de escravos — se avistaram pela primeira vez após anos de perseguição e de fuga. Dez anos, onze meses e alguns dias depois de fugir da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, ali estava José Cândido diante do homem que fora contratado para capturá-lo e que saíra em sua perseguição até o Rio Jaguarão, na fronteira com a Banda Oriental do Uruguai, sem conseguir encontrá-lo.

Dez anos, onze meses e alguns dias haviam passado. Uma década de livramento, vivida entre pântanos, guerras, pestes e cemitérios, terminava naquele silencioso encontro de dois homens de naturezas e vivências opostas. A república libertária fracassada e a monarquia escravagista vitoriosa estavam representadas em cada um daqueles dois homens. Os valores da liberdade e da igualdade de um lado e a horrorosa ideologia da escravidão do outro. Um, o agrilhado; outro, o agrilhoador.

O silêncio foi o que bastou para cada um deles. Castro Vieira teria apenas uma pergunta para fazer ao fugitivo. Gostaria de descobrir a rota da fuga empreendida, mas percebeu que não ouviria nenhuma resposta. Ele, então, nada perguntou ao agrilhado.

José Cândido, por sua vez, poderia querer descobrir do agrilhoador o que levava um homem a desrespeitar as leis de abolição da escravidão de um país republicano, mas preferiu não perder seu tempo com um velho representante da sociedade escravagista brasileira.

O silêncio sepultou o encontro. O universo de José Cândido, mais uma vez, fechava-se atrás da porta da cela do calabouço. Naquele momento, uma década de fuga chegava ao fim. Os fatos que aconteceriam depois daquele encontro seriam insignificantes para o cativo apreendido. Constituíam apenas uma soma de meros e formais procedimentos inventados pelos homens brancos para aliviar o peso de suas consciências.

LIVRO III

Os brancos, a república e o negro.

Primeira Parte

O julgamento final.

Buenos Aires, 02 de maio de 1877.

Capítulo 45

A ampla sala, destinada às sessões de julgamento, na sede do governo da Província de Buenos Aires, estava quase vazia. Na manhã de 02 de maio de 1877, um número reduzido de pessoas estava interessado em acompanhar os debates na sede do governo, na Rua Moreno, próximo ao centro intelectual da cidade.

Embora os valores mais caros à república pudessem estar em jogo, o inusitado processo de extradição, que estava sobre a mesa à espera dos contendores, e que seria julgado naquele dia, não despertava o interesse da população. Fora da sede do governo provincial, os olhares e comentários estavam voltados para o que aconteceria no píer da Aduana Taylor, cuja localização não ficava muito distante do palácio do governo. Seis quarteirões separavam a sede do governo do prédio da alfândega.

Os moradores de Buenos Aires queriam ver o navio *Le Frigorifique* partir. O capitão Lemarié preparava-se para dar início à viagem de retorno à França. Praticamente todos os políticos, jornalistas, produtores e comerciantes estavam lá para ver a embarcação zarpar. O mercador Pompeu de Castro Vieira também estava entre os curiosos. Queria visualizar o vapor francês pela última vez, antes de seguir para a sede do governo.

O “barão da guerra” lamentou que monsenhor Antônio Devoto não tivesse conseguido queimar o cavaleiro do apocalipse e salvar o destino das charqueadas e dos saladeiros. O padre retornou para Roma semanas depois do incêndio ocorrido no porto de Campana. Outro que também desaparecera para sempre foi o comissário Francisco Callejeros. Dias após a captura de José Cândido, moradores encontraram o policial morto numa viela do bairro de Pilar. Ele apresentava lacerações nos braços, nas pernas e no

pescoço, provocadas por um animal raivoso.

Castro Vieira afastou-se do píer da aduana e dirigiu-se para o edifício do governo da província. O que iria acontecer na sala de julgamentos, naquela manhã, era previsível. Por isso, ele caminhou vagarosamente pelas ruas. O “barão da guerra” tinha certeza de que recuperaria a posse do escravo fugitivo naquele dia. Ao chegar no local, ele sentou-se ao lado do advogado que contratara.

Na sala de julgamentos, uma ampla mesa de madeira escura era o centro das atenções. A cabeceira estava reservada ao presidente do julgamento. Do outro lado do recinto, seis fileiras de quatro cadeiras preenchiam o espaço. Todos os assentos estavam desocupados. Ao que parecia, o assunto a ser debatido não interessava nem aos grandes jornais. Não fosse a presença de um inexperiente jornalista do periódico La Nación, que casualmente circulava pelos corredores do prédio e acabou tomando conhecimento do julgamento, o maior debate da república teria ficado entre quatro paredes e, talvez, sido esquecido para sempre.

Apenas o anônimo jornalista sentou-se nas cadeiras que estavam reservadas para a audiência. Além dele, é claro, estavam presentes o advogado do mercador Pompeu de Castro Vieira e o defensor argentino Juan Vásquez, que fora nomeado para cuidar dos interesses do extraditando.

O relógio ainda não marcava 10 horas da manhã, no momento em que o representante do governo da província, doutor Horácio Castelhanos, sentou-se em sua cadeira de espalda alta, na cabeceira de mesa escura. Ele convidou os procuradores dos contendores a ocuparem seus lugares na mesa e anunciou, solenemente, a abertura do julgamento do procedimento administrativo de extradição do escravo fugitivo do Império do Brasil.

Um silêncio reverencial reinou dentro da sala e apenas ouvia-se o barulho das folhas de papel serem movimentadas sobre a mesa. Enquanto Castelhanos lia o teor dos documentos que estavam sobre a mesa, os advogados alisavam os fios compridos dos bigodes e bebiam água.

— Muito bem, senhores. Trata-se de um pedido de extradição. O requerente, senhor Pompeu de Castro Vieira, brasileiro, mercador de charque, requer ao governo da Província de Buenos Aires a entrega do

escravo, de nome José Cândido, o qual se encontra nesta cidade, sem o consentimento de seu senhor, de nome Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque, súdito do imperador Pedro II — declarou.

O presidente do julgamento fez uma breve pausa para beber água.

— Frisa o requerente que o extraditando encontra-se preso por causa de sua precária condição de escravo fugitivo do Império do Brasil. O extraditando fugiu de seu senhor para esta república na tentativa de ser reconhecido homem livre. Pede-se, por isso, a entrega imediata do escravo ao representante do súdito brasileiro. Esse é o requerimento que inaugura essa inusitada causa jurídica — disse Horácio Castelhanos.

O presidente do julgamento tomou outro gole de água, antes de prosseguir.

— Tragam o extraditando ao recinto — ordenou.

Os policiais trouxeram José Cândido que aguardava em uma sala próxima. Ele foi conduzido até uma cadeira que estava próxima do representante do governo. Castelhanos retomou a condução do julgamento.

— Como o senhor se chama? — perguntou ao extraditando em voz baixa.

— Sou o coveiro argentino Leopoldo Remédios — respondeu o negro.

Horácio Castelhanos fez uma expressão que misturava espanto com dúvida.

— O extraditando diz chamar-se Leopoldo Remédios — observou Horácio Castelhanos em voz alta para que todos tivessem conhecimento da resposta. — Afinal, é José Cândido ou Leopoldo Remédios? Se houver dúvida, a causa de extradição perde o objeto. Se não estamos tratando da mesma pessoa, não irei perder meu tempo. Como posso prosseguir com o pedido de extradição se o homem afirma ser Leopoldo Remédios? O requerimento fala da fuga do escravo José Cândido — disse, sentindo-se confuso.

O advogado Carlos Curvelo, contratado pelo caçador de escravos brasileiro, levantou-se da cadeira e protestou com veemência.

— O escravo está mentindo, excelência. Mente e comete perjúrio — gritou Curvelo.

— Caro advogado, o extraditando não é testemunha e não tem obrigação de dizer a verdade. Pergunto: o senhor pode provar que ele não é Leopoldo Remédios e, sim, José Cândido? Se não tiver como provar, o caso encerra-se agora mesmo, porque não podemos extraditar o argentino Leopoldo Remédios — advertiu o presidente Horácio Castelhanos, calmamente.

O advogado voltou a protestar.

— O extraditando não diz a verdade, excelência. O nome verdadeiro é José Cândido — disse. — Leopoldo Remédios está morto — asseverou.

— O senhor tem como provar o que afirma? — questionou o presidente do julgamento.

— Sim, excelência. Quero chamar uma testemunha. A senhora Eva Santos del Campo poderá confirmar o que digo.

— Ela está no prédio?

— Está na porta.

— Tragam a testemunha — ordenou Horácio Castelhanos.

Enquanto todos aguardavam pela entrada da mulher, José Cândido mantinha-se calado e atento a tudo o que acontecia naquele estranho julgamento. Eva Santos del Campo foi trazida para o interior da sala e ficou diante de Horácio Castelhanos e do extraditando. A audiência foi retomada.

— Como se chama a testemunha? — indagou o presidente.

— Eva Santos del Campo — respondeu a mulher.

— Senhora Eva, poderia, por gentileza, apontar onde está sentado o argentino Leopoldo Remédios nesse recinto?

A testemunha permaneceu imóvel. O presidente repetiu a mesma pergunta à testemunha.

— Poderia dizer onde está sentado Leopoldo Remédios? — insistiu.

— Impossível, excelência. Leopoldo Remédios está morto — declarou a mulher.

Um pequeno rumor ecoou pela sala de julgamento. Horácio Castelhanos mostrou-se surpreso novamente. Ele prosseguiu.

— A testemunha saberia esclarecer, então, quem é a pessoa que está sentada naquela cadeira?

— O negro que está sentado não é Leopoldo Remédios — afirmou ela.

— Quem é, então, o homem que está sentado naquela cadeira? — voltou a insistir o presidente do julgamento.

Eva Santos del Campo não titubeou em responder.

— O nome dele é José Cândido Negro. Chegou em Buenos Aires durante a peste amarela e vestia um uniforme do exército imperial. Leopoldo Remédios o recolheu no Passeio de Julho — explicou a mulher.

— Como a testemunha sabe disso? — questionou Horácio Castelhanos.

— Eu o despi sobre minha cama. — respondeu. — Acolhi o soldado imperial em minha casa, a pedido do coveiro Leopoldo Remédios. Esse brasileiro trouxe a peste amarela que dizimou nosso bairro e o nosso quilombo. Leopoldo Remédios acreditava que o brasileiro era um santeiro e que poderia nos salvar da peste. Estava enganado. O único homem do quilombo de Buenos Aires que restou é o que está sentado naquela cadeira. A epidemia não conseguiu matá-lo. Não há mais negros nessa cidade por causa desse homem — declarou a testemunha.

Um novo rumor tomou conta da sala. Os procuradores acomodaram-se melhor nas cadeiras. Horácio Castelhanos consultou a

testemunha para saber se teria algo mais a declarar. Eva Santos del Campo acenou com a cabeça para dizer que não. O presidente do julgamento a dispensou por um instante.

— A defesa do extraditando tem algo a manifestar sobre o que disse a testemunha? Se não tiver nada a dizer, vamos prosseguir — advertiu o presidente.

O defensor de José Cândido não sabia o que fazer diante daquelas declarações. Ele estava surpreso. Não havia nada em seus apontamentos que pudesse usar para contradizer as palavras da testemunha. Eva Santos del Campo foi liberada de responder outras perguntas e retirou-se da sala.

— Vamos, então, continuar com a discussão do mérito da causa, já que o extraditando é realmente José Cândido — retomou Horácio Castelhanos.

O presidente do julgamento solicitou ao requerente da ordem de extradição que expusesse os fatos e as teses jurídicas. Carlos Curvelo, procurador de Pompeu de Castro Vieira, levantou-se da cadeira e, com uma folha de anotações na mão direita, começou a expor os detalhes do caso.

— Excelência. Meu cliente vem perante o governo da Província de Buenos Aires requerer a extradição do escravo José Cândido que veio para a Argentina sem o consentimento do charqueador brasileiro Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque, em 1866.

Carlos Curvelo apresentou a velha procuração que fora outorgada pelo charqueador Pantaleão Manuel ao caçador de escravos Pompeu de Castro Vieira, em janeiro de 1866. A folha envelhecida concedia a Castro Vieira poderes para reivindicar a propriedade do escravo onde quer que fosse encontrado.

— Prossiga — ordenou o presidente do julgamento, ao receber a procuração.

— Excelência, consta que o escravo, de nome José Cândido, fugiu do Império do Brasil e veio, sem o consentimento de seu senhor, para o território da república argentina, onde manteve-se escondido por muitos anos.

Dez anos para ser preciso. Todavia, foi descoberto seu esconderijo e sua verdadeira identidade, graças à testemunha que acabamos de ouvir. O requerente invoca a tutela do Tratado de Extradicação, firmado entre a Confederação Argentina e o imperador do Brasil, Pedro II, em 1857. Portanto, pede-se ao governo desta Província de Buenos Aires a entrega imediata do escravo ao súdito brasileiro por direito e por justiça — declarou Carlos Curvelo.

Horácio Castelhanos ouviu com atenção.

— O requerente fundamenta seu pedido no Tratado de Extradicação, firmado por esta república com o imperador do Brasil — completou o presidente do julgamento.

— Exatamente isso, excelência. O requerente invoca a aplicação do artigo 6º do Tratado de Extradicação. A cláusula prevê, sem tirar ou acrescentar qualquer palavra, que “serão devolvidos os escravos pertencentes a súditos brasileiros que, contra a vontade de seus senhores, forem por qualquer maneira para o território da república argentina e aí se acharem”. Esse é o caso do escravo que se encontra sentado nesta sala, excelência — argumentou o advogado.

— Algo mais? — perguntou o presidente.

— Nada mais, por enquanto.

— Nesse caso, vamos ouvir as objeções do defensor.

O defensor Juan Vásquez levantou-se da cadeira.

— A defesa tem objeções a fazer, excelência — anunciou Juan Vásquez, com cautela.

— Prossiga! A palavra está com a defesa.

O defensor Vásquez aproximou-se de José Cândido e ficou ao seu lado.

— Excelência, a primeira objeção é que o Tratado de Extradicação tinha prazo de duração de oito anos a partir da sua ratificação, em 1858. Sua vigência acabou em 1866. Justamente no ano que o escravo fugiu

das terras do Império do Brasil. Por isso, não deve ser aplicado o tratado ao caso.

Um rumor ecoou pela sala em razão desse novo detalhe, trazido pelo defensor.

— Conceda-me um aparte, excelência — pediu o advogado Carlos Curvelo.

— Aparte concedido — declarou o presidente do julgamento.

— O Tratado de Extradicação ainda está vigente. Nenhuma das partes, Brasil ou Argentina, anunciou à outra a intenção de extingui-lo. Nem o imperador e nem a república argentina decidiram desfazer o acordo de extradição — observou Carlos Curvelo.

O defensor Vásquez prosseguiu.

— O advogado do escravagista sustenta que o Tratado de Extradicação está vigente. Como explicaria, então, a flagrante contradição que há entre o tratado e a nossa constituição republicana a respeito da abolição da escravidão? Em 1860, por ocasião da reforma da constituição da república, foi acrescentado que seria livre qualquer escravo que de qualquer modo se introduzisse no país, pelo simples fato de pisar o território da nação. Um tratado que determina a entrega de escravo por esse motivo não pode prevalecer sobre as palavras da nossa constituição — rebateu o defensor.

— O mundo está repleto de contradições, senhor Vásquez — observou o presidente do julgamento. — Peço ao defensor que prossiga com a sua manifestação.

O defensor retomou o debate.

— O caso particularíssimo que apreciamos, na manhã de hoje, não pode ser tratado como uma mera reivindicação de um objeto, cujo direito encontra-se amparado por uma cláusula do Tratado de Extradicação que a nossa jovem república firmou com o Império do Brasil. O caso que o governo da Província de Buenos Aires está a apreciar reveste-se de significado e de importância para a história da humanidade. Não estamos aqui para devolver um criminoso ao Império do Brasil. Estamos reunidos aqui para decidir o

destino de um homem que fugiu do cativeiro em que se encontrava. Um homem que veio para o território da república em busca da liberdade.

Juan Vásquez olhou para José Cândido.

— Os próceres desta jovem república aboliram a escravidão. A nação argentina reafirmou que todo escravo que pusesse os pés no território da república seria um homem livre. Pelo princípio universal da liberdade, todo homem que pisa o território em que não há escravidão é um ser livre. O homem que está sentado diante de nós, e cujo nome pouco importa, colocou os pés neste território há 10 anos. As palavras da constituição o fizeram acreditar que o território argentino é solo da autodeterminação. Se mandarmos esse homem de volta ao Império do Brasil nós estaremos rasgando a constituição da república.

O presidente Horácio Castelhanos estava atento ao debate. Vásquez interrompeu a manifestação para tomar água. O presidente perguntou se a defesa desejava prosseguir. O defensor pediu tempo para concluir.

— Excelentíssimo, um Tratado de Extradicação não pode violar o direito universal do homem à liberdade. Até quando, senhor Castelhanos, nossa república irá se submeter aos caprichos do imperador Pedro II? Nossa política de boa vizinhança com o Império do Brasil nos rebaixa aos períodos mais vis da história humana. Somos uma nação em que não há mais escravos entre nós. Todos somos republicanos livres. Não podemos devolver um homem negro às trevas da escravidão. Nossa república aboliu a servidão há muitos anos e o Império do Brasil não pode nos obrigar a devolver esse homem ao cativeiro — asseverou Vásquez.

— Conclua a manifestação da defesa — solicitou o presidente.

— O negro que está sentado nessa sala de julgamento não pode ser devolvido à condição de escravo. O direito de propriedade que o reclamante alega ter sobre o extraditando não pode prevalecer sobre o direito natural à liberdade. A extradicação é ilegal, imoral e injusta. O coveiro de Buenos Aires, seja lá qual for seu verdadeiro nome, José Cândido ou Leopoldo Remédios, deve permanecer livre entre nós — sustentou o defensor com toda a veemência.

O defensor retornou à sua cadeira sob aplausos do jornalista que acompanhava os debates e fazia anotações. O presidente pediu a todos os presentes que permanecessem em silêncio para o bom andamento do julgamento.

— Imagino que o requerente da extradição queira fazer uso da réplica — disse Horácio Castelhanos.

— Queremos a réplica, excelência — pediu o advogado Curvelo.

— A palavra está com o requerente para a expor a réplica — autorizou o presidente.

O advogado levantou-se da cadeira, novamente.

— Excelência, o negro José Cândido é de propriedade de um súdito do imperador do Brasil. O que o Tratado de Extradição pretende assegurar aos súditos de Pedro II é a inviolabilidade do sagrado direito da propriedade. Um senhor de escravos não pode ser privado do seu patrimônio num passe de mágica. O cativo deve ser devolvido, porque migrou para o território argentino sem o consentimento do seu senhor — argumentou Curvelo.

Ele prosseguiu:

— O defensor Vásquez sustenta que é impensável um homem livre ser reconduzido à escravidão. Ora, ora. O defensor esquece de mencionar que o escravo brasileiro chega a ter mais direitos que o próprio amo, no Brasil. Aqui está o mercador Castro Vieira para não me deixar mentir. Vejamos o estatuto jurídico dos escravos brasileiros e os direitos que nele estão previstos — disse o procurador.

O defensor Juan Vásquez pediu para fazer um aparte, mas o presidente não concedeu.

— A palavra do advogado do reclamante está mantida sem apartes. O defensor poderá contestar durante a tréplica.

Curvelo prosseguiu:

— Como dizia, excelência, no Império do Brasil, o escravo tem assegurados o direito à vida; o direito a mudar de amo por maus tratamentos; o direito ao matrimônio consentido; o direito a acumular riquezas para comprar sua liberdade; o direito à salvação de sua alma; o direito à diversão tolerada, o direito a adotar o nome de família do seu senhor e o direito a ser alforriado. Tantos direitos. Os únicos deveres são trabalhar e obedecer. Não chega a ser tão ruim assim, excelência. O defensor Juan Vásquez pinta a escravidão como se fosse algo terrível — ironizou Curvelo.

— O advogado concluiu a réplica? — perguntou o presidente.

— Ainda não, excelência.

— Peço que encaminhe a conclusão da réplica.

— Vou concluir, excelência — concordou o advogado. — Meritíssimo, eis a máxima expressão do princípio universal da propriedade: dar a cada um o que é seu. Os homens de bom senso devem respeitar esse princípio universal e pacificador. Esse é o fato e o fundamento do pedido de extradição. Como dizem os senhores de escravos da Província de São Pedro: não é razoável que a república argentina desrespeite o direito à propriedade. Ao abolir a escravidão e conceder a liberdade a todo escravo fugitivo que venha pisar o território, a república argentina criou um enorme problema para as relações pacíficas com os vizinhos súditos do Império do Brasil. Não é possível que um escravo se torne homem livre apenas pelo fato de cruzar o Rio Uruguai e pisar o solo desta república. Crer nisso é crer em passes de mágica. Nós, argentinos, não somos mágicos.

— Peço que conclua a réplica — ordenou mais uma vez o presidente Horácio Castelhanos.

O advogado de Pompeu de Castro Vieira tomou fôlego para concluir a sua longa manifestação.

— Excelência, perceba que o Tratado de Extradição guarda um propósito. Ele é o documento indispensável à pacificação de nossas fronteiras com o Império do Brasil. Imagine o que os senhores de escravos da Província de São Pedro farão ao saber que o governo desta Província decidiu não conceder a ordem de extradição do escravo fugitivo. Temo que uma decisão

desse tipo, em desacordo com as cláusulas do Tratado de Extradicação, possa nos levar a uma guerra com o Império do Brasil. Já conhecemos suficientemente bem o poder da Armada Imperial. A guerra contra o Paraguai nos deu uma mostra suficiente do poderio da esquadra e do exército imperial. Excelência, o que temos diante de nós é apenas um negro. Não vale a pena começar uma guerra com o Império do Brasil por causa de um escravo fugitivo. Um homem que nunca foi nada, além de coveiro de Buenos Aires. Como é mesmo o verdadeiro nome do extraditando? Bem, não importa. É apenas um miserável negro. Conceda a extradicação e vamos todos dormir felizes em nossas casas. Não esqueçamos o que os imperiais fizeram com Paysandu — concluiu Carlos Curvelo.

O silêncio tomou conta da sala de julgamento. O defensor levantou a mão para falar.

— A defesa deseja fazer uso da tréplica, excelência.

O presidente Horácio Castelhanos já se mostrava impaciente com aquele prolongado debate e, desanimado, concedeu a palavra ao defensor.

— Excelência, o advogado Curvelo fala com tom de ameaça à república e à província. O governo não pode se deixar intimidar por essas ameaças veladas.

Carlos Curvelo protestou.

— Não são ameaças, excelência. Minha intenção foi alertar o governo da província para os riscos diplomáticos que a não entrega do escravo poderá acarretar. Lembre-se do que os brasileiros fizeram com Paysandu, em 1864 — interrompeu o advogado.

— Excelência, a defesa pede que a palavra seja assegurada, sem interrupções ou apartes.

— A palavra está com o defensor. Vamos ouvir a tréplica. Peço ao advogado Curvelo que não faça novas interrupções — disse o presidente Horácio Castelhanos.

— O advogado do requerente desconhece o que se passa nos

cativeiros do Império do Brasil para falar de um estatuto jurídico dos escravos. Nenhum dos direitos de que fala o procurador do requerente existe. Não há estatuto jurídico algum. Permita-me, excelência, mostrar o que os senhores de escravos da Província de São Pedro fazem com os negros que fogem das estâncias e das charqueadas — argumentou Vásquez, aproximando-se do presidente para entregar uma folha com anotações.

— Continue, senhor Vásquez — pediu Horácio Castelhanos com a folha na mão.

— Excelência, há um costume imoral nas fronteiras do Império do Brasil com as repúblicas do Prata de levar homens livres para a escravidão. Homens livres não podem ser novamente escravizados no Brasil. Conforme declarou a testemunha, o coveiro de Buenos Aires chegou nessa cidade, vestindo um uniforme do exército imperial. Ele lutou na guerra contra o Paraguai. Essa é uma razão a mais para mantê-lo livre. A guerra o libertou. Vejam o Decreto Imperial expedido no ano da fuga do escravo, em 1866 — comentou o defensor, apresentando uma cópia do decreto ao presidente do julgamento.

Horácio Castelhanos passou novamente os olhos pelas folhas que recebia do defensor.

— Prossiga com a tréplica — ordenou o presidente.

— Nesse decreto, o imperador Pedro II concedeu o livramento gratuito aos escravos que serviram ao exército brasileiro. Diz o decreto imperial: “Hei por bem ordenar que aos escravos da nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquele serviço”. O coveiro José Cândido, excelência, como declarou a testemunha, era soldado imperial. Ele, portanto, é um homem livre por ordem do próprio Pedro II. Ele não pode ser devolvido aos cativeiros do império. O destino desse homem é viver nesta república. Isso é tudo, excelência — concluiu Vásquez.

— Protesto, excelência — bradou o advogado Curvelo. — Não há provas de que o escravo José Cândido tenha participado da guerra contra o Paraguai. A defesa não apresenta os assentamentos militares para comprovar o que alega.

— Senhores, silêncio — pediu o presidente Castelhanos. — Os debates estão encerrados com o fim da tréplica. Faremos um recesso para analisar as manifestações sobre este estranho e único pedido de extradição. O governo da Província fará o seu pronunciamento amanhã. Até lá, o extraditando ficará sob a custódia da Polícia.

Juan Vásquez aproveitou o recesso do julgamento para aproximar-se de José Cândido, que permanecia sentado na cadeira, aguardando ser conduzido por um policial.

— Não entendo. Por que mentiu? Por que disse ser Leopoldo Remédios? — perguntou Vásquez.

— Não menti — protestou o coveiro.

— Mentiu, sim. O seu nome não é Leopoldo Remédios.

— Não menti — insistiu.

— O que fez, então? Diga-me.

— Escondi-me atrás de um nome. Foi o que fiz. Qualquer pessoa faria o mesmo para ser livre.

— Isso não deixa de ser uma mentira — discordou o defensor Juan Vásquez.

— O senhor chama o que fiz de mentira. Chamaria também de mentirosas as pessoas que escreveram a constituição desse país? — perguntou o coveiro. — Sempre ouvi que a república era um lugar de liberdade para aqueles que pisassem o território argentino. Veja onde estou, agora. Tudo não passou de uma mentira. Uma grande ilusão. Nada me libertou. Nem a guerra, nem o exército imperial, nem a constituição e nem a república. As palavras, que ora libertam, são as mesmas que ora aprisionam. O meu cativoiro nunca deixará de existir. Hoje, fui vencido pelas palavras — disse José Cândido.

O policial aproximou-se para levá-lo para uma cela, onde permaneceria preso. Vásquez ficou em silêncio, vendo o coveiro de Buenos Aires afastar-se com a cabeça erguida. Antes de deixar a sala de julgamento, José Cândido olhou para o defensor.

— As palavras são como as árvores, senhor Vásquez. Umas vingam. Outras, não. Na floresta dos brancos, muitas árvores não vingam, apesar de parecerem ser tão belas. Se quer saber a verdade, meu nome nem mesmo é José Cândido. O meu nome é José Cândido Negro. Esse é o meu nome. Essa é a árvore que semeei e não vingou nesses campos do Senhor.

Dito aquilo, o coveiro virou-se e foi embora. Duas lágrimas de tristeza escorreram pelos cantos dos olhos do defensor Juan Vásquez. Não tanto pelo negro que estava prestes a ser entregue ao súdito do imperador Pedro II, mas, sobretudo, pela perda de um valor republicano no qual Vásquez tanto havia acreditado: a liberdade de todos os homens da terra.

— Nem sempre vence aquele que enterra os mortos — murmurou o defensor.

Naquele exato instante, o vapor *Le Frigorifique* levantou âncora e começou a viagem de retorno para a República da França.

Capítulo 46

No dia seguinte, 03 de maio de 1877, Horácio Castelhanos convocou todos os interessados naquele estranho processo administrativo de extradição do escravo brasileiro. Ele iria anunciar a decisão do governo da Província de Buenos Aires. Da mesma forma que no dia anterior, poucas pessoas estavam interessadas no veredito. Apenas o jornalista do periódico La Nación retornou para acompanhar o pronunciamento.

Horácio Castelhanos entrou na sala e sentou-se. Os dois contendores levantaram-se para ouvi-lo.

— Senhores, a decisão política do governo da Província está pronta e vou lê-la para que todos compreendam os motivos que a ensejaram — anunciou, solenemente. — Antes, peço que tragam o extraditando para que também esteja presente e ouça a leitura da decisão.

José Cândido foi trazido para a sala e colocado em uma cadeira diante do presidente do julgamento. Castelhanos deu continuidade à sessão.

— Estão todos presentes. Vou ler a decisão do governo — anunciou e esperou um momento antes de prosseguir.

Ele colocou os óculos e retirou uma folha de papel de uma pasta de couro.

— Senhores, o governo da Província de Buenos Aires reconhece a liberdade do homem como um valor republicano e como um direito natural e fundamental de todos os que nessa cidade vivem. Nossa constituição republicana proclamou o fim da escravidão em todo o território argentino. Não há e não deve haver escravos entre nós. Vivemos todos sob o império da autodeterminação, da igualdade e da fraternidade. Entretanto, o

governo da Província também reconhece que algumas sociedades, ditas civilizadas, ainda não alcançaram o mesmo estágio em que se encontra nossa república. Essas poucas sociedades são, portanto, vítimas do próprio atraso cultural e humanístico. A escravidão ainda persiste no vizinho Império do Brasil. Esse é um assunto que só pode ser superado pelos próprios brasileiros. Condoem-nos o destino e o sofrimento do cativo José Cândido, mas o governo não pode recusar a entrega do escravo ao súdito do imperador Pedro II, em razão da vigência do Tratado de Extradicação, o qual foi celebrado pelo governo nacional argentino. Decidir de outro modo essa questão constituiria um grave precedente. O governo provincial não pode tomar decisões políticas que, de forma unilateral, abalem nossa política nacional de boa vizinhança com o Império do Brasil. Isto posto, o governo provincial concede a ordem de extradição do escravo José Cândido, que por seis anos, manteve-se escondido sob outro nome em território argentino, sem o consentimento do seu amo, súdito do imperador. Entregue-se imediatamente o escravo e archive-se o processo de extradição — concluiu a leitura.

A decisão já era esperada. Juan Vásquez levantou-se e foi até José Cândido para consolá-lo. O defensor deu-lhe um forte abraço e sussurrou ao seu ouvido.

— Peço desculpas em nome da república. O Império do Brasil é mais forte do que eu imaginava. No dia em que a escravidão acabar no Brasil, espero revê-lo.

José Cândido ficou calado. Ele só tinha olhos para acompanhar a reação do perseguidor Pompeu de Castro Vieira que, naquele momento, era saudado pelo advogado Carlos Curvelo. O coveiro de Buenos Aires só conseguia ouvir as gargalhadas de felicidade dos dois.

O “barão da guerra” estava radiante de alegria com aquela decisão.

— Quantas léguas há daqui até Pelotas? — quis saber.

— Umas 170 léguas — opinou Carlos Curvelo.

— O pagamento pela entrega desse negro ao charqueador de Pelotas vai render 170 onças de ouro — festejou Castro Vieira.

— Uma pequena fortuna por um escravo, barão.

— É o tesouro negro, meu caro.

Juan Vásquez afastou-se de José Cândido e foi ao encontro do advogado Carlos Curvelo para despedir-se.

— Desta vez não vou cumprimentá-lo pelo trabalho. Negar os ideais dessa república não merece nenhum elogio de minha parte. Só quero advertir seu cliente de um detalhe que, talvez, não saiba — disse Juan Vásquez.

Pompeu de Castro Vieira e o advogado entreolharam-se, surpresos com a declaração do defensor.

— Que detalhe? — perguntou Curvelo, curioso.

— Entre a República Argentina e o Império do Brasil há um obstáculo intransponível. Não se esqueçam disso.

— Do que fala, senhor Vásquez? — indagou Castro Vieira

— Falo da Banda Oriental. O senhor é *persona non grata* para os orientais. Não cruzará pelo território uruguaio com um escravo nas costas. Se passar pelos campos da Banda Oriental, estará dando consentimento a um escravo para que pise o território de um país que aboliu a escravidão. José Cândido será posto imediatamente em liberdade e jamais será extraditado. Vou agora mesmo avisar o representante diplomático uruguaio que o senhor pretende levar um homem livre de volta ao cativeiro. As portas da Banda Oriental não serão abertas para um maldito escravocrata e caçador de escravos. Até nunca mais.

Pompeu de Castro Vieira ficou preocupado com o que ouviu. Ele, realmente, não podia cruzar o território uruguaio para voltar ao Império do Brasil se quisesse entregar o escravo ao senhor Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque.

— Malditos abolicionistas — esbravejou Castro Vieira.

— Não se irrite à toa, barão — pacificou Curvelo. — É só um negro. Os orientais não vão criar problemas com o imperador Pedro II por

causa de um único negro. Veja que nem os abolicionistas brasileiros se dignaram a vir a Buenos Aires para protestar. Então, como disse Cristo, dê a César o que é de César. O assunto está encerrado. Cumpra-se o Tratado de Extradicação. Com a sua partida para o Brasil, agora sim podemos afirmar com toda a certeza que na República Argentina não há mais escravos.

Capítulo 47

No dia seguinte, o periódico La Nación trouxe uma pequena nota no pé da página 02. O editorial noticiou a decisão política do governo da Província de Buenos Aires de extraditar o escravo José Cândido para o Império do Brasil. O pequeno texto expressava a opinião do jornalista anônimo.

O governo provincial entregou, ontem, o coveiro de Buenos Aires a um súdito do imperador Pedro II, do Brasil. O sepultureiro era um cidadão livre, de nome José Cândido. O homem negro havia fugido para a República Argentina em 1866. Fez isso para escapar da escravidão que persiste no Império do Brasil. Os acalorados debates culminaram com a decisão de entregá-lo aos escravagistas em razão da vigência do espúrio Tratado de Extradicação de escravos que esta república firmou com a monarquia brasileira, em 1858.

Com a decisão política, o governo da Província rasgou a cláusula constitucional que garantia o direito à liberdade para todos os homens que pisassem o território nacional. O último negro do Quilombo de Buenos Aires foi entregue ao “barão da guerra” Pompeu de Castro Vieira, representante do súdito brasileiro. O escravo será reconduzido ao cativo. Uma decisão infame que maculará a história da Argentina para sempre. Tudo para preservar nossa política de boa vizinhança com os escravagistas brasileiros.

Capítulo 48

No exato momento em que a população de Buenos Aires tomou conhecimento daquela pequena nota, publicada no jornal, o inferno de Pompeu de Castro Vieira começou. Os republicanos viraram-lhe as costas e recusaram-se a atendê-lo. Ninguém queria compartilhar o espaço com um maldito monarquista e escravocrata brasileiro. Os valores republicanos da liberdade e da igualdade entre todos os homens era algo de que os moradores não abriam mão. Não havia concessões a fazer a um cidadão que violava preceitos fundamentais da república argentina.

O mercador Pompeu de Castro Vieira foi enxotado do hotel em que estava hospedado. Os restaurantes e os clubes fecharam-lhe as portas. O “barão da guerra” passou a ser uma figura estranha e caricata naquela cidade de 300 mil habitantes. Ele era o único homem branco que circulava pelas ruas com um negro amarrado pelas mãos, seguindo seus passos. A cena ridícula e repulsiva poderia ser vista, no Brasil, como algo normal, mas, na Buenos Aires republicana, a cena provocava a ira dos argentinos.

Os velhos e poucos remanescentes do batalhão de pardos e negros do Regimento de Granadeiros Montados do Libertador José de San Martín cogitaram voltar às carabinas e aos sabres para, desta vez, libertar o escravo José Cândido. Queriam devolver-lhe a liberdade que fora tomada pelo Tratado de Exatidão. Pretendiam levar o monarquista à guilhotina, na Praça de Maio. Porém, foram contidos pelos generais que temiam pudesse o assassinato desencadear uma guerra entre o Brasil e a Argentina. Eles não queriam que Buenos Aires se tornasse uma nova Paysandu.

Os intelectuais, a seu turno, começaram a protestar e clamar pelo fim do tratado espúrio, celebrado com o defensor perpétuo do Brasil,

Pedro II. O mercador Castro Vieira não conseguia deixar Buenos Aires com o escravo. As companhias de navegação britânicas, argentinas, paraguaias e uruguaias recusavam-se a prestar qualquer espécie de serviço que permitisse Castro Vieira levar o negro José Cândido de volta ao cativo.

Os dois homens, o escravagista e o escravo, passaram a morar na rua e a se alimentar de restos de comida que encontravam. Os bondosos republicanos argentinos socorriam como podiam José Cândido. Ofereciam-lhe água, refeições quentes e mantas para o frio. Os mais indignados sabiam que não podiam agredir o mercador brasileiro, porque o acontecimento provocaria um mal-estar diplomático. Afinal de contas, Castro Vieira era o homem que tivera o exército imperial nas mãos durante a Guerra do Paraguai. Mesmo assim, não faltaram aqueles que cogitavam atacá-lo com uma adaga pelas costas. Alguns, com uma pistola na cintura, aproximavam-se para cuidar de José Cândido. Estavam loucos para enfiar a lâmina no pescoço do repulsivo caçador de escravos e degolá-lo.

Muitos dos argentinos perguntavam-se por que José Cândido não reagia e matava o responsável por devolvê-lo ao cativo. O comportamento de resignação do agrilhado era um mistério. No entanto, quem soubesse da história vivida, desde a fuga empreendida em janeiro de 1866 até a virada do ano de 1876 para 1877, entenderia que não se tratava de resignação, mas de cansaço. Ele estava exausto de guerras, de esconderijos e de fugas. A liberdade era como se fosse uma miragem no deserto. O universo dos homens brancos desprezara todas as tentativas de José Cândido ser livre.

Os ânimos estavam acirrados contra o brasileiro Castro Vieira. Quem o salvou foi o próprio governo provincial que convenceu o capitão de um barco mercante de Cuba, que estava prestes a zarpar com um carregamento de charque argentino. Por 10 onças de ouro, o cubano concordou em retirar Pompeu de Castro Vieira e o escravo do país, às escondidas.

José Cândido foi retirado das ruas e colocado no porão de um navio de madeira. O coveiro de Buenos Aires foi levado de volta ao Brasil da mesma forma que os navios negreiros conduziam os escravos da África para a América antes do embargo inglês ao tráfico negreiro. Isolado, em um lugar escuro e pouco ventilado, José Cândido não pode ver pela última vez a cidade

republicana.

O vapor cubano seguiu viagem e evitou parar no porto de Montevideo. O capitão afastou a embarcação o máximo possível da costa uruguaia para que José Cândido não fosse posto em liberdade. Foi dessa forma que o escravocrata Pompeu de Castro Vieira fugiu da república e nunca mais retornou.

Aquela foi a última vez que Buenos Aires viu um escravo em suas ruas. Nenhuma linha foi escrita na memória da cidade a respeito daquele misterioso coveiro que afirmava não ser o escravo que diziam que era.

Segunda Parte

O retorno ao cativeiro nos campos do Senhor.

Pelotas, sul do Império do Brasil, 1877.

Capítulo 49

Pompeu de Castro Vieira retornou triunfante à escravocrata cidade de Pelotas, no extremo sul do Império do Brasil, após alguns dias de navegação pelo Atlântico Sul. O navio cubano aportou em Rio Grande, onde o escravo fugitivo foi desembarcado. O caçador de escravos estava ávido por receber as 170 onças de ouro devidas pelo charqueador Pantaleão Manuel Barbosa Mourão de Albuquerque. Ao entregar o escravo ao amo, o velho perseguidor de cativos narrou os acontecimentos ocorridos, em Buenos Aires.

— Fui tratado como um bicho pelos republicanos argentinos. Fugi como se estivesse escapando do cativeiro. Saí de lá como um animal, como um leproso. Graças a um navio cubano consegui abandonar a cidade sem ser visto — resumiu.

Pantaleão ouviu o relato e cumprimentou Castro Vieira pelo êxito na captura do escravo que estivera em fuga por longos 11 anos. Cinco quilos de ouro era o preço que teria de pagar pela caçada e pela entrega de José Cândido ao cativeiro da charqueada. O escravagista, no entanto, não estava preocupado com o pagamento daquela exorbitância. Ele havia lucrado muito com a guerra contra o Paraguai. Acumulara muitas barras de ouro, vendendo charque para alimentar as tropas de Pedro II, que, em 1876, se retiraram definitivamente do Paraguai. Cinco lingotes a menos em seu patrimônio não lhe fariam a menor diferença.

Pantaleão estava preocupado era com outro assunto. Preocupava-se com o futuro do charque e com o destino daquele produto que movimentava a economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As notícias do retorno do navio francês e do sucesso que a máquina frigorífica fizera em Buenos Aires haviam chegado ao sul do Brasil.

— Conte-me a respeito do *Le Frigorifique*? Você esteve no barco? Conheceu-o bem? — perguntou o charqueador.

— Estive, Pantaleão. Até experimentei a carne francesa.

— Qual é sua opinião? Matará as charqueadas como dizem?

Castro Vieira assumiu uma expressão de pessimismo antes de falar.

— Aquele barco colocará um fim à produção do charque. O método de conservação das carnes a frio seco é revolucionário. O salgamento será coisa do passado em pouco tempo.

O charqueador ficou calado ao ouvir aquela sentença de morte para as charqueadas.

— Quanto tempo ainda nos resta antes que tudo acabe? — indagou Pantaleão.

— Não saberia dizer. Os argentinos e os uruguaiois estão entusiasmados com o que viram naquele navio. O seu escravo bem que poderia ter dado um fim àquele barco francês, mas ele incendiou o navio errado. É um negro desgraçado. Nem para isso ele prestou.

— Agora é tarde. Estamos cercados, Castro Vieira. Cercados e sem saída. Republicanos de um lado, abolicionistas de outro e os cientistas pelas costas. De quem virá a facada eu não sei, mas o império não vai durar muito tempo desse jeito. A monarquia terá um fim em breve — admitiu o charqueador.

— A elite imperial haverá de manter os seus privilégios quando a república chegar, Pantaleão. Sempre há uma saída honrosa para quem tem ouro de sobra. O pretende fazer?

— Com a charqueada? — indagou Pantaleão.

— Não. Com o escravo que capturei em Buenos Aires. Cumpri com minha palavra. Prometi trazê-lo de volta aos cativeiros do império. Foi o negro que mais trabalho me deu. O que pretende fazer com ele?

— Como é mesmo o nome do escravo? Sempre esqueço o nome

dos meus criados — disse o charqueador.

— Bom, esse chegou a ter vários nomes. Leopoldo Remédios, na Argentina. Mas, aqui, era José Cândido. O escravo que fugiu da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Lembra?

— Lembro-me muito bem. O baiano. Esse escravo nos deu um trabalho e tanto para trazê-lo de volta — concordou Pantaleão Manuel.

— Seria bom dar um jeito logo nele.

— Vou vendê-lo no Rio de Janeiro. Um criado como ele não pode ficar muito tempo aqui. Vai contaminar todos os outros com ideais republicanos de liberdade e de igualdade. Ele agora sabe demais. Conhece a rota da fuga. O melhor a ser feito é mandá-lo embora da Província de São Pedro para sempre.

— Concordo. É o melhor a ser feito, Pantaleão. Desconfio que ele tenha fugido para o oeste da província, aproveitando a guerra contra o Paraguai. Ouvi dizer que esteve nas fileiras do exército imperial e que lutou nas terras ao sul de Humaitá. Se quer meu conselho, Pantaleão, seria bom falsificar uma certidão de batismo para apagar o nome José Cândido de uma vez por todas. Dessa forma, não haverá registros dele no exército imperial. Isso evitará qualquer ação de liberdade que algum atrevido abolicionista queira promover perante os tribunais.

— E que nome você sugere?

— Manoel Ignácio.

— Excelente ideia, Castro Vieira. Vou pedir ao capelão da paróquia que prepare uma nova certidão de batismo para o cativo.

— Faça isso, Pantaleão. Evite aborrecimentos futuros. Depois, venda o Manoel Ignácio para um lugar bem distante daqui. Mande-o para o sertão das Minas Gerais. Lá, ele verá a morte chegar. Precisamos apagar qualquer rastro de José Cândido em todo o Império do Brasil.

— Farei isso.

Pantaleão entregou cinco quilos de ouro a Castro Vieira pelo

serviço de captura do escravo fugitivo. Os dois despediram-se para sempre naquele dia. O perseguidor de homens livres estava velho demais para outras caçadas ao tesouro negro e decidiu retirar-se para um lugar distante, entre o Chuí e o Taim.

Contam as más línguas que o “barão da guerra” acabou deparando-se, alguns meses depois, com a mais terrível das mortes. A provocada pela varíola. Sozinho, com o corpo coberto pelas pústulas, agonizou até o último suspiro. Por causa do contágio, nenhum outro ser humano aproximou-se dele durante os dias em que esteve doente. Do antigo caçador de escravos não restou absolutamente nada. Castro Vieira foi banido para o esquecimento e o ouro acumulado por ele desapareceu para sempre. Deve estar enterrado em um lugar ignorado por todos.

Capítulo 50

Ao retornar ao Brasil e aos cativeiros do império, o escravo José Cândido foi mantido em uma cela solitária, afastada da senzala dos demais cativos da charqueada. O feitor Chico Bastos quis evitar que o fugitivo contaminasse os outros com sua experiência de homem liberto. Trancafiado, ele permaneceu até que uma nova certidão de batismo fosse expedida pelo pároco da igreja. Depois que o documento foi entregue ao charqueador, o antigo coveiro foi levado ao porto de Pelotas e embarcado em um vapor, que seguia para o Rio de Janeiro com carregamentos de charque.

No comércio de escravos da capital do império, situado a poucos metros das ruas que levavam os nomes das batalhas e dos heróis da Guerra do Paraguai, o coveiro de Buenos Aires foi mantido acorrentado por vários dias. Permaneceu assim até que alguém demonstrasse interesse em comprá-lo por um preço considerado justo. Um conto de réis. Os homens brancos chutaram suas pernas para verificar se ainda estavam firmes. Ordenaram-lhe que abrisse a boca para ver o estado dos dentes. Bateram em seus braços para sentir a reação dos músculos. Perguntaram se trabalhava com boiada. Nenhum dos negociantes que atuavam naquele comércio imoral de seres humanos quis saber quem teria sido o negro que estava acorrentado.

José Cândido foi vendido pelo nome de Manoel Ignácio para um senhor de escravos do interior do sertão de Minas Gerais. Ao subir na carroça que o levou embora, nunca mais ouviu-se falar dele. Como profetizara Pompeu de Castro Vieira, todos os rastros do negro que lutou bravamente como voluntário da pátria, na Guerra do Paraguai, e que foi considerado o último escravo do quilombo de Buenos Aires, foram apagados para sempre.

O cativo Manoel Ignácio nunca falou nada a respeito do que vivera nesse mundo para os homens brancos. Não adiantava dizer. Eles acreditariam na certidão de batismo falsa e duvidariam das memórias que o acompanhavam. Com o passar dos anos, José Cândido percebeu que até os cativos duvidavam de seus outros nomes, de suas façanhas, de suas experiências e de suas capacidades. Muitos o consideravam louco. Um belo dia, então, o coveiro decidiu viver calado.

No final da própria existência, José Cândido passou a ser visitado pelo velho sonho da juventude. A visão daquele devaneio antigo clareava-se. Ele, agora, sonhava que estava em sua pequena casa de paredes caiadas, e que um grupo de tamborileiros do bairro santo do tambor entoava cânticos africanos pela sala. De repente, via-se saindo do quarto, com vestes brancas, acompanhado de sua mulher e de sua única filha. Elas queriam que voltasse a dormir, mas ele insistia em falar com um jovem negro que o esperava no umbral da porta. Elas não avistavam o visitante em lugar nenhum. O sonhador José Cândido pressentia que o homem sonhado era o dono daquela voz desconhecida, que retornava para incentivá-lo a empreender a última fuga de sua vida.

No dia seguinte ao devaneio, despertava com a percepção de que tudo tinha um sentido e uma explicação. A compreensão do sonho o agradava. Finalmente, ouvira o homem sonhado dizer essas palavras:

— A paz o libertará. Creia.

A crença começou a invadir seu pensamento. A todo momento, as frases voltavam a agitá-lo. Tudo tornava a ocorrer da mesma forma como naquele dia em que despertara no leito da enfermaria dos escravos, na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O ciclo fechava-se.

José Cândido decidiu partir em busca da sonhada liberdade. Ao fazer isso, os quatro nomes que carregara pelo mundo desprenderam-se de tudo o que havia ao redor. Eles foram levados pelo tempo e pelo vento para todos os cantos do continente. Em cada lugar em que repousavam aqueles quatro nomes do homem negro, sementes eram deixadas sobre o solo, prontas para germinar. Eram sementes trazidas das terras republicanas para fazer vingar a liberdade, a igualdade e a humanidade pelos campos do Senhor.

O universo, finalmente, abriu-se para o homem, que foi, ao longo da vida, José Cândido do Pantaleão, José Cândido Negro, Leopoldo Remédios e Manoel Ignácio. O coveiro, que havia sepultado milhares de corpos e que havia visto todas as espécies de morte que poderiam existir sobre a face da Terra, não morreu completamente. Sua luta e sua história permanecerão e viverão para sempre.

A paz libertou José Cândido. Creia.

Apontamento histórico

Em 22 de janeiro de 1887, a República da Argentina denunciou o Tratado de Extradicação para a entrega de escravos que havia firmado com o Imperador do Brasil em 14 de dezembro de 1857. Os efeitos jurídicos do tratado cessaram em 10 de janeiro de 1888, quatro meses e três dias antes de a Lei Áurea abolir a escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888.

O polêmico Tratado de Extradicação entre a Confederação Argentina e o Imperador do Brasil, identificado pelo número 521, na Chancelaria da Argentina, foi firmado na cidade argentina de Paraná. Santiago Derqui Bernabé Lopez, representante do governo argentino, e José Maria da Silva Paranhos, representante do imperador Pedro II, assinaram o acordo bilateral, que estabelecia a entrega dos escravos fugitivos pelos governos das províncias argentinas aos senhores de escravos brasileiros.

O tratado vigorou de 04 de outubro de 1858 até 10 de janeiro de 1888. No documento, destacava-se o artigo 6º, que previa a entrega dos escravos fugitivos nesses termos: “Serão devolvidos os escravos pertencentes a súditos brasileiros que, contra a vontade de seus senhores, forem por qualquer maneira para o território da Confederação Argentina e aí se acharem”.

Durante os quase 30 anos de vigência, o acordo bilateral violou a norma abolicionista da Constituição da República da Argentina de 1853. A norma constitucional, prevista no artigo 15, reconhecia como livres todos os escravos que de qualquer modo se introduziam no país, pelo fato de pisar o território da república.

A quinta cláusula do art. 6º do Tratado de Extradicação estabelecia que o escravo devolvido não sofreria o menor castigo, pelo simples fato da fuga. O desrespeito dos senhores de escravos brasileiros às leis republicanas dos países vizinhos era frequente e persistiu por décadas. Em 1872, o chefe político da vila uruguaia de San Fructuoso, a 117

quilômetros da fronteira brasileira, expediu uma curiosa ordem que determinava o seguinte: “Proíbe-se a entrega de escravos fugidos do Brasil. Para evitar o costume imoral de levar negros livres desta República para escravizá-los no Brasil, ordena-se aos comissários de fronteira acercar-se dos transeuntes que vão acompanhados de tais negros a fim de averiguar se o fazem de livre e espontânea vontade”.

Apontamento histórico

Ao final do segundo ano da Guerra do Paraguai, em 06 de novembro de 1866, foi publicado o Decreto Imperial 3.725-A, em que se ordenava aos súditos brasileiros o que segue: “Hei por bem ordenar que aos escravos da Nação, que estiverem nas condições de servir no exército, se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquele serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo benefício às suas mulheres”.

Apesar de Pedro II ordenar a libertação gratuita dos escravos em condições de lutar, o que aconteceu foi que o imperador precisou comprar os escravos e conceder-lhes a alforria antes de serem empregados no exército. O Império do Brasil também aceitou que cativos fossem entregues como substitutos de homens livres que, recrutados pelo exército, não queriam lutar na Guerra do Paraguai.

Apontamento histórico

O navio *Le Frigorifique* retornou à França nos primeiros dias de maio de 1877, transportando cerca de 500 carcaças de bois, doadas por produtores argentinos. A carne foi preservada sob refrigeração por 104 dias e repetiu o mesmo sucesso da ida à América do Sul. O vapor atracou em Rouen, em 14 de agosto de 1877, e não tornou a repetir o mesmo experimento outra vez.

Na Exposição Internacional de 1878, em Paris, o barco foi apresentado ao público e atraiu a curiosidade do mundo. Terminada a exposição, o engenheiro Charles Tellier considerou que o papel do barco estava concluído. O *Frigorifique* foi vendido para uma companhia francesa que prestava serviços de transporte de mercadorias entre Rouen e Bordeaux. O navio *Le Frigorifique* foi considerado pequeno demais para as viagens entre a Europa e a região do Prata, na América do Sul. A embarcação teria de ser maior para haver vantagens econômicas.

Em 1910, o engenheiro Charles Tellier escreveu e publicou *Le Frigorifique - Histoire d'une Invention Moderne*, livro no qual narra os detalhes do seu invento e da travessia oceânica. Curiosamente, Tellier não acompanhou o navio até Buenos Aires e o capítulo dedicado à recepção do vapor na Argentina constitui uma lacuna em seu livro. Uma lacuna que desperta a imaginação. O engenheiro socorreu-se de editoriais publicados em jornais argentinos para ter uma ideia do tratamento que os produtores do Prata deram ao invento.

Na referida obra, Charles Tellier lamenta o fim trágico do barco, tratado por ele como um velho companheiro. O navio, segundo o cientista e inventor francês, havia se incorporado à natureza daqueles que o conduziram e o projetaram. Em 19 de março de 1884, no golfo de Gascogne, em meio a um forte nevoeiro, *Le Frigorifique* colidiu com um barco inglês e ambos afundaram. Vinte e quatro horas depois do acidente náutico, morreu,

em Phillippeville, o capitão Lemarié. Nas palavras de Charles Tellier, a alma do navio havia chamado a alma do capitão.

O sucesso da máquina frigorífica que permitiu conservar carne in natura por 105 dias, ao longo da travessia do Oceano Atlântico, em 1876, fez com que o navio *Le Frigorifique* emprestasse seu nome à nova indústria que surgia no mundo a partir daquele experimento: a indústria frigorífica. O fim das charqueadas do sul do Império do Brasil e dos saladeiros da Argentina e do Uruguai deve-se ao êxito do *Le Frigorifique*. Charles Tellier é reconhecido internacionalmente com o “pai do frio”.

Apontamento histórico

O Código Criminal do Império do Brasil tipificava, no artigo 179, como crime contra a liberdade individual, a conduta de reduzir à escravidão a pessoa livre. O crime era punido com prisão de três a nove anos, além de multa.

Apesar disso, o Código de Processo Criminal do Império, de 29 de novembro de 1832, não admitia denúncias do escravo contra o senhor (art. 75, §2º) por qualquer crime que fosse cometido. Desse modo, o crime transnacional de sequestrar pessoas livres em um país estrangeiro para reduzir à escravidão no império não poderia ser imputado aos senhores de escravos brasileiros.

Não há relato de que algum senhor de escravo brasileiro tenha sido responsabilizado por tais crimes de lesa-humanidade. Também não é possível saber quantos escravos — homens e mulheres — fugiram dos cativeiros da Província de São Pedro para a República Oriental do Uruguai e para a República Argentina a partir de 1830.

Finis librum.

Sobre o autor

Mauro Vieira Maciel nasceu em Alegrete, em 1971, e cresceu em Uruguaiana, na fronteira do Brasil com a Argentina e com o Uruguai, no Rio Grande do Sul. Advogado e jornalista, o autor está radicado em Florianópolis, Santa Catarina, desde 2011. O seu romance de estreia foi *A Pedra do Doutor Getúlio*, título publicado pela Editora Movimento, de Porto Alegre/RS, em 2011. Em 2014, conquistou o segundo lugar no prêmio Saraiva de Literatura, na categoria romance adulto, com a obra *A Travessia do Rio Japeju*, título publicado pela Editora Benvirá, de São Paulo (SP), em 2015. Com *O Memorial do Desterro*, o autor venceu o 2º Prêmio Kindle de Literatura, em 2017. *O Memorial do Desterro* foi publicado pela Editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, em 2018.

O coveiro de Buenos Aires é a quarta obra de ficção do autor.

Outras obras do autor

A pedra do doutor Getúlio. Romance. Editora Movimento, Porto Alegre/RS, 2011.

A travessia do Rio Japeju. Romance. Editora Benvirá, São Paulo/SP, 2015.

O Memorial do Desterro. Romance. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro/RJ. 2018.